Revista Escrita da História

Dossiê
Revoluções e movimento operário no século XX

Ano IV, vol. 4, n. 8
jul./dez. 2017

Revista Escrita da História

www.escritadahistoria.com

ISSN: 2359-0238

Revista Escrita da História

SUMÁRIO

EDITORIAL

No ano do centenário da Revolução Russa, a *Revista Escrita da História* completa seu quarto ano trazendo consigo o dossiê "Revoluções e movimento operário no século XX". Percebe-se, em todo o mundo, desde a crise econômica de 2008, o surgimento de uma nova onda liberal que se manifesta na supressão de direitos trabalhistas, privatizações e precarização das instituições públicas de educação e saúde, e na entrega das riquezas brasileiras às empresas estrangeiras, prejudicando a classe trabalhadora. Os compromissos mantidos pelos detentores do poder político e econômico são aqueles relacionados ao rentismo, porém, esse cenário tem se tornado ainda mais dramático. Em face da falta de alternativas políticas, enquanto os setores da burguesia não conseguem viabilizar opções aparentemente populares, a maior liderança política popular do país vê sua candidatura a 2018 ameaçada pelo poder judiciário que, mais do que nunca, já não inspira confiança aos trabalhadores. Situações semelhantes ocorrem, em simultâneo, em todo o mundo. Golpes recentes foram tentados na Venezuela, Bolívia, Equador, Haiti, Honduras, Paraguai, para nos limitarmos ao caso latino-americano. Em meio a tantos retrocessos e incertezas que tem atingido as universidades brasileiras, os programas de pós-graduação e a produção científica nacional, nosso periódico continua resistindo e avançando. Junto ao lançamento do nosso oitavo número, comemoramos a obtenção do Qualis B4 em História, o aumento significativo do numero de submissões e leitores, e o crescimento de nosso canal no Youtube, que tem dado uma contribuição relevante na divulgação de pesquisas a um público maior.

APRESENTAÇÃO

Dossiê: Revoluções e movimento operário no século XX

Adir de Almeida Mota

O ano de 2017 apresenta importantes efemérides para a compreensão do século XX no que se refere ao protagonismo dos trabalhadores, acentuando a necessidade da História como ciência fundamental para a análise do desenvolvimento objetivo dos fatos.

Neste sentido, a miríade de congressos, colóquios e cursos promovidos intensamente no âmbito da academia e de livros e revistas que se propuseram a elucidar os meandros dos acontecimentos de 1917, contribuiu não para uma simples e rasa comemoração centenária, mas para uma árdua discussão historiográfica. É nesta engrenagem que se insere a *Revista Escrita da História* com o dossiê *Revoluções e movimento operário no século XX,* destacando em seu número oito o centenário da *Revolução Russa de 1917*, da *Revolução Mexicana* (considerando a enorme polêmica em torno de sua data, 1910, 1917 ou ainda o seu período tardio, durante a década de 1930) e da *Greve Geral de 1917* no Brasil.

Descortinamos o dossiê com o artigo de Rebecca de Oliveira Freitas, mestranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), *Pensando a transição ao socialismo: uma leitura da nova política econômica a partir de Preobrazhensky.* Abrangendo os estudos sobre planificação econômica, o artigo versa sobre as críticas e contribuições econômicas do militante da Oposição de Esquerda, Eugene Preobrazhensky, sobre a chamada Nova Política Econômica (NEP), buscando cimentar as diretrizes da economia soviética.

O segundo artigo abarca a *Greve Geral de 1917* na capital do Rio Grande do Sul. O texto, escrito por César Augusto Bulboz Queirós, historiador e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), é intitulado *Luta econômica e emancipação social: as grandes greves em Porto Alegre na Primeira república (1917-1919).* O autor analisa o contexto que fez operários da capital do Rio Grande do Sul (GS) se aglutinar em nome de reivindicações, em coro com trabalhadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como também, as relações entre a direção sindical do movimento grevista e os militantes que ocuparam as ruas de Porto Alegre.

O terceiro artigo segue os trilhos do movimento operário brasileiro. Intitulado *Sapateiros militantes em São Paulo na década de 1920: lutas, debates, caminhos,* foi produzido por, Demetrio Quirós Bello Junior, mestrando em História na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Fazendo uso da prosopografia e ampla documentação primária, o autor cruzou prontuários do Departamento de Ordem e Política Social (DEOPS) com fontes da imprensa operária da década de 1920, para analisar a biografia de militantes da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas (UACCA). Entre os elementos considerados, estão os princípios que nortearam suas filiações, suas relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a Revolução de 1924 e a articulação do movimento de solidariedade com anarquistas presos nos Estados Unidos da América.

Seguimos com o quarto artigo do dossiê, escrito pelo mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Danilo Mendes de Oliveira e intitulado *Três Trajetórias e uma stalinização: as memórias de Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima no PCB (1922-1935).* O autor mostra como as trajetórias destes três dirigentes comunistas se encontraram na expectativa de organizar a classe operária, porém, suas ações eram limitadas, considerando o atrelamento da direção deste partido operário à política do stalinismo e os limites para intervirem concretamente na luta de classes das décadas de 1920 e 1930.

O quinto artigo do dossiê, foi escrito por Ricardo Neves Streich, doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), sob o título *A Revolução Mexicana e as esquerdas latino-americanas nos anos 1920.* O autor mostra que o fervilhar revolucionário na América Latina não se limitava à cadência soviética. Analisa ainda como as principais pautas da Revolução Mexicana foram consideradas pelos marxistas José Carlos Mariátegui e Tristan Marof e os não marxistas Victor Raúl Haya de la Torre e Oscar Tenório. Segundo o autor, para os marxistas, a Revolução Mexicana possibilitou a práxis no que tange ao marxismo, ao

indigenismo e à reforma agrária, debate ainda presente em países andinos. Os não marxistas pensavam sobre Estado e o nacionalismo. Particularmente para Haya de la Torre, o marxismo não respondia aos anseios e problemas colocados pela realidade latino-americana e de acordo com Tenório, a revolução não seria marcada pela ruptura com o capitalismo.

O sexto artigo do dossiê é de autoria do historiador mexicano Francisco Lima Baca, com formação em *Estudios Latinoamericanos* pela *Universidad Nacional Autónoma de Mexico* (UNAM) e atualmente Pós-doutorando na Universidade de Campinas (UNICAMP). Intítulado *La representación y el devenir del caudillo revolucinario como personaje en la obra de La sombra del caudillo de Martín Luis Guzmán y La muerte de Artemio Cruz de Carlos Fuentes,* o texto chama atenção para a construção da figura do "caudillo", apresentada na obra literária mencionada no título, como classe política presente na revolução liderada por Pancho Vila e Emiliano Zapata e numa das principais obras do muralista Diego Rivera, *Sueño de uma tarde dominical en la Alameda Central.*

Completa o número oito, seis artigos destinados à Seção Livre, aberta pelo artigo de Fabio Luis Barbosa dos Santos, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Santos discorre analiticamente acerca do debate sobre o socialismo no século XXI. Se ampara em Celso Furtado para analisar o contexto político, econômico – principalmente no que se refere ao petróleo – e cultural venezuelano, no qual ascenderam os presidentes Hugo Cháves e Nicolás Maduro, apresentando os avanços e limites da chamada "Revolução Bolivariana".

O segundo artigo desta seção é de autoria de Hugo de Carvalho Quinta, Mestre pela Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA). Quinta analisa as atividades libertárias no interior do movimento operário argentino, inclusive as comemorações do 1º de maio de 1889, durante a curta estadia no país do artista e anarquista italiano Pietro Gori, os dilemas criados por ele na imprensa anarquista argentina e sua influência na construção da *Federación Obrera Argentina (FOA),* entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

O terceiro artigo da seção é de Lucas Thiago Rodarte Alvarenga, Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), intitulado *Nos bastidores de um jornal anarquista: comentários sobre o processo de produção e circulação do Jornal A Terra Livre entre os anos de 1905 e 1910*. O autor entrou nos bastidores do efêmero jornal supracitado no título

do artigo, dirigido pelos anarquistas Neno Vasco e Edgard Leuenroth. Analisa o contexto de crescente organização operária desde o final século XIX no qual o periódico nasceu, as dificuldades financeiras para manutenção, sua influência no movimento sindical e os possíveis motivos de sua decadência.

O quarto artigo escrito por Fabrício Pinto Monteiro, Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professor na Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha é intitulado *O terrorismo anarquista no Brasil da Primeira República: construções de sentidos de militantes e a repressão governamental.* Monteiro se debruça sobre a análise da faceta violenta do anarquismo, os atentados promovidos no Brasil, as considerações do anarquista Astrojildo Pereira e o debate sobre o tema no seio libertário.

Seguimos com o quinto artigo da Seção Livre, escrito a quatro mãos: Renata Garcia Campos Duarte, doutoranda em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Daniela Oliveira Ramos dos Passos, doutora em sociologia pela mesma instituição, assinam o artigo intitulado *O jornal O Operário da Confederação Católica do Trabalho e as propostas para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte*. As autoras analisam o debate sobre a educação pública como reivindicação dos trabalhadores da capital mineira, durante a década de 1920, justificada pelas condições de analfabetismo.

Encerra a seção e o oitavo número o artigo escrito pelo Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), João Guilherme Lisbôa Rangel, intitulado *Hagiografia e escrita da história na Idade Média: o capítulo de São Pelágio na Legenda Áurea de Jacopo de Varazze (C.1270.1298).* O autor analisa a historiografia sobre o tema e rompe com a vaga percepção de que as hagiografias se limitam aos relatos da vida de santos, mostrando que estas podem ser também objeto de estudo da História.

A todos e todas, uma boa leitura!

Dossiê
Revoluções e movimento operário no século XX

Pensando a transição ao socialismo: uma leitura da Nova Política Econômica a partir de Preobrazhensky

Rebecca de Oliveira Freitas *

Resumo
O presente artigo tem como objetivo caracterizar a leitura de Eugene Preobrazhensky sobre a Nova Política Econômica (NEP), implementada na URSS a partir de 1921. A partir do reconhecimento da NEP como uma política de concessões ao campesinato com vistas ao aumento da produção agrícola, notadamente a reabertura comercial, e que se desdobra no campo industrial para uma prioridade sobre a indústria leve, busca-se traçar a leitura feita pelo revolucionário, membro da Oposição de Esquerda dentro do Partido Bolchevique, a partir de textos seus da época. Podemos reconhecer, então, uma tendência crítica expressa pelo autor à NEP, ainda que não se opusesse a ela como um todo. Sua crítica afirma a necessidade de um desenvolvimento industrial mais acelerado, e de construção de relações socialistas também no campo. Esses pontos se articulam numa visão de transição a partir de sua Teoria da Acumulação Socialista Primitiva. Ainda que os textos examinados não sejam aqueles nos quais se aborda diretamente sobre essa teoria, é possível ver na sua análise sobre a NEP características importantes que contribuem para essa elaboração.

Palavras-chave: NEP; transição ao socialismo; URSS; economia soviética; Preobrazhensky.

Abstract
The present article aims to outline the main features of Eugene Preobrazhensky's view on the New Economic Policy (NEP), implemented in the USSR from 1921 onwards. Understanding the NEP as a policy of concessions to the peasantry aiming to increase agricultural production, specially the return of market relations, which unfolds in the industrial field in a priority given to the light industry, we seek to trace the reading made by this revolutionary, member of the Left Opposition within the Bolshevik Party, from his texts of the time. We can then recognize a

* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalho desenvolvido com auxílio de bolsa CNPq.

critical tendency expressed by the author to the NEP, even if he did not oppose it as a whole. His criticism affirms the necessity of a more rapid industrial development, and of building socialist relations also in the countryside. These points are articulated in a vision of transition from his Theory of Primitive Socialist Accumulation. Although the texts examined are not those in which this theory is directly approached, it is possible to see in his analysis of the NEP important characteristics that contribute to this elaboration.

Keywords: NEP; transition to socialism; USSR, soviet economy; Preobrazhensky.

A década de 20 na URSS foi um período de grande efervescência intelectual. A necessidade de se construir políticas que caminhassem no sentido do socialismo, as quais não se encontravam prontas em nenhum lugar da teoria marxista ou revolucionária em geral, impulsionou formulações importantes no campo do debate econômico. Uma das figuras mais ativas nesse debate foi Eugene Preobrazhensky, um importante membro do partido bolchevique, envolvido nos processos revolucionários de 1905 e 1917. Suas formulações e intervenções ao longo da década de 20 foram fundamentais para o desenrolar de debates e ações sobre o comunismo de guerra, a NEP, a transição ao socialismo e o processo de industrialização, para citar alguns exemplos. Este foi um dos principais articulares da Oposição de Esquerda, sendo um de seus principais representantes, ao lado de Trotsky, e também seu formulador no campo econômico. Ele foi morto durante o terror stalinista da década de 30.

Preobrazhensky defendia a necessidade de um período de acumulação socialista primitiva, no qual se daria as bases materiais para a reprodução propriamente socialista. Tais bases incluíam, não somente o acúmulo literalmente material de capital, mas também a edificação de relações socialistas. O autor produziu obras de debate teórico importante, como seu principal livro, *A Nova Econômica*, publicado em 1926. Consideramos, contudo, que o conteúdo apresentado em outros artigos, para além dessa obra principal, contribuem para uma melhor compreensão da elaboração do autor. Em especial, no presente artigo selecionamos artigos escritos pelo autor durante e sobre o período da NEP, que foi um momento de importante debate na realidade soviética sobre a esfera econômica e a construção de uma transição ao socialismo. A escolha desses artigos tem uma dupla função: por um lado contribui para uma visão mais rica da realidade do período e por outro contribui para a contribuição da elaboração teórica do autor. Os artigos escolhidos serão citados a medida em que foram utilizados no texto. Cabe destacar, contudo, que a limitação linguística impôs que somente os

textos disponíveis nas línguas portuguesa, espanhola, inglesa ou francesa fossem utilizados – as edições em sua maioria são de língua inglesa que acabava contemplando textos também traduzidos para essas outras línguas. Entretanto, existem outros textos em russo do período que não foram analisados por essa barreira linguística.

1. A transição entre o Comunismo de Guerra e a NEP

Ao longo dos anos de 1926 e 1927, Preobrazhensky produziu uma série de artigos sobre os esquemas de reprodução e de equilíbrio desenvolvidos por Marx no segundo livro de O Capital: *The Problem of Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the Soviet System* [O Problema do Equilíbrio Econômico sob o Capitalismo Concreto e no Sistema Soviético] de 1926, *Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the System of the USSR* [Equilíbrio Econômico sob o Capitalismo Concreto e no sistema da URSS] também de 1926 e *Economic Equilibrium in the System of the USSR* [Equilíbrio Econômico no sistema da URSS] de 1927. Nesses artigos, o revolucionário russo destrincha a forma como os esquemas de reprodução, e as condições de equilíbrio, se dariam para uma economia capitalista em um nível menor de abstração do que aquele utilizado por Marx. Preobrazhensky pretende dar aos esquemas maior concretude e, para tanto, insere elementos como um terceiro setor de pequena produção não propriamente capitalista nos seus esquemas. Após aprofundar a análise desses esquemas, ele passa a analisar as condições de equilíbrio e reprodução dentro da URSS, no terceiro artigo da sequência. Ao fazê-lo, ele traça análises sobre o período do Comunismo de Guerra, a transição para a NEP e as rupturas e continuidades entre os dois períodos.

Preobrazhensky inicia o artigo destacando o fato de que era comum na URSS de então se subestimar a influência do comunismo de guerra sobre o período que o seguiu, no caso, a NEP. Os intelectuais de então localizariam um vácuo na forma de interação entre o Estado e as esferas privadas da economia em cada um desses momentos. Para contestar essa ideia, o autor traça algumas características básicas do Comunismo de Guerra que são comuns à caracterização geral trazida pela historiografia. O comunismo de Guerra foi, para Preobrazhensky, caracterizado pela existência de uma economia dividida: de um lado a pequena produção camponesa e do outro a economia estatal. Esses dois campos não interagiam através de relações de mercado, mas sim através de requisições e distribuição de bens industriais, o que era uma característica bastante particular. Perceber essa particularidade não impede, contudo, que Preobrazhensky reconheça a existência de um mercado ilegal, inclusive entre

esses dois campos.

Sob o Comunismo de Guerra, o principal objetivo da economia não era a sua reprodução ampliada – esse objetivo não comparecia nem no setor estatal nem no setor privado. A economia se voltava para a produção de bens de consumo para o exército, em primeiro lugar, para o proletariado urbano e camponeses pobres, bem como para produção de armas para a defesa da revolução. Não havia ao longo desse período preocupação com a depreciação da própria indústria. Para além da produção, a distribuição, cujas particularidades como já vimos foi uma marca do Comunismo de Guerra, também tinha como prioridade a vitória bélica.

Como consequência desse ordenamento, a economia sob o Comunismo de Guerra tinha uma reprodução em declínio. Preobrazhensky compara esse declínio àquele da Europa Ocidental durante e depois da Primeira Guerra Mundial, mas, destaca que há uma diferença: na URSS tal declínio se dá sob a égide de uma economia socialista. Não estaria sob a vigência, portanto, da lei do valor enquanto reguladora da economia. A regulação das trocas se dava em relação às necessidades da defesa, sem levar em conta equivalências - com a abolição do sistema monetário, as medidas em espécie não tinham um paralelo no mundo do valor.

Assim, Preobrazhensky traça quatro pontos básicos para a compreensão do Comunismo de Guerra:

1) Existiriam só dois setores na economia: o setor da economia estatal e o setor da pequena produção (este último já tendo perdido muito da característica mercantil, por conta da naturalização da economia) - a produção capitalista e do comércio capitalista foram completamente eliminados.
2) Muito pouco do capital fixo usado durante o Comunismo de Guerra foi reposto. A consequência disso foi a erosão daquele já existente. Isso não só impedia a reprodução ampliada, mas a própria reprodução simples ou mesmo um declínio lento da produção. Houve uma paralisia do setor da indústria pesada cuja função era repor o capital fixo, visto que toda a atenção se voltava para a produção de bens de consumo, como já se disse.
3) A parte do capital constante composta por combustível e matéria prima bruta importada não podia se reproduzir em proporções suficientes porque regiões básicas de produção

de combustíveis haviam sido perdidas. Além disso, houve uma série de bloqueios de comércio externo e a diminuição da produção camponesa interna.

4) As contingências do Comunismo de Guerra determinavam a impossibilidade de existência de relações de mercado durante aquele período, como podemos ver segundo o trecho abaixo:

> Mesmo se trocas normais de mercado tivessem ocorrido entre a cidade e o campo, uma redução geral da produção camponesa à 50% de seu nível pré-guerra teria impedido a economia camponesa de fornecer à cidade – com base na troca – as quantidades de artigos de consumo, matérias primas industriais, e trabalho direto (transporte de cargas e assim por diante) necessitados pelo Estado durante a guerra civil. E, por outro lado, mesmo se o campo conseguisse fornecer todos esses valores através de trocas normais de mercado, então a produção estatal, considerando que o volume de sua produção estava em um mínimo enquanto o consumo improdutivo trazido pela guerra era enorme, teria sido objetivamente incapaz de substituir os bens que ela recebia do campesinato, mesmo através de trocas grosseiramente não equivalentes e mesmo com uma taxa monetária alta sobre o campo.[1]

A regra sob o Comunismo de Guerra era, portanto, de trocas não equivalentes. Essa não equivalência tinha um duplo aspecto. Em primeiro lugar, a não equivalência das trocas entre a cidade e o campo, com prejuízo para o último. E, em segundo lugar, dentro do próprio campo a distribuição dos itens fornecidos era desigual, havendo uma preferência para os camponeses pobres que, na prática, não forneciam excedente extraído do campo pela cidade, mas que eram essenciais para sua extração e para a luta na guerra civil. Ainda que contrabalanceada pelas trocas ilegais, mesmo assim se mantém a ausência de equivalência.

O crescimento da contradição entre o campo e a cidade cresceu, sendo as revoltas camponesas dos anos 1920-21 prova disso, fazendo das mudanças inevitáveis – as quais são enfim efetivadas com a NEP.

Preobrazhensky passa, então, a traçar as mudanças trazidas pela NEP. A partir de sua implementação houve uma volta do sistema de mercado, de incentivos para a produção camponesa de matéria prima, bem como um crescimento das exportações. Essas mudanças foram de duas ordens:

> Primeiramente, certas mudanças foram feitas nos métodos de gerenciamento da economia estatal de modo a extrair tudo de valor das técnicas capitalistas usuais de contabilidade, cálculo e assim por diante nos primeiros estágios da construção socialista; em outras palavras, essas foram mudanças introduzidas no interesse da

[1] PREOBRAZHENSKY, E. A. Economic Equilibrium in the System of the USSR. In: PREOBRAZHENSKY, E.A. The Crisis of Soviet Industrialization. New York: The Macmillan Press LTD, 1980d. p.171. Tradução da autora.

> economia estatal em si em um nível dado de cultura socialista
> (...)
> Essas mudanças na economia do campo não devem ser confundidas com aquelas que foram impostas sobre a economia estatal pela predominância da pequena produção de mercadorias no campo.[2]

Preobrazhensky considera a volta das relações mercantis uma condição ditada pela preponderância da produção em pequena propriedade na economia da URSS e pela relativa fraqueza do setor estatal – e esta fraqueza não seria só material mas também cultural. Disso decorreria que ambos os setores estariam em permanente conflito, havendo uma guerra para controlar, e eventualmente subjugar, as tendências do desenvolvimento capitalista.

É então que ele entra nas condições de equilíbrio de uma economia socialista, as quais diferem das condições de equilíbrio no mundo capitalista. Se quem dita essas condições no capitalismo é a lei do valor, no socialismo o equilíbrio se obteria a partir do enfrentamento entre a lei do valor e a lei da acumulação socialista primitiva[3]. Cabe aqui uma conceituação geral da lei da acumulação socialista primitiva. O termo foi utilizado pela primeira vez por Smirnov, mas quem o desenvolveu de forma mais extensa foi Preobrazhensky. Para o autor, esse processo de acumulação primitiva socialista consistiria em todas as ações conscientes ou não para dar as bases materiais para uma reprodução de fato socialista. Na prática isso tinha um aspecto diretamente material, ligado ao aumento quantitativo da produção estatal, e um outro aspecto, também parte das condições materiais de produção, mas mais relacionado às relações de produção. Nos escritos de Preobrazhensky, há uma forte ênfase sobre a questão quantitativa e da necessidade de aumentar a produção como um todo. É necessário inserir esse debate em um contexto em que a URSS se encontrava com uma produção extremamente reduzida quando comparada ao período anterior à Primeira Guerra Mundial. O país havia passado por uma guerra mundial e por uma guerra civil, tendo perdido diversos territórios importantes economicamente, bem como tido a força produtiva do país destruída ou deixada inativa. Assim, frente a um cenário calamitoso em que há fome e falta de produtos industrializados em geral, a reconstrução diretamente material de fato era bastante candente. Esse processo deveria se dar a partir da apropriação de parte do excedente do setor privado pelo setor estatal. No que diz respeito às relações de produção, Preobrazhensky abordou a questão tanto dentro do âmbito estatal quanto no âmbito privado. Isso é por que ele não considerava estatal como

---

[2] Idem, p. 173.
[3] CHATTOPADHYAY, Paresh. Capitalism as Socialism in the Early Soviet Doctrine: Lenin, Trotsky, Bukharin, Preobrazhensky. Review of Radical Political Studies, vol.28(3) 1996: p.74-82.

sinônimo de socialista, ou seja, não era suficiente ser estatal para estar isento da ação da lei do valor. A lei da acumulação socialista, assim, também tinha uma função dentro da esfera estatal. Passando ao âmbito privado e a transformação de suas relações de produção, o autor destaca a necessidade da transição para formas coletivas de produção em larga escala no campo. Sintetizamos brevemente, assim, os principais elementos que compõe o conceito de acumulação socialista primitiva para Preobrazhensky, principalmente a partir de sua obra *A Nova Econômica*. Na sequência do texto, apontaremos elementos de caracterização a NEP pelo autor que contribuem para a compreensão desse conceito.

Sob o socialismo na sua etapa de acumulação socialista primitiva e quando a base tecnológica está sendo reposta, os preços divergiriam dos valores como uma regra – Preobrazhensky faz essa afirmação no sentido de que os valores não atuariam nem mesmo como referencial último em torno do qual os preços oscilariam, dado que a sua regulação não seria pautada pela lei do valor, mas justamente pela lei de acumulação socialista primitiva. Não há equivalência em relação ao mercado mundial, até por que a produção da URSS na época não aguentaria isso, assim como as trocas de não equivalentes também dentro do país se mantém.

Com a NEP, ou como Preobrazhensky a chama, com o período de acumulação socialista primitiva, o desenvolvimento das forças produtivas tanto no setor estatal quanto no privado não só permitiu como demandou um mercado como forma de mediação das trocas. Isso foi importante, inclusive, para garantir as condições de existência e desenvolvimento do setor estatal. Assim, Preobrazhensky reconhece as diferenças entre o Comunismo de Guerra e o período da NEP: o reestabelecimento da ligação entre os setores estatal e privado através do mercado e o reaparecimento do setor capitalista. Contudo, há uma continuidade entre a NEP e o Comunismo de Guerra: a não equivalência das trocas – tanto em relação ao mercado mundial quanto em relação ao trabalho necessário. Obviamente, o nível dessa não equivalência diminui, mas ela ainda se mantém presente. Preobrazhensky, então, critica aqueles que não observam essa continuidade, e situam a NEP unicamente como uma ruptura com o sistema do Comunismo de Guerra. Aqui podemos reconhecer na caracterização de Preobrazhensky do comunismo de Guerra e no reconhecimento da permanência das trocas de não equivalentes já nesse período até a NEP.

2. A NEP e a relação com o campesinato

Passaremos, agora, ao levantamento das principais características da NEP, bem como

seus efeitos para as esferas da agricultura, indústria, vida dos trabalhadores e finanças. A partir do reconhecimento da NEP, assim, poderemos passar às observações de Preobrazhensky sobre o tema, traçando a forma como sua teoria da Acumulação Socialista Primitiva se forma e se aplica à análise desse período.

Para sistematizar as posições de Preobrazhensky sobre a NEP partiremos de cinco fontes principais. Em primeiro lugar o livro *From NEP to Socialism* [Da NEP ao Socialismo] de 1921 e em seguida os artigos *As perspectivas da Nova Política Econômica* também de 1921, *The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country* [A Política Econômica do Proletariado em um País Camponês] de 1922, *Economic Notes I. On the Goods Famine* [Notas Econômicas I. Sobre a fome de bens] de 1925 e *Economic Notes II* [Notas Econômicas II] de 1926. A leitura desses textos procurará levantar os principais pontos discutidos para o autor, bem como suas implicações para a formação de sua teoria da Acumulação Socialista Primitiva.

A Nova Política Econômica foi uma política que se iniciou com a mudança do tratamento do campesinato. Em 7 de março de 1921 foi aprovada a substituição do sistema de requisição de grãos dos camponeses por um imposto em espécie. Para apreciar até que ponto essa mudança interferiu na realidade do Comunismo de Guerra, é interessante retomarmos um texto de Lênin que fala sobre a medida em 1922. No texto *Sobre o imposto em espécie. O significado da nova política econômica e suas condições*, publicado em maio de 1922 como um folheto, Lênin fala sobre as características da economia russa da época, respondendo à críticas e traçando a justificativa para a existência do imposto em espécie naquele momento. Ao tratar dessa temática, o autor afirma a centralidade dos camponeses no processo revolucionário: sua importância reside no aumento da produção e colheita de trigo, no abastecimento e no transporte de combustível. O incentivo a essas atividades só poderia se dar através da melhora na situação dos camponeses, elevando suas forças produtivas.

Para tanto, foi proposta uma mudança na política de abastecimento, através da substituição do sistema de confisco pelo imposto em espécie. Essa substituição está diretamente vinculada à liberdade de comércio, após o pagamento do imposto, ao menos no nível do comércio local.

> O imposto em espécie é uma das formas de transição do peculiar "comunismo de guerra"- determinado pela extrema miséria, pela ruína, pela guerra – para uma justa troca socialista de produtos. E esta última é, por sua vez, uma das formas de transição do socialismo ao comunismo, com as particularidades originadas pelo predomínio dos

pequenos camponeses entre a população.[4]

Assim, podemos ver que a substituição da requisição pelo imposto em espécie não significou somente uma mudança na forma de se obter o excedente do campesinato. A legislação aprovada também determinava a redução do nível desse imposto quando comparado às requisições executadas no ano anterior, bem como um incentivo ao crescimento da produção, visto que o percentual do imposto diminuía à medida que a produção aumentava. Por fim, aumentou-se a liberdade do produtor para o uso de seu excedente acima do imposto: esse excedente poderia ser vendido no comércio local (o que logo extrapolou para além da esfera local), desde que garantido o pagamento do imposto. A cobrança desse imposto passou a ser feita de forma individualizada, e não mais coletivamente através das cooperativas ou outros mecanismos vigentes durante o Comunismo de Guerra. Além disso, se estabeleceu um fundo estatal que deveria fornecer bens de consumo e equipamento agrícola não mais para a parte mais pobre da população, mas para aqueles que dispusessem de um excedente pelo qual trocá-los. No mercado, as vendas eram feitas por cooperativas, mas também individualmente.

Preobrazhensky considera que a NEP não teria consistido em mero desvio tático do caminho ao socialismo justificada pelo desenvolvimento do socialismo em um só país a que a URSS havia sido submetida até aquele momento pela ausência de uma revolução mundial. O autor constrói a suposição de que, em havendo uma revolução na Alemanha, por exemplo, alguns pontos essenciais da NEP se manteriam. Isso se daria pela peculiaridade da implementação de uma política econômica do proletariado em um país predominantemente camponês. Assim, haveria um nível de medidas da NEP que corresponderiam a essa contingência do isolamento, mas outro determinado pelas características encontradas na economia da Rússia no período da revolução.[5]

Preobrazhensky retoma a definição do comunismo de guerra e a forma como se dava a relação com os camponeses então. Havia empréstimos em espécie compulsórios, já que o Estado não conseguia pagar os camponeses com produtos industriais. O autor retoma os elementos que justificam a insatisfação dos camponeses nesse contexto: por um lado eles não recebem enquanto classe o equivalente de produtos que fornecem, por outro lado há uma

---

[4] LENIN, Sobre o imposto em espécie - O significado da nova política econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto. A Nova Política Econômica (NEP). Capitalismo de Estado, transição e socialismo. São Paulo: Global, 1987, p.156.

[5] PREOBRAZHENSKY, E. A. The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country. (1922) In: PREOBRAZHENSKY, E.A. The Crisis of Soviet Industrialization. New York: The Macmillan Press LTD, 1980a, p.20.

ausência completa de incentivo à expansão da produção também relacionada à distribuição igualitarista dos bens de consumo industriais.

> O período do Comunismo de Guerra nos convenceu que tal sistema de distribuição equalizada não beneficia nem mesmo os trabalhadores, ou seja, a classe que teria que executar a socialização (ver abaixo). O que então poderia se pedir da massa de pequenos produtores independentes? (tradução do autor).[6][7]

O fim do comunismo de guerra traria para o Estado Soviético as seguintes tarefas, segundo Preobrazhensky:

> (1) como aumentar a produção da indústria de larga escala com base em um sistema de distribuição que, dado o presente nível de cultura e consciência socialista da classe trabalhadora, garanta a máxima produtividade do trabalho;
> (2) como aumentar a produção agrícola do país, usando as forças motrizes da própria pequena produção, e ao mesmo tempo ganhar controle sobre a pequena produção da forma que o capital sempre fez, a saber através do comércio e crédito; e
> (3) como avançar para a próxima etapa, quando a base tecnológica da pequena produção camponesa deve ser transformada.[8]

Ele reconhece a necessidade do aumento da produção e da produtividade e nesse sentido não se opõe à NEP como um todo. No livro *From NEP to Socialism*, publicado em 1921, uma ficção especulativa traçando como um historiador do futuro narraria o processo de passagem do período da NEP ao período socialista na URSS, o tom geral dado à NEP é positivo. Ainda que não seja um livro de teoria, nem tampouco de análise da realidade concreta, mas de construção de hipóteses, estas revelam muito das defesas do autor no campo do desenvolvimento econômico soviético, bem como aquilo que ele via como tendências de desenvolvimento. Assim, ao retratar a NEP de uma forma positiva, ele destaca o seu não completo desacordo com a política. Contudo, o centro de sua apreciação da NEP diz respeito não a como incentivar os camponeses a produzir, meramente, mas como incentivar a produção estatal e a produção socialista em geral.

Segundo Carr[9], a NEP não demandava tanto a criação de novas instituições, mas sim a transformação daquelas existentes de instrumentos de compulsão em instrumentos da nova política de incentivo à iniciativa individual dos camponeses. Por mais que os incentivos aos

---

[6] Idem, p.21.
[7] Todas as citações originais em inglês foram traduzidas pelo autor.
[8] PREOBRAZHENSKY, E.A. The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country. (1922) In: PREOBRAZHENSKY, E.A. The Crisis of Soviet Industrialization. New York: The Macmillan Press LTD, 1980a, p. 22.
[9] CARR, Edward Hallett. A History of Soviet Russia. Bolshevik Revolution 1917-1923. Vol. 2. New York: W. W. Norton & Company, 1985.

camponeses tenham de fato obtido resultados para o desenvolvimento da agricultura, eles não conseguiram evitar a grande fome de 1921, visto terem sido implementados após o período de semeadura que, então, manteve a característica de uma restrição de área cultivada que se desenvolveu durante o Comunismo de Guerra. Somou-se a isso um segundo ano de seca, o que culminou em uma péssima colheita. Em 1920 a colheita foi 54% da média entre 1910 e 1913, atingindo 43% em 1921.[10] A calamidade era tão grande que foi formado um comitê não partidário de ajuda aos famintos, o qual incluía anti-bolcheviques e foi recebida ajuda monetária dos Estados Unidos. Os camponeses cuja produção mais sofreu nesse processo foram isentos do imposto naquele ano.

No fim de 1921 é, portanto, anunciada uma campanha agrícola para 1922. São dados incentivos individuais e coletivos para a produtividade, tanto na forma de dinheiro quanto de condecorações. Houve uma diminuição do imposto em espécie para 10% da produção do camponês, bem como se proibiu a apreensão de gado como forma de punição por não pagamento de imposto. Preobrazhensky, em *From NEP to Socialism*, aponta para um hipotético crescimento da agricultura russa a partir de 1922 a partir de mudanças como o aumento da área semeada e dos animais disponíveis, os quais, contudo, não alterariam a estrutura da pequena agricultura. No caso realmente ocorrido podemos visualizar um fenômeno semelhante, em que houve um incentivo à produção sem, contudo, romper com a forma da pequena produção agrícola.

Dessa forma, a NEP revertia o básico da relação entre o Estado e o camponês vigente durante o Comunismo de Guerra, abrindo um espaço para a liberdade de decisão sobre o cultivo da terra para o camponês, bem como uma maior sensação de segurança da ocupação da terra, a qual era ausente pela instabilidade da guerra civil e das ações de requisição dos bolcheviques até então.

Em maio de 1922 foi aprovada a Lei Fundamental de Exploração da Terra pelos Trabalhadores, a qual permitia o arrendamento de terra e o trabalho assalariado no campo. É um marco para o fim das tendências igualitaristas do Comunismo de Guerra. Essa visão sobre a produção agrícola não se restringia à produção individual, mas se estendia também às fazendas coletivas do Estado, que eram vistas como um arrendamento da terra para a instituição que a explorava- um *sovkhov*, por exemplo- que pagava seus impostos para o Estado.

[10] NOVE, Alec. An Economic History of the USSR 1917- 1991. Penguin Books: London, 1969, p.81,

3. Críticas à NEP

Essa política não foi já desde o seu início isenta de críticas. É importante notar dois pontos levantados por Carr[11] de críticas já presentes sobre a NEP em 1921. A primeira delas consiste na crítica sobre o seu efeito sobre a estrutura social do campesinato. Em 1922, Preobrazhensky fez uma série de teses que tratavam da questão agrária, criticando o espaço dado aos *kulaks* e defendendo o desenvolvimento do *sovkhovy*, as quais foram rejeitadas por Lênin como inadequadas.

Preobrazhensky, em seu texto *As perspectivas da Nova Política Econômica*, segue a tônica dos debates já apresentados aqui, ao discutir a forma como deveriam se relacionar o espaço de desenvolvimento capitalista privado e aquele de Estado. Já estão presentes aqui alguns elementos que compõem sua teoria da acumulação socialista primitiva. O autor verifica a existência, na Rússia soviética, de duas leis naturais coexistentes, as quais historicamente se sucederiam, mas que ali existiriam simultâneas: (i) a lei natural de desenvolvimento da pequena produção mercantil, a qual se desdobra em relações capitalistas de produção e (ii) a lei natural do desenvolvimento da sociedade socialista, a partir fundamentalmente do desenvolvimento da grande indústria. O reconhecimento da existência de ambas as leis é a base para sua caracterização da economia soviética enquanto uma economia socialista mercantil e sua recusa do termo 'capitalismo de Estado', já que

> O capitalismo que existia na Rússia então, e que cresceu majoritariamente sobre o solo dado pelo comércio privado, era muito pouco "de Estado" em seu caráter, e o Estado não tinha nada em comum com o capitalismo, já que era uma organização do proletariado para esmagar o capitalismo.[12]

Ao constatar tal realidade, Preobrazhensky constrói hipóteses de qual seria o cenário caso somente as relações capitalistas de produção se desenvolvessem, caso somente as relações socialistas se desenvolvessem e, por fim, caso as duas se dessem de forma articulada. O autor chega à conclusão de que é a partir dessa terceira fórmula, representada pela NEP, que esse desenvolvimento poderia se dar de forma melhor. Isso não quer dizer que se ignore a existência de conflitos nessas relações. Pelo contrário, se destaca que o desenvolvimento dessas formas levaria, necessariamente, a um conflito, o qual será mais profundo de acordo com o

---

[11] CARR, E. H. Op. Cit.

[12] PREOBRAZHENSKY, E. A. From NEP to Socialism. A Glance into the future of Russia and Europe. London: New Park Publications Ltd, 1973.

grau de maturidade dessas relações. Esse conflito se desenvolveria ao ponto de que uma delas deveria ceder lugar a outra.

Preobrazhensky aponta o campo como o local onde essas contradições amadureceriam mais rapidamente, por conta das medidas tomadas pela NEP. Frente a esse conflito, ele aponta o papel do Estado soviético enquanto criador de uma base econômica para os camponeses pobres a qual garantiria a exploração coletiva do campo. Sobre este tema também há referências em *From NEP to Socialism*, quando Preobrazhensky descreve a forma como ele supunha teriam evoluído as formas coletivas de produção no campo nas fronteiras da URSS, a partir de organizações voluntárias dos indivíduos em questão. Mais uma vez o autor coloca a necessidade de convencimento do campesinato para a passagem à agricultura coletiva e não a sua imposição coercitiva. Isso é interessante, ainda, para reconhecermos a importância que ele dá a esta dimensão da transformação subjetiva do campesinato que, se ainda teria muito em que avançar, já teria sofrido um forte impacto advindo do processo revolucionário

> A guerra mundial, a revolução e a guerra civil jogaram milhões de pessoas para lá e para cá, ampliando seus horizontes e mudando radicalmente a psicologia estagnada e conservadora do camponês russo.[13]

Preobrazhensky, então, resume as tarefas a serem cumpridas da seguinte forma:

> Visto que as principais forças da contrarrevolução se concentram, durante este período, no campo, é preciso organizar o campesinato pobre enquanto contrapeso aos *kulaks*. No domínio da grande indústria é necessário dar início o mais rápido possível ao ressurgimento dos ramos mais importantes, e é preciso que o ritmo elevado da indústria não nacionalizada seja rapidamente superado pelo da indústria nacionalizada. Finalmente, é preciso reforçar o aparelho estatal e utilizá-lo ao máximo, em todos os campos, como, por exemplo, no da informação, para preparar o quanto antes, em todas as inevitáveis lutas de classes futuras, as garantias para a vitória.[14]

A segunda crítica se baseava no efeito da NEP não sobre o campo, mas sobre a cidade. A concessão aos camponeses estaria custando condições de vida ao trabalhador industrial, que logo perdeu a garantia das rações e vê o crescimento do desemprego. O impulso econômico que a NEP tem em seus primeiros anos, contudo, não dava espaço para que essas críticas ganhassem muita força. Há, além disso, um incentivo à cooperação como uma forma de persuasão do camponês para formas mais coletivas de organização. Essa defesa é feita por

---

[13] Idem.

[14] PREOBRAZHENSKY, E. A. As perspectivas da Nova Política Econômica. (1921) In: BERTELLI, Antonio Roberto. A Nova Política Econômica (NEP). Capitalismo de Estado, transição e socialismo. São Paulo: Global, 1987, p.252.

Lênin, e ele afirma que se, por um lado, a cooperação de pequenos produtores de mercadorias gera inevitavelmente relações capitalistas, pequeno-burguesas, por outro lado ela desenvolve a pequena economia para uma posterior transição ao socialismo. Nesse sentido, quando apontou que é consequência da permissão para o livre comércio o desenvolvimento do comércio capitalista privado, Lênin destaca a importância de incentivar que esse livre comércio se volte para formas cooperativas.[15]

4. A relação entre campo e a cidade e as crises da década de 20

Em 1922 ocorre a melhor colheita desde a revolução de 1917, devido tanto aos incentivos da NEP quanto às condições climáticas mais favoráveis. Contudo, há um crescimento também do consumo camponês, e este aumento não acaba com a escassez de alimentos no país como um todo. Dessa forma, há uma queda relativa dos preços dos bens industriais em comparação aos (escassos) gêneros alimentícios.[16] Essa situação se agrava pelo contexto da indústria naquele momento e dos efeitos da NEP sobre ela.

A NEP era uma política para o campo – e para o comércio interno por decorrência- mas não para a indústria. O congresso que a deliberou nem ao menos debateu a questão industrial. Contudo, a decorrência da priorização da relação com o campesinato, determinava a necessidade de produção de bens de consumo que pudessem ser com eles trocados. Assim, a linha determinada para a indústria que se desdobraria seria um investimento na indústria de bens de consumo em detrimento da indústria pesada.

> ...destruição foram tão longe que nós não podemos de uma só vez restaurar a larga escala, fábrica, estado, produção socialista... isso significa que é indispensável em certa medida ajudar a restauração da pequena industrial que não requer máquinas, não querer nem matérias primas, combustível e comida estatais ou em grandes estoques e que possa dar alguma ajuda imediatamente à economia camponesa e elevar seus poderes produtivos.[17]

Dois decretos em 1921 implementaram essa linha sobre a legislação: um deles determinava que fossem tomadas as medidas necessárias para o desenvolvimento da indústria rural e pequena e o segundo deles cancelava os decretos que limitavam a ação das cooperativas e acabava com o decreto de 1920 de nacionalização de todas as empresas industriais. Em maio

---

[15] LENIN. Op cit.
[16] NOVE, Alec. An Economic History of the USSR 1917- 1991. Penguin Books: London, 1969.
[17] LENIN, apud CARR, E. H. Op cit., p.297.

de 1921 iniciou-se o arrendamento de indústrias que já tinham sido nacionalizadas, mas que o estado não conseguia administrar lucrativamente.

Ainda assim, é importante destacar que o Estado manteve as esferas centrais da economia sob seu domínio, como o sistema bancário, o comércio exterior e a indústria pesada – ainda quem com pouco investimento.

> Kamenev afirmou, no décimo Congresso dos Pan-Russo dos Sovietes em dezembro de 1922, que a indústria estatal, incluindo o transporte, empregava 3.000.000 de trabalhadores, contra 70.000 empregados em indústrias privadas e arrendadas. Um censo de 165.000 chamadas empresas indústrias feito em março de 1923 mostrou que 88,5% delas eram de propriedade privada ou arrendadas à pessoas privadas, empresas gerenciadas pelo Estado eram 8,5% e empresas cooperativas eram 3%. Mas 84,5% de todos os trabalhadores industriais eram empregados nas empresas estatais, as quais empregavam uma média de 155 trabalhadores cada, enquanto as empresas cooperativas empregavam em média 15 trabalhadores contratados cada e empresas de gerenciamento privado somente 2.[18]

Podemos ver, assim, que a proporção que essas empresas privadas ocupavam na produção era pequena. Portanto, a parte mais importante da nova política era não o reconhecimento da propriedade ou administração privada das pequenas indústrias, mas a postura em relação à administração da indústria nacionalizada de larga escala. Foi determinado que a indústria de larga escala deveria ser conduzida sob os princípios do mercado (*khozrachet*) e sua organização se deu a partir de trustes.[19] Nesse sentido, a organização da indústria sofreu uma centralização, através da concentração das empresas de um mesmo ramo em trustes, ao mesmo tempo em que também uma descentralização, através do estabelecimento de sua independência frente ao VSNKH[20]. Essa separação da gestão da indústria estatal do Estado e sua gestão a partir do critério da lucratividade tem consequências para as condições de trabalho. As empresas passam a ser diretamente responsáveis pela manutenção dos trabalhadores empregados por elas através do pagamento de salários (em dinheiro ou espécie).

A trustificação da indústria avançou até o ponto de que em agosto de 1922 haviam 421 trustes. Um decreto de 1923 definia assim os trustes:

> Os trustes estatais [afirmava o artigo 1 do decreto] são empresas industriais estatais,

[18] CARR, E. H. Op cit, p.302.

[19] FILHO, Daniel Aarão Reis. URSS: o socialismo real (1921-1964). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

[20] Conselho Supremo da Economia Nacional, cuja sigla em russo era VSNKH. Sua tarefa era a de organizar a economia nacional e as finanças estatais, dirigir de maneira unificada as atividades de todas as autoridades econômicas existentes, centrais e locais, inclusive as do conselho do controle operário de toda a Rússia.

> para as quais o Estado concede independência para a conduta de suas operações de acordo com o estatuto colocado para cada empresa, e o qual opera sobre os princípios da contabilidade comercial com o objetivo de ganhar lucro.[21]

Voltemos, então, à crise dos preços industriais de 1921-22. Como dissemos, iniciou-se uma desproporção entre os preços do campo e da cidade, favoravelmente para aquele. A competição entre os trustes, que funcionam pela lógica de mercado e eram então independentes da centralização mais estrita do VSNKH, aprofunda essa situação. Isso significou uma crescente dificuldade para cobrir os custos, com consequência de demissões e o decorrente aumento do desemprego.

Nos artigos *Economic Notes I* e *Economic Notes II*, Preobrazhensky aborda a questão da "fome de bens"- a desproporção entre indústria e agricultura em 1921. Uma definição simples dada pelo autor para a "fome de bens" é a de um excesso de demanda efetiva em relação à oferta. Contudo, ele considera que isso não era um evento sazonal e que, portanto, dever-se-ia observar as características mais gerais da economia soviética para realmente entendê-lo.

No momento em que ele escreve os artigos – entre 1925 e 26 – a proporção entre produção agrária e industrial teria alcançado os patamares do pré-guerra. Contudo, ele considera que essa descrição seria insuficiente para de fato compreender o fenômeno.

No pré-guerra havia uma parte da produção rural que era vendida compulsoriamente pela qual os camponeses não recebiam um retorno equivalente, taxas locais e centrais as quais eram menores então proporcionalmente, bem como os gastos com pagamento do aluguel da terra – que não mais existiria no pós-revolução. Por fim, os camponeses também teriam de pagar a usura dos *kulaks*, senhores de terra, clero e etc. Assim, no momento em que escreve, Preobrazhensky considera que o camponês tem uma liberdade maior com que dispor da sua produção, em termos de ritmo e forma. A consequência disso é o aumento da demanda efetiva dos camponeses

> Manter o equilíbrio entre a parte mercantilizada da produção industrial e agrícola nas proporções pré-guerra ano passado e este ano significa perturbar agudamente o equilíbrio entre a demanda efetiva do campo e a produção de mercadorias da cidade.[22]

Ou seja, a fome de bens seria o resultado da alteração positiva do orçamento do

[21] CARR, Op Cit, p.309.
[22] PREOBRAZHENSKY, E A. Economic Notes I. On the Goods Famine. (1925). In: PREOBRAZHENSKY, E.A. The Crisis of Soviet Industrialization. New York: The Macmillan Press LTD, 1980e, p.36.

camponês depois da revolução de outubro. A desproporção, contudo, não se encerraria na questão camponesa, também tendo sua contrapartida da parte dos trabalhadores. Seus salários após a revolução estariam cada vez menos submetidos à lei do valor bem como teriam uma quantidade de impostos menor incidindo sobre eles do que no período pré-guerra. Isso significa, mais uma vez, uma tendência a um aumento da demanda de consumo da parte da classe trabalhadora em comparação com o pré-guerra.

> Tudo isso deve levar a uma expansão de nosso mercado doméstico de produtos industriais. A significação deste aumento da demanda dos trabalhadores e camponeses como um estímulo para o ritmo da reprodução ampliada na indústria diferente da taxa pré-guerra não é, do ponto de vista da nossa economia nacional, atualmente o resultado de um nível diferente de desenvolvimento da economia como um todo; ao invés disso, é o resultado de um sistema de distribuição da renda nacional diferente e da mudança no equilíbrio de pagamentos com os países estrangeiros. O Estado toma menos para propósitos não produtivos; menos vai para as classes não produtivas, especialmente aquelas que desperdiçam fundos no exterior ou na importação de bens de consumo; nada vai para pagar dívidas estrangeiras e nada como lucro para o capital estrangeiro investido em nossa indústria. Se nós somarmos todos os valores que listamos, menos o crescente consumo em forma natural, então nós teremos a quantidade total de demanda doméstica efetiva extra que resultou de outubro.[23]

Soma-se se a isso a eliminação da importação de capitais pelo bloqueio à que a URSS foi submetida, o que significa um incremento ainda maior dessa desproporção.

Frente a isso, Preobrazhensky considera a taxa de crescimento da indústria, da acumulação ampliada, insuficiente em relação ao mercado doméstico adicional criado pela revolução de outubro em um contexto onde as importações cessaram. Assim, quanto mais se aproxima dos níveis pré-guerra de produção, mais essas contradições se agudizariam, aprofundadas também pela impressão de papel-moeda em demasiado.

> nós temos que reconhecer três coisas: (1) a expansão projetada da indústria é insuficiente; (2) as alocações orçamentárias para a indústria são insuficientes – e, eu me aventuraria a dizer, desgraçadamente pequenas para um Estado socialista; e (3) o plano financeiro para renovar o capital fixo e especialmente o plano financeiro para a construção de novas plantas é insuficiente e está retardando o desenvolvimento de toda a economia nacional.[24]

A consequência disso é que como os preços do setor estatal são tabelados, a busca pelo equilíbrio através do aumento dos preços, dado o aumento do dinheiro em circulação, só pode

[23] Idem, p.38.
[24] Idem, p.40.

se dar no setor privado. Assim se garante um monopólio do setor privado sobre o aumento dos preços. Isso é sinônimo de um desequilíbrio entre os pagamentos entre o estado e a esfera privada em favor da economia privada. Isso prejudicaria não só a economia estatal, mas também seus trabalhadores, visto que os aumentos dos salários previstos mal conseguiriam manter o salário real.

Frente a isso, ele defende a tomada de medidas com vistas a questões imediatas e de longo prazo. No campo das medidas imediatas, ele defende que se faça a economia estatal se recuperar de todas as perdas que sofreu devido à depreciação da moeda, que se aumente os impostos sobre a economia privada e que se aumentem os preços dos produtos do setor estatal que estejam em menor oferta e que consigam arrancar maior lucro do setor privado.

As medidas de longo prazo propostas incluiriam atingir um nível de acumulação da indústria estatal que garantisse o equilíbrio dentro do sistema econômico inteiro, uma política de preços dos trustes que garantisse acumulação socialista, um aumento nos impostos - principalmente para os elementos ricos do campo e um plano de importação que garantisse à indústria todo equipamento e matérias primas necessários à produção naquele ano. Sua conclusão final é a impossibilidade de que se mantivesse uma prioridade sobre a indústria leve.

Em reação à queda relativa dos preços dos bens industriais, os trustes começaram a se unir em sindicatos que articulavam entre si sua intervenção no mercado. Isso aumentou o poder de barganha da indústria e ajudou a estabilizar os preços em 1922. A partir disso, com a organização da indústria e a boa safra, os preços ganham uma nova desproporção, agora com vantagem para a indústria. Essa nova desproporção ficou conhecida como a crise das tesouras de 1923, pois os preços dos produtos industriais e agrícolas de afastavam uns dos outros como as duas pernas de uma tesoura.

A crise das tesouras se relaciona com o fato de que a agricultura se recuperou muito mais rapidamente do que a indústria do Comunismo de Guerra. Em 1921 a agricultura já atingia 60% da produção de 1913, ao passo que no fim de 1922 a produção da indústria pesada consistia em 26% do pré-guerra. A isso se somaram os já citados sindicatos de trustes e o fato de que a indústria estatal era ineficiente, operando muito abaixo de sua capacidade. Sua produtividade se encontrava muito abaixo do pré-guerra. A distribuição de sua produção, ainda, era ineficiente e custosa.

Além disso, havia formas de manter o preço dos produtos agrícolas mais baixos. O fato de que o governo era o principal comprador de trigo fazia com que ele tivesse uma força para

a manutenção dos preços mais baixos desse produto. Soma-se a isso o fato de que os camponeses sofriam mais com a corrida inflacionária, visto que muitas vezes o tempo de deslocamento até a cidade para a compra de bens de consumo era o tempo de desvalorização considerável de seu dinheiro. Tudo isso conflui para que os preços industriais estivessem acima dos preços de 1913, enquanto os agrícolas se encontravam abaixo.

Para diminuir essa disparidade, uma série de medidas foram tomadas, dentre elas decretos controlando os preços industriais, a diminuição do pessoal excedente na indústria e no comércio e a diminuição do crédito ao setor estatal. Isso faz com que na virada de 1923 para 1924 o preço dos produtos industriais caíssem em 23%.[25]

5. O Trabalho e a NEP

A volta do livre mercado sob a NEP também significou a existência de um mercado de trabalho, com o fim da mobilização compulsória para o trabalho - uma das marcas do Comunismo de Guerra. A aplicação do *khozraschet* demanda a volta da economia monetária, incompatível com um sistema de rações gratuitas ou do trabalho como um serviço social dado ao Estado pelo cidadão. A partir de então, crescem as formas salariais ligadas à produtividade, dando fim às tendências igualitaristas na indústria.

Em 1921 não há mais distribuição gratuita de rações – a distribuição da comida para os trabalhadores é feita a preço de mercado e é posteriormente descontada do salário do trabalhador. O pagamento em dinheiro foi introduzido aos poucos, pois de início a instabilidade da moeda o fazia muito impopular. A contratação do trabalho se dava na relação entre o empregador e o trabalhador, ou através do sindicato, sem a mediação do Estado.

Tratando da questão da remuneração do trabalhador, Preobrazhensky afirma que o nível de cultura e consciência da classe naquele momento não permitiam equalizar o sistema de distribuição dentro do setor estatal. Cresceram, já antes da NEP mas de forma mais acelerada durante a NEP mecanismos como o salário por peça, que buscava incentivar a produtividade. Chegou-se ao ponto de, sob a NEP, o trabalhador ser pago, em formato, como sob o capitalismo - quanto mais se produz mais se recebe. Ainda assim, Preobrazhensky não reduz a NEP a sinônimo de uma gerência capitalista do trabalho. Segundo ele, ainda haveria avanços, como uma distribuição mais ou menos planejada do fundo de salários dos trabalhadores e

[25] DOBB, Maurice. Soviet Development since 1917. London: Routledge and Kegan Paul LTD, 1948.

funcionários estatais e alguns elementos de coletivismo. Aqui entra como exemplo a existência de pagamentos coletivos, ao invés dos individuais. Essas formas coletivas de pagamento são uma evolução da forma de remuneração sob o capitalismo, quando o pagamento é individual e por vezes lhe é somada uma parte dos lucros da empresa. O que ocorre é a criação das condições para que se possa sair do pagamento individual em direção ao pagamento coletivo. Para Preobrazhensky, o momento em que a maioria dos trabalhadores fizessem a transição entre incentivos individuais para os coletivos ao trabalho não seria menos importante que o momento de socialização dos instrumentos de produção. Ele considera que os incentivos individuais seriam inadequados à produção socialista e que, portanto, seria característico do período da ditadura do proletariado o desenvolvimento dos salários coletivos.

Quando trata da questão salarial em *From NEP to Socialism*, Preobrazhensky revela mais uma vez a importância da educação no processo de transformação das relações capitalistas em direção ao socialismo – uma maior qualificação dos trabalhadores em geral, por exemplo, caminharia para uma maior equiparação salarial. Outro elemento que não pertence diretamente à esfera da produção, mas poderia ter um impacto sobre a política de salários é a política de assistência às crianças, visto que em havendo garantias estatais para a criação das crianças diminui a desigualdade entre indivíduos com e sem filhos que recebam um mesmo salário. Ele também afirma a importância de uma alteração não somente material do salário – de individual a coletivo- mas também psicológica, ou seja, que os trabalhadores passem a pensar a partir de uma lógica coletiva.

O principal problema social relacionado ao trabalho no período foi o desemprego. Ele se tornava um problema social nas cidades após o fim do Comunismo de Guerra pois, diferentemente daquele período quando as péssimas condições de vida levaram grandes contingentes populacionais a procurar refúgio no campo, a grande fome de 1921 impedia essa saída.

As relações de mercado imperando, alterou-se, também, o papel dos sindicatos. Se durante o Comunismo de Guerra eles praticamente se tornaram parte da estrutura estatal, agora assumiam um papel crescente de defesa do trabalhador, ainda que de forma mais incisiva contra os empregadores privados do que contra o Estado. Ainda assim, na medida em que se abre espaço para uma maior liberdade econômica, o partido procura garantir que essa liberdade não fosse utilizada de forma a questionar o Estado – greves em setores como as

ferrovias, por exemplo, eram consideradas intoleráveis[26]. Assim, também se delibera que os sindicatos deveriam se manter sob o controle do partido.

> O Partido Comunista Russo, através de suas organizações centrais e locais, como antes dirige todo o lado ideológico do trabalho dos sindicatos incondicionalmente. ... A escolha dos líderes do movimento sindical deve, claro, se dar sob o controle dirigente do partido. Mas a organização partidária deve ser particularmente cuidadosa para aplicar métodos normais de democracia proletária nos sindicatos, onde mais do que tudo a escolha dos líderes deve ser feita pelas próprias massas organizadas.[27]

6. A NEP e as Finanças

No campo das finanças, após o fim do Comunismo de Guerra o rublo continuava se depreciando. Frente a isso, o Banco Estatal, criado em 1921, cria uma nova moeda: os *chervronets* em 1922. As duas moedas coexistiram durante 1922 e 1923, sendo o rublo finalmente abolido em 1924.

Com relação às finanças, Preobrazhensky traz alguns apontamentos em *From NEP to Socialism*. Ali ele fala do possível papel do banco estatal no processo de adaptação das relações capitalistas ao socialismo. O *Gosbank* teria o potencial de contribuir para a acumulação estatal através da emissão de dinheiro, através de um controle sobre a produção privada a partir da concessão ou não de empréstimos e o recolhimento de depósitos- um fundo para a acumulação estatal. Além disso, a política de finanças também teria na política de preços uma importante forma de acumulação pelo mercado.

> Preços de mercado, formalmente o regulador espontâneo da economia, agora foram transformados, nas mãos do Estado poderoso, em uma ferramenta auxiliar da economia planejada.[28]

Além disso, ele reafirma nesta obra a existência do dinheiro durante o período de transição, ainda que com um conteúdo diferenciado quando se refere ao âmbito estatal, e a sua eliminação somente no comunismo.

> Em geral, a abolição do dinheiro é inevitável na sociedade comunista, onde não há contabilidade individual ou de grupo de quem pega o que e quanto. O socialismo, contudo (por que é socialismo e não comunismo), tem essa contabilidade, apesar de

[26] FILHO, Daniel Aarão Reis. Op. cit.
[27] CARR, Op cit, p.324.
[28] PREOBRAZHENSKY, E. A. From NEP to Socialism. A Glance into the future of russia and Europe. London: New Park Publications Ltd, 1973.

eventualmente ela ser aplicada somente a uma parte dos produtos distribuídos.[29]

Os anos de 1924 e 1925 são aqueles em que a NEP atinge seu ápice. Há um início de tentativa de planejamento econômico. Contudo, esse planejamento entre 1923 e 26 tem um significado completamente distinto daquele que adquiriu posteriormente. Aqui foi traçado o primeiro balanço da economia nacional que, apesar de todas as imprecisões, daria as bases para um início de planejamento desse crescimento econômico.

Conclusão

É inegável que com a NEP houve um desenvolvimento econômico bastante significativo e rápido. Logrou-se atingir os índices de produção anteriores à guerra na produção agrícola, e a indústria também teve crescimento[30]. Contudo, também é necessário reforçar as características desse crescimento, que se baseou na agricultura e na indústria leve de bens de consumo, com consequências importantes para a indústria pesada. Os dados da indústria metalúrgica daquele período são notáveis nesse sentido. Em 1920 a produção metalúrgica chegava somente a 6% daquela em 1912, aumentando para 9% em 1921 e caindo novamente para 7% em 1922.[31]

Mais do que isso, a NEP também abriu espaço para um processo de estratificação social no campo, com a fortalecimento da figura do *kulak*, e também na cidade, com o surgimento dos chamados *nepmen*, pessoas que enriqueciam a partir do comércio e também da pequena produção. Essas contradições de seu desenvolvimento geraram espaço para um intenso debate sobre os rumos do socialismo na URSS.

Esse cenário é o palco do debate econômico da década de 20 ocorrido no interior do partido bolchevique, do qual Preobrazhensky foi destacado participante. Nos textos analisados nesse artigos há diversos aspectos de caracterização da NEP e de suas defesas que complementam e reforçam a definição do conceito de acumulação socialista primitiva. Neles há uma crítica geral a um desenvolvimento que fosse demasiadamente favorável à esfera privada, especificamente ao campesinato. Isso se relaciona com o seu reconhecimento da existência de duas leis regulando a economia soviética do período – lei do valor e lei da acumulação socialista primitiva – e com o fato de que eventualmente uma delas teria de

---

[29] Idem.
[30] FILHO, Daniel Aarão Reis. Op. cit.
[31] CARR, Op. Cit, p.311.

suplantar a outra. Por isso sua ênfase sobre a necessidade de fortalecimento do polo socialista.

Ao longo dos textos, vemos o autor abordando questões relacionadas ao aumento quantitativo da produção estatal. Como exemplos podemos citar o reconhecimento da realização e trocas de não equivalentes como uma continuidade entre o comunismo de guerra e a NEP. Ou seja, ao reconhecer essa como uma característica da NEP, o autor está apontando que há uma transferência de excedente do setor privado para o setor estatal. A questão das finanças também entra aqui, visto que ao tratar dessa temática Preobrazhensky aborda algumas formas de fazer essa transferência de excedente – como a política de preços e o câmbio.

Contudo, não podemos perder de vista que os textos também trazem a questão da transformação das relações de produção. Ele fala da importância da alteração da forma salário dentro do âmbito estatal, por exemplo. Além disso, ao tratar especificamente do campo, aponta para a discussão do trabalho coletivo e da coletivização do campo. Contudo, é essencial ver que, assim como em seus escritos do período do Comunismo de Guerra, Preobrazhensky defende que essa socialização se dê voluntariamente. Vemos, assim, um destaque para a presença desses indivíduos, seja no campo ou na cidade, também como sujeitos que devem fazer parte desse processo de acumulação socialista primitiva. Dessa forma, consideramos que a leitura dos textos propostos contribuem para uma visão mais complexa do pensamento de Preobrazhensky, que leve em conta uma defesa de um aumento quantitativo da produção e de transformação das relações de produção. Soma-se a isso, por fim, o entendimento de Preobrazhensky de que o processo de acumulação socialista primitiva teria uma atuação combinada com o processo de revolução mundial, citada em alguns de seus textos como um pressuposto do desenvolvimento soviético. Richard Day[32] corrobora com esse ponto, apontando que para Preobrazhensky a URSS só poderia sobreviver de foram isolada temporariamente, sendo necessária uma integração com outros países que, dado o bloqueio dos países capitalistas, teriam de ser aqueles por onde a revolução mundial se desenvolvesse.

Referências

Fontes

PREOBRAJENSKI, E. A. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

---

[32] DAY, Richard. On "primitive" and others forms of socialist accumulation. Labour / Le Travail, 1982, Vol.10p.165-175;

______. *From NEP to Socialism. A Glance into the future of russia and Europe*. London: New Park Publications Ltd, 1973.

______. The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country. (1922) In: PREOBRAZHENSKY, E.A. *The Crisis of Soviet Industrialization*. New York: The Macmillan Press LTD, 1980a.

______. The Problem of Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the Soviet System. In: PREOBRAZHENSKY, E.A. *The Crisis of Soviet Industrialization.* New York: The Macmillan Press LTD, 1980b.

______. Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the System of the USSR. In: PREOBRAZHENSKY, E.A. *The Crisis of Soviet Industrialization.* New York: The Macmillan Press LTD, 1980c.

______. Economic Equilibrium in the System of the USSR. In: PREOBRAZHENSKY, E.A. *The Crisis of Soviet Industrialization.* New York: The Macmillan Press LTD, 1980d.

______. As perspectivas da Nova Política Econômica. (1921) In: BERTELLI, Antonio Roberto. *A Nova Política Econômica (NEP). Capitalismo de Estado, transição e socialismo.* São Paulo: Global, 1987.

______. Economic Notes I. On the Goods Famine. (1925). In: PREOBRAZHENSKY, E.A. *The Crisis of Soviet Industrialization.* New York: The Macmillan Press LTD, 1980e.

______. Economic Notes II. (1926). In: PREOBRAZHENSKY, E.A. *The Crisis of Soviet Industrialization.* New York: The Macmillan Press LTD, 1980f.

Bibliografia

BETTELHEIM, Charles. *Las Luchas de Clases en la URSS. Segundo período (1923-1930).* Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

CARR, Edward Hallett. *A History of Soviet Russia. Bolshevik Revolution 1917-1923. Vol. 2.* New York: W. W. Norton & Company, 1985.

CHATTOPADHYAY, Paresh. Capitalism as Socialism in the Early Soviet Doctrine: Lenin, Trotsky, Bukharin, Preobrazhensky. *Review of Radical Political Studies*, vol.28(3) 1996: p.74-82.

DAY, Richard. B. Preface. In: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) *The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920.* Boston: Brill, 2014.

DAY, Richard. On "primitive" and others forms of socialist accumulation. *Labour / Le Travail*, 1982, Vol.10p.165-175;

DAVIES, R.W. As opções econômicas da URSS. *In:* HOBSBAWM, E.J. (org) *História do Marxismo. v. 7*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

DEUTSCHER, Isaac. *O Profeta Desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DOBB, Maurice. *Soviet Development since 1917*. London: Routledge and Kegan Paul LTD, 1948.

______. The Discussions of the Twenties on Planning and Economic Growth. *Soviet Studies*, Vol. 17, No. 2, pp. 198-208, Oct. 1965.

FILHO, Daniel Aarão Reis. *URSS: o socialismo real (1921-1964)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

FILTZER, Donald A. Introduction. In: PREOBRAZHENSKY, E.A. *The Crisis of Soviet Industrialization*. New York: The Macmillan Press LTD, 1980.

GORINOV, M.M.; TSAKUNOV, S.V. Life and Works of Evgeny Alekseevich Preobrazhensky, *Slavic Review*, 50, 2, p. 286–96, 1991.

GORINOV, M.M. Foreword. In: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) *The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920.* Boston: Brill, 2014.

LENIN, Sobre o imposto em espécie- O significado da nova política econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto. *A Nova Política Econômica (NEP). Capitalismo de Estado, transição e socialismo.* São Paulo: Global, 1987.

NOVE, Alec. *An Economic History of the USSR 1917- 1991.* Penguin Books: London, 1969.

Recebido em: 08.08.2017
Aprovado em: 29.11.2017

Luta Econômica e Emancipação Social: as grandes greves em Porto Alegre na Primeira República (1917-1919)*

*César Augusto Bubolz Queirós***

Resumo
Durante o período conhecido no Brasil como Primeira República, entre 1889 e 1930, verifica-se um intenso processo de organização da classe trabalhadora em sindicatos e associações operárias, processo esse que culminou na deflagração de diversos movimentos grevistas em vários estados brasileiros, principalmente no período compreendido entre 1917 e 1919. Diversas capitais pelo país afora, como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador e Manaus, vivenciaram a experiência de fortes movimentos paredistas que paralisaram a vida destas cidades. Do mesmo modo, a cidade de Porto Alegre, capital do estado mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul, enfrentou, durante esses anos, paralisações, greves e protestos operários que alteraram a rotina de seus cidadãos. Neste artigo, procurarei fazer uma breve análise dos movimentos grevistas ocorridos na cidade de Porto Alegre em 1917, 1918 e 1919, enfatizando a relação entre as demandas operárias e a postura do governo do estado.

Palavras-chave: Greves; Sindicatos; Trabalhadores.

Abstract
During the period known in Brazil as the First Republic, between 1889 and 1930, there was an intense process of organization of the working class in unions and workers' associations, which culminated in the outbreak of striking movements in several Brazilian states. Several capitals throughout the country, such as São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador and Manaus, experienced the experience of strong wall movements that paralyzed the life of these cities. In the same way, the city of Porto Alegre, capital of the southernmost state of Brazil, Rio Grande do Sul, faced during those years paralyzes, strikes and workers' protests that changed the

---

* Este trabalho faz parte da pesquisa "De norte a sul: um estudo comparado acerca da questão social nas cidades de Manaus e Porto Alegre durante a Primeira República", contemplada pelo edital MCTI/CNPQ/Universal – 14/2014.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

routine of its citizens. In this article, I will attempt to make a brief analysis of the striking movements that occurred in the city of Porto Alegre in 1917, 1918 and 1919, emphasizing the relationship between workers' demands and the position of the state government.

Keywords: Strikes; Trade Unions; Workers.

O século passado – essa Era de Extremos – se inicia de forma bastante conturbada: as disputas imperialistas que se avolumavam desde o final do século XIX, as rivalidades e tensões que se intensificavam rapidamente entre as principais potências europeias e um conjunto de disputas territoriais levaram à eclosão de um conflito bélico de escala mundial entre os anos de 1914 e 1918[1]. No decorrer de tal conflito, verificou-se o deflagrar de um episódio que marcou de forma inequívoca os rumos do século que se abria e sem o qual seria impossível compreender o período que a ele se seguiu: falamos aqui da Revolução Russa de 1917. Tal evento representa o surgimento do primeiro Estado socialista da história e demonstra a possibilidade de uma alternativa ao capitalismo: o fantasma do comunismo se materializava no Estado que ora se erguia dos escombros de uma Rússia atrasada e destruída pela guerra e por uma sequência de ataques imperialistas que visavam impedir o estabelecimento e a consolidação daquele Estado operário.

As consequências sociais e econômicas da Primeira Guerra Mundial, o enorme impacto que a Revolução de 1917 exerceu sobre a classe trabalhadora mundial e a tradição associativa que esses trabalhadores acumularam ao longo das últimas décadas de luta e organização sindical favoreceram a emergência de intensas agitações sociais, greves etentativas de revoluções não apenas no Velho Continente, mas também na América Latina e, particularmente, no Brasil. Ademais, o crescimento eleitoral dos partidos de esquerda e a grande elevação da atividade sindical ajudaram a formar um quadro pela agudização dos conflitos entre capital e trabalho, levando a uma profunda contestação da ordem vigente. Esses anos foram realmente, parodiando a expressão de Moniz Bandeira, “anos vermelhos”[2].

Em março de 1919, a Hungria – após a dissolução do império Austro-Húngaro – experienciou a instalação de um regime comunista liderado por Bela Kuhn, mas que logo sofreu

---

[1] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

[2] O autor usa a expressão para designar o ano de 1917, em função da eclosão da Revolução Russa, mas a considero apropriada para caracterizar toda a conjuntura em tela devido à intensa onda de agitação social que percorreu o mundo nesse período. BANDEIRA, Moniz; MELLO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasi*l. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

a invasão romena. Na Itália, os anos de 1919 e 1920 ficaram conhecidos como “Biênio Vermelho” e os movimentos contestatórios neles ocorridos são considerados como uma das motivações da ascensão do fascismo[3]; na Bulgária, “glóriada península balcânica”, a imprensa operária porto-alegrense celebrava e divulgava o “advento do Maximalismo” naquele país, em 1919[4], só para ficar em alguns exemplos. Para Nosella, este período foi uma “autêntica primavera para os movimentos socialistas, trabalhava-se nas praças, nas ruas, nos jornais, nos campos, nas fábricas, nas sedes dos partidos com a perspectiva concreta, a médio e curto prazo, da Revolução Socialista. O exemplo de Lênin na Rússia brilhava fortíssimo, reforçando em todos os militantes a *ideia* de que a Revolução Socialista era possível e próxima”[5].

Em 1917 – e nos anos que se seguiram – o Brasil foi sacudido por uma sequência de greves ocorrida em seus principais centros urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, entre outras cidades, tiveram o seu cotidiano alterado por paralisações laborais de diversas categorias e setores. Certamente, a greve geral ocorrida no mês de julho de 1917 em São Paulo, um “ato simbólico e único”[6] na memória social brasileira, seja o movimento sobre o qual a historiografia e a memória social mais tenham se debruçado.

Pensando na passagem dos 100 anos da Revolução Russa e das grandes greves que percorreram o país em 1917, esse artigo tem o objetivo de analisar a conjuntura grevista de 1917-1919 na cidade de Porto Alegre, salientando a forma como as greves que alteraram a dinâmica da capital dos gaúchos se desencadearam e a forma como o Estado e o patronato se articularam diante de tamanho desafio colocado pela classe trabalhadora organizada naquela capital. Perrot enfatiza que a “greve multiplica as relações entre as classes e os grupos sociais, habitualmente instalados em compartimentos separados”[7], e age como um espelho capaz de refletir não só a imagem do trabalhador, mas também a do patrão, a do Estado e a de outros agentes sociais envolvidos em tais fenômenos. Assim, ao analisar as greves protagonizadas pela classe trabalhadora gaúcha, deve-se atentar para a participação dos diferentes agentes sociais

---

[3] Segundo Tobias Abse, “o auge do fascismo na Itália não pode desprender-se dos sucessos do biênio vermelho, os dois anos vermelhos de 1919 e 1920, que lhe precederam. O fascismo foi uma prevenção contrarrevolucionária [...] lançado como resultado da fracassada revolução”. ABSE, Tobias. The Rise of Fascism in an Industrial City. In: FORGACS, D. (Org.). *Rethinking Italian Fascism: capitalism, populism and culture*. London: Lawrence andWishart, 1986, p. 54.
[4] *Ao Povo Sedento de Liberdade*. União Maximalista. Anexo 9. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.
[5] NOSELLA, Paollo. *A escola de Gramsci*. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 63.
[6] FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986, p. 192.
[7] PERROT, Michelle. *Jeunesse de laGrève*. Paris: Seuil, 1984, p. 14.

e de seus interlocutores.

Mas o que era Porto Alegre no começo do século XX? De acordo com recenseamento realizado pelo IBGE, a população do Rio Grande do Sul em 1920 era de 2.182.713 pessoas[8]. Dessas, 179.263 residiam na capital, que era a sexta maior cidade do país em termos demográficos (ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Salvador, Pernambuco e Belém, pela ordem), apresentando a segunda maior taxa de crescimento médio anual entre 1900 e 1920, perdendo apenas para Belo Horizonte. Em um relatório da Secretaria da Fazenda do Estado[9], estimava-se um total de 65.000 trabalhadores na cidade, distribuídos em 12.950 estabelecimentos. A despeito disso, durante a greve de 1919, o *Correio do Povo* contabilizava o número de 3.000 operários parados![10]

No plano nacional, os constantes empréstimos externos com o objetivo de promover o plantio, a estocagem e a exportação do café; a política de desvalorização da libra esterlina visando facilitar as exportações (e que reduzia o poder de compra da moeda nacional) e o fato do Brasil passar a abastecer os países envolvidos na Guerra com gêneros alimentícios motivaram a pauperização do proletariado e o acirramento das tensões sociais.

Naquele contexto conturbado, tanto a carestia provocada pela eclosão do "tufão mortífero"[11]que assolava a Europa – e que, em virtude do Brasil abastecer os países envolvidos no conflito mundial com gêneros alimentícios, fomentava o empobrecimento das classes menos favorecidas – quanto a onda revolucionária que se alastrou por várias localidades, pondo em estado de alerta a burguesia europeia e espalhando pelo mundo a esperança de uma profunda transformação social, achavam-se entre as justificativas que os trabalhadores grevistas utilizavam para legitimar os seus movimentos na capital do Rio Grande do Sul (ou para deslegitimá-los, no caso do Estado e do patronato)[12].

Diante de tal situação, em meados de julho de 1917, uma sucessão de "boatos" acerca da preparação de uma greve pela Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS)[13] passaram

---

[8] Todos os dados estatísticos a seguir foram retirados ou contabilizados a partir do Anuário Estatístico do Brasil, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, p. 71, 1936, p. 79.
[9] REICHEL, Heloísa Jochims. A Industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgius (Orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 269.
[10] Correio do Povo, 07/09/1919.
[11] O Independente, 05/09/1919.
[12] QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Desvarios Anarquistas na Rússia Rio-Grandense: as grandes greves na Primeira República*. Manaus: EDUA, 2016.
[13] A FORGS havia sido fundada em 1906, durante a greve geral daquele ano, sob a liderança dos socialistas. Segundo Schmidt, seus criadores tinham o intuito de "aproveitar o momento de efervescência dos trabalhadores a fim de organizar uma instituição unificadora de suas lutas e interesses". SCHMIDT, Benito. *De Mármore e de Flores: a*

a ser veiculados na imprensa local, levando a diretoria desta entidade – então predominantemente não anarquista – a publicar uma nota no *Correio do Povo* na qual afirmava não cogitar "[...] da greve, tendo até mesmo se esforçado junto às associações que lhe são federadas para que esta capital não venha sofrer na sua tranquilidade"[14].

No entanto, no dia 29 de julho, a União Operária Internacional (UOI) – uma associação que congregava os anarquistas da cidade – realizou uma reunião geral (que contou com a presença de mais de 500 pessoas) na qual foi criada a Liga de Defesa Popular (LDP), um comitê com a participação dos anarquistas e dos pedreiros que, no decurso do movimento paredista, converteu-se em uma espécie de grupo diretor. Após a reunião, a LDP publicou uma "Proclamação ao Povo de Porto Alegre" no jornal *Correio do Pov*o, na qual expunha suas reivindicações, tendo enviado, ainda, um Memorial aos governos municipal e estadual (31/07/1919). Dentre as principais exigências desta Proclamação, constavam a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o estabelecimento de mercados livres nos bairros operários, a criação de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preços acessíveis e o aumento de salários. Das exigências da LDP, oito eram direcionadas diretamente às instâncias governativas (municipal e estadual) e somente duas (aumento de salários e redução da jornada) destinavam-se aos patrões.

Após comício realizado no dia 31 de julho, a greve irrompeu com a adesão da maioria das categorias profissionais, acarretando a paralisação da capital. Os serviços essenciais, como transporte e energia elétrica, também foram afetados, a ponto de a cidade ficar praticamente às escuras, devido à suspensão do funcionamento da Companhia Força e Luz. No mesmo dia do *meeting*, os empregados da Viação Férrea fizeram uma reunião na qual redigiram um memorial ao diretor da empresa, Sr. Cartwright, em que exigiam aumento de 30% sobre os salários, redução da jornada de trabalho para oito horas e estabelecimento da semana inglesa. Como não foram atendidos em suas pretensões, declararam-se em greve, estabelecendo um movimento que correu de modo paralelo àquele dirigido pela LDP, mas que, em grande medida, colaborou para o êxito do mesmo[15].

---

primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005, p. 49. Em fins de 1918, após várias disputas entre diferentes grupos, a FORGS passou a ter uma orientação predominantemente anarquista. Sobre as disputas pela liderança desta associação: BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: UEL, 2008.

[14] Correio do Povo, 28/07/1919.

[15] A Federação, 30/07/1917. Sobre a greve da VFRGS KLIEMANN, Luíza H. S. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de "ordem e progresso" (1905-1920), *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. III, nº 2, p. 159-249, 1977. E BAK,

Percebe-se o envolvimento – em maior ou menor grau – de três associações operárias na greve: a UOI, predominantemente anarquista, cujos esforços permitiram o desencadeamento da greve; a FORGS, principal entidade de representação operária do Estado, cuja liderança estava em poder de não anarquistas; e a LDP, comitê criado durante a reunião geral da classe, que assumiu um caráter de órgão diretivo da parede.

Diante do grau de mobilização da classe trabalhadora naquele movimento, o presidente do Rio Grande do Sul baixou dois decretos (2.287 e 2.288) elevando o salário dos funcionários a serviço do Estado e estabelecendo uma regulamentação oficial sobre as exportações de banha, arroz, açúcar, batatas, feijão e farinha (A Federação, 02/08/1917). Seguindo as orientações do governo estadual, o intendente municipal, José Montaury, assinou ato que estabelecia o preço de venda dos gêneros de primeira necessidade (Ato 137, de 4 de agosto de 1917) e outro que criava feiras e mercados livres em Porto Alegre (Ato 138, de 25 de agosto de 1917), atendendo às exigências constantes no Memorial da LDP.

Com o atendimento de parte das reivindicações pelo governo do Estado, o movimento foi declinando e os trabalhadores acabaram, pouco a pouco, retornando a seus postos de trabalho, tendo ficado paralisadas apenas aquelas categorias que não conquistaram suas reivindicações junto aos patrões. A seguir, a LDP lançou um Boletim, no qual "aconselha[va] a volta ao trabalho de todas as classes que o julgarem conveniente", e afirmava que aquelas categorias profissionais que ainda não houvessem sido atendidas em suas reivindicações e que, deste modo, quisessem permanecer em greve, contariam com total solidariedade por parte da Liga e da FORGS[16].

A legitimidade conferida às associações operárias pelo governo do Estado e o atendimento – mesmo que parcial – das demandas dos grevistas conferem a este movimento paredista certa excepcionalidade tanto em relação a movimentos congêneres deflagrados em outros estados, quanto no que tange à própria conduta do PRR, que defendia a não intervenção governamental nas relações entre capital e trabalho[17]. Tais peculiaridades levaram alguns autores a defender a ideia de um "paternalismo borgista", inspirado na máxima positivista da "incorporação do proletariado à sociedade moderna".

Todavia, a greve que irrompe no ano seguinte não contará com a mesma postura do

Joan. Labor, community and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. Hispanic American History Review, p. 179-227, 1998.

[16] Correio do Povo, 05/08/1917.

[17] QUEIRÓS, César Augusto. *O Positivismo e a Questão Social na Primeira República*. 2 Ed., Curitiba: CRV, 2016.

governo do estado que se recusará a reconhecer a legitimidade das reivindicações do movimento grevista de 1918, não dialogando com os grevistas e impondo uma forte repressão aos líderes e associações operárias. A guerra europeia continuava a impactar de forma bastante significativa os preços dos gêneros de primeira necessidade, provocando uma acentuada elevação dos preços desses produtos. Para verificarmos tal elevação, é interessante compararmos a tabela dos preços máximos estabelecida em ato municipal pela Intendência em agosto de 1917 com a de novembro de 1918. Em ambas, podemos encontrar oito artigos, sendo que os que apresentaram maior encarecimento foram a carne, que teve um aumento médio de 100% no período; a farinha de trigo, que aumentou 75%; e o leite, que subiu 66,6%. Ademais, a inflação média destes produtos acumulada no período foi de 53,97%[18]. Diante desse quadro calamitoso, os periódicos locais ressaltavam a "angustiosa situação em que se acham"os trabalhadores[19].

Em 18 de julho, após assembleia promovida pela FORGS, pela UGT e pela União Metalúrgica, foi elaborado um Memorial que, depois de aprovado, foi entregue ao presidente do Estado, Borges de Medeiros, requisitando: a redução de 40% dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a regulamentação das oito horas diárias de trabalho, a liberdade dos canteiros recolhidos à Casa de Correção em função de uma greve ocorrida no mês de abril, a criação de uma lei de proteção aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e a instituição das passagens de bonde a 100 réis para os operários[20]. O Memorial enviado ao Presidente do Estado pelas três associações operárias não fora atendido, tendo sido despachado com as seguintes palavras: "Volte, selado", o que teria deflagrado o início do movimento paredista[21].Com posições francamente contrárias à deflagração da greve, a diretoria da FORGS, composta por Vigo Thompson Colin, Juvêncio Lima e João Huber, pediu exoneração, alegando conflito de opiniões com as classes obreiras[22].

Às 21 horas do dia 21, os operários que trabalhavam na usina da Companhia Força & Luz abandonaram seus postos, provocando a interrupção do fornecimento de energia elétrica[23].

---

[18] Ato 137 de 4 de agosto de 1917, p. 7-8; e Ato 145 de 6 de novembro de 1918, p. 61-62. Os outros artigos que constam nas duas tabelas são: arroz, com um aumento de 45,16%; banha, 20%; açúcar, 25%; ovos, 50%; e pão, 50%.
[19] A Federação, 15/07/1918.
[20] O Independente, 19/07/1918.
[21] Noticia, 20/07/1918.
[22] Correio do Povo, 19/07/1918.
[23] A Federação, 22/07/1918.

A paralisação deste serviço acabou pegando de surpresa o presidente do Estado, que se encontrava em uma solenidade relativa à Primeira Exposição Preparatória da 4ª Exposição Nacional do Milho. Contrariado com a situação, Borges de Medeiros dirigiu-se até a Usina e, acompanhado da Brigada Militar, fez restabelecer o serviço por considerá-lo de utilidade pública – embora explorado por uma empresa privada –, promovendo a ocupação militar do local por 35 praças da Brigada[24]. A fim de garantir a continuidade do abastecimento de energia, foram enviados alguns homens que estavam recolhidos nas prisões do 1º e 3º distritos para substituírem os operários, os quais resolveram permanecer parados. O governo julgou o movimento ilegítimo e descabido e logo se prontificou a contê-lo por se tratar de uma "perturbação da ordem social indispensável à tranquilidade pública"[25]. Dirigindo-se aos operários, Borges argumentou que, naquele momento, a greve era uma inconveniência devido ao estado de guerra no qual o país se encontrava, e que teria permitido a paralisação de agosto do ano anterior pois a situação era outra e porque avaliara justas as alegações do operariado. Tal visão era compartilhada pela imprensa da capital que constantemente publicava reportagens que destacavam as "funestas consequências [deste] momentoso acontecimento que por instantes alarmou a sociedade porto-alegrense com os seus criminosos excessos"[26]. Outro periódico publicou um "apelo patriótico" aos operários para que esses não se deixassem influenciar "por espíritos anárquicos que talvez existam em seu seio", por elementos estrangeiros que defendiam "ideias balofas geradas por cérebros ocos, fora de senso, inimigos da estabilidade interna"[27].

Devido à ação do governo, no dia seguinte à sua eclosão, o movimento já parecia derrotado, tendo sido restabelecido o tráfego de bondes, uma vez que os empregados internos da Companhia Força & Luz ocuparam os lugares dos motorneiros e os veículos "trafegaram guardados cada um por duas praças da Brigada Militar com armas embaladas"[28]. Os comícios e ajuntamentos públicos haviam sido expressamente proibidos e a sede da Federação Operária fechada[29].As associações operárias que encabeçaram a nova parede sofreram dura repressão,

---

[24] Correio do Povo, 23/07/1918.
[25] Correio do Povo, 23/07/1918.
[26] Gazeta do Povo, 15/09/1918.
[27] O Independente, 01 e 03/07/1919.
[28] A Federação, 22/07/1918.
[29] Silva Jr. argumenta que, em função deste incidente e da repressão ocorrida durante a greve de 1917, "a convocação do povo, ou pelo menos de passeatas grandes de trabalhadores para acompanhar comissões de negociação não são mais utilizadas pelas lideranças operárias", pois poderiam acarretar "custos à dominação das lideranças",SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *"Povo! Trabalhadores!": tumultos e movimento operário*. Porto Alegre:

mesma atitude que se verificou na greve que eclodiu no ano seguinte.

Considerando essa breve exposição acerca das greves de 1918 e 1919, podemos chegar a algumas conclusões. Primeiramente, devemos observar que ambas assumiram a forma de greves gerais, com uma pauta de reivindicações conjuntas e destinadas em maior grau ao poder público que, em última análise, se tornava o interlocutor preferencial dos movimentos. A despeito disso, verificamos posturas diferentes da parte do governo que, se reconheceu a legitimidade da LDP e atendeu parte das reivindicações dos grevistas em 1917, reprimiu duramente o movimento ocorrido no ano seguinte, sequer dando resposta ao Memorial entregue pelas associações representativas dos trabalhadores ao Presidente do Estado. Tal diferença de tratamento talvez possa ser compreendida se observarmos que o reconhecimento da LDP como interlocutora possa estar relacionado ao abrandamento do discurso grevista durante o ano de 1917.

Em 1918, destacamos que a própria diretoria da FORGS pediu exoneração por não concordar com os rumos do movimento. Cabe destacar ainda que o Vigo Thompson Colin acabou sendo eleito conselheiro Municipal justamente pelo PRR, partido de Borges de Medeiros. Segundo um dos dirigentes da FORGS, Friedrich Kniestedt, a federação era "apagada" e "fiel ao governo"[30]. Em 1918, a forma súbita pela qual o movimento se precipitou – "desrespeitando" e "afrontando" as autoridades constituídas e concretamente apanhando Borges de Medeiros em meio a uma cerimônia oficial – e a maior presença de anarquistas entre os organizadores da greve – que proferiam discursos "em linguagem violenta"[31] – talvez tenham colaborado para que, nesta ocasião, a reação tenha sido violenta e a repressão imediata. Ademais, a postura governamental pode ser compreendida se considerarmos que, provavelmente, a avaliação feita era de que novas concessões fomentariam ainda mais as greves.

A conjuntura internacional e o encarecimento provocado pelas exportações para os países envolvidos no conflito mundial conferiam certa legitimidade ao movimento grevista de 1917, já que "certos períodos – como a Grande Guerra – tendem a encorajar mais a função

---

Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994, p. 387. De fato, novos *meetings* e comíciossó foram convocados pela FORGS na comemoração do 1º de maio de 1919 e durante a greve generalizada daquele ano, na qual a Federação não assumiu o protagonismo e limitou-se a prestar solidariedade às diferentes categorias paralisadas. O maior comício realizado foi convocado pelo Sindicato dos Operários da Cia. Força e Luz.

[30] GERTZ, René. *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989, p. 125.

[31] Correio do Povo, 23/07/1918.

mediativa do Poder Público"[32]. Nesse sentido, embora o governo não tenha atendido a nenhuma das reivindicações dos grevistas neste momento, alguns meses após a greve, o Intendente Municipal assinou o ato nº 145 que estabelecia o preço máximo de vários gêneros alimentícios. Tal medida, tomada menos de quinze dias após o deflagrar da greve, provavelmente visava a acalmar os ânimos acirrados sem, no entanto, dar sinais de fragilidade da parte do governo, pois esse não aceitava perder a "queda de braço" com os operários. Todavia, o ano de 1918 marcou um momento de tomada das principais associações operárias pelas lideranças anarquistas. Mesmo impondo uma visão sindicalista sobre elas, essas direções passaram a ter um espaço privilegiado de divulgação e expressão de suas ideias e propostas que resultaram em uma radicalização do discurso operário, especialmente durante a greve generalizada de 1919.

Em 1919, um novo movimento grevista agitou a vida da capital gaúcha. No entanto, este movimento, ocorrido entre os meses de agosto e setembro, não estourou de modo repentino, mas foi o resultado de um longo processo de mobilização operária que remete tanto às greves gerais de 1917 e 1918, quanto à eclosão de movimentos parciais organizados pelos sindicatos e associações de trabalhadores naquele mesmo ano de 1919. Durante os meses – ou mesmo anos – que antecederam a Greve Geral de 1919, a agitação operária foi intensa e a ocorrência de greves, não só em Porto Alegre como em todo o Estado, demonstra este avanço organizativo do movimento operário gaúcho. Muitas cidades do interior se depararam com a eclosão de greves das mais variadas categorias.

Diante dessa intensa agitação operária, em meados de julho, a maioria dos sindicatos de trabalhadores de Porto Alegre já deflagrava suas respectivas "paredes": oSindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Operários em Calçados, o Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas, o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato Padeiral, o Sindicato dos Tecelões, dos Chapeleiros, dos Cervejeiros, dos Canteiros, dos Trabalhadores em Fumo, dos Trabalhadores em Moinho, dos Operários da Companhia Telephônica Rio-Grandense, entre outros. As greves, então, se generalizaram e afetaram visceralmente a vida da cidade, provocando a paralisação de serviços essenciais como luz, transporte e telefonia. Os jornais da capital, com exceção da *Federação* e do *Correio do Povo*, que tiveram o seu fornecimento de energia elétrica mantido pela Usina Municipal, foram obrigados a interromper suas publicações.

---

[32] SIROT, Stéphane. *La Grève en France: une histoire sociale. (XIX-XX siècle)*. Paris: Odile Jacob, 2002, p. 234.

A cidade ficou praticamente às escuras[33].

Tomando a expressão de Perrot, os movimentos paredistas aqui referidos ocorriam como erupções do magma em ebulição, difundindo-se como uma epidemia. A autora denominou greves deste tipo de "eruptivas", pois ocorrem como se estivessem "possuídas por uma força exterior, irresistível"[34]. E, de fato, as paralisações de 1919 se sucediam de modo quase que incontrolável: cada vitória de uma categoria impulsionava as reivindicações de outras e assim sucessivamente.

Diferentemente das greves ocorridas nos anos anteriores, as reivindicações dos operários não eram direcionadas majoritariamente ao Poder Público, mas, sim, aos empresários. Diante disso, no dia 2 de setembro, foi organizada uma reunião dos proprietários e diretores de estabelecimentos cujos operários estavam em greve na qual deliberaram, por unanimidade de votos, atuar de comum acordo e, reunidos, encaminharem suas deliberações ao presidente do Estado, mostrando-lhe a situação aflitiva pela qual, segundo eles, passava a indústria local[35].Os empregadores haviam decidido enfrentar os operários e esta posição foi marcada por ferrenha intransigência. Com efeito, os jornais de Porto Alegre noticiavam que "os industriais e comerciantes desta praça, proprietários de estabelecimentos cujo pessoal se acha em greve, resolveram não realizar nova reunião conforme tinham combinado, visto se acharem todos dispostos a não aceder às pretensões dos operários em greve"[36]. Nos dias seguintes, a situação adquiriu contornos de radicalização. Em boletim intitulado *A Postos Operários*, a FORGS contestou veementemente a posição dos industriais de mandar um ofício ao presidente do Estado, atestando que "situação precária é a nossa", e conclamando os operários a se manterem parados, pois "nada temos com o governo, nada temos com os industrialistas, tanto vale um como o outro. Nós como operários só temos com a ação direta"[37].

---

[33] O Independente, 03/09/1919.
[34] PERROT, Op. Cit., 1984, p. 35-36
[35] Correio do Povo, 03/09/1919. A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.; Neste dia, aderiram à greve os trabalhadores em açúcar. O sindicato desta categoria distribuiu um boletim no qual exigia redução da jornada de trabalho; aumento de salário de 30% para os homens que ganhavam 1$000, de 25% para os que ganhavam de 3$000 a 4$000, de 20% para os que ganhavam de 4$000 a 5$000, de 15% para os que ganhavam de 7$000 a 10$000, de 25% para as meninas, além de aumento no valor da "embrulhação" de balas.
[36] A Federação, 05/09/1919. O jornal *Gazeta do Povo* comentou que, em Rio Grande, a companhia União Fabril, "em um gesto de nobreza, aumenta espontaneamente os salários de seus operários e concede as 8 horas de trabalho", e criticou as indústrias da capital que "não querem sob pretexto algum diminuir os dividendos de seus acionistas". *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1919.
[37] *A Postos Operários*. FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Dada a intransigência dos patrões em negociar com os paredistas, verifica-se a ocorrência de atentados protagonizados pelos operários. Tais atentados ocorrem em um momento em que os patrões assumiram uma "atitude que não era considerada pelos grevistas como a de uma greve 'limpa', contratando, no caso, outros trabalhadores para os postos vagos"[38]. Ao se negarem a negociar com os operários e, sobretudo, ao substituírem os grevistas, os patrões estavam, na ótica dos trabalhadores, burlando as regras do jogo. Tal burla não deixava alternativas e, na perspectiva dos participantes do movimento, conferia legitimidade às ações violentas que ocorreriam a seguir. Esta "nociónlegitimizante" pode ser entendida como uma justificativa racional desencadeada por algum fator que justificaria certas ações. No caso em tela, os executoresdessesatos violentos "creían estar defendiendo derechos o costumbres tradicionales; y, en general, que estaban apoyados por el amplio consenso de la comunidad"[39]. Talvez, no movimento examinado, não possamos falar em "costumes tradicionais" no sentido empregado por Thompson, mas em "costumes associativos" ou "militantes", mais especificamente, em uma crença tácita de que os patrões deveriam negociar com os operários e reconhecer seu direito a reivindicarem. Contra a intransigência dos patrões e a repressão do governo estadual, bombas e dinamite!

Os boletins alertavam que os trabalhadores engajados no movimento estavam dispostos a adotar estratégias contundentes contra a teimosia dos patrões. Um exemplo é este folheto distribuído pelo Sindicato dos Operários da Companhia Força & Luz e incorporado como prova das intenções subversivas dos grevistas em um processo-crime:

> Basta! Se a burguesia semeia ventos que colha tempestades. É impossível permanecer inativos. Se não podemos vencer de braços cruzados descruzemo-los, e defendamos os nossos direitos custe o que custar, doa a quem doer. [...] Sejamos homens. Que cada homem saia à rua e que cada covarde fique em casa. O que é impossível, inadmissível, absolutamente impossível, é voltarmos ao trabalho nas condições em que o deixamos. Fizemos a greve porque o trabalho nas condições atuais é impossível. Sejamos homens! A burguesia não que ceder? Ela que fique responsável pelo que aconteça. Vencer ou morrer! Este é o lema![40].

No domingo, 7 de setembro, Dia da Independência, esse antagonismo se radicalizou com a ocorrência de furiosos conflitos entre a polícia e os operários. Nesse dia, o Sindicato da

---

[38] Silva Jr., Op. Cit., 1994, p. 393.

[39] THOMPSON, Edward Palmer. La economia moral de lamultitudenla Inglaterra delsiglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979, p. 65.

[40] *Syndicato dos Operários da Força & Luz*. Anexo 2. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Força e Luz organizou um *meeting* que seria realizado na Praça Montevidéu, a fim de protestar contra as contratações feitas pela empresa para substituir os grevistas[41]. Mesmo antes de começar a reunião, que aglutinava em torno de 600 integrantes, a polícia apareceu para fazer com que os operários se dispersassem. A tentativa de dispersão do *meeting* pela força pública levou a um intenso conflito entre a Brigada Militar e os manifestantes, transformando as ruas do centro de Porto Alegre em uma verdadeira praça de guerra: operários grevistas – muitos deles armados – fugiam das tropas da Brigada –munidas com espadas, cavalos e revólveres – e se misturavam aos transeuntes que comemoravam o dia da Independência. Um jornal da capital condenou os excessos da força policial considerando que "era desnecessário que os soldados da Brigada Militar entrassem na rua dos Andradas, disparando os seus revólveres, e isso justamente quando essa rua se achava repleta de famílias, não só por ser domingo, como, também, porque se realizavam passeatas comemorativas da independência nacional"[42]. A repressão violenta sobre os grevistas resultou em diversos operários feridos e uma vítima fatal: o operário da Cia. Força e Luz Fernando de Oliveira, que "tombou vítima de seus ideais" e dos tiros dos policiais, tendo recebido diversos ferimentos produzidos por projéteis de arma de fogo[43].

O processo relativo ao confronto justifica a ilegalidade da realização do *meeting* afirmando que o mesmo "fora precedido de uma derrama de boletins, artigos de jornal, folhetos francamente revolucionários, assinados por diversas associações operárias desta capital" e que o "próprio órgão oficial da 'Federação Operária' pregava abertamente a sublevação das massas operárias contra a sociedade atual, o governo e a propriedade particular"[44]. No referido processo, consta em anexo, visando provar a argumentação feita acima, uma grande quantidade de folhetos e manifestos publicados por várias entidades de trabalhadores.

Fica também evidente neste caso uma disputa pelo uso simbólico do espaço público. Por um lado, os operários buscavam conferir visibilidade ao seu discurso e às suas reivindicações, apropriando-se de uma data fundadora da identidade nacional: o Dia da Independência. Por outro, o Estado não admitia esta "corrupção", já que os rituais cívicos realizados nas comemorações do 7 de setembro tinham o intuito de criar um sentido de

[41] Gazeta do Povo, 07/09/1919.
[42] Correio do Povo, 09/09/1919.
[43] Gazeta do Povo, 07/09/1919.
[44] ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 2.

unidade nacional, na qual todas as diferenças internas – inclusive as classistas – deveriam ser diluídas[45]. Sobre o incidente, o periódico *A Federação* afirmou que

> as intenções de subversão da ordem estão, mais do que provadas, confessadas publicamente pelos cabeças do motim. Outra não podia, pois, ser a atitude da polícia ao proibir que, ontem à tarde, se realizasse, na praça pública, um ajuntamento sedicioso ao qual os anarquistas, contrariando ordens expressas, concorreram armados e dispostos à prática de violências, tanto assim que desrespeitaram a autoridade que lhes foi aconselhar a dispersão e agrediram a tiros de revólver os policiais que faziam efetiva a intimação do subchefe de polícia[46].

No dia seguinte, na ocasião de seu sepultamento, houve um novo choque entre a polícia e os participantes do cortejo fúnebre que conduzia o corpo do Instituto Anatômico da Faculdade de Medicina até o Cemitério da Santa Casa[47] e que, segundo um dirigente da Federação, era acompanhado por "milhares de operários"[48]. No mesmo dia, o governo do Estado ordenou o fechamento de diversas associações operárias – entre elas a FORGS, "sabida e confessadamente o ninho dos agitadores[49].Outras associações também tiveram suas sedes ocupadas militarmente, como a dos empregados da Cia. Força e Luz e a União Metalúrgica[50]. O chefe de polícia ordenou, ainda, a prisão dos membros de diversas lideranças sindicais, como José Antônio (o sobrenome não aparece na fonte), Aristides Luiz (idem), Miguel Rossi, Juvenal Vieira da Silva, Victor Viega da Silva, João Humbert, José Maria Braga e João Moreira[51]. Outros operários também foram detidos. Entre eles, Abílio de Nequete[52], Orlando Martins e Araújo da Silva. Houve troca de telegramas entre militantes operários porto-alegrenses e sociedades operárias de outros estados, denunciando as violências praticadas pela polícia por ordem de Borges de Medeiros e o fechamento das associações[53]. A ocupação da sede da FORGS acabou

[45] DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 57.
[46] A Federação, 08/09/1919.
[47] Correio do Povo, 09/09/1919.
[48] GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128.
[49] A Federação, 08/09/1919.
[50] O Independente, 10/09/1919.
[51] Gazeta do Povo, 08/09/1919. Victor Viegas da Silva era delegado do Sindicato da Força e Luz junto à FORGS. João Huber (a grafia do seu nome varia segundo a fonte) era dirigente da FORGS em 1918, tendo pedido exoneração do cargo juntamente com Vigo Thompson Collin. Não encontrei informações sobre os demais membros da diretoria presos.
[52] Abílio de Nequete, imigrante libanês e fundador da União Maximalista, foi preso por ter declarado "esposar ideais maximalistas". (Gazeta do Povo, 07/09/1919). Segundo Kniestedt, ambos ficaram presos juntos e deveriam ter sido expulsos do país, só não o sendo em função da intervenção de Borges de Medeiros. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 129.
[53] Correio do Povo, 09/09/1919. Telegramas foram enviados ao jornal *A Plebe*, de São Paulo; à UGT, de Rio Grande; e à Confederação Geral dos Trabalhadores, do Rio. O advogado A. de Moraes Fernandes enviou, no dia 22 de setembro, um ofício à chefatura de polícia no qual solicitava que fossem apurados os fatos relativos a este incidente

levando à realização de outro atentado, no qual três ou quatro operários alvejaram o prédio da Federação a uma hora da madrugada, travando-se um pequeno tiroteio[54].

A partir deste momento, a greve parece ter se encaminhado para o seu final, em grande parte devido às violências cometidas pela polícia, à proibição de reuniões e *meetings*, à prisão dos principais líderes e ao fechamento das mais significativas organizações operárias, o que ocasionou o desmantelamento do movimento e acirrou a apreensão dos trabalhadores. Por outro lado, deve-se considerar que a espontaneidade do movimento, a falta de entendimento entre algumas associações e a radicalização do discurso de seus líderes podem ter contribuído também para o seu desfecho. Assim, no dia 12 de setembro, o jornal *O Independente* comemorava: "parece solucionada a greve nesta capital, normalizando a situação que chegou a criar verdadeiras apreensões. Pouco a pouco voltam os operários às oficinas".

O término da greve se deveu a uma conjunção de vários fatores, entre eles: a intransigência e a obstinação da classe patronal em não fazer concessões aos trabalhadores; a ação repressiva do aparato estatal, que acionou a força pública para sustentar a posição dos proprietários, dando garantias à continuidade do trabalho e reprimindo eficazmente o movimento grevista com o fechamento de sedes operárias, a repressão a *meetings* e a prisão de lideranças; e a postura dos grevistas que, com discursos e ações, apostaram na radicalização do movimento, o que pode ter colaborado para tornar sua causa antipática a parcelas consideráveis da população, sensíveis aos alertas de "influências rubras" veiculados pela imprensa.

Em 1919, o fortalecimento das posições anarquistas nas principais associações de trabalhadores – notadamente na FORGS – provocou um acirramento nas relações entre o governo e o movimento operário, uma vez que essas entidades passaram a defender de modo mais enérgico a necessidade de uma ruptura revolucionária com a ordem vigente através da derrubada do Estado por meio de uma greve geral. Tal mudança possivelmente influiu na disposição do governo estadual – e mesmo de significativos setores da opinião pública – em

---

"para fins de direito". Questionava ele, entre outros pontos: quem proibiu o comício? Quem deu as ordens para que o comício fosse dissolvido? Quais foram os policiais que mataram o operário? Quem ordenou a ocupação militar das associações operárias? Quem mandou a força encarregada de dissolver o acompanhamento do enterro do operário usar as armas contra o povo? Quantos operários foram presos? Chefatura de Polícia. Correspondência Recebida. 1919. Maço 113. (AHRS).

[54] Correio do Povo, 10/09/1919. Para Kniestedt, este atentado não teria passado de um engano, uma vez que uma mula havia se soltado no estábulo de uma padaria que existia defronte ao prédio da FORGS e os praças que guarneciam o local imaginaram estar sendo atacados pelos padeiros, desferindo vários tiros contra a cocheira. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 129.

relação aos grevistas. Ademais, ao contrário dos movimentos anteriores – que foram **greves gerais** –, a greve de 1919 foi uma greve **generalizada** que iniciou com uma sucessão de diversos movimentos grevistas, com direções independentes, os quais acabaram formando uma grande greve. Este pipocar de greves setoriais propiciou, de modo espontâneo, a generalização do movimento. Seu efeito, contudo, foi muito maior que a soma das partes, uma vez que atingiu um dinamismo e uma intensidade que ultrapassaram os objetivos iniciais, paralisando a vida da cidade. Não tendo sido deflagrada a partir do chamamento de alguma associação operária, sua dinâmica se caracterizou por uma situação na qual cada sindicato classista conduzia a greve de modo autônomo e possuía sua própria pauta de reivindicações, sem uma participação efetiva da FORGS nasdecisões do movimento.

Esse ciclo de greves ocorridas em Porto Alegre entre 1917 e 1919 foi o resultado de décadas organização operária somadas a uma conjuntura marcada pela influência econômica do "tufão mortífero" da Grande Guerra e pela esperança de transformação social representada pela Revolução Russa. Naquele momento, a crença no potencial revolucionário da classe trabalhadora e na justiça das lutas travadas contra seus adversários orientava a ação coletiva de uma considerável parcela do proletariado. Reivindicações de cunho político ou econômico – como aumento de salário, tabelamento de preços e alugueis, redução da jornada de trabalho e criação de feiras livres – dividiam espaço com a luta pela emancipação social e humana, da qual a Revolução Russa era o grande exemplo a ser seguido. Através dos jornais e panfletos que eram distribuídos pelas diversas associações operárias, os trabalhadores demandavam uma humanidade subtraída pela "lei de bronze da miséria", que os reduzia a mera condição de "uma máquina de produção sem direitos e sem aspirações a gozar a vida como devem ser dados aos seres humanos". No começo do século XX, aquela sociedade parecia desmoronar diante de uma guerra que nada mais era do que "uma oportunidade de enriquecer aos vampiros do dinheiro, que não têm escrúpulo de nadar em rios de sangue inocente, subir montanhas de cadáveres mutilados, desde que seus cofres abarrotem-se de ouro"[55]. Contudo, a Revolução Russa e a ação coletiva dos trabalhadores organizados poderiam representar a possibilidade de "surgir um novo mundo dos escombros crepitantes onde há de ficar sepultada a história da escravidão moderna"[56].

---

[55] Aos Filhos do Povo. Manifesto Anarquista. AHRS. Secretaria de Polícia. Diversos. Maço 151. Cx 76. 1918.
[56] O Syndicalista, 01/04/1919.

Referências Bibliográficas

ABSE, Tobias. The Rise of Fascism in an Industrial City. In: FORGACS, D. (Org.). *Rethinking Italian Fascism: capitalism, populism and culture*. London: Lawrence and Wishart, 1986.

Anuário Estatístico do Brasil, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, p. 71, 1936.

BAK, Joan. Labor, community and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. Hispanic American History Review, p. 179-227, 1998.

BANDEIRA, Moniz; MELLO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasi*l. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: UEL, 2008.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986.

GERTZ, René. *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KLIEMANN, Luíza H. S. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de "ordem e progresso" (1905-1920), *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. III, nº 2, p. 159-249, 1977.

NOSELLA, Paollo. *A escola de Gramsci*. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PERROT, Michelle. *Jeunesse de laGrève*. Paris: Seuil, 1984.

QUEIROS, Cesar Augusto Bubolz. *Desvarios Anarquistas na Rússia Rio-Grandense: as grandes greves na Primeira República*. Manaus:EDUA, 2016.

QUEIROS, Cesar Augusto. *O Positivismo e a Questão Social na Primeira República*. 2 Ed., Curitiba: CRV, 2016.

REICHEL, Heloísa Jochims. A Industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgius (Orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

SCHMIDT, Benito. *De Mármore e de Flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *"Povo! Trabalhadores!": tumultos e movimento operário*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994.

SIROT, Stéphane. *La Grève en France: une histoire sociale. (XIX-XX siècle)*. Paris: Odile Jacob, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. La economia moral de lamultitud en la Inglaterra delsiglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

Jornais

A Federação, Porto Alegre.

Noticia, Porto Alegre.

O Independente, Porto Alegre.

O Syndicalista, Porto Alegre.

Correio do Povo, Porto Alegre.

Gazeta do Povo, Porto Alegre.

Documentos

A Postos Operários. FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Ao Povo Sedento de Liberdade. União Maximalista. Anexo 9. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Aos Filhos do Povo. Manifesto Anarquista. AHRS. Secretaria de Polícia. Diversos. Maço 151. Cx 76. 1918.

Ato 137 de 4 de agosto de 1917, p. 7-8; e Ato 145 de 6 de novembro de 1918.

Chefatura de Polícia. Correspondência Recebida. 1919. Maço 113. (AHRS).

A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Syndicato dos Operários da Força & Luz. Anexo 2. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Recebido em: 10.08.2017
Aprovado em: 13.10.2017

Sapateiros militantes em São Paulo na década de 1920: lutas, debates, caminhos

Demetrio Quiros Bello Junior[*]

Resumo

O uso da biografia tem possibilitado um aprofundamento maior no entendimento das questões do movimento operário no Brasil em diferentes contextos históricos. Nesse sentido, ao trabalharmos com os prontuários de militantes operários em São Paulo durante a década de 1920, verificamos que boa parte deles eram sapateiros, o que dá indício da importância da atuação dessa categoria profissional nos debates sindicais, políticos e sociais vivenciados. Neste artigo procuramos narrar, descrever e analisar essas trajetórias coletivas, tentando entender os limites e as possibilidades de ação desses indivíduos. Podemos acompanhar então, os debates dentro do sindicato e as diferentes propostas em jogo para sua organização, como intervieram em questões políticas e sociais que iam além do âmbito restrito de suas reivindicações profissionais, como por exemplo, durante o movimento revolucionário de 1924 em São Paulo e nas manifestações contra a prisão dos anarquistas Sacco e Vanzetti nos Estados Unidos, assim como observar se eram de gerações diferentes de militância ou não e as diferenças étnicas apresentadas.

Palavras-chave: Sapateiros; União dos Artífices em Calçados; Biografias; São Paulo; DEOPS.

Abstract

The use of biography has made possible a deeper understanding of the issues of the labor movement in Brazil in different historical contexts. In this sense, as we worked with the records of workers' militants in São Paulo during the 1920s, we observed that most of them were cobblers, which indicates the importance of the performance of this professional category in the union, political and social debates experienced. In this article we try to narrate, describe and analyze these collective trajectories, trying to understand the limits and possibilities of action of these individuals. We can then follow the debates within the union and the different proposals at stake for their organization, how they intervened in political and social issues that

[*] Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor de Ensino Fundamental e Médio na rede municipal de São Paulo, SP.

went beyond the restricted scope of their professional demands, such as during the revolutionary movement of 1924 in São Paulo and demonstrations against the arrest of the Sacco and Vanzetti anarchists in the United States, as well as whether they were from different generations of militancy or not and the ethnic differences presented.

Keywords: Shoemakers; União dos Artífices em Calçados; Biographies; São Paulo; DEOPS.

Introdução

A abordagem biográfica oferece boas perspectivas para o aprofundamento do estudo de questões atinentes à história do movimento operário no Brasil, sobretudo ao relacionar a trajetória de trabalhadores (não somente as lideranças operárias) ao contexto em que estavam inseridos e suas possibilidades de atuação, concebendo-os como sujeitos de experiências capazes de iluminar o conhecimento da história da qual fizeram parte. A recente historiografia dos trabalhadores no Brasil oferece bons exemplos de uso dessa abordagem: o trabalho de Edilene Toledo[1] sobre três militantes sindicalistas revolucionários (Alceste de Ambris, Giulio Sorelli e Edmondo Rossoni) que atuaram e viveram no início do século XX entre São Paulo e a Itália, o trabalho de Benito Bisso Schmidt[2] sobre dois líderes socialistas do movimento operário no Rio Grande do Sul na Primeira República (Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco), e vale ainda citar o trabalho de Luigi Biondi[3], que ao analisar a atuação dos trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo entre 1890 e 1920 nos mostra diversas trajetórias biográficas. É importante mencionar também a obra *Dicionário do movimento operário*[4], organizada por Cláudio Henrique de Moraes Batalha com verbetes de 839 militantes e 397 organizações operárias atuantes no Rio de Janeiro entre o fim do século XIX e 1920.

Já no final da década de 1970, Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro ressaltavam a necessidade de se mostrar as complexidades e especificidades das trajetórias dos primeiros militantes do movimento operário brasileiro, a despeito de uma historiografia – muitas vezes imbuída de um viés partidário – que insistia na manutenção de análises esquemáticas, fazendo

---

[1] TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
[2] SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno*: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
[3] BIONDI, Luigi. *Classe e nação*: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
[4] BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes (org.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

desaparecer a concretude dessas experiências históricas[5]. É justamente sobre a necessidade de se valorizar as experiências individuais e coletivas dos trabalhadores que Cláudio Batalha argumenta a propósito dos dicionários biográficos e que levamos em conta para nossa análise:

> Através das biografias dos trabalhadores pode-se aprender muito sobre a classe operária no passado, à medida que, de certo modo, estamos lidando com biografias coletivas (...) Se a classe não pode ser reduzida aos "obscuros e ativos" que figuram neste e noutros dicionários do gênero, isso não quer dizer que não consigamos encontrar parte da experiência de classe nas experiências individuais e coletivas dos biografados[6].

E é sobre biografias coletivas que lidaremos neste trabalho ao narrar, descrever e analisar trajetórias de sapateiros em São Paulo entre a década de 1920 e o início da de 1930. A abordagem prosopográfica, tal como delineada por Christophe Charle oferece a possibilidade de entender como o grupo escolhido para análise se define por suas propriedades relacionais ou por suas imagens recíprocas, onde a noção de construção do objeto é fundamental[7].

A escolha deste objeto de estudo está diretamente relacionada às pesquisas por mim realizadas com prontuários de operários militantes fichados pelo DEOPS na década de 1920, parte integrante da minha dissertação de mestrado sobre o sindicalismo em São Paulo na Primeira República[8]. O primeiro passo para a pesquisa desses prontuários – disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo[9] – foi a leitura do livro *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924/1945)*[10], da historiadora Lúcia Silva Parra que realiza um levantamento de todos os prontuários de militantes libertários produzidos pela polícia política no referido período. A partir da leitura dos prontuários cadastrados nessa obra, procurei todos aqueles de militantes e organizações sindicais (ou políticas) que tivessem algum registro durante a década de 1920, tendo como objetivo resgatar a dimensão individual da atuação dos trabalhadores no movimento operário em São Paulo naquele momento.

---

[5] HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*: documentos (1889 a 1930), volume I – O movimento operário. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979.
[6] BATALHA, Op. Cit., 2009, p.10.
[7] CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p.44.
[8] Trabalho em andamento.
[9] Os prontuários do DEOPS possuem relatórios policiais, reportagens de jornal, cópias de interrogatórios submetidos a esses militantes, panfletos, manifestos, entre outros registros referentes ao prontuariados.
[10] PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela liberdade*: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945). São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2003. (Coleção Inventário DEOPS, Módulo VII – Anarquistas).

Foram identificados e pesquisados ao todo 32 prontuários: 28 de militantes e 4 de organizações políticas ou sindicais. Na sequência apresento uma tabela com as profissões de cada militante pesquisado de acordo com a informação registrada no seu prontuário.

TABELA 1 – Profissões dos militantes prontuariados

Profissão	Quantidade
Sapateiro	10
Empregado do comércio	3
Operário (não especificado setor de atuação)	2
Jornaleiro	2
Tipógrafo	1
Mecânico	1
Ferroviário	1
Têxtil	1
Tintureiro	1
Empregado do setor de serviços	1
Motorneiro	1
Metalúrgico	1
Não consta	3
Total	28

Fonte: Dados extraídos a partir dos prontuários pesquisados. Acervo Deops-SP/Apesp.[11]

Ao lidar com esse material, observamos que nesse período estudado, a maior parte dos militantes prontuariados eram sapateiros: 10 entre os 28 prontuários pesquisados, o que equivale a pouco mais de 35%. Isso nos dá um primeiro indício da importância de suas atuações, e fazem-nos questionar acerca de como se deu sua militância sindical e política e se guardam relações diretas ou indiretas com o seu ofício.

A partir do levantamento desses dados, procedi à análise dos aspectos sociais que podem ser extraídos na leitura desses prontuários. Para isso, montei uma ficha para abrigar todas as informações disponíveis, que apresento no quadro abaixo:

[11] Esses dados referem-se às profissões registradas nos prontuários de cada militante pesquisado e servem como parâmetro – não isento de problemas, pois deve-se considerar que alguns deles possam ter mudado de atividade profissional durante suas vidas, informação presente, inclusive, em alguns dos prontuários estudados – para observar a qual categoria profissional pertencia no momento em que esteve detido ou sob maior vigilância.

QUADRO 1 – Ficha elaborada a partir dos aspectos sociais informados nos prontuários

Número do prontuário	
Nome	
Profissão	
Data de nascimento	
Local de nascimento	
Filiação	
Estado Civil	
Endereço residencial	
Registros de atividades sindicais e/ou políticas	
Possui foto no prontuário?	
Outros militantes citados nos registros	
Sabe ler e escrever?	

Nesse trabalho de pesquisa, triagem, leitura e análise dos prontuários, podemos perceber que a documentação produzida por órgãos policiais é de significativa importância para o historiador no estudo das lutas populares e sindicais; contudo vale o cuidado mencionado por Murilo Leal Pereira Neto acerca das características dessas fontes, que por sua vez revelam mais da instituição que as produziu e do modo como agiu e se relacionou com outros atores sociais[12]. Portanto, o cruzamento desses registros policiais com outras fontes tende a aprofundar o conhecimento da história dos trabalhadores, tal como mencionado por Edilene Toledo e pelo próprio Murilo Leal[13].

Tendo em vista a maior presença dos sapateiros no rol dos prontuários pesquisados, a elaboração desse artigo se dá no sentido de compreender quais as formas de atuação desses indivíduos, que motivaram a vigilância do aparato repressivo no período estudado, e que em alguns casos, prosseguiu em décadas seguintes, conforme observaremos no texto.

Nesse sentido, três questões norteiam nossa análise: primeiramente procura-se demonstrar como se deu a atuação desses militantes no sindicato (a União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas) e suas diferentes propostas de intervenção nas lutas vivenciadas pela categoria e também pelo movimento operário na década de 1920, caracterizada pela continuidade dos processos de organização dos trabalhadores paulistanos, o aparecimento dos

---

[12] PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no "vulcão do inferno"*: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo – a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
[13] Ibid, p.22; TOLEDO, Op. Cit., 2004, p.23.

primeiros grupos comunistas no Brasil (com a formação do PCB em 1922), o advento do fascismo e de grupos antifascistas[14]. Há de se ressaltar também os intensos debates quanto às formas de organização sindical, nos quais anarquistas, socialistas, comunistas e cooperativistas[15] disputavam liderança e influência nas associações operárias[16].

Levando em consideração que a atuação desses militantes não se deu única e exclusivamente no âmbito do sindicato, surge a segunda questão trabalhada neste artigo, ao analisar em que momentos esses sapateiros estiveram presentes em outras lutas e manifestações na década de 1920, como no caso da Revolução de 1924 em São Paulo, dos protestos pela condenação dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti nos Estados Unidos em 1927 e na luta contra o fascismo. Inclusive, alguns dos sapateiros cujas trajetórias aparecerão nessas páginas tais como Affonso Festa, Agostinho Farina e Vicente Sulia estão referenciados também num artigo de Maria Luiza Tucci Carneiro sobre imigrantes italianos no Brasil vigiados pelo DEOPS, que ressalta sua importância na organização do operariado brasileiro[17]. No desenrolar do trabalho de pesquisa, a partir de informações disponíveis nesses documentos, tais como data e local de nascimento, podemos observar aspectos relacionados às questões étnicas e geracionais entre esses militantes, ainda que se trate de uma amostra reduzida. Encontramos indivíduos que já traziam consigo experiências anteriores de atuação sindical e política, assim como de jovens sapateiros que então iniciavam sua militância. Procuramos relacionar essa discussão à questão da etnia entre esses sapateiros, visto que encontramos italianos e espanhóis entre eles, e também os filhos de imigrantes

[14] BIONDI, Op. Cit., 2011, p.360.

[15] Os cooperativistas eram uma das correntes político-ideológicas que compunham o chamado sindicalismo amarelo na Primeira República. Este se caracterizava por um método de ação que via na greve o último recurso a ser adotado, esgotando-se antes todas as formas de negociação, diferentemente do chamado sindicalismo revolucionário ou de ação direta (inspirado na Confederação Geral do Trabalho francesa e adotado como estratégia sindical a ser seguida nas resoluções dos congressos operários de 1906, 1913 e 1920) que via na greve um dos principais recursos de luta dos trabalhadores. Outra característica do sindicalismo amarelo foi o recurso a intermediários do mundo da política, autoridades e advogados em momentos de conflitos trabalhistas e de reivindicações de seus sindicatos. Cf. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sindicalismo amarelo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica.

[16] GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.145.

[17] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti Buona Gente!* Subversivos de origem italiana no arquivo DEOPS-SP. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração*: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010. Não só na historiografia brasileira encontramos textos sobre esses militantes e seu ofício: Eric Hobsbawm (em coautoria com Joan Scott) dedica um de seus artigos aos sapateiros politizados ingleses no século XIX. Ver HOBSBAWM, Eric. Sapateiros politizados. In: _______________. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. Nesse artigo, os autores fazem referência a outros estudos na historiografia internacional que tratam sobre o radicalismo político dos sapateiros.

nascidos no Brasil que começavam a adentrar as fileiras do mercado de trabalho e também dos sindicatos.

A partir dessas diretrizes, trabalharemos com os prontuários desses militantes cruzando essas informações com algumas publicações da imprensa operária e também com a coletânea de documentos organizada por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, publicada em dois volumes, livros esses que possuem algumas fontes provenientes de relatórios governamentais e empresariais que auxiliam em muito o historiador no entendimento das relações dos trabalhadores com o Estado e demais segmentos sociais[18].

No sindicato: debates, propostas, caminhos

Na concorrida assembleia realizada em 24 de julho de 1922, na Rua Brigadeiro Machado, número 47, no bairro do Brás – de grande concentração operária – que abrigava a sede da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas (UACCA), Antonio Domingos e depois Ricardo Cipolla pediram a palavra. Em meio às greves enfrentadas nas fábricas de calçados Rocha e União, ambos defendiam a tática do conflito aberto e o uso da força como único meio dos companheiros conseguirem atender suas reivindicações e fazerem valer o que consideravam seus direitos[19]. Certamente essa tática não era consenso visto os intensos debates travados nas assembleias dentro do sindicato, todas as segundas-feiras. Duas semanas antes, Edgard Leuenroth, tipógrafo e experiente militante sindical realizara uma palestra na qual discorreu durante longo tempo sobre as origens da organização operária, o seu desenvolvimento, seus métodos de ação e sua finalidade[20]. Aquela era a primeira de uma série de palestras com temáticas relacionadas a questões sociais – sempre proferidas por algum militante do movimento operário – que tinha como objetivo sensibilizar e desenvolver o interesse de seus associados por esses assuntos[21].

Nesses registros, chama-nos a atenção a preocupação do sindicato na formação política e mobilização dos sapateiros para os enfrentamentos por que passava a categoria. A questão do sindicato como espaço de formação política e sindical esteve presente na trajetória da

[18] HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio, Op. Cit., 1979; HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*: documentos (1889-1930), volume II – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

[19] Prontuário 12, de Agapito Saes, Deops-SP, Apesp; "As greves dos sapateiros". *A Plebe*, 08/07/1922, p.3.

[20] "Movimento operário". *A Plebe*, 22/07/1922, p.3.

[21] "Movimento operário". *A Plebe*, 08/07/1922, p.3

UACCA ao organizar conferências e palestras com temas que versavam sobre a importância da organização operária, os métodos de ação sindical a serem adotados e das lutas entre as classes sociais[22]. Numa dessas conferências, em março de 1924, o mesmo Edgard Leuenroth falou durante quase uma hora para os trabalhadores que o assistiam sobre as vantagens da ação direta (greves, boicotes aos produtos de empresas que não atendessem às demandas de categorias em greve) como estratégia sindical em relação ao sindicalismo cooperativista, que começava a adentrar a esfera de influência nas associações operárias; fica evidente também a disputa entre as diferentes orientações ideológicas dentro dos sindicatos[23]. Temáticas que extrapolavam as questões estritamente sindicais eram também abordadas como numa conferência realizada por Francesco Frola sobre o fascismo em 1927[24].

A União dos Artífices em Calçados foi fundada em 5 de agosto de 1917[25], pouco depois da greve geral de junho-julho daquele ano, num momento de ampla reorganização sindical em São Paulo[26]. Logo em seguida, ao lado de outras 23 associações operárias, aderiu à Federação Operária de São Paulo reativada naquele mesmo mês[27]. Mesmo depois do encerramento das atividades da FOSP em meados da década de 1920, este sindicato permaneceu em franca atividade, conforme podemos perceber na leitura da imprensa operária. Suas assembleias, ocorridas todas as segundas-feiras atraíam muitos associados. Sua sede permaneceu na Rua Brigadeiro Machado, no bairro do Brás.

Diferentemente das ligas de bairro que também surgiram no contexto da greve geral de 1917 em São Paulo e que visavam congregar trabalhadores de bairros de grande concentração operária – por exemplo, Mooca, Brás e Belenzinho – que ainda não possuíssem seu órgão de classe unificado[28], a UACCA caracterizava-se por ser um sindicato classista, que procurava

---

[22] Ver “Movimento Operário”. *A Plebe*, 17/05/1924, p.3; “Movimento Operário”. *A Plebe*, 14/06/1924, p.3.
[23] “Movimento Operário”. *A Plebe*, 29/03/1924, p.3. Sobre o sindicalismo cooperativista ver nota 15.
[24] “Mundo Operário”. *A Plebe*, 01/05/1927, p.3. Francesco Frola foi um “*fuorusciti*” – como eram chamados os fugitivos da perseguição imposta na Itália fascista de Mussolini – de ativa militância antifascista no Brasil (e em menor escala, no México e na Argentina) no entreguerras. Sobre o pensamento e ação política de Frola nas comunidades imigradas italianas na América, ver BERTONHA, João Fábio. Um antifascista controverso: Francesco Frola. *História Social*, Campinas, nº7, 2000, p.213-239.
[25] O quadro elaborado por Azis Simão de todos os sindicatos do estado de São Paulo entre 1915-1929 apresenta a primeira notícia da União dos Artífices em Calçados datada de 1915. Ver SIMÃO, Op. Cit., 1981, p.198.
[26] Sobre a greve geral de 1917 em São Paulo e a formação das ligas operárias ver BIONDI, Op. Cit., 2011, p.315-364; CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*: movimento operário nos anos de 1917 a 1920. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983; LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta*: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.
[27] BIONDI, Op. Cit., 2011, p.345-346.
[28] Ibid, p.338.

articular sua atuação na federação operária paulista junto às outras associações com a regulamentação do trabalho e a defesa dos interesses materiais, econômicos e morais da categoria, como é expresso no seu estatuto (aprovado por assembleia geral da categoria em outubro de 1920):

> Art. 2º- A U.A.C.C.A. propõe-se a conseguir os fins por ella colimados pelos seguintes meios:
> a) Promovendo a união consciente da classe para a defesa dos seus direitos econômicos, moraes e sociais;
> b) Trabalhando pelo aumento sucessivo dos salários e diminuição de horas de trabalho;
> c) Pelo melhoramento das condições hygienicas das officinas e fabricas;
> d) Pela regulamentação do trabalho, limitando a aprendizagem e impedindo o trabalho dos menores de 14 annos de idade (...)[29].

Simultaneamente às greves nas fábricas Rocha e União estava em andamento o boicote aos produtos das fábricas Lazaro e De Merlo, pelo qual se fazia constante apelo na imprensa operária pela adesão dos outros trabalhadores[30]. Nesse sentido, percebemos que as falas de Antonio Domingos e Ricardo Cipolla mencionadas anteriormente buscavam a adesão dos pares dentro do debate, visto que suas posições não deveriam ser unânimes na associação.

Naquela segunda-feira, 24 de julho, após a assembleia, ainda ocorreu uma reunião reservada, tendo como participantes além de Domingos e Cipolla, João Perez, Bardomero Perez, Pascoal Laurenzano, Vicente Sulia, Arthur Simioli, Affonso Festa, Antonio Perez e José Arouca. Este último exercia também uma função burocrática, pois era responsável pelas arrecadações da UACCA e detinha os dados referentes ao endereço de todos os associados[31]. Esses trabalhadores mencionados eram os principais líderes dos sapateiros naquele momento e debatiam as ações a serem executadas. Certamente, todos eles tinham conhecimento do atentado contra a fábrica Piccha, relatado pelo agente Eufrasio Guerreiro, que acabara de tomar ciência do ocorrido, visto que não ofereceu detalhes no seu relatório[32].

Nesse ponto, vale a pena falar um pouco mais de Antonio Domingos (um dos redatores

---

[29] Estatutos da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, documento disponível no prontuário 438, de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.
[30] "Movimento operário". *A Plebe*, 08/07/1922, p.3.
[31] Prontuário 12, de Agapito Saes, Deops-SP, Apesp.
[32] Prontuário 12, de Agapito Saes, Deops-SP, Apesp. Nesse mesmo relatório são citados outros militantes que não tomaram parte naquela reunião, mas seriam responsáveis pela parte da "ação" e propaganda: Agapito Saes, Humberto Infante, José Passano, Julio Saes, José Bulara, Luiz Moretti, Augusto Fonseca, Marcelino Roiz, Marcelino Abalona, João Bueno, Francisco Cordeiro, Alvaro Pinto, Rugerio Annunciato, Paschoal Evangelista, João de Abreo, José Gonzalves, Roque Cheffe, Augusto Pizzutti, Pedro Camosa e José Milão. Agapito Saes, registrado como anarquista no seu prontuário, ainda faria parte de reuniões de caráter "subversivo" em 1926.

dos estatutos da UACCA)[33], conhecido como Antonino entre os companheiros. Sua trajetória sindical e política nos permite conhecer um pouco mais da atuação dos sapateiros naquele momento. Nascido em Ourense, Espanha, não tem data de nascimento informada, mas consta quando da abertura de seu prontuário (algo que provavelmente ocorreu em meados da década de 20) que tinha 28 anos e era solteiro. Percebemos então uma intensa militância em sua juventude, pois esteve preso seis vezes entre 1921 e 1924[34]. Uma de suas detenções – junto com Ricardo Cipolla, João Sposito, Francisco Ricciardi e mais dois operários não identificados – foi noticiada por *A Plebe* em outubro de 1922. Aqui verificamos um conflito de informações sobre sua trajetória: o jornal *A Plebe* relata o processo de expulsão movido contra Domingos, algo visto como extremamente injusto, visto que morava há mais de 20 anos no Brasil[35]. Nos registros policiais também consta o processo de expulsão, contudo há uma notificação de que foi expulso de Portugal em 6 de junho de 1914, num momento em que estaria ainda na adolescência[36]. Outra edição desse mesmo periódico, ao comentar sobre o risco de expulsão de Antonino do território nacional, oferece mais alguns detalhes de sua trajetória, afirmando que teria vindo com sua família para o Brasil quando jovem e se estabelecido na cidade de Belém, no Pará, onde posteriormente iniciou-se no ofício de sapateiro e no interesse pelas questões sociais, sem mencionar a estadia em Portugal referenciada no seu prontuário[37]. Temos aqui um exemplo das dificuldades que também perpassam o trabalho com biografias, ao nos depararmos com informações conflitantes existentes nas fontes sobre um mesmo indivíduo. De qualquer forma, nos chama a atenção que vindo para o Brasil quando de sua juventude com seus pais, já na década de 1920 desempenhava papel de liderança no movimento operário: é descrito pela polícia em 1926 como um dos "mais autorizados mentores dos grupos libertários" da capital paulista, participando de uma série de greves em fábricas de calçados[38].

Além das atividades desempenhadas no sindicato, nas greves e manifestações dos trabalhadores, Antonio Domingos interveio também no debate acerca de como deveria ser a organização operária naquele momento. Num manifesto de março de 1922 escrito conjuntamente com outros militantes[39] publicado em *A Plebe*, são colocadas propostas para a

[33] Em alguns registros policiais aparece também como Antonio Domingues ou Antonino Dominguez.
[34] Prontuário 69, de Antonio Domingos, Deops-SP, Apesp.
[35] "Mais violencias policiaes". *A Plebe*, 7/10/1922, p.3.
[36] Prontuário 69, de Antonio Domingos, Deops-SP, Apesp.
[37] "A reação policial paulista". *A Plebe*, 12/05/1923, p.3.
[38] Prontuário 69, de Antonio Domingos, Deops-SP, Apesp.
[39] Além de Antonio Domingos assinaram o manifesto Edgard Leuenroth, Rodolpho Felippe, Ricardo Cipolla, Antonio

ação dos sindicatos, assim como a delimitação de posicionamento frente aos grupos comunistas que partilhavam de outro modelo, inspirado pelos princípios leninistas de organização dos trabalhadores e também partidária. A alternativa girava em torno da formação de federações regionais de trabalhadores:

> (...) Concitamos, pois, os elementos libertários deste país a se constituírem em grupos, para depois serem reunidos nas federações regionais, com base para a constituição da organização geral libertária do Brasil. Nas grandes cidades, em cada um de seus bairros, no seio dos sindicatos, como nas localidades do interior onde haja três ou mais camaradas de acordo entre si, deve ser iniciado desde já um ativo trabalho nesse sentido (...) Os grupos formados em uma mesma zona ou região relacionar-se-ão entre si por meio de uma federação regional, constituída de acordo com as maiores possibilidades de comunicação. As federações regionais terão um comitê de relações formado de representantes de um ou mais grupos da localidade destinada para uma sede, realizando-se periodicamente convênios de representantes diretos dos grupos das várias localidades (...)[40].

O texto ainda traz a orientação programática que os sindicatos deveriam adotar:

> (...) Essa organização deve, pois, basear-se no princípio de que o trabalhador se associa pela sua condição de assalariado e não de adepto deste ou daquele credo religioso ou doutrina política ou filosófica.
> O sindicato, que é hoje o organismo de luta permanente contra o patronato e contra o capitalismo, sendo também um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores, pois traz em constante exercício o seu sentimento de solidariedade, mantendo vivo o seu espírito de combatividade e dotando-o de uma concepção de conjunto da obra renovadora do sindicalismo, está destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução econômica da sociedade, assegurando a viabilidade das concepções libertárias, em oposição a toda tendência centralista e autoritária[41].

Apesar de declararem sua ligação com as ideias libertárias, percebemos a presença de alguns princípios do sindicalismo revolucionário, tais como o da aceitação da participação de todos os trabalhadores independente de orientação política e/ou ideológica, da neutralidade política do sindicato, assim como da centralidade desse órgão na organização futura da sociedade[42]. A intersecção e as diferenças entre a presença do sindicalismo revolucionário e do anarquismo no movimento operário durante a década de 1920 é uma questão que deve ser

---

Cordon Filho, Emilio Martins, João Peres, José Rodrigues e João Penteado. Os signatários pertenciam a diferentes categorias profissionais, o que nos dá uma mostra também das redes de relações empreendidas por esses militantes.

[40] "Os anarquistas no momento presente", *A Plebe*, 18/03/22. In: HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio, Op. Cit., 1979, p.259.

[41] Ibid, p.259-260.

[42] Sobre o sindicalismo revolucionário e sua presença no movimento operário brasileiro ver TOLEDO, Op. Cit., 2004. Para essa historiadora o sindicalismo revolucionário continuou exercendo influência nos sindicatos até meados da década 30.

examinada mais detalhadamente em futuros trabalhos.

Mesmo com a portaria de expulsão do país de 1921 contra si, Antonio Domingos continuou morando no estado de São Paulo (em Guaratinguetá) e vindo constantemente à cidade de São Paulo exercer sua militância. Um ano antes, Domingos fora acusado da colocação de uma bomba na fábrica de calçados Rocha, a mesma da greve enfrentada pelos sapateiros em 1922 e mencionada no início deste artigo[43]. A vigilância cerrada sobre Antonio Domingos nos faz imaginar as dificuldades encontradas por ele e outros militantes do movimento sindical nas suas atividades.

Voltamos a encontrá-lo num registro de 1953, no qual é identificado como membro do Partido Comunista Brasileiro em 1948, morando na Rua Barão de Jaguara, na capital paulista. Constava de uma relação de indivíduos procurados por participarem de células de organização comunista[44]. Há de se perguntar as razões e os motivos que levaram Domingos que na juventude opunha-se ao formato de organização partidária e sindical comunista, já adulto ser um dos quadros mais ativos na organização do partido. Outro exemplo que nos permite mostrar as mudanças e a mobilidade ideológica desses militantes é o brasileiro descendente de italianos Augusto Pizzutti.

Pizzutti, nascido na capital paulista em 1901, pertencia a uma jovem geração de militantes que iniciaram sua militância entre o final da década de 1910 e a década de 1920, característica similar à de Antonio Domingos, diferindo deste por ser filho de imigrantes italianos, Antonio Pizzutti e Bomina Pizzutti, dos quais não dispomos de maiores informações de quando chegaram ao Brasil assim como dos motivos que os fizeram vir para cá.

A trajetória de Pizzutti nos faz compreender melhor as mudanças, dúvidas, incertezas pelas quais passam os indivíduos durante sua atividade política e sindical. Essa mobilidade dos militantes entre diferentes grupos e de orientação ideológica é grifada por Edilene Toledo ao mostrar os exemplos de Edgard Leuenroth e Alessandro Cerchiai que passaram do socialismo ao anarquismo, assim como de indivíduos que fizeram o caminho inverso como nos casos de Lorenzo Monaco e Teodoro Monicelli[45].

Ao prestar depoimento e rememorar aspectos de sua militância durante a sua sexta detenção (em 1935 quando esteve no Presídio Político do Paraíso, no centro de São Paulo), com

[43] Prontuário 69, de Antonio Domingos, Deops-SP, Apesp.
[44] Prontuário 69, de Antonio Domingos, Deops-SP, Apesp.
[45] Ver TOLEDO, Op. Cit., 2004, p.275-276.

apenas 34 anos, mas há mais de 10 anos na atividade sindical, Pizzutti falou sobre seu início quando em 1923 (ou em 1922, já não se lembrava ao certo) filiou-se à União dos Artífices em Calçados e tinha preferência pelas ideias anarquistas, participando de uma greve de sapateiros nesse mesmo ano. Nesse sindicato permanecera até um ano antes de sua detenção, quando resolveu se afastar, pois não estava muito bem de saúde. No sindicato, Pizzutti também atuava na formação política dos militantes, visto que uma de suas atribuições era o estudo de temas e assuntos políticos, realizando a leitura de alguns jornais, entre eles *A Manhã* e *A Classe Operária*[46].

Só que com o passar dos anos, Pizzutti ficou cada vez mais descrente e insatisfeito com os rumos tomados pelo sindicato. Diferentemente de Antonio Domingos, que defendia a reunião das ligas e sindicatos em federações regionais, Pizzutti aproximou-se do comunismo e passou a fazer parte do grupo que fazia oposição interna dentro do sindicato dos sapateiros[47].

Sua filiação ao Partido Comunista se deu em 1929. Posteriormente conheceu Aristides Lobo[48] e João Menezes, secretário da Federação Syndical Regional de São Paulo (FSRSP)[49], que adotava pressupostos ligados ao comunismo, instituição à qual Pizzutti insistentemente tentou que o sindicato de sua categoria aderisse, saindo da Federação Operária de São Paulo (FOSP)[50] que fora recentemente reativada, pela terceira vez. Pizzutti e o grupo[51] do qual fazia parte não conseguiram, contudo, concretizar seu objetivo e após uma série de debates realizados sob muita tensão no sindicato – num dos quais chegou ao confronto físico com o militante anarquista Pedro Catallo – é expulso da União dos Artífices em Calçados no início dos anos 30.[52]

---

[46] Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.
[47] Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.
[48] Jornalista, professor e militante comunista de orientação trotskista.
[49] A Federação Syndical Regional que num dos registros policiais do prontuário de Pizzutti, aparece como uma associação clandestina constituía-se na seção do sindicalismo vinculado ao Partido Comunista. No arrolamento dos sindicatos existentes em São Paulo feito por Azis Simão, observamos que o registro de sua primeira notícia data de 1931, não se sabendo ao certo quando foi fundada. Ver SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.
[50] A Federação Operária de São Paulo surgiu em 1905 sob os pressupostos do sindicalismo revolucionário. Foi fechada em 1913, sendo reativada em agosto de 1917. Pela nossa pesquisa na imprensa operária percebemos que em meados da década de 20 ocorre um grande debate sobre a nova organização de uma federação sindical, o que dá indício que a segunda passagem da FOSP tenha sido efêmera. Ela é reativada novamente em 1930, sendo definitivamente fechada pelo governo Vargas em 1937. Sobre a FOSP em diferentes momentos de sua existência ver BIONDI, Op. Cit., 2011; TOLEDO, Op. Cit., 2004; AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista*: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
[51] Além de Pizzutti, os principais representantes da oposição sindical eram: Francisco Spozato, Francisco de Simoni, José Lopes, Antonio Anastacio, Manoel Guerra, Salvador Matteo, Ignacio Martins e Francisco Marques. Ver Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.
[52] Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

Esse exemplo nos mostra a presença das diferentes correntes no interior do movimento operário em São Paulo e as disputas que travavam entre si.

A polícia tinha também atenção redobrada com Pizzutti, vigiando seus passos e infiltrando agentes em reuniões sindicais e políticas. Ele é observado em fevereiro de 1935 no Congresso da Juventude Proletária e Estudantil. É caracterizado em um dos registros policiais como militante do Partido Comunista (num dos interrogatórios a que foi submetido na sua detenção em 1931, Pizzutti afirma ter sido filiado ao PC em 1929, afastando-se do mesmo para ter mais tempo com sua família); na sua passagem pela prisão em 1935, afirma que não tinha mais ligação com o partido[53]. Nesse ínterim, Pizzutti parece ter também mudado ou pelo menos revisto algumas de suas concepções.

Essa última passagem de Pizzutti pela prisão de que temos registro foi curta: preso em 27 de novembro de 1935 é posto em liberdade no dia 11 de fevereiro de 1936. Ao ler seu prontuário, encontramos duas cartas escritas de próprio punho direcionadas a Egas Botelho, superintendente de Ordem Política e Social, uma de janeiro e a outra de fevereiro de 1936. Nelas relata o agravamento de sua doença – uma úlcera no duodeno, cujo registro médico consta também no prontuário – e solicita ao destinatário que lhe concedesse ao menos liberdade condicional para que se tratasse adequadamente. Uma dessas cartas nos oferece subsídios para pensar algumas questões relacionadas ao seu estado de saúde e sua atuação sindical:

> Prezídio Político do Paraizo em 6-2-936
>
> Ilmo. Sr. Dr. Egas Botelho
>
> Saudações
>
> O abaixo assignado, vem por meio desta participar-lhe, que achando-se enfermo, com uma úlcera no estomago e outras complicações, conforme relatório Radiologico que está em poder do Dr. Telles médico do Prezídio, e da qual a junta medica que aqui esteve na semana passada, em seu laudo opinou pela minha hospitalização. Como naturalmente a minha hospitalização vai acarretar despesas de ordem economica lembrava a V.S. que essas despezas poderiam ficar por minha conta pois sou socio de uma Sociedade Beneficiente "União e Trabalho" sito a Rua 11 de Agosto, a qual ficará responsavel pelas minhas despezas. Não podendo mais continuar nessa situação de sofrimentos, appello aos nobres sentimentos de V.S. no sentido de dar um despacho favoravel a este pedido.
>
> Sem mais grato pelas atenções

[53] Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

Augusto Pizzutti[54]

Conforme observado, vimos que Pizzutti afirmara ter saído do partido para ter mais tempo com sua família, assim como se afastara do sindicato dos sapateiros devido a problemas de saúde que já o perseguiam há alguns anos. Essa carta nos mostra que ele era sócio de uma sociedade beneficente, o que significa que contribuía regularmente para ter o amparo médico que agora necessitava. O quanto o peso e o tempo tomado pelas atividades sindicais e políticas que o afastaram de sua família intervieram nessa sua mudança? Será que a simpatia que nutria pelo marxismo mesmo após a saída do partido comunista teria permanecido? Teria ele desistido da militância sindical, visto que fazia parte naquele momento de uma sociedade beneficente? Outro relato, escrito por Pantaleão Nicoletti, (dono?) da fábrica de calçados Nicoletti nos mostra um pouco mais sobre Pizzutti e uma característica dos sapateiros:

> A QUEM INTERESSAR
>
> Atesto que o Snr. Augusto Pizzutti é operario externo (trabalha no proprio domicilio) de minha fabrica ha varios annos com interrupções e demonstra habilidades especiaes sobre o seu officio, desempenhando com honradez as suas funções.
> Recommendando-o faço apenas um acto de Justiça
>
> São Paulo, 22 de Janeiro de 1936.
>
> Pantaleão Nicoletti[55]

Na leitura desses registros, podemos notar que ao longo dos anos, Pizzutti que do anarquismo no início de sua militância na UACCA passou para o comunismo e fez oposição dentro do sindicato, se não abandonou totalmente suas convicções, reviu muitas delas, saindo do partido, do sindicato e ingressando numa sociedade beneficente. Outro aspecto a ser observado é sua permanência durante um bom tempo (apesar de ter sido preso nesse período, as "interrupções" mencionadas na declaração de Pantaleão Nicoletti) na fábrica Nicoletti, especializada em "calçados finos" para senhoras. Para esse segmento de seu ofício, e por trabalhar em casa, temos o indicativo de que era um artesão especializado, dotado de habilidades "especiais", o que nos mostra uma marca dos sapateiros: o orgulho de sua capacidade técnica. Por outro lado, esses registros mostram as mudanças e as escolhas que efetuou durante sua vida, levando-se em conta os acontecimentos narrados, como a percepção

[54] Prontuário 47 de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.
[55] Prontuário 47 de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

de que deveria se dedicar mais à sua família, assim como dos sofrimentos advindos pelo seu estado de saúde. Vemos então, que nem todo sapateiro sindicalizado, militante, manteve um posicionamento radical, ou de esquerda por toda sua trajetória.

Nesse trabalho com biografias de operários – e as características lacunares oferecidas pelos registros – sob o ponto de vista teórico-metodológico lidamos diretamente com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg e suas reflexões de como trabalhar com essas características do conhecimento histórico: lidar com o indício, o conjetural, o indireto[56]. A partir dessas reflexões e do cruzamento entre as fontes mobilizadas nessa pesquisa podemos então observar melhor as verossimilhanças apresentadas e realizar inferências acerca das trajetórias desses indivíduos.

O italiano (natural de Cosenza) Vicente Sulia conviveu com Antonio Domingos e Augusto Pizzutti na UACCA. A primeira notificação de sua atuação no Brasil é em 1918, tomando parte de "movimentos subversivos" como é destacado pela polícia[57]. Nesse momento tinha 32 anos, sendo um pouco mais velho que Antonino e Pizzutti, quando estes iniciaram suas atividades. É provável que Sulia já tivesse alguma experiência anterior adquirida na Itália. A província de Cosenza, na região da Calábria, no sul da Itália foi uma das regiões que mais contribuiu na imigração de italianos para o Brasil entre 1878-1902, de acordo com Luigi Biondi, a partir dos dados apresentados por Angelo Trento[58]. Mais adiante, analisaremos de que lugares esses sapateiros eram provenientes e o peso das questões étnicas na sua organização.

O prontuário de Sulia tem sua carteirinha de sócio da UACCA. Nela vemos que sua filiação ao sindicato data de outubro de 1921. Com um ano de associado já fazia parte de sua diretoria: mais um indício de que já tivera alguma experiência sindical anteriormente. Nas greves de 1922 que citamos anteriormente, Sulia defendeu uma greve geral e participação coletiva da categoria, chegando a se indispor com outros companheiros que não queriam participar do movimento[59].

Poucos anos depois, em dezembro de 1929, a polícia informa o retorno de Sulia a São Paulo, após um período morando no Rio de Janeiro. Provavelmente, mudou-se para a capital federal naquela época, para escapar da vigilância policial; pode ter também tomado parte na organização dos trabalhadores fluminenses. O informe relata que imediatamente após seu

---

[56] GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.157.
[57] Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.
[58] TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1988 *apud* BIONDI, Op. Cit., 2011, p.118.
[59] Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

retorno, Sulia já participava de uma reunião da sede da União dos Artífices em Calçados, o que nos dá a entender que mesmo em outro estado continuou mantendo contato com os militantes e o sindicato[60].

Se comparada às trajetórias de Antonino e Pizzutti, verificamos nos registros que temos à disposição, que Sulia permaneceu atuando no sindicato, não apresentado as mesmas mudanças ideológicas ou de grupo que verificamos anteriormente. Esses casos nos mostram especificidades no comportamento desses militantes, assim como as diferentes linhas de pensamento e atuação dentro do sindicato dos sapateiros.

A partir de dados apresentados por Azis Simão em relação à quantidade de greves na capital paulista entre 1915 e 1929, verificamos que os sapateiros foram uma das categorias de maior mobilização no período, registrando sete greves, ficando atrás apenas dos têxteis com dezoito greves e dos trabalhadores de serviços e obras públicas com oito greves[61]. Contudo, é preciso um estudo mais aprofundado sobre como estavam os sindicatos e suas possibilidades de atuação na década de 20 para dimensionarmos melhor o peso da atuação dos sapateiros no movimento operário em São Paulo.

Após vermos a trajetória de alguns desses sapateiros e sua atuação sindical, nos questionamos: como se deu sua atuação fora do espaço do sindicato?

Nas praças e nas ruas, os diferentes enfrentamentos

Ao ler os prontuários desses sapateiros vigiados pelo DEOPS, podemos perceber que eles intervieram de diferentes formas em questões sociais e políticas, assim como em conflitos de trabalho. De fato, esses militantes tinham uma esfera de atuação que estava bem além do seu sindicato.

O que tentaremos demonstrar nesse tópico são os diferentes comportamentos adotados pelos sapateiros em São Paulo, entre possibilidades e limites de intervenção no debate público fora do sindicato.

Alguns deles possuem poucos vestígios de sua atuação como o italiano nascido em Palermo, na Sicília, Carmine Farina, que foi fichado e fotografado pelo DEOPS. Num documento elaborado pela polícia em 1926, vemos que Farina levou suas palavras e ação para diferentes ambientes:

---

[60] Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.
[61] SIMÃO, Op. Cit., 1981, p.140.

> SUPERINTENDENCIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
> DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL
> ____
> CARMINE FARINA:- fez profissão de fé, como anarchista, e não cessa de propagar ideas sobre movimentos subversivos. O seu prontuário é o de nº 129.226, existente no G.I. Residia na rua Hyppodromo, nº80[62].

Outro militante também fichado como anarquista, o espanhol Antonio Arcas Gimenez quando jovem (23 anos) foi preso em flagrante pela polícia em 27 de março de 1920 ao ser partícipe, de acordo com a documentação policial, de uma tática de ação extrema no movimento operário daquele momento: preparava 50 bombas de dinamite dentro de sua casa, na Rua Itapiraçaba[63]. Lembramos que outro sapateiro espanhol mencionado anteriormente (Antonio Domingos) também fora preso no mesmo ano – em julho – acusado de colocar uma bomba na fábrica de calçados Rocha.

Arcas Gimenez voltou a ser detido em 1922, sob a identificação de anarquista como atesta o próprio registro policial[64]. Como afirmamos anteriormente, a polícia utilizava-se do expediente de tachar determinado militante como anarquista ou comunista, visando ressaltar assim seu grau de "subversão". Isso acabava também por generalizar determinado posicionamento político, deixando escapar especificidades de pensamento e orientação ideológica desses indivíduos.

O prontuário de Antonio Arcas Gimenez ainda informa sua participação na União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos. Estaria Gimenez vinculado a dois sindicatos? É de se imaginar que participava das discussões nesse sindicato, tendo em vista que é identificado pela polícia como "elemento de desordem" e "cabeça de greves". Gimenez também é caracterizado por ser um crítico ferrenho do governo brasileiro e defender abertamente uma transformação radical na sociedade o que evidencia que a atuação de alguns desses militantes ia além de questões estritamente econômicas e/ou sindicais. O que nos chama a atenção também é que alguns anos depois, em 1928 é identificado como solicitante de carteira para fins particulares, declarando ser casado. Não sabemos ao certo se se tratava de carteira profissional ou de algum tipo de identificação para residência de estrangeiro no Brasil. Vemos um último registro seu em janeiro de 1935, quando foi até a prefeitura de São Paulo a fim de obter um atestado[65]. Não existe qualquer notificação posterior de atividade política ou sindical. Teria Gimenez deixado a

---

[62] Prontuário 96 de Carmine Farina, Deops-SP, Apesp.
[63] Prontuário 55 de Antonio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.
[64] Prontuário 55 de Antonio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.
[65] Prontuário 55 de Antonio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.

militância, num exemplo similar ao de Augusto Pizzutti?

Uma questão interessante para pensarmos a partir do exemplo de Arcas Gimenez é o de como os sapateiros pensaram e atuaram nos debates sobre a sociedade brasileira. Affonso Festa foi signatário de uma moção dirigida ao Comitê das Forças Revolucionárias lideradas entre outros, por Isidoro Dias quando do movimento revolucionário de 1924 na cidade de São Paulo[66].

Essa moção expressava simpatia de lideranças operárias de São Paulo pelo movimento liderado por aqueles oficiais e apresentava propostas para as questões relacionadas aos trabalhadores:

> 1º- A fixação do salario mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado (...)
> 2º- A fixação também de uma tabela de preços máximos para os gêneros de 1ª necessidade, vestuário e habitação (...)
> 3º- O direito de associação para todas as classes trabalhadoras;
> 4º- A liberdade de imprensa operária e a manifestação do pensamento em praça publica, como a revogação na lei de expulsão (...) em que se refere as questões político sociais;
> 5º- O direito de fundar escolas de instrução e educação cingidas aos methodos que lhe pareçam mais práticos e venham ao encontro de suas aspirações de liberdade e justiça;
> 6º- Finalmente, a generalização do dia de 8 horas de trabalho[67].

Questões como a liberdade de imprensa e associação sindical, a jornada de 8 horas e a autonomia na educação e formação dos trabalhadores vinham de outras lutas. Chama atenção a proposta de salário mínimo, que anos depois, num outro contexto político seria colocada pelo Estado. Eram propostas que visavam o atendimento de demandas econômicas, mais próximas às lutas cotidianas dos trabalhadores, sem um claro apelo revolucionário. Contudo, a reação contra as associações operárias se fez sentir pelo governo, como atesta uma circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem. Podemos perceber a força da organização e participação dos sapateiros também nas questões políticas, assim como o aceite dos industriais em relação às ações repressivas utilizadas pelo Estado:

> CONFIDENCIAL

---

[66] Essa revolta ocorreu em outros estados, como Mato Grosso, Amazonas, Sergipe, Pará e Rio Grande do Sul, contando com a participação de oficiais de baixa patente insatisfeitos com sua situação nos governos republicanos e vinha na esteira do chamado Tenentismo que se iniciara em 1922. Tinham como um dos objetivos a deposição do governo Artur Bernardes, a maior centralização do Estado, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais, assim como uma maior participação do Exército na resolução dos problemas nacionais.

[67] "Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias". *A Plebe*, 25/07/1924, p.2. Os trechos que colocamos parênteses são as partes do documento que não estão legíveis.

> Amigos e Srs.
>
> Temos a honra de informar a V. Sas., confidencialmente, que a polícia, aproveitando-se dos dias anormais que atravessamos recentemente, destruiu tudo quanto se continha nas sedes das associações de classes operárias. *Assim, o grêmio dos operários em indústrias têxteis, em via de organização, desapareceu, como desapareceu o grêmio dos sapateiros, que era bem organizado.*
> *Foi uma medida acertada, a nosso ver, e que nos põe a salvo de inquietações por via de futuras greves.*
> Somos, com alta estima e apreço.
>
> Amgs. Crds. Obds.
> Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem
> Gerente[68]

Affonso Festa esteve ao lado de Agostinho Farina e Francisco Arouca Romero nas manifestações a favor dos anarquistas italianos presos nos EUA, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti em 1927[69]. Farina e Romero foram presos, inclusive, por participarem do Comitê Pró Sacco e Vanzetti[70]. Em agosto do mesmo ano, a polícia realizou um auto de busca e apreensão na casa de Romero, atrás de livros e revistas[71]. Aqui observamos duas coisas: a) a circulação dos impressos entre os trabalhadores e uma amostra de quais livros e revistas eram lidos pelos operários (Arouca Romero recebia e vendia também muitas revistas da Espanha para os trabalhadores); b) como a questão de liberdade de pensamento e da imprensa operária reivindicada três anos atrás naquele manifesto dirigido aos líderes militares revolucionários não tinha sido resolvida ainda.

As trajetórias de Affonso Festa, Francisco Arouca Romero e Agostinho Farina nos dão elementos para pensar sobre as questões relacionadas à expulsão de estrangeiros do Brasil durante a década de 1920 e também sobre o posicionamento dos sapateiros perante questões políticas de alcance mundial, como por exemplo, o fascismo.

Os casos de Festa e Romero mostram algumas especificidades em relação aos casos de expulsão do território nacional. Romero foi expulso do Brasil em setembro de 1917 após participar da greve geral daquele ano em São Paulo, retornando ao país em virtude de um

---

[68] Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, "Circular" nº 346, 14 ago. 1924. In: HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio, Op. Cit., 1981, p.210-211, grifos nossos.
[69] Os anarquistas Sacco e Vanzetti foram detidos em 1920 por supostamente participarem de um assalto a uma fábrica de sapatos em Massachusetts, sucedido pela morte de dois homens. Nunca se comprovou de maneira concreta a participação de ambos nesse ocorrido. Mesmo com amplo apelo até da comunidade internacional os dois foram sentenciados à morte que se deu em 1927.
[70] Prontuário 848 de Agostinho Farina, Deops-SP, Apesp; Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp.
[71] Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp. Em 1934, Romero voltou a ser detido pelo porte de 15 exemplares de *A Plebe* no Largo da Sé.

habeas-corpus perpetrado pelo Supremo Tribunal Federal (à época localizado no Rio de Janeiro, capital federal)[72]. A expulsão de Festa se deu onze anos depois, em 1928. Como afirmamos anteriormente, ele já era um militante que atuava em diferentes frentes, sendo dirigente da União dos Artífices em Calçados no início da década de 1920, depois participando da moção entregue a Isidoro Lopes, e posteriormente atuando em movimentos de solidariedade à Sacco e Vanzetti. Certamente, todos seus movimentos vinham sendo acompanhados: em julho de 1927, o irmão de Affonso, Nicola Festa prestou depoimento para a polícia no qual atestava que ambos participavam de reuniões no sindicato[73]. Numa circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de 1927, entendemos como as formas de vigilância e controle da atuação dos trabalhadores vinha se sofisticando:

> (...) Agora, a Delegacia de Ordem Política e Social está identificando todo o operariado do Estado de S. Paulo – da Capital e do interior. Dentro de algum tempo, de acordo com aquela Delegacia, o Centro passará a fornecer aos seus ilustres sócios uma ficha completa dos indesejáveis, cujos nomes e delitos lhe forem comunicados. Mandará a cada associado uma ficha completa e cada qual formará um arquivo de indesejáveis – arquivo em que haverá o nome do delinquente, a sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia. Nada mais fácil do que reconhecer-se um operário, tendo-se em mão uma ficha com tais dados (...).[74]

Num relatório de agosto de 1931 do Delegado de Ordem Política e Social, Ignacio da Costa Ferreira, vemos que Affonso Festa foi expulso do país em 1928, mas retornou ao Brasil, aparecendo constantemente em Santos. Também observamos a sintonia na comunicação entre empresariado e polícia: num memorando daquele mesmo mês e ano, Francisco Mannelli, dono da fábrica de calçados Seducção comunica à Ignacio da Costa Ferreira, o não comparecimento de Festa para receber seu ordenado[75].

O italiano Agostinho Farina que também fizera parte do Comitê Pró Sacco e Vanzetti estava numa reunião na noite de 15 de novembro de 1933 no salão das Classes Laboriosas, localizado na Rua do Carmo, na Praça da Sé. Lá participavam pessoas de distintas orientações ideológicas que discursaram contra o fascismo e o integralismo. Após a reunião, todos saíram direto para o Largo da Sé, cantando "A Internacional". Curiosamente, ao responder o inquérito policial, Farina declarou não ter feito coro aos participantes, pois não sabia a letra e porque

---

[72] Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp.
[73] Prontuário 08 de Affonso Festa, Deops-SP, Apesp.
[74] Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, São Paulo, "Circular" nº 749, 26 dez. 1927. In: HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio, Op. Cit., 1981, p.324-325.
[75] Prontuário 08 de Affonso Festa, Deops-SP, Apesp.

estava “sem voz”. Durante o trajeto, conforme consta nos autos do processo que estão no seu prontuário, ocorreu um confronto entre militantes e agentes da polícia, sendo Farina e mais alguns companheiros detidos e levados para a delegacia. No relato dos policiais, o conflito teria se dado nas imediações do Parque Dom Pedro II, quando os mesmos abordaram o cortejo que se dirigia ao Brás e começou a troca de tiros[76].

Não fica claro se teria ocorrido um confronto entre os militantes antifascistas e fascistas/integralistas[77]. De qualquer modo, naquele acontecimento Farina estava de posse de uma garrucha, um punhal e um canivete. Exames técnicos realizados confirmaram que nenhuma das armas fora utilizada[78].

Esse breve relato de uma passagem da vida de Agostinho Farina – que era também pertencente à UACCA – mostra as tensões e enfrentamentos dos sapateiros e outros militantes operários frente à presença de ideias totalitárias e autoritárias que avançavam no mundo. Lembremos que a Itália já era governada pelo fascismo e o nazismo avançava a passos largos na Alemanha.

Etnias e gerações

A leitura dos prontuários desses sapateiros vigiados pelo DEOPS nos permite também fazer algumas observações sobre suas nacionalidades assim como as diferentes gerações de militantes em ação naquele momento.

Realizamos esse exercício tendo em mente que se trata de uma pequena amostra: falamos sobre as vidas de nove militantes neste artigo[79]. Ainda assim, é possível verificar qual a extensão da questão étnica e regional, assim como geracional entre esses sapateiros.

Entre os nove sapateiros militantes aqui estudados quatro são italianos, três espanhóis e dois brasileiros. Comecemos pelos quatro italianos, cruzando suas localidades com o quadro da imigração italiana para São Paulo entre 1878-1902 apresentado por Luigi Biondi em *Classe e Nação*[80]. A dificuldade encontrada é que nenhum dos sapateiros imigrantes tem em seus

---

[76] Prontuário 848 de Agostinho Farina, Deops-SP, Apesp.
[77] No artigo já citado *Tutti Buona Gente*... Maria Luiza Tucci Carneiro afirma que teria ocorrido um conflito entre anarquistas e comunistas contra integralistas e fascistas. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, Op. Cit., 2010, p.161.
[78] Prontuário 848 de Agostinho Farina, Deops-SP, Apesp.
[79] Entre os dez sapateiros cujos prontuários foram inventariados, o único que ficou fora desta análise foi o italiano Albino Sbrana, que militou entre as décadas de 1920 e 30 na cidade de Sorocaba. Por se tratar de um artigo que tem como foco a atuação desses sapateiros na cidade de São Paulo, considerei melhor trabalhar com seu prontuário em pesquisas posteriores.
[80] BIONDI, Op. Cit., 2011, p.117-118.

prontuários a data de entrada no Brasil. As características da imigração italiana relacionadas na obra acima citada nos dão alguns indícios para entender as possibilidades de sua atuação.

Os quatro sapateiros italianos – Affonso Festa, Carmine Farina, Agostinho Farina e Vicente Sulia – eram provenientes da região meridional da Itália, contrariando um pouco os padrões mais comuns da imigração italiana: a região norte forneceu um maior número de indivíduos com 52,9%. A região sul contribuiu com 36,4% do total[81].

Porém quando mantemos o foco na região sul, vemos que a procedência desses sapateiros observa certa coincidência com os padrões de imigração observados: Festa e Farina são da província de Salerno, na região da Campânia, que dentre as regiões meridionais foi a que mais se destacou com 12,6% de imigrados. Vicente Sulia era da província de Cosenza, localizada na Calábria, que vem logo em seguida com 7,7%. O "ponto fora da curva" é Carmine Farina que é originário de Palermo, na Sicília, que contribuiu no período mencionado acima com apenas 2,2%[82].

Quando cruzamos a data de nascimento desses operários com o que se tem de primeiro registro de atuação política e/ou sindical no prontuário do DEOPS, temos alguma noção quanto ao grau de experiência de vida que cada um deles tinha e quais gerações conviviam no movimento operário.

Carmine Farina, nascido em fevereiro de 1887 consta na "relação de anarquistas" elaborada pelo DEOPS em 1926[83]. Tinha, portanto, 39 anos. O primeiro registro da militância de Vicente Sulia é de 1918, quando tinha 32 anos[84]. Com 36 anos já fazia parte da direção da União de Artífices em Calçados. Agostinho Farina tinha 37 anos quando fazia parte do Comitê Pró Sacco e Vanzetti, em 1927[85].

Isso nos dá um pequeno indício de que esses militantes já possuíam algum conhecimento, alguma prática na militância, provavelmente trazida de seu país de origem. É uma hipótese. As fontes não informam de atividades desenvolvidas na Itália e nem na Espanha, no caso dos espanhóis. Portanto, também não podemos descartar que esses indivíduos ou algum deles tenham iniciado sua prática aqui no Brasil.

---

[81] Ibid, p. 117.
[82] Sobre as porcentagens de imigração para o Brasil de cada região da Itália, ibid., p. 117-118.
[83] Prontuário 96 de Carmine Farina, Deops-SP, Apesp.
[84] Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.
[85] O prontuário de Affonso Festa não informa data de nascimento nem possui qualquer menção a sua idade em algum período específico.

Os espanhóis Francisco Arouca Romero e Antonio Arcas Gimenez eram provenientes do sul da Espanha: Romero era de Cádiz, enquanto Gimenez de Málaga, ambas as cidades da comunidade da Andaluzia. Romero já participara da greve geral de 1917 com 31 anos; dez anos depois, com 41 estava no Comitê Pró Sacco e Vanzetti ao lado de Agostinho Farina[86]. Arcas Gimenez era mais jovem: quando foi preso em 1920, acusado de preparar 50 bombas de dinamite, tinha 23 anos[87].

Antonino era de Ourense, uma cidade ao norte da Espanha (na Galiza) quase na fronteira com Portugal. Daí, talvez, tenha procedência aquele registro policial de que teria sido expulso de Portugal. Conforme descrevemos anteriormente, algumas informações de sua biografia são conflituosas ao lermos diferentes fontes; o que sabemos é que tinha 28 anos em meados da década de 1920.

Dessa amostra de nove sapateiros, temos sete entre espanhóis e italianos. Durante o texto mencionamos outros militantes que também possuíam sobrenome italiano ou espanhol, podendo ser originários desses países ou então descendentes, demonstrando a forte presença dessas etnias nesse ofício.

Um dos brasileiros que vimos aqui, Augusto Pizzutti, era descendente de italianos, nascido na capital paulista. Com 22 anos Pizzutti já fazia parte da UACCA. Sua trajetória é um exemplo de como os jovens descendentes de imigrantes começavam a tomar parte dentro dos sindicatos e associações operárias. O outro brasileiro, Agapito Saes tem poucos registros em seu prontuário: com 29 anos participava da assembleia na sede do sindicato dos sapateiros que descrevemos no começo deste artigo e alguns anos depois ainda era vigiado pela polícia por participar de reuniões de caráter "subversivo". Observamos nesses exemplos citados, como a maior parte dos sapateiros prontuariados pela polícia já detinham certa experiência dentro do movimento operário em São Paulo na década de 20.

Considerações Finais

Neste artigo procuramos traçar a prosopografia de sapateiros militantes na cidade de São Paulo durante a década de 20, focalizando, sobretudo suas atuações sindicais e políticas. Através de suas trajetórias procuramos observar especificidades, singularidades, assim como aspectos em comum de suas trajetórias.

[86] Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp.
[87] Prontuário 55 de Antonio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.

No manejo com os prontuários do DEOPS nos deparamos com fontes valiosas para a história social do trabalho à medida que permitem captar aspectos de existências individuais que poderiam passar despercebidas. O cruzamento desses prontuários com outras fontes tais como a imprensa operária e relatórios empresariais nos dão maior possibilidade de entendimento na relação desses sapateiros no sindicato e em outras esferas da vida pública. Contudo, sabemos da característica lacunar que na maioria das vezes nos mostram as fontes, e não foi diferente ao abordarmos as trajetórias desses indivíduos, dos quais nos faltam informações mais detalhadas, como por exemplo, quando ingressaram no Brasil – lembramos mais uma vez a forte presença de espanhóis e italianos entre os sapateiros em São Paulo – e se desenvolveram atividade sindical anteriormente. Ao nos depararmos com essas questões para o estudo de biografias de trabalhadores, trabalhamos com as reflexões de Carlo Ginzburg acerca dos indícios apresentados pelas fontes, e a partir daí realizar as inferências que são apresentadas nessa pesquisa.

Verificamos as diferentes propostas, os debates realizados no interior do sindicato dos sapateiros – que como nos mostram as fontes era um dos mais organizados de São Paulo na década de 20 – e os enfrentamentos realizados. Diferentes correntes políticas e ideológicas disputavam espaço em seu interior, pela forma de organização e estratégia a seguir. Interessante notar as mudanças de posicionamento experimentadas por esses militantes, o que dá uma dimensão mais humana e concreta de suas vivências, desfazendo um pouco a ideia de que exista uma coerência imutável desses sujeitos. Tentamos mostrar suas possibilidades de escolha e atuação dentro de uma configuração dinâmica, que oferecia diferentes caminhos a serem seguidos.

Além da atuação no sindicato, alguns desses sapateiros participaram de discussões que diziam respeito ao conjunto dos trabalhadores e da sociedade brasileira daquele momento, como na formulação de propostas trabalhistas durante as revoltas tenentistas de 1924 contra o governo de Artur Bernardes e no movimento antifascista do início da década de 30. Isso nos dá uma mostra de como suas lutas não eram restritas somente em melhorias de condição de vida e trabalho de sua categoria profissional.

Referências

Documentais

a) Periódico:

A Plebe (1922-1927)

b) Prontuários do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)/Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP):

Prontuário 08 – Affonso Festa

Prontuário 12 – Agapito Saes

Prontuário 848 – Agostinho Farina

Prontuário 55 – Antonio Arcas Gimenez

Prontuário 69 – Antonio Domingos (ou Antonio Domingues)

Prontuário 47 – Augusto Pizzutti

Prontuário 96 – Carmine Farina

Prontuário 147 – Francisco Arouca

Prontuário 438 – Vicente Sulia

Bibliográficas

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista*: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes (org.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

___. Sindicalismo amarelo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica.

BERTONHA, João Fábio. Um antifascista controverso: Francesco Frola. *História Social*, Campinas, nº7, 2000.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação*: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. (Coleção Várias Histórias, volume 35).

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti Buona Gente!* Subversivos de origem italiana no arquivo DEOPS-SP. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História*

do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*: movimento operário nos anos de 1917 a 1920. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*: documentos (1889 a 1930), volume I – O movimento operário. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979.

___. *A classe operária no Brasil*: documentos (1889-1930), volume II – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBSBAWM, Eric. Sapateiros politizados. In: ___. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta*: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela liberdade*: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945). São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2003. (Coleção Inventário DEOPS, Módulo VII – Anarquistas).

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no "vulcão do inferno"*: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo – a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno*: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004. (Coleção Várias Histórias, volume 20).

Recebido em: 07.07.2017
Aprovado em: 25.10.2017

Três trajetórias e uma stalinização: as memórias de Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima no PCB (1922-1935)

Danilo Mendes de Oliveira[*]

Resumo
Neste artigo se pretende estudar a trajetória de três militantes do Partido Comunista do Brasil durante o período entre 1922 e 1935: Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima. Os três militantes viveram a virada stalinista contra a social democracia acontecida no fim dos anos 20, o que teria reflexos em suas atuações no partido. Assim, inicialmente se busca o relato da trajetória de vida desses militantes antes do ingresso no partido. Depois, procura-se entender como cada um desses militantes se envolveu com a linha política do partido. E por fim, procura-se compreender o que significou a stalinização para esses militantes e que consequências esse fenômeno teria para o partido. São utilizadas para esse intuito as próprias memórias escritas por Brandão, Basbaum e Ferreira Lima. Com o auxílio da prosopografia, objetiva-se entender que posições eram ocupadas por esses militantes no âmbito partidário e como as trajetórias desses indivíduos se cruzaram dentro do recorte temporal em questão. Há aqui a tentativa de confronto com a "história oficial", representada pelo silêncio de Astrojildo Pereira a respeito da stalinização, como faz questão de lembrar Octávio Brandão.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil; Internacional Comunista; Octávio Brandão; Leôncio Basbaum; Heitor Ferreira Lima.

Abstract
This article intends to study the trajectory of three militants of the Communist Party of Brazil during the period between 1922 and 1935: Octávio Brandão, Leôncio Basbaum and Heitor Ferreira Lima. The three militants lived the Stalinist turn against the social democracy that happened in the late 1920s, which would have repercussions on their actions in the party. Thus, it is initially sought the account of the life trajectory of these militants before joining the party. Then, one tries to understand how each one of these militants became involved with the political line of the party. And finally, we try to understand what the Stalinization meant for these militants and what consequences this phenomenon would have for the party. For this

[*] Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

purpose, the own memoirs written by Brandão, Basbaum and Ferreira Lima are used. With the aid of prosopography, the objective is to understand what positions were occupied by these militants in the party context and how the trajectories of these individuals intersected within the temporal cut in question. Here is the attempt to confront the "official history", represented by Astrojildo Pereira's silence regarding Stalinization, as evidenced by Octavio Brandão.

Keywords: Communist Party of Brazil; Communist International; Octávio Brandão; Leôncio Basbaum; Heitor Ferreira Lima.

Neste trabalho, pretende-se fazer uma prosopografia ou biografia coletiva de três militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), Octávio Brandão, Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum no período concentrado entre o ingresso de cada um desses militantes no partido, fundado em 1922, até o conturbado momento entre o fim da década de 20 e início da década de 30, quando o PCB sofreu as consequências da ofensiva stalinista na Internacional Comunista (IC).

Com a ascensão de Stalin na IC, iniciou-se um ataque contra a social democracia, que a partir daí passou a ser chamada de "social-fascismo". Qualquer aliança com a pequena burguesia no final dos anos 20 e início dos 30 passaria a ser vista com muitas reservas pela IC, que para os países semicoloniais ou dependentes iria reforçar a estratégia de aliança com o campesinato. O PCB sofreria as consequências do reforço dessa diretriz naquela época, por isso a intenção deste trabalho em demonstrar como esse movimento foi sentido por alguns personagens importantes da militância do partido e também da liderança.

Mas por que estudar Octávio Brandão, Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum? Em primeiro lugar, porque cada um sofreu ou presenciou as reverberações da ofensiva stalinista a seu modo dentro do partido, pois cada um ocupava uma posição diferente dentro daquela organização. Octávio Brandão exercia um papel de liderança dentro do partido, enquanto os dois últimos, além de mais jovens, entraram um pouco mais tarde na agremiação. Octávio Brandão foi redator principal dos jornais *A Nação* e *A Classe Operária*, junto com Astrojildo Pereira. Já Leôncio Basbaum se envolveu com o partido a partir de seus contatos com os militantes após sua chegada ao Rio de Janeiro, participando logo depois da militância na Juventude Comunista (JC) para depois retornar ao partido. Heitor Ferreira Lima ingressou primeiro na União dos Alfaiates para depois entrar no partido, destacando-se por ter sido escolhido para integrar a Escola Leninista Internacional de Moscou em 1927, sendo o primeiro brasileiro selecionado para tal.

Em segundo lugar, porque cada um desses militantes deixou suas memórias a respeito de sua vivência e percepção dos fatos ocorridos durante sua permanência nas fileiras partidárias, o que inclui o momento da ofensiva stalinista em questão neste trabalho. Assim, cada posição dentro do partido equivale a um ponto de vista específico, que influencia na perspectiva de cada militante ao escrever suas memórias, para se tomar uma proposição de Koselleck[1].

A prosopografia, como explica Carla Beatriz de Almeida baseada em Lawrence Stone, é o estudo que busca as características comuns entre um grupo de atores de determinada época. Tal investigação inclui fatores como nascimento, morte, casamento, família, origens sociais, ocupação, posições econômicas, entre outros aspectos[2].

Porém, neste estudo se pretende investigar como característica em comum a vivência destes militantes quanto ao processo de stalinização especificamente. Antes, será feita uma breve incursão sobre o envolvimento inicial de Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima com o partido. Isso inclui seus processos de vida anteriores à entrada na sigla partidária.

Além disso, pretende-se elucidar como cada um lidou com a linha política seguida pela agremiação. Nesta pesquisa, percebe-se que Octávio Brandão participou de forma mais central na formulação desta linha política, ao passo que Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima acabaram sentindo as reverberações da produção do encaminhamento estratégico produzido por aquela linha: Basbaum como um praticante da linha baseada na teoria do combate ao agrarismo e ao imperialismo e também da busca por aliança com a pequena burguesia, no caso os tenentes; e Heitor Ferreira Lima presenciaria o momento da formulação na IC da diretriz que bateria de frente contra aquela linha política seguida pelo PCB no fim dos anos 20 e início dos anos 30, e de forma muito próxima, pois se encontrava em Moscou no momento da viragem contra a socialdemocracia. Octávio Brandão também sentiria a ofensiva da IC contra a linha política dominante no PCB na década de 20.

A intenção de se estudar a trajetória destes militantes dentro do Partido neste curto período de tempo parte de uma colocação feita por Octávio Brandão em seu livro *Combates e Batalhas*, onde afirma que Astrojildo Pereira, em *A Formação do PCB*, silencia sobre os fatos

---

[1] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 161.
[2] ALMEIDA, Carla Beatriz. *A prosopografia ou biografia coletiva*: limites, desafios e possibilidades. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: 2011, p. 1.

ocorridos após 1928, observação essa também assinalada por Martin Cezar Feijó[3]. Segundo Brandão, "Astrojildo, em 1930, capitulou facilmente diante da 'teoria' absurda da Revolução Soviética imediata para o Brasil da época. Assim deformado, cometeu erros graves [...]"[4]. A partir daí, Brandão evoca a responsabilidade de Astrojildo Pereira pela liquidação da direção do Partido e do Bloco Operário e Camponês (BOC). Além disso, lembra da "carta vergonhosa" enviada por Astrojildo ao Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, na qual aquele dizia não aceitar fazer trabalhos fora de sua alçada de teórico e escritor, na ocasião devido à missão que recebera de falar diretamente aos operários nos locais de trabalho em Niterói. Segundo Brandão, Astrojildo declarava "[...] que estava cansado de ser ator e queria ser apenas 'espectador' da luta"[5]. Astrojildo Pereira acabou expulso do Partido.

A alusão de Octávio Brandão ao silêncio de Astrojildo Pereira sobre este momento crucial na história do PCB revela uma divergência existente entre os militantes. Pois Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima não silenciaram sobre o período em questão.

Essa divergência entre os relatos de Astrojildo Pereira de um lado, e de Octávio Brandão, Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum do outro, revela uma disputa pela memória dentro do Partido. Como lembra Ana Paula Palamartchuk, há uma diferença entre as memórias e os escritos que estão na fronteira entre a memória e o trabalho acadêmico[6]. Os livros de Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima estão inseridos na categoria de livros de memórias, enquanto o livro de Astrojildo Pereira pode ser classificado na fronteira entre memória e trabalho acadêmico. Mas por que o texto *A Formação do PCB* se enquadra neste limite? Palamartchuk explica:

> Com pretensões teóricas, esses textos se inserem numa luta interna do partido, na disputa por um passado que estão construindo como memória coletiva, legitimando suas ações e atitudes, conferindo identidade as suas próprias militâncias. Embasados, principalmente, na própria memória e em documentos que puderam guardar, escrevem como observadores e não como memorialistas que deixam explícito no texto a determinação de suas experiências singulares. Logo, tais textos têm como objetivo intervir no debate sobre "história oficial" do partido[7].

---

[3] FEIJÓ, Martin Cezar. *O revolucionário cordial*: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 24-25.
[4] BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 229.
[5] Ibidem, Ibidem.
[6] PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros*: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948). Campinas: [s.n.], 2003. 383f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 3-4.
[7] Ibidem, p. 4.

Dessa forma, o texto de Pereira busca a construção desta “história oficial” do Partido, enquanto os escritos de Brandão, Ferreira Lima e Basbaum se inserem na categoria dos memorialistas, cujos escritos apresentam um peso maior da experiência singular.

Como explica Lawrence Stone, Robert Michels foi um dos estudiosos da teoria elitista da política no começo do século XX[8]. No modelo de Michels, segue-se um raciocínio de que inevitavelmente se formaram oligarquias dentro das organizações partidárias da socialdemocracia europeia na Europa Ocidental, entre o fim do século XIX e início do XX. Em tal análise, aponta-se que as organizações começaram como pequenos agrupamentos de seguidores, mas que devido ao seu crescimento, concentração dos recursos e a necessidade de praticidade na ação, surgiram grupos destacados do resto da massa partidária. Assim se formaram as oligarquias partidárias[9].

Tal modelo explicativo se aplicaria ao caso do PCB? Um obstáculo para isso seria o fato de que o PCB não apresentou uma adesão profunda das massas no Brasil. Portanto, não se chegou a formar uma oligarquia partidária na agremiação. O que se percebe é uma relação tensa com as diretrizes da Internacional Comunista. Então talvez o modelo se aplique quando se pensa a cúpula da IC como a “oligarquia” e as seções nacionais como a “massa”. Dessa forma, seria um distanciamento dentro do próprio movimento comunista internacional.

Pela falta de um processo parecido com o ocorrido nas sociais democracias europeias, o que se enxerga no PCB é um conflito dentro da própria direção partidária no período em foco nesta pesquisa. Esses confrontos se iniciam de fato com a dissidência Barbosista[10], em 1927, mas se aprofundam a partir da chegada da diretriz stalinista da IC ao PCB, mais precisamente a partir de 1930, com a volta de Astrojildo Pereira das reuniões da IC em Moscou.

Enquanto a ofensiva da IC não chegava, o partido seguia a linha política de aproximação com a pequena burguesia, ao mesmo tempo em que se deflagravam as disputas entre Stalin e Bukharin, tanto na União Soviética quanto na própria IC. Portanto, o impacto da vitória de Stalin não foi sentido imediatamente, mas por meio dos vários organismos subordinados à IC, como o Secretariado para a América Latina e o Bureau Sul-Americano, até chegar ao PCB.

Assim, neste estudo se parte principalmente das memórias de Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima para a compreensão de como o comando stalinista da IC

---

[8] STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Daedalus*. The MIT Press, vol. 100, n. 1, 1971, p. 55.

[9] MICHELS, R. *Political Parties:* a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy. Tradução de Eden e Cedar Paul. New York: Dover Publications, 1959.

[10] Será retratada mais adiante.

reverberou na militância do PCB e de que forma esses militantes reagiram em relação à stalinização.

Origens e adesão ao partido

Entre os três militantes escolhidos para este estudo há algo em comum quanto aos locais de seus nascimentos, pois nenhum dos três veio à luz na cidade do Rio de Janeiro, sede do PCB. Octávio Brandão nasceu em Viçosa, Alagoas, em 1896. Heitor Ferreira Lima nasceu em Corumbá, na época pertencente ao estado do Mato Grosso, em 1905. E Leôncio Basbaum nasceu em Recife, Pernambuco, em 1907.

Dentre os três, Leôncio Basbaum aparenta ter tido a infância e adolescência mais tranquilas, não sem alguma dificuldade, pois precisou ajudar o pai na joalheria algumas vezes, por volta dos onze e doze anos de idade. Mas ainda assim Basbaum afirma que teve propriamente uma adolescência, coisa que seus irmãos mais velhos José, Adolfo e Salomão nunca tiveram, pois foram transformados cedo em "jovens adultos"[11].

Mais problemáticas foram as trajetórias iniciais de Heitor Ferreira Lima e Octávio Brandão. O primeiro perdeu o pai logo cedo, sendo criado pela mãe e pelas tias, que trabalhavam lavando e passando para o Hotel Galileu, o melhor de Corumbá. Sua mãe ainda passaria a viver da negociação de tecidos baratos entre Assunção e Corumbá e depois como costureira. Mas Heitor e sua mãe ainda passariam por outras localidades[12].

Octávio Brandão, por sua vez, só tinha três anos quando perdeu a mãe, o que ele intitula como sua "primeira recordação"[13]. Brandão seria criado pelo pai, enquanto sua irmã Maria passaria a viver com os tios. Octávio teve uma vida dura já na infância, tendo que trabalhar na farmácia do pai, sem tempo para brincar. "O rigor do pai era resumido pela sentença, que ele repetia sempre:- 'Da farmácia para a escola, da escola para a farmácia'"[14]. Em 1908, Octávio foi entregue aos cuidados de seu tio materno, o dr. Alfredo Brandão, pois seu pai, Néco Félix, não tinha condições de sustentar sua educação. Seu pai iria morrer em Palmeira dos Índios, no agreste. "Aí, a 3 de janeiro de 1911, esse homem tão bom morreu na mais profunda miséria. O cadáver foi envolto num lençol e, assim, atirado à terra madrasta!"[15]

---

[11] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 19.
[12] LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 23-24.
[13] BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 44.
[14] Ibidem, p. 48.
[15] Ibidem, p. 60.

Os três se dirigiram ao Rio de Janeiro com o objetivo geral de estudar. Octávio Brandão tinha aspirações de entender a Revolução Socialista da Rússia, Lenin e o marxismo. Mas enquanto não obtinha essas respostas, Brandão procurava um ambiente onde pudesse se aprimorar no estudo da literatura e da ciência e também divulgar o seu livro *Canais e Lagoas*, chegando a ser citado por escritores como Lima Barreto e Monteiro Lobato, e também recebendo notas em jornais como *A Notícia*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *Spártacus*, mas tendo pouca repercussão, segundo o próprio autor[16]. Ainda em Maceió, Brandão havia colaborado em jornais da cidade como *Jornal de Alagoas* e *Diário do Povo*, publicando poesias e artigos[17].

Leôncio Basbaum era leitor voraz da literatura brasileira e lusitana da época, como Machado de Assis, Coelho Neto, Aluísio de Azevedo, José de Alencar, Castro Alves, Olavo Bilac, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz e Ramalho de Ortigão[18]. Seu objetivo no Rio de Janeiro era se tornar médico. “Tomada essa decisão, eu acabara de entrar na minha ‘fase médica’, no meu período médico”[19].

Heitor Ferreira Lima vivenciou várias idas e vindas dentro do estado do Mato Grosso antes de ir para o Rio de Janeiro, tendo que abandonar as escolas por onde passava, retornando algumas vezes a Corumbá e depois passando a cidades como Campo Grande e Três Lagoas. Em sua última passagem por Corumbá, quando já tinha por volta dos 13 anos, ingressou no aprendizado da alfaiataria no estabelecimento do paraguaio Nicodemo Paniagua[20]. Mesmo com as mudanças de endereço, aprimorou-se no ofício de alfaiate. Foi lendo jornais de São Paulo e livros conseguidos por empréstimo na época em que vivia em Três Lagoas que Ferreira Lima se deu conta de que precisava estudar. Foi com grande entusiasmo que recebeu a notícia da viagem ao Rio Janeiro junto com sua mãe. “Abria-se dessa forma novo e inesperado capítulo em minha existência, cheia de vicissitudes, conforme vou procurar mostrar, mas que me causou grande alegria, por permitir realizar meu grande sonho: instruir-me”[21].

Quanto à militância política, Octávio Brandão era o mais experiente no momento de chegada ao Rio, pois como o próprio relata em suas memórias, saiu de Alagoas em 1919 após

[16] Ibidem, p. 142-145.
[17] Ibidem, p. 83.
[18] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 24.
[19] Ibidem, p. 27.
[20] LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 25.
[21] Ibidem, p. 25-26.

sua primeira prisão na Cadeia de Maceió. A detenção acontecera por motivos políticos, pois Octávio Brandão havia sido solidário com Rosalvo Guedes, um inimigo da camarilha dominante alagoana, e também havia sido acusado de ser "marxista"[22]. Quando solto, fora obrigado a se dirigir ao interior do estado, o que fez junto com Bernardo Canellas[23]. Após voltar a Maceió decidiu que não poderia continuar em Alagoas. "Era preciso partir e viver, ou ficar e morrer"[24].

Brandão aderiu ao PCB no dia 15 de outubro de 1922, portanto alguns meses após a fundação do partido, o que ocorrera em março daquele ano. Brandão explica que não aderiu logo ao PCB porque não conhecia as obras marxistas e não desejava adentrar as fileiras partidárias como um simples membro da base. Pretendia ser incluído no partido já com certa formação teórica que lhe pusesse na posição de militante, para combater de forma mais eficaz os anarquistas. Alega que tomou conhecimento dos livros de Marx, Engels e Lenin através das idas de Astrojildo Pereira à farmácia onde trabalhava, na rua General Câmara 307[25].

Perto dali, na rua Tobias Barreto, trabalhava Heitor Ferreira Lima. Foi sob recomendação do tenente Lucas, conhecido de sua mãe, homem que falava para Heitor sobre problemas da política nacional e internacional e que lhe despertava "sentimentos latentes, adormecidos, que não tinham vindo à tona por falta de um impulso estimulador [...]", que Heitor foi procurar Octávio Brandão em sua farmácia.

> Brandão era homem jovem, de estatura média, olhos fundos e luzidios, cabelos negros e duros, espetados para trás, nariz aquilino, voz grossa e lenta no falar, de sotaque nordestino. Fogem-me da memória as rápidas conversações que tínhamos quando ia comprar fascículos do *Movimento Comunista*, órgão do Partido Comunista do Brasil (P.C.B.) e outros folhetos, como Mundos Fragmentários, de sua própria autoria[26].

E foi na farmácia de Brandão que Heitor conheceu Astrojildo Pereira, mais um recomendado de "Tumine", pseudônimo do tenente Lucas no partido. "Astrojildo apertou-me a mão, com sorriso acolhedor, dizendo ser de gente assim jovem que precisávamos. Sem saber, estava conhecendo as principais figuras da direção do P.C.B.". Depois, por indicação de Brandão, Ferreira Lima conheceu Joaquim Barbosa e Manoel Cendón, também membros da Comissão Central Executiva (C.C.E.) do PCB, o que ocasionou sua entrada na União dos Alfaiates[27].

---

[22] BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 131.
[23] AMARAL, Roberto Mansilla. Uma voz destoante no PCB: Octávio Brandão, militante e intelectual. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.) *Intelectuais, história e política*: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 101.
[24] BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 133.
[25] Ibidem, p. 232.
[26] LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 35.
[27] Ibidem, ibidem.

Foi esse contato de Heitor Ferreira Lima com os membros do partido que o fez ser convidado para participar da sessão comemorativa do segundo ano de formação do PCB e dos cinco anos da Revolução Russa no sindicato dos gráficos, próximo à Praça Mauá, no dia 7 de novembro de 1923. E no dia 10 de novembro, Heitor aderia ao PCB, após confirmar seu conhecimento dos estatutos e das 21 condições de ingresso na I.C. A essa altura, Heitor tinha 18 anos e meio[28].

Heitor menciona seus encontros na União dos Alfaiates com estudantes como "[...] Leôncio e seu irmão Artur Basbaum [...]"[29]. Mas esses encontros com Leôncio Basbaum só podem ter ocorrido após abril de 1924, pois foi a época de chegada deste futuro militante ao Rio de Janeiro[30].

Porém, não foi no Rio de Janeiro que aconteceu o primeiro interesse de Leôncio Basbaum pelo PCB. Isso ocorreu em um retorno a Recife feito ainda no ano de 1924, quando foi apresentado a um homem chamado Souza Barros enquanto perambulava pela cidade com seus irmãos Raul e Manuel. As conversas eram sobre "[...] comunismo, Rússia, bolchevismo, Lenine, Trotsky e outros personagens da época"[31]. Leôncio se assustava com a naturalidade pela qual seus irmãos e Souza Barros abordavam esses assuntos. Certa noite, foi apresentado a Cristiano Cordeiro, professor que morava na Rua da Concórdia.

> Fiquei sabendo da existência de um Partido Comunista, que atuava clandestinamente, sob ameaça constante de prisão de seus membros, e esse conhecimento, em vez de me afastar, mais me atraía para aqueles encontros, que começaram a ter para mim o encanto das coisas secretas e proibidas[32].

No Rio de Janeiro, no ano seguinte, Basbaum foi apresentado por Souza Barros a Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Octávio Brandão e Paulo Lacerda, em um café da Rua Marechal Floriano. Basbaum alegava que ele e seu irmão não podiam receber muita atenção desses militantes, apesar de terem frequentado esse e outros locais de reunião, pelos seguintes motivos: "[...] éramos muito jovens, não pertencíamos a nenhuma organização e além do mais, o crime irreparável: pertencíamos a famílias pequeno-burguesas". No entanto, Astrojildo Pereira comentava com os dois as notícias dos jornais e as questões políticas. Um dia, ofereceu

---

[28] Ibidem, p. 44-45.
[29] Ibidem, p. 38.
[30] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 32.
[31] BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. V. 2. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p. 35.
[32] Ibidem, p. 36.

aos irmãos dois livros: o *ABC do Comunismo*, de Bukharin, e *Agrarismo e Industrialismo*, de Octávio Brandão[33].

A adesão de Leôncio e Manuel Basbaum ao partido aconteceu em 1926, no dia 6 de maio, após assinatura de uma papeleta conseguida por Abelardo Nogueira, estudante e membro do PCB. Após uma reunião com Astrojildo Pereira, na qual compareceu também João Celso de Uchoa Cavalcanti, irmão de João Alberto, um dos líderes da Coluna Prestes, foi formada a primeira célula comunista da Faculdade de Medicina, onde Leôncio estudava. No mesmo mês, foi fundada a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), de cuja diretoria Leôncio passaria a fazer parte[34].

No dia 1 de agosto de 1927 foi fundada a Juventude Comunista (JC), na sede da UTG, no Dia Internacional da Juventude e Dia Internacional da Luta contra a Guerra. Leôncio Basbaum foi eleito Secretário Geral, permanecendo no cargo até o início de 1929, época em que completou 21 anos e passou novamente ao partido[35].

Assim, para esses três homens o PCB passou a ser a principal ocupação. Suas vidas não seriam mais as mesmas. Octávio Brandão dizia: "Em 1922, interrompi os estudos propriamente literários e científicos. Sacrifiquei tudo. Concentrei os esforços nas lutas do proletariado e do seu PCB"[36].

Uma vida de incertezas, de fugas e também de prisões. Octávio Brandão relata ter sido preso 15 vezes entre 1919 e 1931. Leôncio Basbaum detalha quatro prisões entre 1928 e 1932, começando na própria cidade do Rio de Janeiro e passando por lugares como Salvador, Porto Alegre, Santa Maria (RS), Uruguaiana e São Paulo, com uma transferência para a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande (RJ), lugar temido pela imensa maioria dos presos comuns e políticos. Lá, Basbaum teve contato com Heitor Ferreira Lima, que fora transferido de Fortaleza (CE). Junto com essa prisão, Heitor ainda relata mais duas até 1938.

O livro de Octávio Brandão

Entrando no partido, esses homens vivenciariam as consequências das escolhas estratégicas tomadas pela direção da agremiação. Octávio Brandão figuraria no centro dessas escolhas, pois foi dele a publicação do livro *Agrarismo e Industrialismo*, principal obra teórica

---

[33] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 37.
[34] Ibidem, p. 38-40.
[35] Ibidem, p. 46.
[36] BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 236.

para o partido nos anos 20. O livro representava o pensamento principal do PCB na época, concentrado em três balizas: o combate ao agrarismo, a luta contra o imperialismo e a busca de aliança com os tenentes.

O livro foi escrito em etapas sucessivas entre 1924 e 1926, ano de sua publicação. Octávio Brandão utilizava o pseudônimo "Fritz Mayer" e como local de publicação constava Buenos Aires, com a finalidade de despistar a polícia política de Artur Bernardes. As bandeiras de luta do livro podem ser resumidas no trecho a seguir, escrito em 13 de março de 1925:

> Pelo industrialismo! Pela revolta! Pelos militares e pequeno-burgueses revoltosos! Pelos operários, camponeses, soldados e marinheiros coligados! Pelo funcionamento das associações! Pela reabertura dos jornais suspensos! Pela legalidade do Partido Comunista do Brasil! Pela restituição dos milhares de livros e folhetos confiscados ao Partido Comunista! Pela organização e reorganização das vastas massas operárias e camponesas!
> Contra a reação! Contra o agrarismo! Contra a grande propriedade rural feudal! [...]
> Contra o imperialismo anglo-americano! Contra Rotschild, protetor de Bernardes! Contra MacDonald, que apoiou Bernardes! [...][37].

Assim, pedia-se o esforço de apoio à luta dos operários, camponeses, soldados e marinheiros. Também se exortava a defesa do industrialismo contra o agrarismo e a grande propriedade rural, classificada como "feudal". Além disso, firmava-se a palavra de ordem de combate ao imperialismo americano e inglês. A menção à reabertura dos jornais suspensos tem a ver com o fechamento do jornal *A Classe Operária*, ocorrido em 1925 após onze números, resultado da caça ao PCB pela polícia política.

A ideia de que no Brasil houve feudalismo teria influências profundas no pensamento político do PCB. Uma amostra disso foi dada por Leôncio Basbaum anos depois do período aqui em questão, no seu livro *História Sincera da República.*

> Verificamos todavia que essa tão grande variedade, do pequeno proprietário ao simples trabalhador rural, não consegue esconder um fundo comum: o feudalismo. Aqui, formas feudais mais ou menos puras, ali um semi-feudalismo, sempre que as relações de produção se afastam em grau maior ou menor do feudalismo clássico europeu ou asiático[38].

Um pouco mais à frente, Basbaum aplica o raciocínio novamente. "Na Bahia, nas plantações de fumo, impera o semi-feudalismo. Salvo raras exceções, o plantador nunca é o

---

[37] BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo*: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil. 2. ed. São Paulo: A. Garibaldi, 2006, 160.
[38] BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. V. 2. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p. 149.

dono da terra"[39].

O peso das ideias do livro de Brandão seria lembrado muitos anos depois por Astrojildo Pereira, em 1962, ao falar sobre o II Congresso do PCB, realizado nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1925, portanto antes do livro de Brandão ser totalmente finalizado, mas já demonstrando a vigência daquele pensamento no âmbito partidário.

> As teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção dualista 'agrarismo-industrialismo', dominante na direção do Partido. Fala-se aí em luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República[40].

Astrojildo Pereira alegava que o esquema do "agrarismo-industrialismo" era utilizado para somente se enquadrar os movimentos tenentistas de 1922 e 1924, de forma a não se estudar esses movimentos em seu contexto político próprio. O imperialismo era apontado como fator importante nas teses, mas Astrojildo discordava dessa proposição ao dizer que talvez aquele fosse "[...] um fator como outro qualquer, talvez até secundário"[41].

Foi o domínio dessas ideias no partido, principalmente a de aliança com os tenentes, que levou a direção a procurar o encontro com Luís Carlos Prestes, na Bolívia, em 1927. Designou-se Astrojildo Pereira para tal tarefa. Pereira encontrou Prestes para uma espécie de entrevista, onde foi feita uma análise geral sobre a situação do Brasil. Além disso, Astrojildo indicou a Prestes alguns livros marxistas, com a esperança de que o líder da Coluna "[...] ao tomar conhecimento direto das idéias marxistas, não demoraria em compreender que elas exprimiam a verdade do presente e do futuro"[42].

Mais tarde, em 1929, Basbaum também encontraria Prestes, porém em Buenos Aires, na Argentina, ao mesmo tempo em que acontecia a I Conferência Latino-americana dos Partidos Comunistas. Nas conversas em que travaram Leôncio Basbaum e Luís Carlos Prestes, este acompanhado de Siqueira Campos e Juarez Távora, os dois lados propuseram cada qual um programa para ser apresentado nas eleições presidenciais do ano seguinte.

A proposta dos comunistas era: nacionalização da terra e divisão dos latifúndios; nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas; abolição das dívidas externas; liberdade de organização e de imprensa; direito de greve; legalidade para o PCB; jornada de

[39] Ibidem, ibidem.
[40] PEREIRA, Astrojildo. A Formação do PCB. In: *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 92.
[41] Ibidem, ibidem.
[42] Ibidem, p. 130.

oito horas, lei de férias, aumento de salários e outras melhorias para os trabalhadores.

A contraproposta dos tenentes foi: voto secreto; alfabetização; justiça; liberdade de imprensa e organização; e melhorias para os operários.

O objetivo dos comunistas era fazer com que Prestes se tornasse seu candidato nas eleições, o que Prestes não aceitou. Em contrapartida, sugeriu que os comunistas fornecessem seus operários para que Siqueira Campos os armasse. Também revelou que apesar das divergências em relação aos comunistas, endossava a possibilidade de uma aliança e o desejo de se inteirar mais sobre o comunismo e o marxismo. Assim como Astrojildo fizera em 1927, Basbaum também forneceu materiais de estudo a Prestes.

> Foi Codovilla que escolheu o material que pouco depois eu entregaria a Prestes e seus companheiros: resoluções do VI Congresso, livros de Lenine, de Marx, materiais do Partido Comunista argentino etc. Pelo visto, esse material produziu seus efeitos porque um ano depois Prestes lançaria seus célebres Manifestos, pelos quais se mostrava mais comunista que os comunistas[43].

A tendência de se aproximar de outras organizações progressistas, de forma a romper o isolamento que enfraquecia a ação do Partido, aconteceu depois da eleição de Washington Luís, devido à suspensão do estado de sítio por este presidente. Assim o partido proporia

> [...] uma política de frente única com outros grupos operários e com elementos progressistas originários da pequena burguesia. Essa política de 'frente única proletária' terá objetivos unicamente eleitorais, visando apoiar as candidaturas que assegurem a defesa dos interesses da classe operária[44].

Assim, o partido envia uma carta aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político dos Operários do Distrito Federal, ao Centro Unionista dos Empresários do Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea, falando a respeito da necessidade de o proletariado se opor à burguesia nas eleições, com um programa de reivindicações da classe operária. Na mesma carta se falava na criação de um "bloco operário", para congregar operários, empregados no comércio, pequenos funcionários, artesãos, trabalhadores agrícolas e agricultores contra o inimigo comum. Assim, o Partido Comunista propunha a formação de uma frente única entre todos os candidatos, partidos ou grupos que

---

[43] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 71.
[44] PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. *Política e trabalho no Brasil*: dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 129-130.

representassem as classes laboriosas[45].

Em 1928, o bloco operário passaria a se chamar "Bloco Operário e Camponês" (BOC), o que suscitava a questão da aliança política dos operários com os camponeses[46].

A mudança

Como foi dito mais atrás, a busca de alianças fez aparecer o contato com Prestes. Mas esta diretriz de procurar os tenentes iria ter consequências importantes para o partido. A primeira delas foi a irrupção da "Oposição Barbosista", levada a cabo por Joaquim Barbosa e Rodolfo Coutinho, que votaram contra a resolução de união com Prestes. Os dois alegavam que a "[...] união com elementos pequeno-burgueses representava traição ao proletariado e infração de todos os ensinamentos de Marx e Engels"[47]. Após intensa discussão os dois se demitiram do PCB.

Mas algo mais grave ainda estava por vir. A partir de 1928 houve uma guinada contra a socialdemocracia na Internacional Comunista, após a vitória de Stalin contra Bukharin. A crise dos cereais na URSS havia levado ao decreto da confiscação dos víveres, gerando uma situação dramática no campo. Junto a isso houve a crise dos técnicos, acusados de serem conspiradores patrocinados por forças contrarrevolucionárias externas. Tal fato deu a Stalin a oportunidade de levantar a tese da "classe contra classe", para sustentar a caçada aos técnicos. Stalin também aproveitou a oportunidade para atacar a concepção bukharinista da NEP (Nova Política Econômica) de paz civil e equilíbrio nas relações entre campo e cidade. Dentro do *Politburo*[48], Stalin passa a fazer concessões secretamente à "direita", grupo de Bukharin. Com isso, ganha apoio dos adeptos deste para jogar o peso da industrialização sobre as costas do campesinato, ideia que Bukharin rechaçava. Sem apoio, traído pela própria direita, Bukharin acaba ferindo a disciplina partidária ao buscar apoio no grupo Zinoviev-Kamenev.

Stalin realiza o ataque contra Bukharin também na IC, condenando a política de "frente única". Como reação, Bukharin publica o artigo "As Observações de um Economista" no *Pravda*[49] contra os "industrialistas arrebatados", que estariam próximos ao trotskismo, no dia 30 de setembro de 1928. Stalin faz então intensa campanha contra o artigo, defendendo a

---

[45] Ibidem, p. 130-131.
[46] Ibidem, p. 132.
[47] LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 56.
[48] O Bureau Político na URSS.
[49] Órgão de imprensa do PCUS (Partido Comunista da União Soviética).

industrialização. Até que no dia 8 de outubro o *Politburo* condena a publicação do artigo de Bukharin, pois não havia sido autorizada. Bukharin é afastado da IC, o que faz os órgãos de publicidade até o momento sob seu controle passarem para as mãos de Stalin[50].

Heitor Ferreira Lima era partidário de Bukharin, que em sua visão representava a terceira personalidade mais importante da Revolução Russa, atrás apenas de Lenin e Trotsky. A derrota de Bukharin para Stalin valeria ao primeiro a proscrição ou o silêncio. Uma campanha avassaladora de calúnias se ergueria sobre sua vida[51].

A vitória stalinista teria consequências sobre a militância comunista de forma geral, pois a aliança com a pequena burguesia passaria a ser condenada, mesmo com a diretriz firmada no mesmo ano pelo VI Congresso da IC de que a revolução deveria ter uma estrutura democrático-burguesa, com a liderança do operariado sobre o movimento da pequena burguesia e do campesinato[52].

Tal viragem também entraria em choque contra as diretrizes do III Congresso do PCB, realizado entre o final de 1928 e o início de 1929, onde se reconhecia a necessidade de uma aliança entre a massa trabalhadora e a pequena burguesia após os acontecimentos da Coluna Prestes entre 1925 e 1926, que significava na visão do Congresso “um sentido cada vez mais popular” na direção de união entre os setores desprivilegiados contra a burguesia agrária e industrial[53].

O ataque à colaboração com a socialdemocracia passaria a vigorar a partir do X Pleno do CEIC (Comitê Executivo da Internacional Comunista), ocorrido entre 3 e 9 de julho de 1929. Além do combate ao “social-fascismo”, também se exaltava a luta contra os desvios de direita, que buscavam atenuar o combate à socialdemocracia e subestimar o papel dos partidos comunistas[54].

O SSA-IC (Secretariado Sul-americano da Internacional Comunista) se valeria dessa diretriz do X Pleno da IC para enviar uma carta aberta aos partidos comunistas em setembro de 1929, assinalando os perigos de direita e o “social-fascismo” como males a ser combatidos.

---

[50] LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história*: a trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 124-125.
[51] Ibidem, p. 101-102.
[52] DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007, p. 84.
[53] KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento:* O Bloco Operário e Camponês do Brasil. São Paulo: Alameda, 2006, p. 124.
[54] Ibidem, p. 122.

Destacava-se a superestimação dos papéis revolucionários da burguesia e pequena burguesia, alertava-se a falta de uma tática independente dos partidos comunistas devido a sua ligação com a pequena burguesia e a falta de compreensão das características semifeudais presentes nos países latino americanos. O que atingia as bases pelas quais se construía a política do PCB, pois esta agremiação buscava o contato com os tenentes, que se enquadravam na noção de pequena burguesia[55].

Era a imposição do modelo russo aos comunistas dos outros países. Assim, era necessário lutar contra as facções à "direita" interiores ao partido e a socialdemocracia. Além disso, o centralismo e o monolitismo seriam a base para a organização revolucionária, com a eleição do leninismo "[...] como a única versão possível do marxismo e institucionalizar os expurgos como métodos para a resolução das divergências internas"[56].

Tinha lugar a bolchevização do movimento comunista. Moisés Vinhas enxerga nesse movimento a origem da perseguição aos intelectuais dentro das direções partidárias comunistas. Começa a campanha pela "proletarização", fazendo com que em certas ocasiões os intelectuais fossem impedidos até mesmo de votar[57].

Essa ofensiva teria consequências drásticas sobre o PCB. Como se comportariam os militantes aqui em análise com a ofensiva stalinista na IC e nos partidos comunistas em geral?

A bolchevização testemunhada

Basbaum relata que após a volta de Astrojildo de Moscou[58] e de longas discussões a respeito da "proletarização" do partido, decidiu-se que os intelectuais ocupariam menos espaço na direção do PCB. Assim, Leôncio Basbaum e Paulo Lacerda foram afastados do Bureau Político e em seus lugares foram postos um ferroviário e um metalúrgico, os "verdadeiros proletários". O primeiro não compareceu a uma reunião sequer, enquanto o segundo, Miguel (José Vilar)

> "[...] gostava de exibir seu 'proletarismo', andando sujo e mal vestido (quase sempre com as roupas do trabalho, ao passo que o verdadeiro operário gosta de vestir-se bem e limpo, depois do trabalho) e falando propositadamente 'errado', sobretudo em reuniões de que participavam intelectuais"[59].

[55] Ibidem, p. 136.
[56] FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 80-81.
[57] VINHAS, Moisés. *O Partidão*: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 17.
[58] Astrojildo viajou a Moscou para participar das reuniões do Secretariado da América Latina da IC.
[59] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 76.

Como consequência da nova orientação, Octávio Brandão teve de viajar legalmente para a Argentina em abril de 1930, para a Conferência de Buenos Aires. E eis o que esperava por ele:

> Em Buenos Aires, tinha quase 34 anos. Estava no meio do caminho de minha vida. Via vasta perspectiva. Marchava para o ponto culminante. Nessa hora, recebi um golpe terrível. Foi o "prêmio" por tantos combates, batalhas e vitórias. Em nome da absurda Revolução Soviética imediata para o Brasil da época, fui duramente combatido na Conferência dos Partidos Comunistas, em Buenos Aires, em 1930. Ouvi 16 discursos de ataques, inclusive pessoais. Procuraram fazer tábua rasa de minha vida, obra e luta[60].

Segundo Brandão, seus "erros reais" entre 1924 e 1928 foram o de não compreender de forma clara o papel da revolução no Brasil nem suas etapas e forças motrizes, subestimar o papel dos camponeses e sua aliança com o proletariado, e superestimar o papel dos tenentes. Mas segundo seu relato, foi condenado "em tudo e por tudo". E isso se deu, por exemplo, por sua avaliação de que a Coluna Prestes-Miguel Costa tinha caráter progressista, e também por ter considerado que era possível uma aliança com a burguesia de um país semicolonial como o Brasil, porque acreditava que esta burguesia não tinha o mesmo caráter da burguesia dos países imperialistas.

Brandão considerava a linha política da Conferência de Buenos Aires como "terrivelmente falsa e 'esquerdista' de Revolução Soviética imediata". E apesar de ter tentado resistir a esta linha política, teve de aceita-la para não ser expulso do PCB como traidor.

Octávio Brandão se ressente da postura de Astrojildo Pereira. "Na Conferência de Buenos Aires, Astrojildo Pereira tratou de escapar às responsabilidades. Capitulou facilmente, sem luta". Após voltarem de Buenos Aires, Astrojildo propôs a dissolução da Comissão Central Executiva. O Bloco Operário e Camponês (BOC) também foi liquidado[61]. Quanto à dissolução do BOC, esta já vinha sendo delineada desde as discussões realizadas no Secretariado da América Latina da IC, realizadas entre 22 de outubro e 5 de novembro de 1929, das quais Astrojildo Pereira tomou parte. Como resume Dainis Karepovs quanto ao BOC,

> [...] reafirmou-se sua condição de "segundo partido operário que não faz uma política revolucionária consequente" e que substituiu o PCB. Embora não falasse expressamente em dissolução do BOCB, o documento propunha que o PCB deveria ser o "único" partido revolucionário, o que, nos meandros comunistas, deixava clara a decretação de sua extinção[62].

---

[60] BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 379.
[61] Ibidem, p. 379-380.
[62] KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento:* O Bloco Operário e Camponês do Brasil. São Paulo: Alameda, 2006, p. 156.

O documento referido na citação é a resolução tomada pelo Presidium do Comitê Central do PCB baseada no "resumo telegráfico" enviado pelo Secretariado Político do CEIC, recebido no início de março de 1930.

Octávio Brandão fora demitido da Comissão Central Executiva, da qual fizera parte durante sete anos. Mas isso ainda não seria tudo. Brandão relata ter participado de mais de 50 reuniões em locais como Cascatinha, na Tijuca, próximo ao Açude do Macaco, e nas estações de Bangu, Turi-Açú, Rocha Miranda, Costa Barros, Pavuna e Belfort Roxo. Reuniões em que teve de realizar a crítica dos "erros reais" e também dos "erros imaginários"[63].

Leôncio Basbaum relata ter tomado contato com Brandão na Casa de Detenção da Rua Frei Caneca, por volta do fim de abril de 1931. Em meados de maio, Octávio Brandão e Henrique Schechter, também preso naquele momento, foram deportados para a França, e de lá seguiram para Moscou com a ajuda do Socorro Vermelho Internacional[64].

Antes disso, por volta de janeiro de 1931, após passar sete meses fora do Rio, contando uma fuga desta cidade, uma prisão em Salvador e passagens por Campos (RJ), Vitória (ES), Itabuna (BA), Catu (BA) e Aracaju (SE), Leôncio estava de volta à cidade e recebeu a notícia de que fora destituído de seus cargos, entre eles o trabalho "antimil"[65] e a chefia do Comitê Militar Revolucionário. O motivo: Basbaum era intelectual, assim como Astrojildo Pereira, que também fora dispensado de todos os seus cargos[66].

Em uma reunião entre o fim de fevereiro e o começo de março de 1931, Basbaum relatava que o novo Comitê Central tinha a opinião de que a revolução de outubro de 1930 não passava de uma quartelada pequeno burguesa, sem ligação com o povo. Leôncio confessa que também chegou a pensar assim, mas naquele momento sua opinião já era a de que tudo começou com um golpe militar, porém o movimento passou a ser uma revolução popular, "[...] ou melhor, tivera inteiro apoio popular e somente os comunistas ou seus simpatizantes foram contra ela, o que lhe tirou o impacto inicial: os operários se haviam mantido alheios à luta"[67].

Em 1932, em São Paulo, no mesmo dia em que Miguel fora eleito secretário geral do Partido, surgiu uma divergência sintomática entre Leôncio Basbaum e Fernando Lacerda. Este propunha que os intelectuais não deveriam ter direito ao voto nas decisões do Comitê Central

---

[63] BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 381
[64] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 99-100.
[65] Trabalho de inteligência anti-militar.
[66] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 93-94.
[67] Ibidem, p. 96-97.

(CC), que naquele momento se reunia de forma provisória. Com o apoio de sua companheira, Cina, Fernando conseguiu convencer os operários a votar favoravelmente na medida. A situação chegou ao ponto de Cina, de família de classe média e educada em Paris, reivindicar o direito de ser considerada operária, alegando ter um avô camponês e ajudar seu marido costurando suas camisas. Cina conseguiu sua "promoção" à operária[68].

Antes de também testemunhar a bolchevização, Heitor Ferreira Lima presenciou o desmantelamento da direção do partido com sua chegada de Moscou, após três anos de estudos na Escola Leninista Internacional (entre 1927 e 1930).

> A velha direção que eu deixara desaparecera. Barbosa e Rodolfo Coutinho saíram, com a dissidência de 1927, Cendón morrera, Astrojildo estava em São Paulo, Octávio Brandão encontrava-se preso, Leôncio Basbaum fugira para o Nordeste, devido às perseguições policiais, Mário Grazzini estava em Moscou, trabalhando na I.S.V. Só encontrei Fernando de Lacerda e Artur Basbaum, então secretário da J.C., que não faziam parte da direção no meu tempo[69].

Heitor relata que logo em janeiro de 1931 foi realizada uma Reunião ampliada do C.C., onde já com presença de Astrojildo Pereira, este se defendeu de ataques quanto à atuação do PCB em 1930. Além disso houve uma discussão a respeito de um manifesto proposto por Heitor referente à convocação de uma Assembleia Constituinte, o que gerou discordância por parte de Astrojildo, mas foi aprovado pelos outros integrantes. O manifesto foi entregue à Sílvia, futura esposa de Leôncio Basbaum. Porém a mãe de Sílvia queimou o documento. Apesar disso, foi aclamado um novo bureau político, com Heitor Ferreira Lima sendo o novo secretário geral do partido, composto este ainda por Fernando de Lacerda, Artur Basbaum, Domingos Brás e outros militantes dos quais Ferreira Lima não se recorda[70].

Mas por que Heitor foi escolhido como secretário-geral? Porque era alfaiate, ou seja, era operário[71]. E naquele contexto de perseguição aos intelectuais, só um operário poderia ocupar a posição de secretário.

No entanto, logo começaria o atrito de Ferreira Lima com aquela diretriz. Enviado ao Nordeste ainda no primeiro semestre de 1931, com o intuito de realizar um fortalecimento do trabalho partidário naquela região, Heitor pressentia nisso uma maquinação de Inês Guralski,

---

[68] Ibidem, p. 115-116.
[69] LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história*: a trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 139.
[70] Ibidem, p. 140-141.
[71] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 94.

esposa de Augusto Guralski, secretário do Bureau Sul-americano da IC. Isso se deu após uma polêmica a respeito de 200 mil réis aceitos por Heitor para o Socorro Vermelho. O dinheiro foi entregue por Honório de Freitas Guimarães (Martins), integrante da L.A.R. (Liga de Ação Revolucionária). O problema se deu porque Inês viu nesta doação uma influência prestista, o que naquele momento era condenado pela diretriz "obreirista". Logo depois, veio a "missão" para Heitor[72].

De Pernambuco, Heitor passou a enviar cartas se queixando da falta de orientação do Bureau Político, por não deixar clara a linha política do partido. E então, quando já estava em Natal, Ferreira Lima recebeu uma carta do Bureau com uma censura a respeito de suas críticas, as quais não eram aceitas por aquela direção. Heitor classificava aquela reação como "estreito sectarismo obreirista"[73].

Heitor só voltaria a suas atividades regulares no PCB a partir do início de 1934. Quando de sua passagem pelo Nordeste, foi capturado em Fortaleza e depois mandado para a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande (RJ), de onde só foi liberado em junho de 1933, sendo transferido para a capital do estado e libertado definitivamente em dezembro de 1933[74].

Nesta época, Ferreira Lima lembra que encontrou um Bureau Político composto por Miranda (secretário), Martins (encarregado de organização), Bangu (encarregado de agitprop[75]), e Grazzini (encarregado sindical). Ainda havia José Medina, Corifeu Azevedo Marques, Fernando de Lacerda e Adelino Deícola dos Santos, sendo Heitor agregado aos dois primeiros.

> Tratava-se de órgão novo em sua essência, sem compromisso com o recente passado obreirista, exceto Fernando, naturalmente. Este e Grazzini eram os únicos antigos e meus conhecidos[76].

O problema agora não seria mais o "obreirismo" proveniente da bolchevização, mas o "aventureirismo". O Bureau Político foi dividido entre, de um lado, Miranda, Martins, Bangu, Fernando de Lacerda e Guilherme (pseudônimo de um alemão integrado ao Bureau entre fevereiro e março de 1934) e do outro, Ferreira Lima, Grazzini e Corifeu Azevedo Marques. O

---

[72] LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história*: a trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 147-148.
[73] Ibidem, p. 153.
[74] Ibidem, p. 169-170.
[75] Agitação e propaganda.
[76] LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história*: a trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 172.

prevalecimento do primeiro grupo causaria grande arrependimento a Heitor, que decidira não seguir a sugestão de Grazzini de abrir luta interna no partido contra os atos arbitrários daquele seguimento (entre estes, a tentativa de criar um *soviet* em Niterói e também o próprio afastamento de Heitor do Bureau Político sem transferência para outro órgão regional ou de base). Ferreira Lima resume seu ressentimento:

> Só mais tarde vim a compreender tal coisa, arrependendo-me hoje de não ter acolhido a proposta de Grazzini, pois com o prestígio que desfrutávamos no setor sindical, por sermos mais conhecidos e mais velhos militantes do P.C.B., poderíamos ter mudado o rumo dos acontecimentos, impedindo ou realizando em outros moldes, talvez, o movimento militar de 1935, que tanto nos prejudicou e desgastou, sendo até hoje maldosamente utilizado pelas forças reacionárias. A nossa passividade ante os desmandos dos aventureiros dominadores do B.P., que qualificávamos de disciplina partidária, foi sem dúvida um grave e fatal engano nosso[77].

Considerações finais

Com a derrota do movimento armado de 1935, o PCB ainda passaria por luta interna em 1937, o que levou Heitor Ferreira Lima a ser perseguido pelo grupo de Bangu. E não era só isso, pois havia também a repressão policial, que levou Heitor a ser preso duas vezes entre 1935 e 1938. Em 1942, após uma viagem frustrada ao Uruguai com o intuito de travar contato com o P.C. daquele país e informar sobre a luta interna do PCB, Heitor decidiu ir "tratar da vida"[78].

Octávio Brandão passaria 15 anos na União Soviética após sua deportação de 1931 e Leôncio Basbaum foi para o nordeste com sua família após sua soltura da prisão na Ilha Grande, em 1932.

Pode-se dizer que esses militantes tiveram como um dos seus principais inimigos nesse período conturbado a polícia política, seja a de Artur Bernardes, a de Washington Luís ou a de Getúlio Vargas.

Entretanto, não teria sido a própria direção do movimento comunista internacional uma adversária desses militantes também? Se tivesse o PCB autonomia para avaliar o caminho a seguir sem a interferência da IC, teria ele vivido menos problemas? Do ponto de vista da tentativa de alcance do poder, talvez não. Pois Prestes hesitara em se aliar ao PCB para ser seu candidato presidencial em 1930, como pôde ser visto na conversa que o líder tenentista teve com Basbaum em Buenos Aires, no ano anterior. Do ponto de vista da manutenção da antiga

---

[77] Ibidem, p. 180.
[78] Ibidem, p. 252.

direção, com a permanência de Astrojildo Pereira e de Octávio Brandão talvez o partido tivesse conseguido manter uma coesão interna, mas como ficaria essa direção com a derrota da linha política que preconizava a aliança com os tenentes, visto que parte deste movimento foi absorvida pelos partidários de Getúlio Vargas?

São apenas questões que remetem para o fato de que a linha de aliança com a pequena burguesia falhou, mas a interferência da IC também não ajudou o PCB, pois resultou no "obreirismo", com o afastamento dos intelectuais da direção do partido, o que abriu espaço depois para o "aventureirismo" mencionado por Heitor Ferreira Lima. Como Michel Zaidan Filho apontou, a reconciliação do partido com a ortodoxia marxista-leninista, que pregava uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato e *soviets* de operários e camponeses, levou-o por outro lado a se isolar em relação às contradições específicas da sociedade brasileira[79].

Segundo ainda Ferreira Lima, a Internacional Sindical Vermelha (I.S.V.) conseguiu uma aproximação maior com os problemas da América Latina pois levantava questões sobre os imigrantes, os operários agrícolas, os índios e os negros. No entanto, aquela organização não escapava de uma certa homogeneização na análise das situações dos países latino americanos. Era preciso um estudo mais apurado sobre as diferenças da atuação do imperialismo de região para região e também uma reflexão mais aprofundada sobre o desenvolvimento das organizações operárias de um país para outro[80]. Essa aproximação maior em relação aos problemas da América Latina poderia ter contribuído para a linha política do PCB, mas o fato é que este estava subordinado à IC.

Por fim, como ficava o peso dos indivíduos aqui utilizados como fonte? Percebe-se que Octávio Brandão, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima não tinham controle sobre seus destinos dentro do partido. Nem mesmo Astrojildo Pereira, pois também seria afastado do PCB apesar de ter sido o responsável pelo informe da "proletarização", que se transformou no "obreirismo".

Assim, pesavam mais a IC e o meio não propício à atuação dos comunistas no Brasil. Os indivíduos tentavam se movimentar nesse meio descobrindo de forma violenta o peso das correntes que os prendiam.

---

[79] ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929)*: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985, p. 92-93.

[80] LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história*: a trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 92.

Isso pode levar à seguinte questão: quantos estavam seguros para atuar no movimento comunista internacional? Seria preciso um estudo sobre as possibilidades de militância comunista em cada realidade nacional. Porém, sabe-se que enquanto esses militantes tentavam a sobrevivência e passavam por todos esses problemas, um homem dentro do movimento comunista internacional com certeza triunfava: Stalin.

Referências

Documentais

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 309p.

BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo*: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil. 2. ed. São Paulo: A. Garibaldi, 2006. 196p.

______. *Combates e batalhas:* memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Astrojildo. A Formação do PCB. In: *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Beatriz. *A prosopografia ou biografia coletiva*: limites, desafios e possibilidades. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.pdf

AMARAL, Roberto Mansilla. Uma voz destoante no PCB: Octávio Brandão, militante e intelectual. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política*: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. V. 2. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O revolucionário cordial*: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo, 2001.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento:* O Bloco Operário e Camponês do Brasil. São Paulo: Alameda, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história*: a trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MICHELS, R. *Political Parties:* a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy. Tradução de Eden e Cedar Paul. New York: Dover Publications, 1959.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros*: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948). Campinas: [s.n.], 2003. 383f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. *Política e trabalho no Brasil*: dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Daedalus*. The MIT Press, vol. 100, n. 1, 1971. Disponível em: http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1525486.files/Stone_Prosopography.pdf

VINHAS, Moisés. *O Partidão*: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929)*: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

Recebido em: 18.07.2017
Aprovado em: 12.09.2017

A Revolução Mexicana e as esquerdas latino-americanas nos anos 1920

Ricardo Neves Streich[*]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância política e intelectual da Revolução Mexicana para a esquerda dos anos 1920. Para isso, buscamos compreender as relações, políticas e simbólicas, estabelecidas entre o governo mexicano e esta geração de intelectuais. Nesse sentido, traçamos um panorama das distintas posições que a intelectualidade de esquerda do período mantinha ante a Revolução Mexicana. Finalmente, observamos como quatro nomes da esquerda latino-americana (José Carlos Mariátegui, Tristán Marof, Victor Raúl Haya de la Torre e Oscar Tenório) analisaram e se apropriaram da Revolução Mexicana para pensar (e fazer) a Revolução em seus próprios países.

Palavras-chave: Revolução Mexicana; José Carlos Mariátegui; Tristán Marof; Haya de la Torre; Oscar Tenório.

Abstract

This paper aims to reflect on the political and intellectual importance of the Mexican Revolution to the leftist intellectuals of the 1920's. In this way, we seek to understand the political and symbolical relations that the Mexican government established with this generation of intellectuals. We also build an overview of the different positions that the leftist intellectuality of this period sustained before the Mexican Revolution. Finally, we analyzed how four names of the Latin American left (José Carlos Mariátegui, Tristán Marof, Victor Raúl Haya de la Torre and Oscar Tenório) analyzed and appropriated the Mexican Revolution to think (and make) the Revolution in their own countries.

Keywords: Mexican Revolution; José Carlos Mariátegui; Tristán Marof; Haya de la Torre; Oscar Tenório.

[*] Graduado em História e Metre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

> A América é menos uma tradição a seguir que um futuro a realizar. Projeto e utopia são inseparáveis do pensamento hispano-americano, desde o final do século XVIII até nossos dias.
>
> Octavio Paz

1. Entre o universal e o particular: a polarização política e intelectual dos anos 1920

Na América Latina, o período após a Primeira Guerra Mundial foi marcado por pelo descrédito dos valores liberais que orientaram a vida intelectual e política do continente no período da *Belle Époque.* A decadência dos valores burgueses típicos do alvorecer do século XX – tais como o liberalismo (político e econômico), a centralidade da Europa e a inevitabilidade do progresso[1] – perderam espaço para ideologias radicalizadas: o comunismo e o fascismo.

É importante destacar que o processo de polarização política se deu em meio a um intenso período de modernização. As transformações na economia – especialmente o surgimento das classes médias e trabalhadoras urbanas como atores de peso nacional – provocou o acirramento das contradições com as velhas oligarquias que dominavam a maioria dos países do continente. Nessa nova conjuntura, o campo da direita (que não é parte do escopo da análise desse artigo) buscou renovar o ideário nacionalista a partir de críticas antiliberais e, por isso, adotou estratégias políticas e discursivas típicas do autoritarismo fascista[2].

Já o campo da esquerda experimentou um salto organizativo tanto na escala continental quanto na dos espaços nacionais. No âmbito dos países, houve o surgimento das primeiras Centrais Sindicais de alcance nacional, além do surgimento de diversos partidos políticos, dentre os quais se destacam os Partidos Comunistas (inspirados pela Revolução Russa). Concretamente, o grande marco da organização da esquerda em nível continental se deu na difusão dos *movimentos de Reforma Universitária*. Em 1918, os estudantes da Universidade de Córdoba iniciaram uma série de manifestações por modernizações da administração universitária. Rapidamente o movimento extrapolou as fronteiras argentinas e nesse processo de difusão acabou por se articular às demandas dos trabalhadores nos diversos países em que houve protestos estudantis.

As lideranças estudantis passaram a circular entre os distintos países fomentando

[1] Para uma análise do *ethos* modernizador do período ver: COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[2] Cf. BEIRED, José Luís Bendicho. *Autoritarismo e nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo (USP), 1996.

manifestações e trocando experiências. "Os homens livres da América do Sul"[3] constituíram uma importante rede político-intelectual – muitas das lideranças estudantis se tornaram importantes líderes políticos em período posterior – que se materializou nas *Universidades Populares*[4], nas quais eram ofertados cursos a trabalhadores, com vistas "a elevar o nível de sua consciência" para utilizar um jargão da época[5]. Nesse sentido, a esquerda conseguiu transformar pautas econômicas populares (jornada de trabalho, salário mínimo e outros) em pautas políticas[6].

A organização e a articulação das redes político-intelectuais da esquerda latino-americana foram acompanhadas de diversas disputas acerca da *natureza da revolução* na América Latina. Indagava-se, assim, sobre a pertinência (ou não) do marxismo para *compreensão* e *transformação* da realidade latino-americana. Michael Lowy[7] aponta dois extremos nesse debate: o "universalismo" – perspectiva que defendia o protagonismo revolucionário do proletariado urbano – e o "excepcionalismo" – segundo a qual, a história latino-americana seria absolutamente particular e, por isso, o instrumental teórico europeu (como o marxismo) seria insuficiente para conduzir a atuação política em nosso continente.

Nos termos desse debate, então, a diversidade das posições de esquerda consistia justamente nos diferentes pesos atribuídos aos fatores "universais" (a "luta de classes", por exemplo) ou aos "particulares" (dentre outros, a "questão nacional" e a "primazia do enfrentamento anti-imperialista"[8]). As diversas posições de esquerda, então, buscavam *inserir*

---

[3] O Manifesto de 1918 assinado pela "Juventude livre de Córdoba" se endereçava aos "Homens livres da América do Sul" e dizia em sua abertura: "Hombres de una República libre, acabamos de romper la última cadena que, en pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por el nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana.". Cf. MANIFIESTO LIMINAR DE LA REFORMA UNIVERSITARIA DE 1918. Disponível em: http://www.unlp.edu.ar/uploads/docs/manifiesto.pdf Acesso em: 5 jul. 2017.

[4] As Universidades Populares ocorreram em diversos países, destacando-se as experiências de Argentina, Peru, Guatemala e Cuba.

[5] Cf. BERGEL, Martín. Pablo. Latinoamérica desde abajo: las redes trasnacionales de la Reforma Universitaria (1918-1930). In: ABOITES, Hugo; GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *La Reforma Universitaria Desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: Clacso, 2008. Ver também: BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros? La reforma universitaria de 1918*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

[6] Cf. HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina (1870-1930). In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*: cultura y sociedad (1830-1930). Barcelona: Editorial Crítica, 1991. v.8.

[7] LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 2012. p.10.

[8] Nesse sentido são significativas as posições do debate ocorrido entre as duas maiores lideranças peruanas – as quais serão devidamente apresentadas mais adiante – da época. Enquanto o aprista Haya de la Torre sintetizava sua posição dessa maneira: "Nosotros no somos anti-imperialistas porque somos de izquierda sino que somos de izquierda porque somos antiimperialistas. Ser anti-imperialista es ser soldado de la causa de la Libertad en América Latina. Ser soldado de una causa de Libertad es serlo de la Justicia. No hay libertad se hay opresión económica; por

um conteúdo social à identidade nacional, como sintetiza Devés Valdés:

> lo identitario y lo social, además de ir juntos, se articulan: en este época lo identitario es visto como social. Es decir, lo social no es simplemente el obrero moderno similar a otros obreros del mundo. Lo social es indígena, el campesino, el mestizo, nuestra raza, un pueblo típicamente indoamericano. Lo más propio de América Latina es su pueblo, que es visto como el poseedor de lo auténtico, como aquel que reside en el interior y representa lo más hondo del continente. Como siempre, es cuestión de énfasis. Esto, sin embargo, no debe ser identificado con una posición conservadora que querría volver a una época áurea y pretérita. Por el contrario, el acento más buen está puesto en la construcción de una sociedad futura que sería realizada por este pueblo y estaría afirmada en elementos muy propios.[9]

Ademais, a incorporação dos setores populares até então marginalizados pelas Repúblicas Oligárquicas veio acompanhada do realinhamento político e simbólico em relação à Europa, como indica Olivier Compagnon, cuja reflexão sobre Brasil e Argentina pode ser estendida, *mutatis mutandis,* a todo o continente:

> Na medida em que a fumaça dos obuses não mais permite vislumbrar o farol da modernidade europeia que guiara o destino dos jovens Estados latino-americanos desde a sua independência, os anos 1920 e 1930 correspondem a uma fase de questionamentos identitários na qual a ideia de nação ocupa um lugar fundamental. No espírito de vários atores, convém definir as linhas diretrizes de um destino coletivo agora pensado numa alteridade radical em relação à Europa. As ideias de argentinidade e de brasilidade substituem as declinações da modernidade europeia e tornam-se as matrizes da ação política e da criação cultural. [...]. Como a Europa se esgotou de todo nas trincheiras e seus cânones estéticos não têm senão um valor relativo, promovamos uma arte que será a expressão da identidade nacional em toda a sua diversidade – do erudito ao popular, do urbano ao rural – ou que não será. Durante o tempo de construção das nações, entre o fim do século XVIIII e o início do século XIX, a Grande Guerra constitui uma sequência de inflexão de primeira importância. Ela também não é indiferente à consciência de um destino americano – nas múltiplas acepções que este possa cobrir.[10]

---

eso, mientras no se obtenga integralmente la justicia es vano hablar de Libertad. Las cadenas de nuestros pueblos esclavizados al imperialismo yanqui son cadenas económicas. Deber dinero es depender del acreedor, especialmente cuando se le ha entregado la prenda." PLANAS, P; RIVAROLA, M. (org). *Haya de la Torre*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988. p.124; já o socialista Mariátegui defendia que: "somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionarios, porque oponemos al capitalismo el socialismo como sistema antagónico, llamado a sucederlo, porque en la lucha contra los imperialismos extranjeros cumplimos nuestros deberes de solidaridad con las masas revolucionarias de Europa." MARIÁTEGUI, José Carlos. Punto de vista Anti-Imperialista. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideología y Política.* Lima: Editora Amauta, 1986. p.90. Note-se que tanto a "questão nacional" quanto a "questão econômica/de classe" estão presentes nas duas posições, diferenciando-se apenas no que diz respeito à relação entre meios e fins. Enquanto Haya de la Torre defende a primazia da "questão nacional" para dela alcançar a "questão de classe", Mariátegui constrói a relação entre os termos em ordem exatamente inversa.

[9] DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX entre la modernización y la identidad*: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). Buenos Aires: Biblos, 2000. t1.

[10] COMPAGNON, Olivier. *Adeus à Europa*: A América Latina e a Grande Guerra. São Paulo: Rocco, 2014. pp.324-325.

A reelaboração da relação simbólica com a Europa – antes vista como "modelo" e "futuro" – abriu espaço para a afirmação das especificidades da história latino-americana. Nesse contexto de profundas transformações simbólicas, econômicas e políticas refletir sobre as análises que a geração latino-americana dos 1920 fizeram de movimentos concretos de ebulição social fornece pistas preciosas, como sugere Patrícia Funes:

> el Manifiesto Liminar de los estudiantes de Córdoba en 1918 interpelaba "A los hombres libres de Sud América" con la convicción de estar "pisando una revolución y viviendo una hora americana". Porque otro centro de gravitación de la época era la Revolución en Rusia, una sociedad no clásicamente occidental ni asimiladamente "europea". Las periferias del mundo, leídas desde otras periferias, aparecían más vitales. Estimulaban no tanto a revisar el pasado y la historia como a imaginar horizontes emancipados. No sería muy osado sostener que la Revolución Mexicana se leyó seriamente como "revolución" después ele 1917 y no justamente por la Constitución de Querétaro, que estatuía normativamente los derechos sociales más adelantados de Occidente.[11]

É esse quadro de complexas transformações simbólicas, políticas e econômicas que torna interessante observar como a experiência revolucionária mexicana – a qual, eminentemente camponesa e indígena[12], escapou aos modelos desenhados pelo marxismo soviético que ganhava força na intelectualidade esquerdista do período- se configurou em um parâmetro das discussões políticas e intelectuais da geração dos anos 1920.

2. As esquerdas e a Revolução Mexicana

2.1 Os sul-americanos e a Revolução Mexicana

A Revolução Mexicana é um dos momentos mais importantes da história política da América Latina. A primeira revolta popular de âmbito e alcance nacional do continente foi uma

---

[11] FUNES, Patricia. *Salvar la nación*: Intelectuales, cultura e política en los años veinte latino-americanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p.14.

[12] Octávio Paz – em fórmula consagrada – dizia que a Revolução Mexicana foi caracterizada pela "escassez de vínculos com uma ideologia universal". Em que pesem as críticas possíveis a essa elaboração, já que o anticlericalismo típico do período pode ser compreendido a partir de uma tonalidade universal, a afirmação do pensador mexicano tem o mérito de ressaltar a especificidade da dinâmica do processo revolucionário mexicano. Cf. PAZ, Octávio. *O Labirinto da Solidão e Post Scriptum*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984. p.124.

resposta ao processo de modernização autoritária[13] promovida por Porfírio Diáz[14]. O levante promovido por Francisco Madero, contra a sétima reeleição de Díaz, foi iniciado em 20 de novembro de 1910. Em maio do ano seguinte, Díaz embarcou para Europa e, assim, Madero foi eleito presidente da República.

Contudo, Madero foi incapaz de atender aos interesses de todos os envolvidos no levante contra Díaz, pois temia a radicalização popular. Assim, adotou uma perspectiva cautelosa que subordinava a adoção de reformas sociais (especialmente no tocante ao acesso à terra) à via parlamentar. Seus antigos aliados, os indígenas do sul liderados por Emiliano Zapata, logo se insurgiram contra o novo governo e o país assistiu a novo derramamento de sangue. Dessa maneira, o México se viu envolto em conflitos sistemáticos até 1919. Narrar os pormenores e as etapas do processo revolucionário escapa aos objetivos desse artigo[15], mas grosso modo podemos dizer que a Guerra Civil foi a disputa entre dois projetos: o que apontava a necessidade imediata de reformas sociais (os camponeses do sul, liderados por Zapata, e os camponeses do norte, liderados por Pancho Villa)[16] e o que defendia a estabilização política e eventualmente algumas reformas sociais (grupo denominado Constitucionalista que veio a ser o vencedor da Guerra Civil, representado primeiramente na figura de Venustiano Carranza e posteriormente na do General Álvaro Obregón).

Entre fevereiro de 1913 e julho de 1914 os representantes dos dois projetos lutaram

---

[13] O processo de modernização autoritária, além do uso irrestrito da violência, foi responsável por um enorme desenvolvimento econômico do México. Nesse período, por exemplo, o país se conectou através de ferrovias. Katz aponta que o crescimento médio da economia mexicana no período 1884-1900 foi de 8% ao ano. Sobre as ferrovias – símbolos de modernidade e progresso – o autor complementa: "Virtually non-existent when Díaz first came to power, the railways system comprised 14,000 kilometres of track by the turn of the century, and as a result the extraction of cooper, zinc and lead as well as silver became profitable." KATZ, Friedrich. Mexico: restored republic and Porfiriato (1867-1910). In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5. p.28. Todavia, o custo social do desenvolvimento foi uma enorme concentração de renda e de terras, já que segundo Jesus Silva-Herzog 80% da população (cerca de 12 milhões de pessoas) dependiam de 840 fazendeiros que eram donos da maior parte do território mexicano. Cf. SILVA HERZOG, Jesus. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.

[14] Díaz governou o México entre 1876 e 1880 e entre 1884 e 1911. Seu governo ditatorial logrou através do uso sistemático da repressão e da violência uma longa estabilidade política e, por isso, o período também é conhecido como *Pax Porfiriana.*

[15] Para descrições mais detalhadas do processo ver: AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana.* São Paulo: Edusp, 2000. Ver também: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana.* São Paulo: Edunesp, 2010.

[16] Aqui é importante lembrar que a despeito de posições muito populares na esquerda, os zapatistas e villistas possuíam um projeto autônomo (a retomada imediata das terras usurpadas no processo de modernização conservadora) e, por isso, não eram meros apêndices do processo revolucionário. Nesse sentido, vale dizer que em dezembro de 1914 as tropas de Villa e Zapata chegaram a ocupar cerca de dois terços do território mexicano. Para mais detalhes veja-se: WOMACK, J. *Zapata e a Revolução Mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980. E também: ALIMONDA, Héctor. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

juntos contra a ditadura de Victoriano Huerta (que havia derrubado Madero através de um golpe militar). Após a derrota do ditador, o bloco vencedor entrou em nova disputa militar que acabou dividindo o México em duas partes: uma parte governada pelos Constitucionalistas e outra pelos camponeses. Contudo, em 1915, o líder do Exército Constitucionalista Venustiano Carranza começou a virar o jogo do ponto de vista político e militar. Além de ocupar a Cidade do México, ele começou a promulgar leis de cunho social com a finalidade de retirar de Zapata e Villa o monopólio das bandeiras das reformas sociais, especialmente a agrária.

Nesse ínterim, Carranza articulou a promulgação da Constituição de 1917 a qual sintetizou a coalisão entre setores da burguesia, pequena-burguesia, operários e camponeses que lutavam contra Zapata e Villa. O avanço das forças constitucionalistas marcou a derrota dos projetos autônomos do campesinato – que continuavam a guerra defensivamente – e, por isso, buscavam a estabilidade institucional e a recuperação da economia de um país destruído[17].

Com vistas a evitar a radicalização ou o regresso ao velho regime porifirista, a Carta Magna de 1917 – também conhecida como Constituição de Querétaro, alusão à cidade onde foi concebida – foi a primeira a garantir direitos sociais no mundo. Suscintamente podemos dizer que nela se destacavam o artigo 27 – de acordo com o qual o solo (e, por isso, os minerais do subsolo) e a água passavam à propriedade da Nação, sendo prerrogativa do governo transmiti-la mediante propriedade privada ou comunal (por exemplo, *os ejidos*); já o artigo de número 123 tratava dos direitos trabalhistas (jornada máxima, salário mínimo, direito de greve); por fim, temos o artigo 130 de cunho fortemente anticlerical (obrigação do ensino laico, restrições aos direitos de propriedade de organizações religiosas e proibição de exercício de atividades públicas, tais como o voto, a publicação de artigos na imprensa e até mesmo a utilização de vestimentas religiosas fora dos templos, de membros do clero).

Em 1919, teve início o último levante armado do processo revolucionário mexicano. Álvaro Obregón – general responsável pela desarticulação da Divisão do Norte de Villa – se insurgiu contra Carranza, em função de divergências acerca do processo de sucessão presidencial. A vitória de Obregón marcou o fim da fase armada da Revolução e deu iniciou à efetiva reconstrução do país, além da elaboração da interpretação sobre o processo que os

[17] 1915 foi "o ano da precariedade e da destruição. A autoridade era tão volátil quanto a moeda. As pequenas transações na Cidade do México eram feitas com bilhetes de bonde. No oceano de papel-moeda emitido pelos diferentes exércitos, 'os mais pobres', recorda Alejandra Moreno Toscano, voltaram às 'transações diretas, sem usar papel-moeda: bem por bem, serviço por serviço'". AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana.* São Paulo: Edusp, 2000. p. 72.

mexicanos viveram na década de 1910, afinal era preciso dotar de coesão narrativa um processo sinuoso em que interesses particulares prevaleciam sob o discurso da unidade nacional.

O processo de "mitificação" da Revolução – que de certa maneira perdura até hoje no México – pode ser sintetizado pela fórmula "ordem revolucionária" (que mais tarde fundamentaria a base ideológica do maior partido político mexicano até hoje, o PRI – Partido da Revolucionário Institucional). A ambiguidade da fórmula intencionava institucionalizar e "normalizar" as forças surgidas no processo revolucionário, centralizando no Estado o papel de equilibrar e compactuar os interesses das diferentes classes sociais.

A ideologia mexicana da "ordem revolucionária" teve também uma perspectiva internacional, a qual nos interessa sob dois aspectos. 1) a difusão e projeção da identidade mexicana (que teria sido aflorada pela Revolução); 2) a política de recepção de exilados políticos de outros países do continente.

No que tange ao primeiro ponto destaca-se a atuação de José Vasconcelos[18] como Secretário da Educação Pública do governo de Álvaro Obregón. Vasconcelos foi o responsável pelo projeto cultural do Estado mexicano que buscava se reconstruir após uma década de guerra civil. Seu projeto cultural, a partir do estímulo à arte pública, tentou criar uma identidade nacional fundamentada no passado pré-hispânico. Nesse sentido, destaca-se o chamado *movimento muralista*[19], que realizou pinturas nas paredes de diversos prédios públicos. Os *murais* buscavam representar a história mexicana ou os elementos que definiam a mexicanidade e, por isso, retratavam a Revolução de 1910 como a "síntese revolucionária nacional". Tratava-se, então, de uma produção cultural financiada pelo Estado mexicano com vistas a legitimar o discurso nacionalista – que pregava ativa participação das camadas populares – do governo de Álvaro Obregón, já que os *murais* representariam e poderiam ser

[18] Para maiores detalhes ver: MOTTA, Romilda Costa. *José Vasconcelos*: as *Memórias* de um "profeta rejeitado". São Paulo: Alameda, 2016.

[19] Os famosos Murais mexicanos do período, especialmente aqueles produzidos por Davi Alfaro Siqueiros, José Clemente Orozco e Diego Rivera, buscavam traduzir em grandes pinturas elementos importantes da história e da identidade nacional mexicana. Contudo, não se trata de mera instrumentalização política da arte, já que as representações muralistas também eram caracterizadas por forte experimentalismo estético, como indica Viviane Gelado: "Em relação a este aspecto da valorização do popular, há outros também polêmicos na análise da vanguarda. Um deles é seu *movimento dialético entre nacionalismo e cosmopolitismo.* Existe entre os artistas da vanguarda uma preocupação mais ou menos geral e consciente com a busca e expressão de uma identidade nacional, paradoxalmente mediada (sobretudo no que diz respeito à formação do artista) pela cultura europeia. Esse movimento dialético é o signo de um paradoxo mais profundo: o de como conciliar em uma prática discursiva de destruição e dispersão, de descontinuidade, de recorte e fragmentação, a busca de uma identidade". GELADO, Viviane. *Poéticas da transgressão*: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 29 (grifo do autor).

vistos por todos os mexicanos.

Evidentemente, a qualidade estética dos *murais* proporcionaram visibilidade continental aos artistas mexicanos e, consequentemente, à Revolução Mexicana. A perspectiva continental do projeto de Vasconcelos também se fez presente em sua atuação institucional, tal qual afirma Regina Crespo em reflexão sobre a viagem oficial ao Brasil, por conta de nosso centenário de independência:

> durante sua [de Vasconcelos] visita ao Brasil buscou estabelecê-lo [o projeto identitário] dentro de um projeto político mais amplo que, de certa forma, já havia sido posto em prática pelo presidente anterior, Venustiano Carranza, e sua equipe. À inserção mais visível do México no sul do continente, que os carrancistas buscaram conquistar por razões estratégicas, Vasconcelos incorporou a defesa de projetos para a integração cultural e política latino-americana. Em sua viagem, apoiou-se nas necessidades do governo mexicano que, como funcionário, representava, e nas aspirações pessoais de poder que, como político, possuía. Nesse sentido, um resultado importante de seu labor como porta-voz do governo mexicano foi fazer-se conhecer no âmbito sul-americano como um político de projeção. O arrebatado embaixador especial cativou as elites intelectuais brasileiras, ocupando as primeiras páginas dos jornais mais importantes da capital do país, com seus discursos integracionistas, ibero-americanistas e de elogio ao novo México que se tentava criar. Num momento em que urgia consolidar o novo Estado mexicano, que havia surgido da Revolução, nada melhor que um bom propagandista de suas conquistas políticas, culturais e sociais.[20]

Contudo, o projeto de difusão da Revolução Mexicana não se limitou às relações entre os Estados. Além da política externa de aproximação junto aos países da América do Sul, houve um intenso esforço do governo mexicano em se legitimar ante à intelectualidade do continente. Daí decorre o segundo ponto que nos interessa: a recepção e acolhimento de exilados provindos dos mais diversos cantos do continente. Após a radicalização das lutas dos movimentos de Reforma Universitária, muitas das lideranças acabaram perseguidas e/ou expulsas de seus países de origem. O México, então, se tornou um ponto de acolhimento[21] e um espaço de intensa articulação política entre os exilados, como indicam o surgimento de diversas organizações anti-imperialistas e a militância de diversos intelectuais exilados no

---

[20] CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. p. 189. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16525.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.

[21] O acolhimento mexicano, no período, consistia em mais do que uma permissão de entrada e permanência. O nome mais importante da esquerda boliviana no período Tristán Marof, por exemplo, recebeu um emprego no *Instituto de Investigaciones Económicas* (da Universidade Nacional, que viria a se tornar a UNAM). No Instituto proferiu uma série de palestras que foram transformadas no livro *Opresión y falsa democracia* que teve uma tiragem comprada pelo governo mexicano.

Partido Comunista do México (PCM)[22].

Pablo Yankelevich[23] e Ricardo Melgar Bao[24] exploram os diferentes aspectos da importância que a Revolução Mexicana adquiriu para a geração de intelectuais latino-americanas daquele período. Nesse sentido, para além dos esforços estatais de difusão e legitimidade do processo revolucionário ante a comunidade internacionais, as redes intelectuais e políticas formada pelos intelectuais dos anos 1920, como indicam os autores, tornaram a Revolução Mexicana um evento fundamental nas elaborações e interpretações políticas que intelectuais de todo o continente faziam para seus respectivos espaços nacionais. A *apropriação*[25] da experiência mexicana – afirmando ou negando sua validade como modelo revolucionário – foi uma variável importante nas avaliações sobre os *caminhos da Revolução* na América Latina, especialmente quanto temos em mente as especificidades do processo revolucionário mexicano. Além disso, tendo em vista a centralidade que o marxismo ocupava escolhemos quatro autores – dois marxistas e dois não-marxistas – para demonstrar como as análises da Revolução Mexicana foram utilizada de diferentes maneiras para que intelectuais de todo o continente elaborassem estratégias de atuação em seus respectivos países.

2.2 A esquerda marxista

A articulação em escala continental dos intelectuais dos 1920 possibilitou também a

[22] Dentre os nomes que podemos destacar estão Victor Raúl Haya de la Torre e Julio Antonio Mella. Duas das mais importantes lideranças do continente militaram juntos na Liga Antiimperialista das Américas (LADLA) até a ruptura política, ocorrida no México, em 1928. Para mais detalhes ver: MELGAR BAO, Ricardo. *Vivir el exilio en la ciudad, 1928 V. R. Haya de la Torre y J. A. Mella*. México DF: Taller Abierto, 2013. É importante observar que houve tentativas de conciliação entre os dois personagens, a mais famosa delas foi a de Tristán Marof (a mais importante liderança da esquerda boliviana da época também se encontrava no México) que também foi narrada por Ricardo Melgar Bao. Cf. MELGAR BAO, Ricardo. El exiliado boliviano Tristán Marof: tejiendo redes, identidades y claves de autoctonía política. *Pacarina del Sur*, México D.F., ano 3, n. 11, abr-jun. 2012. Disponível em: www.pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/480-el-exiliado-boliviano-tristan-marof-tejiendo-redes-identidades-y-claves-de-autoctonia-politica. Acesso em: 19 jun. 2017.
[23] YANKELEVICH, Pablo. *La revolución mexicana en América Latina: intereses políticos, itinerarios intelectuales.* México D.F.: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2003. e também: YANKELEVICH, Pablo. *Miradas Australes*: Propaganda, Cabildeo y Proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930. México D.F.: Instituto Nacional Estudios Históricos Revolución Mexicana, 1997.
[24] MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina, 1934-1940*. Buenos Aires: Ediciones Libros en Red, 2003. Veja-se também: MELGAR BAO, Ricardo. Prácticas político-culturales e imágenes latinoamericanas de la Revolución mexicana. *Regiones suplemento de antropología*. México D.F., ano 7, n. 43, oct-dez. 2010.
[25] O termo "apropriação" é aqui utilizado na acepção de Roger Chartier, para quem a observação da realidade social está sempre relacionada à posição de quem elabora o discurso. No nosso caso, significa assumir que os autores olharam para o México pensando *também* a realidade de seus países. Para mais detalhes sobre o conceito de "apropriação" ver: CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990. p. 17.

organização do movimento comunista na América Latina. Podemos dizer que, grosso modo, o processo de organização comunista no continente se consolidou em 1929 com a Conferência Comunista Sul-americana em Buenos Aires[26]. Por isso é importante tomarmos como marco um dos primeiros informes da Internacional Comunista dedicados especificamente a refletir sobre a situação latino-americana, os comunistas soviéticos diziam em 1921:

> As revoluções que transtornam periodicamente o México, a Venezuela e outros países não dizem respeito diretamente às massas. Mas devem ser aproveitadas para desenvolver eficazmente o movimento das massas revolucionarias, que exprime os interesses do proletariado e do campesinato pobre. Só um movimento revolucionário este tipo pode libertar os povos da américa do Sul da opressão dos exploradores nacionais e do imperialismo americano. O socialismo não fez nada para desenvolver este movimento revolucionário das massas. Na América do Sul, o socialismo traiu escandalosamente os interesses das massas. Não passa de uma miserável combinação ou – como no México – de um esporte semimilitar, semirrevolucionário, ao qual se dedicam alguns aventureiros (por acaso Obregón e seus sequazes também não são 'socialistas'?). Desacreditar este socialismo, aniquilar sua influência, fortalecer os elementos socialistas revolucionários com o comunismo: esta é a tarefa revolucionária urgente e essencial.[27]

A desconfiança rumos que os governos mexicanos emergentes do processo revolucionário tomavam pode ser explicada por duas razões. A primeira, mais imediata, reside na "concorrência" que o modelo obregonista fornecia aos esquerdistas de todo o continente, como indica a associação de Obregón ao "socialismo" – àquela época o termo remetia-se à socialdemocracia alemã que havia votado pela entrada da Alemanha na Primeira Guerra e, por isso, considerada traidora pelos revolucionários soviéticos russos. O segundo termo da discussão, para além da disputa de influência política imediata, reside nas características da Revolução Mexicana (camponesa e indígena) que diferia daquela preconizada pelos comunistas soviéticos (proletária e urbana).

Contudo, o processo de articulação em escala continental do movimento comunista latino-americano estava longe de qualquer homogeneidade. E as análises sobre a experiência revolucionária mexicana são um excelente indicador para constatar tal fato. Veja-se, por exemplo, o caso do socialista peruano José Carlos Mariátegui[28] que tem recebido atenção por

---

[26] Para mais detalhes ver: PEREIRA, Bernardo Soares. A primeira conferência comunista latino-americana: ideias marxistas e o caráter da revolução na América Latina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5, 2013. *Anais...* Londrina, UEL, 2013. Disponível em: www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v10_bernardo_GVI.pdf Acesso em 20 jun. 2017.

[27] A INTERNACIONAL COMUNISTA. Sobre a Revolução na América. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 2012. p. 80.

[28] José Carlos Mariátegui (1894-1930) foi um dos nomes mais importantes da história da esquerda peruana. Além

conta de suas teses que escapam do “modelo ortodoxo” da Internacional Comunista.

Um dos elementos do marxismo heterodoxo de Mariátegui foi a valorização do potencial revolucionário campesino e indígena. Nesse sentido, a observação da Revolução Mexicana foi fundamental para suas elaborações e, por isso, além dos 18 artigos dedicados à experiência mexicana, tratou-a como parâmetro de comparação em outros 12 artigos.[29] Grosso modo, sua análise sobre a experiência mexicana pode ser dividida em duas fases. A primeira (1923-1928) se caracterizou pelo otimismo e pela simpatia aos rumos que o Estado mexicano tomou após a década de Guerra Civil. Já a segunda (1928-1930) foi marcada pela progressiva desconfiança e crítica aos caminhos da Revolução.

Dentre os pontos de apoio, Mariátegui foi muito elogioso às políticas de identidade cultural promovida por Vasconcelos. Além disso, ele enxergava no México a materialização das táticas por ele defendidas em seu país, pois o “espírito frentista” era admirado no México e encarnado no Peru pela APRA[30]. A tática da *Frente Única* consistia em uma aliança policlassista (proletariado, campesinato e pequena-burguesia) para o enfrentamento dos latifundiários detentores dos privilégios coloniais. A atuação dos setores populares deveria ocorrer de maneira autônoma. Dessa forma, o caráter nacional da Revolução abriria espaço para a organização do elemento de classe (“universal”), o que já ocorria em 1926, para Mariátegui:

> Las formas políticas y sociales vigentes en México no representan una estación del liberalismo sino del socialismo. Cuando el proceso de la Revolución se haya cumplido plenamente, el Estado mexicano no se llamará neutral y laico sino socialista. Y entonces no será posible considerarlo anti-religioso. Pues el socialismo es, también, una religión, una mística. Y esta gran palabra religión, que seguirá gravitando en la historia humana con la misma fuerza de siempre, no debe ser confundida con la palabra Iglesia.[31]

---

de fundar o Partido Socialista do Peru (1928), foi um dos criadores da primeira Central Sindical peruana de âmbito nacional (a CGTP – Confederação de Trabalhadores do Peru).

[29] A produção textual mariateguiana é imensa, por isso limitamo-nos a levar em conta apenas os artigos publicados por ele na grande imprensa limenha da época. Poderíamos, nesse sentido, tal qual fez Luiz Bernardo Pericás, acrescentar à conta os artigos sobre o México presentes em periódicos editados pelo socialista peruano. Pericás contou em *Amauta* e *Labor* 33 artigos sobre o México. Ademais, há o intercâmbio epistolar com mexicanos e conhecidos que estavam ou estiveram no México. Para mais detalhes, ver: PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o México. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.15, 2010.

[30] A *Alianza Popular Revolucionaria* (APRA) foi uma organização política peruana que surgiu em 1923 em decorrência direta das lutas de Reforma Universitária. Até hoje um dos partidos políticos mais importantes do Peru, a APRA foi fundada por Haya de la Torre como uma Frente Única que contava com trabalhadores urbanos, rurais e intelectuais com intuito de questionar a ordem oligárquica vigente no país. Em 1928, Haya de la Torre resolveu – desde o exílio mexicano – transformar a Frente Única em partido, o que ocasionou um cisma com Mariátegui.

[31] MARIÁTEGUI, José Carlos. La reacción en México. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de Nuestra América*. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.45-6.

Em 1929, Mariátegui se afastou politicamente dos rumos do "grupo de Sonora[32]". A desconfiança se iniciou em meados de 1928 por conta do assassinato de Álvaro Obregón, quando este negociava mudanças constitucionais que lhe permitissem a reeleição. Nesse sentido, as acusações sofridas por Luís Morones – líder da *Confedaración Regional del Obrero Mexicano* (CROM), até então a maior central sindical do continente – eram o indicativo de que o governo mexicano seguia interesses contrários aos dos trabalhadores. Ademais, em 1929, o presidente Portes Gil iniciou uma política de expulsões e deportações dos exilados esquerdistas que desagradou profundamente a Mariátegui.

Politicamente, a situação no México e os embates contra Haya de la Torre por conta da transformação da APRA em partido político[33] levaram Mariátegui a desconsiderar a pequena-burguesia como possível aliada. Daí que defendendo o protagonismo proletário, ele tenha fundado o Partido Socialista do Peru que proclamava em seu estatuto: "Somente a ação proletária pode primeiro estimular e depois realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa que o regime burguês é incompetente para desenvolver e cumprir".[34]

Dessa forma, no texto que pode ser considerado um testamento político, já que foi seu último escrito, Mariátegui condenava a incapacidade do movimento operário mexicano em conduzir os rumos da Revolução. A ausência de força do proletariado abrira espaço para as teses de que o papel do Estado deveria ser a "regulação" e "conciliação" dos conflitos entre as classes:

> Los políticos de la Revolución Mexicana, bastante distanciados entre ellos por otra parte, se muestran cada día menos dispuestos a proseguirla como revolución democrático-burguesa. Han dado ya máquina atrás. Y sus teóricos nos sirven, en tanto, con facundia latinoamericana, una tesis del Estado regulador, del Estado intermedio, que se parece como una gota de agua a otra gota a la tesis del Estado fascista.[35]

A aproximação ao fascismo marca a ruptura completa com a Revolução Mexicana em

---

[32] Os governantes responsáveis pela estabilização do México nos anos de 1920, especialmente Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles, eram oriundos da província de Sonora, daí a denominação.

[33] Para mais detalhes ver: STREICH, Ricardo Neves. Marxismo, anti-imperialismo e revolução nas obras de Mariátegui e Haya de la Torre. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5, 2013. *Anais...* Londrina, UEL, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v2_ricardo1_GVIII.pdf Acesso em 20 jun. 2017.

[34] MARIÁTEGUI, José Carlos. Princípios programáticos do Partido Socialista. In: LÖWY, Michael (org.) *Por um socialismo indo-americano*: José Carlos Mariátegui. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p.123.

[35] MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de Nuestra América*. Lima: Editora Amauta, 1971. p.70.

perspectiva muito semelhante a de Tristán Marof[36], um dos interlocutores epistolares de Mariátegui[37]. O socialista boliviano foi expulso do México em 1931 por conta do fechamento implementado por Portes Gil. É importante notar que as posições críticas do intelectual boliviano não se deram como "ressentimento" da sua expulsão, já que em 1929 ainda no México, ele escrevia:

> A decir verdad, la revolución mexicana ha llegado a su ocaso. Pero es necesario saber qué fue la revolución. Mucha gente de fuera y de dentro le asigna papeles que no los tuvo. La revolución de 1910 fue simplemente un gran esfuerzo del pueblo para libertarse del régimen feudal y colonialista. Esta revolución realizó la clase media ayudada por el campesino y el obrero. Los beneficios fueron para la clase media en su mayor parte, recibiendo el pueblo magras ganancias. [...] Por otra parte, y esto es lo más grave, los grupos revolucionarios radicales no han sabido realizar una propaganda hábil, honesta e integralmente clasista. Las masas, todas las veces, han sido aprovechadas por reformistas o por revolucionarios enemigos del proletariado. Este largo período de oportunismo "soi disant" revolucionario de la gente que se encuentra en el poder ha sido perdido definitivamente para la consolidación de las masas. Esta es una enseñanza dolorosa, pero de grandes experiencias para los verdaderos revolucionarios, tanto de México como del resto de América latina.[38]

Ou seja, a ajuda e o acolhimento do governo mexicano não foram suficientes para minar a autonomia crítica de Marof. Nesse sentido, suas ácidas críticas ao regime mexicano seriam melhor elaboradas e desenvolvidas em *México de Frente y de Perfil* livro publicado em 1934 na cidade de Buenos Aires.

Desde o início de sua militância, Tristán Marof defendeu posições muito radicais acerca da centralidade do elemento proletário para a eclosão da revolução socialista (na Bolívia e na América Latina). Contudo, é fundamental salientar que sua concepção de "classe" incluía, de maneira vaga e muitas vezes idealizada é verdade, o elemento étnico[39]. Por isso, ao contrário de Mariátegui não podemos dizer que a análise da Revolução Mexicana transformou as

---

[36] Tristán Marof (1899 – 1971) – pseudônimo de Gustavo Navarro Ameller - foi um dos nomes mais importantes da esquerda boliviana nos anos 1920 e 1930. Por conta de suas posições políticas viveu um prologando exílio no período. Após ser expulso do México, seguiu para a Argentina onde colaborou com outros exilados bolivianos que, desde o exílio em 1934, fundaram uma das organizações mais importantes da esquerda boliviana até hoje: o *Partido Obrero Revolucionario* (POR).

[37] "Para o desenvolvimento de nossa comparação, é importante anotar que Mariátegui e Marof se conheceram pessoalmente em 1927 e mantiveram intenso intercâmbio epistolar interrompido pela morte precoce do socialista peruano. As cartas trocadas durante a estadia de Marof no México (1928-1931) permitem observar como ambos construíram suas elaborações teóricas e políticas e como as divergências foram abordadas." STREICH, Ricardo Neves. *Interpretações da Revolução Mexicana*: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2015. p.17

[38] MAROF. Tristán. México. *Crítica*, Buenos Aires, 16 de nov.1929. p. 12.

[39] Veja-se por exemplo o segundo livro de Marof (publicado antes do exílio de 1927): MAROF, Tristán. *La justicia del Inca*. Bruxelas: Libreria Falk Fils, 1926.

elaborações e posições teóricas de Marof acerca da política. A importância da experiência mexicana (e da sua análise) se daria no âmbito da prática, pois:

> Lo evidente es esto: el único partido que puede conducir a las masas hasta el triunfo final, sin compromisos con la burguesía y sin transacciones con el imperialismo, *es el partido comunista*, compuesto de todos los proletarios de la ciudad y del campo. La pequeña burguesía intelectual y la pequeña burguesía industrial pauperizada deben someterse al proletariado y aceptar su programa revolucionario. No hay otro camino. No existe la posibilidad de organizar una economía propia ni encerrarse en un nacionalismo estrecho.[40]

O grande problema da experiência mexicana teria sido a ausência de uma força proletária que pudesse guiar o levante popular a um rumo autenticamente comunista. Esse vácuo de organização proletária teria abrido espaço para que caudilhos tomassem de assalto a condução da Revolução de modo a perpetuar seus privilégios[41].

A lição mexicana fez com que Marof, ainda em 1932 no exílio, fundasse o grupo *Túpac Amaru*, cujas posições políticas eram bastante radicalizadas[42], que posteriormente se fundiu à organização *Izquierda Boliviana* (liderado por José Aguirre Gainsbourg) para dar origem, em 1934, ao *Partido Obrero Revolucionario* (POR). Muito embora o POR tenha ficado conhecido como um dos maiores partidos trotskistas da história da América do Sul, é importante destacar que ele não surgiu alinhado ao comandante do Exército Vermelho. A adesão ao trotskismo ocorreu posteriormente e, justamente, em função desse processo Marof foi expulso do partido que havia fundado.

Por fim, queremos assinalar que os dois autores marxistas privilegiaram o Estado e a conjuntura em suas interpretações acerca da experiência mexicana. Por isso, figuras como

---

[40] MAROF, Tristán. *México de frente y de perfil.* Buenos Aires: Claridad, 1934. p.146. (grifo nosso)

[41] "No hay otro camino político para las masas sudamericanas, explotadas y oprimidas que el comunismo. Este camino no lo señalamos nosotros. Lo señala y lo indica el ritmo fatal y lógico de los acontecimientos. Ni a derecha ni a izquierda existe solución (Hoy se llaman izquierdistas los burgueses liberales, los pequeños-burgueses y socializantes y los oportunistas). Las masas para libertarse y seguir su destino histórico tienen que tomar la dirección. Los movimientos sociales dirigidos por otros que no sean las masas – por su vanguardia capacitada teóricamente – no serán provechosos a ellas" MAROF, Tristán. *México de frente y de perfil.* Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 147.

[42] Os quatro objetivos do grupo eram: "1) Para trabajar de inmediato, valiéndose de todos los medios a la liquidación de la guerra, al restablecimiento de la paz, derrocando a los gobiernos feudales de Bolivia y Paraguay, los cuales subordinan los intereses de sus pueblos a las ganancias de las compañías petroleras; 2) Para organizar los bolivianos en el interior del país y en el extranjero, dándoles una clara orientación social, formando cuadros de lucha, que contemplan la situación actual y sus posibilidades urgentes; 3) Para luchar encarnizadamente contra el imperialismo extranjero y sus aliados: gobernantes, sacerdotes, latifundistas, abogados de empresas y militares; *4) para constituir el primer gobierno socialista en América del Sur.*" MAROF, Tristán. *La tragedia del Altiplano*. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 221. (grifo nosso)

Vasconcelos, Calles e Obregón apareceram mais do que Zapata e Pancho Villa em suas análises. O México era visto como um exemplo vivo de que era possível derrubar a velha ordem, daí a importância de analisar a sua Revolução para pensar as estratégias nos respectivos espaços nacionais[43]. A particularidade da experiência mexicana fundamentou, então, os momentos de radicalização política dos dois autores andinos que passaram a imputar a necessidade da perspectiva classista ("universal") de modo a evitar a "confusão ideológica", entendida como a grande debilidade do processo revolucionário mexicano. O elemento nacional deveria ser o meio de agitação revolucionária e não a finalidade. Por isso, era necessário – tal qual em seus países – a hegemonia e a liderança de um *partido obrero* para evitar que o descontentamento das massas fosse canalizado por oportunistas quaisquer. Foi nesse sentido que eles atuaram no Peru e na Bolívia.

2.3 As esquerdas não-marxistas

Se a experiência revolucionária mexicana foi fundamental para os marxistas (re)pensarem suas posições políticas, ela também forneceu bases para o pensamento de esquerda não-marxista elaborar suas estratégias. A fim de demonstrar essa importância, elencamos dois casos paradigmáticos: Victor Raúl Haya de la Torree Oscar Tenório.

O primeiro deles, Haya de la Torre[44], teve a trajetória marcada pelos desterros. O primeiro deles, que nos interessa para o escopo desse artigo, ocorreu entre 1923 e 1931[45]. Nesse período, em consonância à política de acolhimento dos governos mexicanos dos anos

[43] É importante frisar que os dois autores, mesmo em seus momentos mais críticos e ácidos, ressalvam a heroicidade e a bravura das classes populares mexicanas por conta dos levantes revolucionários.

[44] Victor Raúl Haya de la Torre (1895-1979) foi um dos intelectuais e políticos mais importantes da história da esquerda peruana. A partir da militância nos movimentos de Reforma Universitária, em 1923 fundou a APRA – que inicialmente funcionou como uma Frente Única Anti-imperialista e posteriormente, foi transformada em partido. Pouco antes de falecer (1978-79), Haya de la Torre foi presidente da Assembleia Constituinte no processo de redemocratização peruana após a ditadura militar.

[45] Haya de la Torre foi exilado entre 1923 e 1931, quando retornou ao Peru para disputar as eleições presidenciais de 1931 como candidato do Partido Aprista. Após a derrota eleitoral, os apristas iniciaram uma série de revoltas que culminaram na proclamação da ilegalidade do partido. Entre 1933 e 1945, Haya de la Torre viveu a fase conhecida como "grande clandestinidade". Tal qual o nome sugere, o período foi marcado pela militância clandestina, já que o Partido Aprista havia sido considerado ilegal. As mudanças promovidas pelo fim da Segunda Guerra Mundial trouxeram a APRA de volta à legalidade e o triunfo nas eleições legislativas de 1945, apesar da derrota de Haya de la Torre para o executivo, imprimiram um tom de enfrentamento com o governo de José Luis Bustamante y Rivero. A confusão entre o governo Bustamente y Rivero e a bancada legislativa aprista provocou diversos levantes populares no país. Desse modo, em 1948 o militar Manuel Arturo Odría deu um golpe e novamente colocou os apristas na ilegalidade. Dessa vez, Haya de la Torre se refugiou na embaixada da Colômbia, em Lima, e por lá ficou 5 anos. O desfecho do caso arbitrado pela Corte Internacional de Justiça permitiu que Haya de la Torre saísse do país em 1954 e é considerado um marco no âmbito do Direito Internacional.

1920, Haya de la Torre foi secretário do ministro José Vasconcelos. A estada mexicana foi fundamental para o desenvolvimento teórico e político de Haya de la Torre, afinal de lá ele comandou, em 1928, a transformação da APRA em um partido político nacionalista.

Também no exílio, no mesmo ano de 1928 (muito embora ela só tenha sido publicada em 1935), ele começou a escrever a sua obra mais importante do período de juventude: *El anti-imperialismo y el APRA.* No livro, Haya de la Torre sintetiza suas posições políticas acerca da conciliação e da articulação entre as lutas nacionais (anti-imperialista) e a perspectiva da classe trabalhadora. Aqui se faz necessário um parêntese, pois, de maneira breve, é necessário situar a tensa relação que o intelectual peruano mantinha com o marxismo. Muito embora tenha orbitado em torno dos círculos comunistas[46], Haya julgava que os marxistas não se preocupavam com as particularidades históricas do continente latino-americano e, assim, não ofereciam respostas adequadas ao nosso continente[47].

Por isso, como autor peruano reitera diversas vezes em seus escritos da época do exílio[48] a importância do México em seu posicionamento político. O evento mexicano foi qualificado de "espontâneo" e "vigoroso", por isso, de acordo com o político peruano conservaria um "valor extraordinário"[49]. Contudo, essa teria sido uma Revolução feita por "instinto" que consistiu em "una sucesión maravillosa de improvisaciones, de tanteos, de tropezones, salvada por la fuerza popular, por el instinto enérgico y casi indómito del campesino revolucionario"[50].

Nesse sentido, o México era duplamente importante para Haya de la Torre. O primeiro motivo dizia respeito à possibilidade, e até mesmo a iminência, dos levantes e revoltas populares ocorreram sem o estímulo da propaganda marxista europeia. A Revolução Mexicana era a resposta possível a uma situação de exploração promovida pelas elites conveniadas ao

---

[46] É conhecido o episódio, relatado em tons anedóticos, da presença de Haya de la Torre no V Congresso da Internacional Comunista em Moscou no ano de 1924. Haya de la Torre ficou profundamente incomodado com o desconhecimento dos comunistas sobre a realidade latino-americana, conforme consta no relato presente do livro *Impresiones de la Inglaterra imperialista y la Rusia soviética* publicado em Buenos Aires no ano de 1932.

[47] De maneira geral, Haya de la Torre julgava que a tese leninista, segundo a qual o Imperialismo seria a "fase superior" do capitalismo, só tinha validade para o espaço histórico europeu. O imperialismo, para a América Latina, representaria a fase inicial do capitalismo. A diferença de caracterização implica diferenças drásticas nos posicionamentos políticos, como demonstraremos a seguir. Para mais detalhes ver KAYSEL, André. Nação e (ou) Socialismo: Mariátegui, Haya de la Torre e a Internacional Comunista. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 11, v. 12, p. 52-71.

[48] Especialmente nos livros *Por la emancipación de América Latina* (1927) e no já citado *El anti-imperialismo y el APRA.* Ambos os livros podem ser encontrados na coleção "Obras completas" do autor. Nesse sentido, ver: HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Obras completas*. Lima: Editorial Juan Mejía Baca, 1976. v. 1.

[49] Cf. HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Obras completas*. Lima: Editorial Juan Mejía Baca, 1976. v. 1. p. 117.

[50] HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Obras completas*. Lima: Editorial Juan Mejía Baca, 1976. v. 1. p. 118.

imperialismo. O segundo motivo – e cremos que não foi a toa que o político peruano transformou a APRA em partido justamente no seu exílio mexicano – era o de que se o problema do México era a "desorganização", o Partido Aprista deveria ser a organização nacional das possibilidades revolucionárias.

Durante o exílio mexicano, Haya sistematizou suas posições, segundo as quais a APRA deveria lutar para estabelecer um *Estado Anti-imperialista*, que pode ser assim definido:

> El Estado anti-imperialista, formado por una alianza de clases oprimidas por el imperialismo, controlaría la producción y distribución de la riqueza, realizando la nacionalización progresiva de las fuentes de producción y acondicionando la inversión de capitales y el comercio sería el órgano de relación entre la nación y el imperialismo mientras éste exista y la escuela de gobierno de las clases productoras para cuando el sistema que determina la existencia del imperialismo desaparezca[51]

Observe-se que, ao contrário das posições, dos marxistas Haya de la Torre enxerga a destruição do capitalismo como *consequência* da luta anti-imperialista. Daí a importância de um programa político claro que *regulasse* a relação com o imperialismo de modo a postular uma melhor inserção no cenário econômico internacional através de uma progressiva nacionalização da produção econômica (indústrias e matérias-primas). As teses de Haya de la Torre encontraram muita ressonância em intelectuais de todo o continente. Um dos intelectuais que difundiu e, de certo modo, compactuou com as posições defendidas pelo jovem Haya de la Torre foi Oscar Tenório.

A figura de Oscar Tenório[52] ainda é reativamente pouco estudada no Brasil. Nesse sentido, destaca-se a sua atuação no periódico "Folha Acadêmica[53]" que se notabilizou por difundir, no Brasil, textos e ideias dos revolucionários e esquerdistas de todo o continente latino-americano. Além disso, o jovem estudante de Direito, provavelmente escreveu o primeiro

[51] PLANAS, P; RIVAROLA, M. (org). *Haya de la Torre*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988. p.77.

[52] Oscar Tenório (1904 – 1979) foi um importante acadêmico brasileiro na área do Direito Internacional. Participou da fundação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Em sua juventude, atuou política e intelectualmente de modo a difundir as discussões da vanguarda latino-americana oriunda da Reforma Universitária, especialmente através do periódico *Folha Acadêmica*.

[53] O periódico fluminense possuía um forte espírito de integração (publicando textos das lideranças oriundas dos movimentos de Reforma Universitária em versões traduzidas e em espanhol) com a América Hispânica e circulou entre 1928 e 1931. O periódico definia-se como uma Revista de "sciencias", "letras", e "artes". Contudo, além do tonalidade política da grande maioria dos textos, em todas as edições era possível encontrar m *box*, onde se podia ler: "Estudantes e Professores: Lede e propagai a Folha Acadêmica, órgão de classe". A ideia de fomentar um "órgão de classe" entre os acadêmicos era o eco do espírito reformista de Córdoba. Para mais detalhes ver: CRESPO, Regina. A revista Folha Acadêmica e os esforços para integração do Brasil na América Latina. In: CRESPO, Regina. (org.) *Revistas en América Latina*: proyectos literarios, políticos y culturales. México D.F.: CIALC/Eón Editores, 2010.

livro brasileiro dedicado integralmente à análise da Revolução Mexicana[54].

Por razões de espaço, deter-nos-emos apenas sobre os "Pequenos Comentários" que Tenório produziu acerca da experiência revolucionária mexicana. De partida, notamos a posição do autor que pretende ser uma "réplica à onda de falsidades, insultos e calúnias que espalharam facilmente pelo Brasil, com o propósito de deprimir a pobre nação mexicana".[55]

A simpatia de Tenório ao México também pode ser percebida no posfácio escrito por Pascual Ortiz Rubio, à época embaixador mexicano no Brasil e posteriormente presidente de seu país. Contudo, mesmo a proximidade de Tenório em relação ao grupo de Sonora não deve induzir a uma leitura apressada, segundo a qual o livro seria apenas uma peça de propaganda do regime revolucionário mexicano. Nesse sentido, podemos dizer que o livro almeja reconhecimento acadêmico na medida em que mobiliza uma vasta bibliografia de historiadores, politólogos e sociólogos europeus e latino-americanos para discutir os diferentes aspectos da questão.

Os diversos temas que o autor brasileiro aborda em seu livro (a questão da terra, a Igreja, a cultura, a educação e a economia) estão transpassados pela perspectiva jurídica, o que pode ser facilmente explicável por sua formação acadêmica. A Constituição de Querétaro seria, então, a *consolidação das conquistas programáticas* da Revolução Mexicana em todos os temas abordados pelo livro. Nesse sentido, a Carta Magna seria

> um pacto constitucional feito em concordância admirável com a *realidade mexicana,* com a *história mexicana,* com os *exemplos mexicanos*. Resolutamente, resolve as mais inquietantes questões; delimita os poderes; assegura o desenvolvimento do nacionalismo defensivo.[56]

A curta citação é interessante pois ela permite vislumbrar as positividades que Tenório enxergava no processo revolucionário mexicano. O primeiro deles é a "concordância" com a realidade mexicana. A Revolução, na América Latina, não passaria – tal qual defendido por Haya de la Torre – pelo socialismo/comunismo preconizado pela tradição marxista. O segundo ponto é o estabelecimento do "nacionalismo defensivo" em uma posição muito próxima à do "Estado Anti-imperialista", Tenório defendia que a grande tarefa dos revolucionários latino-americanos

---

[54] TENORIO, Oscar. *México Revolucionário* (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências). Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.3.

[55] TENORIO, Oscar. *México Revolucionário* (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências). Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.3.

[56] TENORIO, Oscar. *México Revolucionário* (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências). Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.78.

– desempenhada com êxito no México – era a incorporação das classes populares aos cenários político e econômico nacional. Daí a centralidade do Direito em sua leitura, pois uma Constituição de cunho social poderia *regular* as relações sociais, políticas e econômicas de acordo com os pressupostos e objetivos revolucionários. Veja-se, por exemplo, a questão da terra:

> Nos debates constitucionais do século XX, o problema do latifúndio foi dos primaciais para a vitória das novas aspirações democráticas. *As exigências constitucionais tinham que assegurar a ruína das imensas propriedades, dividindo-as com a pequena-burguesia e o trabalhador em geral*; tinham que estabelecer um regime capaz de acabar com a atrofia do organismo econômico; tinham que efetivar os ideais verdadeiramente republicanos da Revolução, com o desenvolvimento das aspirações coletivas.[57]

O exemplo mexicano – tal qual os outros intelectuais analisados até aqui – também impactou a atuação política de Oscar Tenório. Nesse sentido, a incorporação das classes populares ao rol dos direitos políticos e econômicos não possuía espaço na chamada República Velha. Tal qual no México, a transformação política deveria preceder a jurídica[58]. Por isso, não espanta que os jovens intelectuais de classe média do Grupo Folha Acadêmico – inspirados nas discussões vanguardistas da América Hispânica em geral e do México em particular – tenham apoiado a Aliança Liberal.

No periódico Folha Acadêmica foram publicadas diversas notícias, textos, manifestos da campanha que a Aliança Liberal promoveu ao denunciar fraudes dos resultados eleitorais de março de 1930. É importante notar, contudo, que o Grupo não se limitou a fazer propagandas da campanha de Getúlio Vargas, mas sim aproveitou o espaço para tentar difundir e barganhar suas reivindicações – especialmente às que diziam respeito à autonomia universitária (ainda os

---

[57] TENÓRIO, Oscar. *México Revolucionário* (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências). Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.161. (grifo nosso)

[58] Tenório era um crítico da perspectiva positivista do Direito. Para ele o Estado não era algo que pairava acima das contradições sociais, daí a necessidade – inspirada pelo exemplo mexicano – de se realizar uma luta política para transformar as condições jurídicas: "O Estado – individualistas e socialistas vivem a discutir esterilmente até onde deve ir a função do poder público – não se resigna ao papel de simples e pesado fiscalizador das ações da sociedade. Ele possui, em cada momento do seu desenvolvimento, feição que lhe dá uma classe ou um grupo de homens enérgicos. No interesse classista, elabora leis, estatui aparelhos judiciários, policiais e fiscais, dogmatiza o corpo da moral e da justiça, e, quando ele se contradiz, no entrechoque de forças poderosas, o sociólogo racionalista vê nisso a admirável harmonia das coisas...A transformação do mundo ("transformação" é o vocábulo que substitui a falsa palavra "evolução": não há evolução constante; existe perpétua transformação) não encerra o ardente desejo dos santos. [...] É a obra dos estadistas liberais (o liberalismo ainda é uma doutrina de grandes benefícios) é bem a de minorar o inferno dantesco das classes, servindo àqueles que merecem mais dignidade dentro da vida. Minorar eis a sua função." TENÓRIO, Oscar. *México Revolucionário* (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências). Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.108.

ecos de Córdoba)[59]. Podemos dizer que eles tiveram suas demandas *parcialmente* atendidas pela iniciativa que o regime varguista – em seu período provisório – de tentar reformar o sistema de ensino superior. Contudo, a intensa disputa política e a escalada centralizadora de Vargas – especialmente no que diz respeito aos episódios das críticas de Getúlio à Constituição de 1934 – levaram Tenório a se afastar da política e focar sua atuação no magistério e na pesquisa acadêmica em Direito.

Por fim, Oscar Tenório e Haya de la Torre buscaram responder aos anseios de processo de modernização vividas pelas sociedades de seus países sem o discurso de ruptura com o capitalismo. Por isso, privilegiaram em sua estratégia – e também em suas análises sobre a Revolução Mexicana – o Estado. Tratava-se ocupar o Estado, inserindo as demandas populares em seu seio constitucional. Era preciso encontrar o caminho particular de cada país – e do continente como um todo – e a Revolução Mexicana forneceu o exemplo de enfrentamento ao imperialismo e da integração latino-americana. Ambos autores se inspiraram e acreditaram que os governos mexicanos dos anos 1920 conduziam o país nesse sentido e direção.

Considerações Finais

A Revolução Mexicana foi, além de evento dos mais importantes da história política da América Latina, um elemento central nas definições das estratégias que os diferentes setores das esquerdas adotaram para enfrentar a crise do liberalismo. A decadência dos valores da *Belle Époque* e os processos intensos de modernização abriram espaço para que as intelectualidades reelaborassem os projetos de identidade nacional. Evidentemente, as transformações simbólicas ocorreram de maneira conjugadas às transformações políticas, haja visto que na maioria dos países continente os arranjos políticos oligárquicos foram derrubados naquele período.

Nesse sentido, é fundamental apontar que a difusão dos valores revolucionários – especialmente a "ordem revolucionária" – fez parte da estratégia dos governantes que passaram a comandar o México após a década de Guerra Civil. Tanto a política de acolhimento ativo quanto o projeto de Vasconcelos (cultural e diplomático) convergiram com os interesses da esquerda latino-americana do período.

[59] Para mais detalhes sobre as disputas e as estratégias do grupo ver: STREICH, Ricardo Neves. *Interpretações da Revolução Mexicana*: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2015.

Politicamente, do ponto de vista dos exilados, era necessário um *locus* de acolhimento e organização das atividades políticas e intelectuais. Dessa forma, é sintomático que o período do exílio mexicano tenha sido dos mais profícuos em muitas das trajetórias dos refugiados que por lá passaram. Além disso, destaca-se a liberdade política permitida pelo governo mexicano, pois muitos desses intelectuais – e a convivência de Marof e Haya de la Torre é um de tantos exemplos – militaram e fundaram (por exemplo, o Partido Aprista) organizações políticas no país. Já do ponto de vista simbólico, a convergência entre as projeções dos ideais de Vasconcelos, segundo os quais a Revolução Mexicana seria o cume da formação da identidade nacional mexicana forneceu um elemento importante para os intelectuais de esquerda que procuravam pensar (e fazer) a Revolução em seus próprios países. Por isso, o México passou a ser visto como um "modelo", um "exemplo", a ser perseguido ou negado.

As disputas políticas da esquerda naquele período se deram fundamentalmente em torno do debate em torno da *Natureza da Revolução*. Era necessário delimitar, do ponto de vista teórico, cultural e político o caráter que a Revolução assumiria na América Latina. Nesse debate constavam dois termos extremos, mas não excludentes: o primeiro deles era o que se apoiava em conceitos "universais" especialmente a "luta de classes" e suas derivações. Já o segundo extremo se ancorava em conceitos "particulares" como a diversidade étnica, a "questão nacional" e o enfrentamento anti-imperialista.

A pluralidade de posições políticas se dava, então, na peso atribuído a cada um dos polos nas análises. É importante frisar que esses polos não eram excludentes. Por isso, é comum encontrar marxistas – como Mariátegui – pensando a questão indígena ou defensores do particularismo do nosso continente – Haya de la Torre, por exemplo – discutindo sobre as determinações econômicas.

No que tange à análise da experiência mexicana, mesmo entre os marxistas – que defendiam a superação do capitalismo, em uma perspectiva claramente universalista – era possível encontrar divergências. Veja-se, por exemplo as discrepâncias entre Mariátegui (nas análises até 1928) e Marof. Enquanto o intelectual boliviano encarou todo o processo de Guerra Civil e o processo de estabilização como uma mera troca de oligarquias, o socialista peruano enxergava uma possibilidade que a organização proletária conseguiriam conduzir o México ao socialismo. Não obstante, a centralidade das discussões sobre o "programa revolucionário" – no caso de Mariátegui, em seu processo de "desencanto" – e sua "ausência" fundamentaram teoricamente ambos socialistas andinos nos momentos mais importantes de suas trajetórias

políticas. Era necessário evitar os erros, em seus próprios países, da "confusão ideológica" vivida pelos trabalhadores mexicanos e por isso eles acabaram por fundar suas agremiações mais radicais: o Partido Socialista do Peru, no caso de Mariátegui, e o *Túpac Amaru* (que posteriormente originaria o POR), no caso de Tristán Marof.

A experiência mexicana também foi fundamental em termos de organização política, ao servir de exemplo para os dois intelectuais não alinhados ao marxismo que trabalhamos aqui: Victor Raúl Haya de la Torre e Oscar Tenório. No caso do pensador peruano, a vivência no México proporcionou respostas aos desencantos provocados pela ignorância que os comunistas soviéticos possuíam acerca da América Latina. Do México surgiu a inspiração para a tese do Estado Anti-imperialista (e para a transformação da APRA em partido) que deveria, ao redor de um projeto de conciliação de classes, enfrentar o imperialismo e as velhas oligarquias de modo a garantir a inclusão (social, econômica e política) das classes populares na vida nacional. Oscar Tenório, por sua vez, enxergava na Constituição de 1917 a materialização do programa revolucionário, cujo exemplo deveria ser seguido no Brasil. O nacionalismo defensivo preconizado por Tenório defendia um Estado forte que fosse capaz de *regular* as relações sociais e enfrentar as velhas oligarquias e o imperialismo. Por isso, não deixa de ser curioso que um setor dos estudantes urbanos e de classe média – como o Grupo Folha Acadêmica – inspirado na Revolução Mexicana tenha aderido entusiasticamente à Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

Por fim, procuramos demonstrar a gama e a amplitude de análises sobre a Revolução Mexicana ao elencar dois representantes de cada posição nos debates sobre a *natureza da Revolução* na América Latina. Evidentemente, por questões de espaço, a análise da produção teórica e das posições políticas de quatro autores de distintas posições políticas impede uma reflexão aprofundada sobre cada um deles. Contudo, a visão panorâmica permite observar a diversas de posições no período em que a esquerda se organizava em nível continental e que, por isso, tinha seus rumos em disputa. Nesse sentido, cremos que nosso trabalho colabora com a historiografia na medida em que a comparação da produção teórica e política de intelectuais tão distintos – mesmo entre os socialistas - permite o combate à perspectiva teológica – especialmente difundida pela hegemonia stalinista - que limita esse rico período ao nascimento dos Partidos Comunistas.

Referências Bibliográficas

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana.* São Paulo: Edusp, 2000.

ALIMONDA, Héctor. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

BEIRED, José Luís Bendicho. *Autoritarismo e nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina (1914-1945).* Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo (USP), 1996.

BERGEL, Martín. Pablo. Latinoamérica desde abajo: las redes trasnacionales de la Reforma Universitaria (1918-1930). In: ABOITES, Hugo; GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *La Reforma Universitaria Desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: Clacso, 2008.

BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros?* La reforma universitaria de 1918. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

COMPAGNON, Olivier. *Adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra*. São Paulo: Rocco, 2014.

CRESPO, Regina. A revista Folha Acadêmica e os esforços para integração do Brasil na América Latina. In: CRESPO, Regina (org.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México D.F.: CIALC/Eón Editores, 2010.

______. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. p. 189. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16525.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX entre la modernización y la identidad: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950).* Buenos Aires: Biblos, 2000. t1.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación: Intelectuales, cultura e política en los años veinte latino-americanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GELADO, Viviane. *Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina.* São Carlos: EdUFSCar, 2006.

HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina (1870-1930). In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina: cultura y sociedad (1830-1930).* Barcelona: Editorial Crítica, 1991. v.8.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Obras completas.* Lima: Editorial Juan Mejía Baca, 1976. v. 1.

KATZ, Friedrich. Mexico: restored republic and Porfiriato (1867-1910). In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5.

KAYSEL, André. Nação e (ou) Socialismo: Mariátegui, Haya de la Torre e a Internacional Comunista. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 11, v. 12, p. 52-71.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina.* São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

MANIFIESTO LIMINAR DE LA REFORMA UNIVERSITARIA DE 1918. Disponível em: http://www.unlp.edu.ar/uploads/docs/manifiesto.pdf Acesso em 5 Jul. 2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de Nuestra América*. Lima: Editora Amauta, 1971.

______. La reacción en México. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de Nuestra América.* Lima: Editora Amauta, 1971.

______. Punto de vista Anti-Imperialista. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideología y Política.* Lima: Editora Amauta, 1986.

______. Princípios programáticos do Partido Socialista. In: LÖWY, Michael (org.) *Por um socialismo indo-americano:* José Carlos Mariátegui. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

.MAROF, Tristán. *La justicia del Inca*. Bruxelas: Libreria Falk Fils, 1926.

______. México. *Crítica*, Buenos Aires, 16 de nov.1929.

______. *La tragedia del Altiplano.* Buenos Aires: Claridad, 1934.

______. *México de frente y de perfil.* Buenos Aires: Claridad, 1934.

MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina, 1934-1940.* Buenos Aires: Ediciones Libros en Red, 2003.

______. Prácticas político-culturales e imágenes latinoamericanas de la Revolución mexicana. *Regiones suplemento de antropología*. México D.F., ano 7, n. 43, oct-dez. 2010.

______. El exiliado boliviano Tristán Marof: tejiendo redes, identidades y claves de autoctonía política. *Pacarina del Sur*, México D.F., ano 3, n. 11, abr-jun. 2012. Disponível em: www.pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/480-el-exiliado-boliviano-tristan-marof-tejiendo-redes-identidades-y-claves-de-autoctonia-politica. Acesso em: 19 jun. 2017.

______. *Vivir el exilio en la ciudad, 1928 V. R. Haya de la Torre y J. A. Mella.* México DF: Taller Abierto, 2013.

MOTTA, Romilda Costa. *José Vasconcelos: as Memórias de um "profeta rejeitado".* São Paulo: Alameda, 2016.

PAZ, Octávio. *O Labirinto da Solidão e Post Scriptum.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

PEREIRA, Bernardo Soares. A primeira conferência comunista latino-americana: ideias marxistas e o caráter da revolução na América Latina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5, 2013. *Anais...* Londrina, UEL, 2013. Disponível em: www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v10_bernardo_GVI.pdf Acesso em 20 jun. 2017.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o México. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.15, 2010.

PLANAS, P; RIVAROLA, M. (org). *Haya de la Torre.* Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914:* no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA HERZOG, Jesus. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.

STREICH, Ricardo Neves. Marxismo, anti-imperialismo e revolução nas obras de Mariátegui e Haya de la Torre. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5, 2013. *Anais...* Londrina, UEL, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v2_ricardo1_GVIII.pdf Acesso em 20 Jun. 2017.

______. *Interpretações da Revolução Mexicana*: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2015.

TENORIO, Oscar. *México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências).* Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928.

WOMACK, J. *Zapata e a Revolução Mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980.

YANKELEVICH, Pablo. *Miradas Australes: Propaganda, Cabildeo y Proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930.* México D.F.: Instituto Nacional Estudios Históricos Revolución Mexicana, 1997.

______. *La revolución mexicana en América Latina: intereses políticos, itinerarios intelectuales.* México D.F.: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2003.

La representación y el devenir histórico del caudillo revolucionario como personaje en la obra de *La sombra del caudillo* de Martín Luis Guzmán y *La muerte de Artemio Cruz* de Carlos Fuentes

Francisco Lima Baca[*]

Resumen
El presente artículo desarrolla una comparación de dos obras literarias mexicanas que tienen como punto en común la imagen del caudillo como representación narrativa y política en la literatura mexicana. Las dos novelas fueron publicadas en épocas distintas, por lo cual, la imagen del caudillo tiene una transformación relacionada a los acontecimientos políticos que conformaron los dos proyectos nacionales mexicanos: el de la época de 1930 y el de la época de 1960. El caudillismo, en el sistema político mexicano, tuvo como resultado la conformación de una clase política profesional enfocada en las áreas de la economía, del derecho y de las relaciones internacionales así como un ejército apolítico que se transformó en una herramienta del sistema político mexicano y que, en el caso de las novelas comparadas, representa una metáfora del proceso histórico de la Revolución Mexicana.

Palabras clave: Caudillo; Metáfora; Representación Narrativa; Acontecimientos Políticos; Proyecto Nacional Mexicano; Proceso Histórico de la Revolución Mexicana.

Abstract
The present work it's a comparative research between two Mexican novels that has in common the caudillo like a character in the narrative and in the political representation in the Mexican literature, this two romances was published in a different period of time, for that reason the character has a transformation in relation between the political, social and historical facts in México. The caudillo like a historical and political metaphor has in the social and economic evolution in México the creation of one political class, professional in the areas like international relations, laws, and economic research and one army who are part of the political system and, in the case of the novels has one representation like a metaphor of the historical process of the

[*] Pós-dourando na Universidade de Campinas (UNICAMP). Doutor em Estudios Latinoamericanos pela Universidad Nacional Autónoma de Mexico (UNAM).

Mexican Revolution who are part of the description in the representation of the romances of Martín Luis Guzmán and Carlos Fuentes.

Keywords: Caudillo; Metaphor; Narrative Representation; Political Facts; Historical Facts in México; Historical Process of the Mexican Revolution.

> "En el campo de las relaciones políticas la amistad no figura, no subsiste. Puede haber, de abajo arriba, conveniencia, adhesión, fidelidad; y de arriba abajo, protección afectuosa o estimación utilitaria. Pero amistad simple, sentimiento efectivo que una de igual a igual, imposible."
>
> Martín Luis Guzmán, La sombra del caudillo

Francoise Perus en su libro titulado: *De selvas y selváticos. Ficción autobiográfica y poética narrativa en Jorge Issacs y José Eustasio Rivera* realiza una comparación entre dos obras literarias ubicadas en un mismo contexto geográfico y cultural, disímiles en su temporalidad así como en su concepción estética sobre la naturaleza y la sociedad colombiana en el siglo XIX y en el siglo XX.

Esta disimilitud que marca dos concepciones narrativas y poéticas diferentes, a su vez, pone en discusión los puntos de encuentro entre dos narradores[1], quienes, desde su óptica ficcionalizan la realidad y la transfiguran a partir de lo que Edward Said define en su obra: *El mundo, el texto y el crítico* como un proceso de "filiación" y de "afiliación", lo que coloca al escritor como un ser en el tiempo que, a partir del lenguaje, de su temporalidad, de su posición como ser histórico ante el mundo, tiene una "filiación", es decir, es un ser que nace bajo una ideología[2] que lo marca y determina su propia concepción ideológica de la realidad, pero, el cual, a partir de sus propias elecciones, de su libertad como sujeto se "afilia" a las ideas que son más afines a su propia concepción artística y que se reflejan en la obra literaria.

En este sentido, y pensando en la pertinencia de comparar dos obras literarias ajenas en la temporalidad en que fueron publicadas, la obra de Martín Luis Guzmán: *La sombra del caudillo* (1929) y *La muerte de Artemio Cruz* (1962) de Carlos Fuentes, tienen un punto de encuentro que nos permite pensar en el proceso histórico de la Revolución mexicana: la

---

[1] La comparación de dos novelas, *María* de Jorge Issacs, novela romántica del siglo XIX que idealiza la naturaleza y el mundo de las haciendas en Colombia, se contrapone a la obra de José Eustasio Rivera, quien, en las primeras décadas del siglo XX escribe *La vorágine*, y expone la explotación del caucho y las condiciones subhumanas en las que viven los trabajadores, así como una naturaleza que se torna un infierno a partir de la psicología humana.

[2] Paul Ricoeur en su obra *Ideología y utopía* define que el lenguaje marca la ideología del hombre a partir de su concepción de la realidad, por ello, el lenguaje establece las diversas concepciones filosóficas, políticas y estéticas que son una forma de entender la realidad a partir de la obra literaria.

interpretación del caudillo como clase política[3] que surgirá como parte de dicho acontecimiento. Ahora bien ¿Cuáles son las características de los caudillos representados en las obras literarias que fueron realizadas durante dicho periodo histórico?

Una de las obras más representativas de la fase señalada se titula: *Los de abajo* (1915) del escritor Mariano Azuela, en la cual, se desarrolla un primer bosquejo de lo que representarían las futuras clases políticas que participarían en el proceso histórico y social de la revolución. El personaje[4] más importante: Demetrio Macías, en sus acciones, sus diálogos, sus opiniones, define a un líder regional[5] que, a partir de los diversos sucesos de guerra es nombrado coronel y simboliza a la clase social de campesinos de la región norte que se integran a las filas revolucionarias de Francisco Villa:

> - Mire mi general; si, como parece, esta bola va a seguir, si la Revolución no se acaba, nosotros tenemos ya lo suficiente para irnos a brillarla una temporada fuera del país. Demetrio meneo la cabeza negativamente. – ¿No haría usted eso?...Pues ¿a qué nos quedamos ya?...¿Qué causa defenderíamos ahora? – Eso es cosa que yo no puedo explicar curro; pero siento que no es cosa de hombres…[6]

La descripción que desarrolla el autor, respecto a los personajes de la novela *Los de abajo*, define, a partir de la ficción literaria, una metáfora[7] de los líderes que participaron en dicho movimiento social[8], los cuáles, a partir de sus actos, proezas, deseos y ambiciones, pueden ser puntualizados como líderes locales que no cuentan con un proyecto político, pero que se integran a la revuelta por el deseo de participar o de envolverse en una especie de

---

[3] Gaetano Mosca en su obra *La clase política*, definirá un concepto moderno para entender la relación entre el poder económico conjugado con el poder político, lo cual, en el siglo XX gestará una nueva categoría para entender dicho concepto.

[4] La definición de personaje se deriva del griego *personae* que quiere decir “máscara”, lo cual, tiene un vínculo con la representación teatral. Sin embargo, para el presente ensayo, el concepto “personaje” será relacionado con los conceptos de E. M. Forster y su obra: *Aspectos de la novela*, en el cual, el personaje es definido de acuerdo con su complejidad a partir de dos formas: “esférico” al ser complejo y profundo en las cuestiones que definen las acciones de mismo, y “plano”, es decir, personajes simples y llanos que integrarán el espectro del personaje esférico y le permitirán tener una complejidad mayor en la narración.

[5] Max Weber en su obra: *Economía y sociedad*, al hablar de los distintos tipos de relaciones sociales definirá el concepto del “Líder carismático con arreglo a fines”, dicho categoría establece, como principio de relación entre el líder y sus allegados, un tipo de pacto y de compromiso a partir del carisma que legitima al sujeto o líder frente a sus coterráneos o allegados, los cuales, obedecen a dicho líder por su legitimidad social ante ellos.

[6] Mariano Azuela, *Los de abajo*, p. 93

[7] La definición del concepto: metáfora, tendrá relación con lo que define la Real Academia Española en su diccionario, es decir una: “Traslación del sentido recto de una voz a otro figurado”.

[8] En la obra: *La revolución interrumpida*, Adolfo Gilly señala el valor social, histórico y políticos de una de las figuras más representativas de dicho periodo: Emiliano Zapata, figura que representa a un líder que defiende las peticiones más esenciales de un sector de la población desplazada y de origen indígena.

marejada social que los lleva al límite de sus actos y de su condición humana[9].

Sin embargo el devenir de los caudillos como personajes literarios, a su vez, tiene un vínculo fuerte con el análisis de las coyunturas políticas posteriores a la revuelta armada, la cual, generó una clase política que, en la obra: *La sombra del caudillo*[10] de Martín Luis Guzmán (1887-1976)[11] representa a una generación de caudillos y líderes políticos revolucionarios que, a partir de sus actos respecto a quienes les son leales o se oponen a ellos, como representación del poder, legitiman su posición frente al nuevo gobierno gestado tras la revuelta social. En este sentido, la descripción del personaje principal: Ignacio Aguirre, se conjuga con la forma en que el protagonista es caracterizado, tanto como un líder carismático y fuerte, así como experto en los ámbitos de las disputas políticas que vive y sufre a partir de su posición como "Ministro de la Guerra" frente a sus contendientes; antiguos camaradas que, de acuerdo con Martín Luis Guzmán, en los ámbitos de una reyerta política, se tornan los enemigos más acérrimos y brutales:

> En el campo de las relaciones políticas la amistad no figura, no subsiste. Puede haber, de abajo a arriba, conveniencia, adhesión, fidelidad: y de arriba abajo, protección afectuosa o estimación utilitaria. Pero amistad simple, sentimiento efectivo que una de igual a igual, imposible. Esto sólo entre los humildes, entre la tropa política sin nombre. Jefes y guiadores, si ningún interés común los acerca, son siempre émulos envidiosos, rivales, enemigos en potencia o en acto. Por eso ocurre que al otro día de abrazarse y acariciarse los políticos más cercanos se destrozan y se matan. De los amigos más íntimos nacen a menudo, en política, los enemigos más acérrimos, los más crueles.[12]

Esta crueldad bárbara descrita por el autor en los ámbitos políticos de la novela *La sombra del caudillo*, establece la formación de una joven clase política que integrará, tras el periodo álgido de las revueltas sociales, una nueva generación denominada: "Dinastía

[9] Para darle un sustento más sólido a este argumento la novela *Pedro Páramo* de Juan Rulfo, publicada en 1955 hace referencia a un diálogo entre el hacendado y su ayudante de la siguiente forma: "-¿Quién crees tú que sea el jefe de éstos? – Le preguntó más tarde al Tilcuate. – Pues a mí se me figura que es el barrigón ese que estaba en medio y que ni alzó los ojos. Me late que es él…Me equivoco pocas veces don Pedro. – No Damasio, el jefe eres tú. ¿O que no te quieres ir a la revuelta? – Pero si hasta se me hace tarde. Con lo que me gusta a mí la bulla." p. 95

[10] Para desarrollar el presente ensayo usaremos la edición de la obra *La sombra del caudillo* publicada por la editorial Aguilar en México con el título: *La novela de la revolución mexicana*, tomo I, sin embargo es pertinente mencionar que también se publicó la edición crítica de la obra en la editorial la colección archivos del Fondo de Cultura Económica.

[11] Martín Luis Guzmán perteneció a la generación llamada: Generación del Ateneo de la Juventud, la cual se caracterizó por sus actividades políticas e intelectuales durante el periodo de la Revolución Mexicana. Estudió leyes, pero su inclinación a la vida política y a la literatura llevaron al autor a conocer a los actores políticos que son parte de sus obras literarias.

[12] Martín Luis Guzmán, *La sombra del caudillo*, p. 450.

sonorense" representada por: Adolfo de la Huerta, Álvaro Obregón y Plutarco Elías Calles, la cual, de acuerdo con Héctor Aguilar Camín en su obra: *La frontera nómada: Sonora y la Revolución Mexicana*, buscará una despolitización del ejército, así como una profesionalización de las nuevas generaciones que formarán parte del nuevo proyecto de estado en México[13].

Ahora bien vale la pena preguntarnos lo siguiente: ¿Qué función cumple la literatura respecto a las representaciones políticas e históricas que marcan a un personaje como un caudillo? Margo Glantz en su texto titulado: *La sombra del caudillo: una metáfora de la realidad política mexicana*, realizará un análisis histórico y estético respecto a lo que representa la figura del caudillo en la obra literaria. El personaje del caudillo, como metáfora literaria, representará la fuerza y la brutalidad, así como la nobleza que se conjuga con las lides políticas:

> Aguirre, entonces, queda claro, no es bello como un dios, es bello como un hombre, su cuerpo imita a las estatuas de los atletas olímpicos, casi puede admirarse su cuerpo como se admiran los cuerpos que dejan adivinar las deidades de los frisos del Partenón bajo los drapeados de sus trajes. En suma, además de tener un cuerpo clásico, estatuario, Aguirre tiene los atributos del príncipe aristotélico. No es demasiado hermoso, tampoco demasiado bueno. Comete errores, es venal, a veces también banal, y en ocasiones hasta fornicario, como solía decir Obregón del general Serrano. Su cuerpo tiene defectos, pero el movimiento y la ondulación de sus miembros recuerdan los de un caballo o los de un atleta que, para el caso, es lo mismo, porque según Guzmán, «era la de Aguirre una pierna vigorosa y llena de brío».[14]

Si bien la autora realiza un análisis minucioso respecto a la representación en que el caudillo como personaje literario está constituido, de la misma forma vale la pena considerar que esa metáfora de la realidad política, define la conformación de una clase que, a partir del texto literario, es configurada de acuerdo a los eventos sociales que se contraponen con una idealización estética, incluso, de la figura corporal que precisa la belleza del cuerpo masculino descrito en la novela[15]:

> Eran- o aspiraban a ser – gobernadores, diputados, concejales, y por eso mismo tocaban a ellos proclamar las virtudes de su grupo a expensas del grupo que se les oponía: pregonaban su actitud, se exponían desde luego a las represalias y al odio

---

[13] La idea de una conformación nueva de políticos profesionales y especializados en gestiones políticas que sustituirán a los caudillos revolucionarios, también es un argumento que desarrolla Enrique Semo en una serie de publicaciones titulada: *México, un pueblo en la historia*, en la cual, a partir de diversos ensayos respecto a cuestiones políticas y económicas, se define esta idea.

[14] Margo Glantz, *La sombra del caudillo: una metáfora de la realidad política mexicana*.

[15] Margo Glantz hará un análisis interesante respecto a los ideales de belleza clásica que son descritos en la novela, el cual, de acuerdo con la autora, se contrapone a los actos brutales que son descritos en la novela y que incluso parecen sobresalir respecto a los mismos, mostrando una diferencia clara entre la descripción estética de la belleza clásica heredada por la relectura estética de la Generación del Ateneo a la cual perteneció Martín Luis Guzmán.

> enemigos. Los políticos militares, no. Estos, por lo mismo que sus tropas habían de erigirse después en el único argumento victorioso, guardaban – excepto casos rarísimos – la reserva indispensable para el buen éxito de las armas […] Los más de ellos engañaban, de hecho o en apariencia, a los dos bandos: permanecían semiocultos en la sombra, se mostraban turbios, vacilantes, sospechosos.[16]

Los nuevos actores que surgen con el proceso de la revolución mexicana representan el caudillaje de líderes carismáticos, fuertes, ambiciosos, formados en medio de la disputa como el futuro de un proyecto de estado moderno, legitimado más allá del caudillaje con una profesionalización política que no se consolida y que, en la representación simbólica de los personajes, se muestran como animales ambiciosos, fríos y despiadados en relación al poder que tienen como heredad de un proceso político del cual ellos son los protagonistas:

> El caudillo tenía unos soberbios ojos de tigre, cuyos reflejos dorados hacían juego con el desorden, algo tempestuoso, de su bigote gris. Pero si fijaban su mirada en Aguirre, nunca faltaba en ellos […] la expresión suave del afecto. Aguirre estaba acostumbrado a que el Caudillo lo mirara así, y ponía en eso tal emoción que acaso de allí nacieran, más que de cualquier otra cosa, los sentimientos de devoción inquebrantable que lo ligaban con su jefe.[17]

El señalar los aspectos animalescos e incluso brutales que definen a las nuevas clases políticas mexicanas encumbradas en el poder, frente a los jóvenes militares e intelectuales[18] que participan en los avatares sociales, nos permite entender la representación metafórica de una clase política que creará instituciones, un sistema educativo, una reinterpretación de la historia nacional así como un arte[19] que, a partir de las imágenes de una rebelión, muestre el desarrollo histórico de un estado a partir de la consolidación de instituciones, incluso de una "revolución"[20], por ello, la diferencia que marca la animalidad del Caudillo frente a la fidelidad de Aguirre, establece la forma en que las nuevas clases políticas, que surgirán posteriormente

---

[16] Martín Luis Guzmán, *Op. Cit.*, p. 445

[17] Martín Luis Guzmán, *Ibid.*, p. 446

[18] En *La sombra del caudillo* el personaje Axkaná representa la figura de ese intelectual que apoya a un líder carismático, sin embargo, entre los personajes descritos en la novela se hace la mención de otro personaje: López de la Garza el cual, después de haber abandonado los estudios como abogado, es descrito de la siguiente forma: "Había hecho carrera, más que batiéndose, administrando cabezas de generales analfabetos y de reformadores sociales ayunos de todas letras." p. 440. Esta cita, a su vez, nos permite pensar en otra de las figuras más importantes y contradictorias de dicho movimiento: José Vasconcelos quien con su novela autobiográfica *Ulises criollo*, expone los avatares de los jóvenes intelectuales en el proceso de la Revolución Mexicana.

[19] Con la denominada Generación del Ateneo de la Juventud, se creará un proyecto cultural el cual, liderado por José Vasconcelos tendrá como objetivo la formación de una identidad nacional y latinoamericana a partir del concepto denominado como "raza cósmica".

[20] En el caso del arte, el denominado "Muralismo", representado por los pintores Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros y José Clemente Orozco, entre otros artistas de dicho movimiento, tendrá como finalidad la reinterpretación de la historia a partir del proceso social que representó la revolución mexicana.

a la revolución, legitimarán su posición en el poder, como una clase que elimina el caudillaje y crea una nueva generación de profesionales políticos.

Ahora bien, un aspecto fundamental para entender esto se puede ejemplificar en la descripción de la campaña de Aguirre en la ciudad de Toluca, en donde se pone de manifiesto una serie de estratos, tanto políticos, como sociales y económicos que conjugan, de forma metafórica, la representación de la clase revolucionaria.

Gaetano Mosca en su obra *La clase política* definirá las características que en el siglo XX marcan a una "clase política" como tal. Entre ellas, o, quizás, la que fundamenta dicha categoría, es el vínculo entre el poder económico; es decir, los dueños del capital económico sustentan su legitimidad con el poder político, por tanto, ambas características, es decir la económica y la política, son fundamentales para definir a una clase con poder en el siglo XX de acuerdo con las ideas que Gaetano Mosca define[21] en la obra referida. Si bien la novela hace referencia a los diversos negocios en que los caudillos participan[22], para el presente ensayo utilizaremos el Libro Tercero titulado "Catarino Ibáñez"[23] ya que en el mismo se puede entender la forma en que los personajes de la novela son descritos como una clase que a partir de negocios realizados, ya sea de carácter legal o de forma subrepticia, ha conseguido legitimar su posición. De forma particular la descripción del personaje Catarino Ibáñez es muestra de ello:

> La labor del general Ibáñez era tanto más eficaz cuanto que él la desarrollaba según métodos propios. En su viejo oficio de repartidor de leche a domicilio había aprendido a hacer negocios con dinero ajeno: aseguraba a su amo que no toda la clientela le pagaba al día. Y como tal sistema le diera entonces magníficos resultados en el orden privado y comercial, otro muy parecido a ese aplicaba ahora en las altas esferas de la vida pública. Su virtud cívica suprema consistía en saber traducirlo todo en su provecho.[24]

La descripción que se hace de dicho personaje, es decir, Catarino Ibáñez, muestra, de

[21] Cita de Gaetano Mosca en *La clase política*: "En una sociedad, ya un tanto madura, en la cual la fuerza individual es tenida bajo freno por la colectividad si los poderosos son ordinariamente los ricos, de otra parte, basta ser rico para convertirse en poderoso." p. 92

[22] En el apartado III titulado: "El cheque de la ´May-Be´" se hace referencia explícita a los negocios que el personaje Ignacio Aguirre tiene con empresas norteamericanas, a las cuales, se les otorgan negocios para la explotación de recursos naturales.

[23] Catarino Ibáñez representa esa nueva clase surgida tras la revuelta, pues en la descripción del capítulo citado se hace referencia a la lucha política entre Hilario Jiménez e Ignacio Aguirre y la forma en que Catarino Ibáñez, a través de argucias consigue realizar una manifestación de carácter política para ayudar en su candidatura a Ignacio Aguirre, pero, haciendo uso de su poder y siguiendo su instinto como político advenedizo a quien beneficie al Caudillo, apoya la candidatura de Hilario Jiménez, utilizando un discurso falso y oportunista según la descripción que el autor desarrolla.

[24] Martín Luis Guzmán, *Op. Cit.*, p. 458

forma cruda y plástica[25], la manera en que los personajes que participaron en la revuelta social, se transformaron en una nueva clase política que, haciendo usufructo de su posición en el gobierno, crea negocios y muestra el origen social del cual surgieron antes de la reyerta:

> El establo del gobernador era, ciertamente, una maravilla: maravilla desde el punto de vista de las ambiciones comerciales de un antiguo repartidor de leche a domicilio. Ibáñez había vaciado allí los sueños de su juventud miserable, y luego, con la experiencia engendradora de nuevas aspiraciones, había acabado por superarse.[26]

Lo que Gaetano Mosca define como clase política en el texto que hemos mencionado, se conjuga de forma perfecta en la novela de Martín Luis Guzmán, quien, a partir de una visión mucho más objetiva y llana[27], describe los avatares políticos de los jóvenes caudillos revolucionarios en los que se conjuga el poder, la ambición, el deseo, la lealtad y la forma explícita y brutal de “hacer política” en un medio social convulso, en el que las armas, el dinero y el carisma, son enemigos de las altas esferas que han llegado al poder y que se legitiman a partir de la creación de instituciones y de una idea, en discurso, sobre lo que el pueblo[28] representa y legitima con ellos como figuras en el poder.

El pensar en la representación de una clase política a partir de la obra literaria nos permite plantear un vínculo entre la historia y la literatura a partir de lo que Paul Ricoeur define

---

[25] El concepto “plástico” o “plasticidad”, tiene relación con lo que Erich Auerbach en su obra: *Mimesis* define como la manera en que el autor, al describir a sus personajes en un contexto social, muestra a partir de la descripción del mismo, valores morales y éticos a partir de su fisionomía. De la misma forma, Margo Glantz describe esa misma plasticidad a partir del carácter de los valores clásicos de la belleza como una forma de ejemplificar la influencia ideológica del Ateneo de la Juventud y la revaloración de los cánones clásicos seguidos por ellos.

[26] Martín Luis Guzmán, *Ibid.*, p. 460

[27] Si bien hemos hecho alusión a una de las obras más conocidas de Mariano Azuela, en donde el personaje principal tiene visos de un héroe romántico, de igual forma, es decir, utilizando la misma crudeza y crítica en sus descripciones, la novela *Nueva burguesía* desarrolla una descripción puntual sobre la nueva sociedad o clase media que surge tras el proceso de transición política, la cual, es vista como una sociedad inculta, que surge en un medio en el cual, el discurso político parece estar alejado de su realidad.

[28] Al hacer mención de este concepto es pertinente citar lo que en la novela se entiende como “pueblo” a partir de una conversación entre Ignacio Aguirre y el Caudillo sobre la candidatura a la presidencia: “[…] primero mi general, porque es público y notorio que él si aspira a ser presidente…- ¿Y segundo? – Segundo porque…es posible y aún probable que la benevolencia de usted lo ayude en sus deseos. – El caudillo replicó pronto: No sería yo, sino el pueblo…[…]” p. 447. De igual forma, en el capítulo tercero, el autor hace una crítica respecto a dicho concepto, pues, mientras las clases altas esferas disfrutan de una comida suculenta, los indios que participaron en la manifestación se alimentan de una forma denigrante: “[…] Y subrayó Catarino las palabras con sonrisa de profundo convencimiento democrático. Agregó al punto: - ¿Quién se atreverá ahora a decir que nosotros no sentimos a fondo la revolución? ¿Estaríamos comiendo aquí, tan contentos, sin haber asistido antes al convite del pueblo? […] – Catarino – dijo- no seas farsante. Y al pronunciar estas palabras Olivier, su rostro un tanto pálido se crispó […] - El guacamole será igual – afirmó Olivier […] Pero la mentira consiste en que llames compañeros a esos pobres indios de la manifestación […] Si son nuestros compañeros, ¿por qué a ellos les das huesos y tortillas martajadas, dejando, además, que eso lo coman en el suelo, mientras a nosotros nos tratas regiamente?” p. 470

en: *Tempo e narrativa*[29]. En la obra referida Paul Ricoeur desarrolla un análisis respecto a la historia y su relación con la ficción, en la cual, el autor establece que dicho concepto forma parte de la construcción de una historia[30]. Ambos conceptos, es decir, ficción e historia, están íntimamente vinculados en el proceso de representar la realidad, con la diferencia fundamental de que la historia forma parte de una disciplina con todos los elementos para ser definida como una ciencia, y la ficción narrativa o literaria, se basa en diversos procesos para comprender la realidad a partir del lenguaje literario[31]. Esto nos permite entender el devenir de los procesos narrativos a partir de la interpretación de los personajes literarios, los cuales, encarnan una serie de valores que los distingue en las diversas etapas sociales y políticas en las que son representadas en las obras literarias, de ahí la pertinencia de señalar el vínculo en las diversas obras literarias en las que los caudillos han sido representados a partir de un devenir de carácter social e histórico.

En el año de 1938 fue escrita una obra de teatro titulada: *El gesticulador* por Rodolfo Usigli. En dicha pieza teatral, el autor desmitifica el carácter heroico de los próceres revolucionarios[32], poniendo en tela de juicio el sentido de dicha revuelta social a partir de sus juicios respecto a la misma:

> César – Mira las caras de tus hijos: ellos están enteramente de acuerdo con mi fracaso. Me consideran como a un muerto. Y, sin embargo, no hay un solo hombre en México que sepa todo lo que yo sé de la revolución. Ahora se convencerán en la escuela, cuando mis sucesores demuestren su ignorancia.
> Miguel- ¿Y de que te ha servido saberlo? Hubiera sido mejor que supieras menos de

---

[29] Uno de los aportes del autor en cuestiones de crítica literaria será el desarrollo de un análisis hermenéutico, es decir, la combinación de diversos lenguajes o disciplinas para interpretar el texto literario, la historia y las cuestiones filosóficas.

[30] Otro autor que establece el vínculo entre historia y literatura es Gyorgy Lukacs en su obra: *O romance histórico*, en dicho documento, Lukacs desarrolla un estudio respecto a la función de la novela histórica en el proceso de creación de una literatura nacional, de forma particular se enfoca en las obras de Walter Scott y en la reinterpretación de los procesos históricos y en la creación de héroes que encarnen el ideal de un estado moderno, en este sentido, la ficción cumple un proceso estético en la narración y a su vez político en el sentido de crear, a partir de la interpretación histórica, una literatura vinculada con la reinterpretación de procesos que definan, a partir de la historia y de la ficción, una literatura nacional.

[31] Los procesos a los que hace referencia Paul Ricoeur se basan en el análisis comparativo entre la concepción argumentativa de San Agustín y su obra: *Las confesiones*, y la obra de Aristóteles que hace referencia a la *Poética* y a la *Retórica*. En el estudio que desarrolla respecto a dos formas de interpretar la realidad a partir del lenguaje, Ricoeur hace alusión a la mímesis como un proceso interpretativo en el que la realidad se configura en una dimensión diferente en la narración literaria.

[32] El carácter heroico al que hacemos referencia, en el caso de la obra *Los de abajo* de Mariano Azuela, exalta el valor de un héroe que, en la obra, está listo para luchar por un ideal: "La sierra está de gala: sobre sus cúspides inaccesibles cae la niebla albísima como un crespón de nieve sobre la cabeza de una novia. Y al pie de una resquebrajadura enorme y suntuosa como pórtico de vieja catedral, Demetrio Macías, con los ojos fijos para siempre, sigue apuntando con el cañón de su fusil…" p. 113

> la revolución, como los generales, y fueras general. Así no nos hubiéramos tenido que venir aquí.
> Julia – Así tendríamos dinero.[33]

La referencia de esta obra de teatro, en la que se hace toda una crítica puntual y aguda respecto a la gestación de una clase política que utiliza la creación de instituciones, e incluso, el control de la historia para legitimar su posición en el poder[34] nos permite comparar la obra de Carlos Fuentes (1928 – 2012)[35]: *La muerte de Artemio Cruz* con la obra de Martín Luis Guzmán a partir de la percepción que ambos autores tienen respecto a los caudillos como personajes literarios en sus novelas, que, en el caso de Carlos Fuentes, en consonancia con Rodolfo Usigli, no representan aquel ideal de heroicidad épica:

> [...] y caerán bultos, sacos, maletines y se levantará un grito común, entrecortado por un sollozo bajo y las llamas comenzarán a chisporrotear hasta que el cuarto motor, sobre el ala derecha, se detenga y todos sigan gritando y sólo tú te mantengas inmóvil [...] El sistema interno con el que el motor combate el fuego funcionará y el avión aterrizará sin dificultad, pero nadie se habrá dado cuenta de que sólo tú, un viejo de sesenta y un años, mantuvo la compostura. Tú te sentirás orgulloso de ti mismo, sin demostrarlo. Pensarás que has hecho tantas cosas cobardes que el valor te resulta fácil.[36]

La obra de Carlos Fuentes narra, desde el presente de un hombre moribundo: Artemio Cruz, la serie de acontecimientos en los que el personaje se vio envuelto hasta llegar a ser parte de una clase política, el cual, a partir de aspectos, ya sea de carácter fortuito o premeditados, consigue asegurar el poder, proyectando, desde el presente de un "estado moderno" su posición económica y política.

Ahora bien, lo que en la obra de Martín Luis Guzmán puede ser entendido como una sombra de varios caudillos, es decir como una representación de varias ópticas que esa clase política tiene en la novela analizada, en el caso de la obra de Carlos Fuentes se sitúa en una

---

[33] Rodolfo Usigli, *El gesticulador*, p. 133

[34] La obra de teatro describe la historia de un profesor universitario que, tras el encuentro con un profesor norteamericano y a partir del conocimiento que tiene de la historia con documentos y fechas, asume la posición de un antiguo revolucionario que luchaba por una causa justa, sin embargo, el entramado político en el cual se envuelve lo lleva a la muerte y con ello, a la creación de un héroe revolucionario, lo cual establece una crítica profunda respecto a la creación de una historia y de un arte de carácter nacional, en el que, como la palabra lo define, hay una "gesticulación" o pantomima de la realidad.

[35] Carlos Fuentes será considerado uno de los escritores más importantes del siglo XX en México y en América Latina (Será un elemento fundamental de la denominada "Generación del Boom Latinoamericano", a la par que Julio Cortázar, Gabriel García Márquez y Mario Vargas Llosa entre otros. Su labor intelectual como novelista, su concepción histórica respecto a la literatura en consonancia con la política, su experimentación en la narrativa a partir de los textos de Faulkner, John Dos Passos entre otra serie de autores, mostrará su capacidad crítica y creadora respecto a la literatura de carácter nacional en México.

[36] Carlos Fuentes, *La muerte de Artemio Cruz*, p. 14

figura casi monolítica, adusta y consolidada como un proyecto y como un sistema[37] que, en el transcurrir del tiempo y de la historia, desarrolló un plan en el cual, la figura de Artemio Cruz puede ser la metáfora de toda una clase social a diferencia de los personajes que son descritos en *La sombra del caudillo*, ya que el personaje, Artemio Cruz, parece conjugar todas las características que definen a una clase en un solo carácter o personaje:

> Artemio Cruz. Así se llamaba entonces el nuevo mundo surgido de la guerra civil; así se llamaba quienes llegaban a sustituirlo. Desventurado país –se dijo el viejo mientras caminaba, otra vez pausado, hacia la biblioteca y esa presencia indeseada pero fascinante-; desventurado país que a cada generación tiene que destruir a los antiguos poseedores y sustituirlos por nuevos amos, tan rapaces y ambiciosos como los anteriores. [...] No escapó a la perspicacia del viejo, mientras reclinaba la cabeza contra el respaldo de cuero y entrecerraba los ojos para ver mejor a su contrincante, que este hombre acarreaba una nueva experiencia, forjada a martillazos, acostumbrada a jugarlo todo porque nada tenía.[38]

El encuentro que se describe entre Don Gamaliel, viejo representante de los liberales del siglo XIX, frente a Artemio Cruz, quien personifica de forma simbólica a los nuevos actores políticos, jóvenes y dispuestos a arriesgarlo todo, representa esa transición en la historia de los procesos sociales que definieron el proyecto nacional mexicano del siglo XX, es decir, el tránsito de una serie de caudillos, como se define en la obra de Martín Luis Guzmán, con distintas voces, personalidades e intereses en un solo personaje, quien, a partir de sus actos, de sus intereses, de la reinterpretación que se hace de la historia nacional, conjuga una clase política encarnada en el proceso de una revolución que institucionalizó a partir de un proyecto de estado.

El juego de la historia en la obra de Carlos Fuentes, parte desde una contemporaneidad hacia distintas visiones y perspectivas de un pasado, el cual, nuevamente, se conjuga o consolida en el presente a partir de lo que Artemio Cruz representa, esto nos permite pensar lo siguiente. En el año de 1947 Diego Rivera[39], en consonancia con otros pintores mexicanos,

---

[37] En el año de 1960 fue exhibida como filme *La sombra del caudillo*, bajo la dirección de Julio Bracho. En dicha representación se hace referencia a la forma en que se seguían los lineamientos políticos que realizaba el PRI (Partido Revolucionario Institucional) frente a los acontecimientos políticos. Dichos lineamientos o acciones se refieren a la lealtad que se tenía que seguir al partido como base e institución, lo cual se muestra en el diálogo que tiene Olivier con Catarino Ibáñez: - ¿No me pidieron una convención Hilarista? ¡Pues ahí la tienen hasta la mera penca! - ¡Es preciso suspender esa convención! - [...] -¿También se pierde mi reputación política? ¿Con que pretexto salgo diciendo que no hay nada de lo dicho? - ¡Es preciso dar marcha atrás! Y no te me indisciplines Catarino. Porque gobernador y todo ¡Te meto en orden! Lo que importa no eres tú, sino el partido. (Diálogos del minuto 47 al 48:25 de la película). A diferencia de la novela en donde la descripción de los diálogos entre Catarino Ibáñez y Olivier, sólo muestran, de forma vaga una especie de discusión de carácter política: "Finalmente, después de mucho discutir, prevaleció la manera de ver de Catarino" página 459 de la obra literaria.

[38] Carlos Fuentes, *Op. Cit.*, p. 50

[39] Diego Rivera (1886 – 1957) será parte de los pintores denominados "Muralistas", los cuales, a partir de su

terminó su obra: *Sueño de una tarde dominical en la Alameda Central*:

En dicha pintura[40] se representa, en diversos bloques[41], el proceso de la historia de México hasta el presente del autor, si bien el mural, en su contexto es complejo, en la imagen superior de los árboles podemos observar un aspecto importante, el hecho de que en la parte de los acontecimiento pasados, es decir el ala izquierda, la imagen de los mismos es estática, sin embargo, en el ala derecha, observamos que los árboles parecen estar en un movimiento constante, como una especie de fuego que evoluciona en el presente y que muestra el proceso de construcción de un estado. En este sentido, la obra de Carlos Fuentes, parte de una historia pasada, hacia un presente en el cual, los hechos narrados y descritos del proceso de la revolución mexicana, consolidaron la metáfora de un personaje que encarna el constructo de

---

conocimiento respecto al arte, crearán toda una escuela que reinterpretará el carácter nacional de la sociedad mexicana en el siglo XX.

[40] La obra de Diego Rivera representa, de izquierda a derecha, el periodo de la Conquista, del Virreinato, de la Independencia, de la Reforma Liberal, del Porfiriato y el de la Revolución mexicana, utilizando la imagen del sueño, en los personajes que se encuentran en la parte inferior, quienes imaginan o sueñan, los acontecimientos que vivieron o están viviendo, de acuerdo a cada periodo de la historia. Esta obra, representa, de forma artística, el proceso y las contradicciones que definen al estado moderno mexicano posterior a la revolución, por ello, en la parte superior del extremo derecho de la obra, la imagen del movimiento de los colores representa que ese proyecto aún está inconcluso, de ahí la pertinencia de mostrar la relación entre la imagen pictórica del muralismo con la historia.

[41] Los bloques a los que hacemos referencia en la obra pictórica, definen personajes de la historia mexicana que explican los procesos sociales y políticos que Diego Rivera utiliza para entender el proceso de un devenir histórico. Por ejemplo, en el museo se expone, de forma numerada, el nombre de cada uno de esos personajes que se encuentran representados en la pintura:

una clase política.

Al poner en el texto una pintura-mural que explica los procesos históricos y políticos, es pertinente hacer una breve reflexión sobre el vínculo entre la imagen pictórica y las obras literarias que se están analizando. Hans-Georg Gadamer en su ensayo titulado: "Sobre a leitura de construções e quadros (1979)", realiza un análisis respecto a la forma en las que se visualiza la pintura a partir de la visualización de dimensiones[42] y formas[43]. Para Gadamer, dicha visualización, representa una especie de lectura[44], en la cual, el observador entiende y comprende, a partir de la imagen, el mensaje que el pintor pone de manifiesto en el lienzo de su obra, con ello, el espectador "lee" una historia a partir de una imagen que se torna un símbolo. Esta reflexión nos permite entender el vínculo entre las obras literarias que se han analizado hasta el momento con la forma en que el caudillo ha sido representado, tanto en las representaciones narrativas, como en las formas pictóricas, pues, de manera particular, el mural de Diego Rivera expone al espectador los procesos históricos y sociales que gestaron el proyecto de un estado moderno, en este sentido la historia que el mural muestra al espectador, lo coloca frente a los acontecimientos sociales, históricos y políticos que definen la evolución de una sociedad a partir de una gesta de carácter social.

Si bien en *La muerte de Artemio Cruz*, el personaje encarna la metáfora de un proyecto nacional a partir de la ficción literaria de una clase política, de igual forma podemos establecer un paralelo en las acciones que se describen en la novela y que marcan un vínculo estrecho con *La sombra del caudillo*. Particularmente en el apartado de la novela: "(1927: Noviembre 23)" se narra la disputa entre Artemio Cruz y el General Jiménez, en la cual, se pone de manifiesto el tipo de relación y de lealtad entre los actores políticos descritos:

> Brindaron y el gordo dijo que este mundo se divide en chingones y pendejos y que hay

[42] Walter Benjamin en su ensayo: "Sobre a pintura ou Signo e mancha" hace una reflexión en torno a los conceptos como el signo y la mancha a partir de las cuestiones simbólicas que representan cada una de dichas categorías. Si bien el texto hace un análisis respecto a las cuestiones míticas del signo, por ejemplo, al hacer alusiones a la cultura bíblica, de la misma forma nos permite entender la complejidad de la obra de arte pictórica y su relación con los símbolos que la misma representan.

[43] El ensayo referido realiza, de forma detallada, un análisis respecto a la manera en que se vislumbran los espacios y las dimensiones arquitectónicas, con lo cual, el autor realiza una especie de juego en el que las perspectivas que percibe un espectador, ante una obra arquitectónica, pueden ser las mismas que las que tiene frente a una pintura.

[44] Los "procesos de lectura" a los que hace referencia Gadamer, tienen un vínculo con la forma en que es interpretada la obra de arte a partir de la hermenéutica. Dicha interpretación, de acuerdo al artículo referido, hace énfasis en lo que Roman Ingarden define en el documento: *La obra de arte literaria*, en el cual, pone de manifiesto el diálogo entre los distintos lenguajes de las obras narrativas con otro tipo de manifestaciones artísticas como la pintura.

> que escoger ya. También dijo que sería una lástima que el diputado – él – no supiera escoger a tiempo, porque ellos eran muy reatas, muy buenas gentes y le daban a todos la oportunidad de escoger, nada más que no todos eran tan vivos como el diputado, les daba por sentirse muy machos y luego se levantaban en armas, cuando era tan facilito cambiar de lugar como quien no quiere la cosa y amanecer del buen lado.[45]

La reflexión que hace el personaje, respecto a la forma de hacer política, de aprovecharse de las situaciones, de sacar ventaja de los acontecimientos de carácter fortuito o no, marca un paralelo con las descripciones que se hacen en la obra de Martín Luis Guzmán a partir de la narración de los encuentros y de las manifestaciones de carácter popular que son criticados por el autor, en los cuales, tanto el juicio de los actores políticos descrito en la obra, así como las diversas manifestaciones de "carácter social" como es el caso de la descripción que se hace de Catarino Ibáñez, muestran el vínculo que Carlos Fuentes establece con la novela de Martín Luis Guzmán a partir de su propia concepción narrativa del caudillo, en la cual, a partir de su afiliación estética, crea una óptica en la que, el caudillo, en tanto personaje, tiene una relación y una serie de diferencias:

> […] él sólo venía a reiterarle su adhesión al señor Presidente, su adhesión incondicional, y el gordo le preguntó si deseaba algo y él le habló de algunos terrenos baldíos en las afueras de la ciudad, que no valían gran cosa hoy pero que con el tiempo se podrían fraccionar y el otro prometió arreglar el asunto porque después de todo ya eran cuates […] y le dijo que muchos amigos suyos habían venido a ponerse a la disposición del señor Presidente en esta hora de unidad y extendió el brazo y le invitó a que pasara. Al fondo del despacho, junto a la luz verdosa, vio esos ojos atornillados en el fondo del cráneo, esos ojos de tigre en acecho y bajó la cabeza y dijo – A sus órdenes señor Presidente… Para servir a usted, incondicionalmente, se lo aseguro, señor Presidente…[46]

La relación, por ejemplo, con la descripción de la animalidad del carácter: "ojos de tigre en acecho", establece una analogía con la forma en que se describe el personaje de la novela *La sombra del caudillo* y a su vez se diferencia al hacer referencia a los nuevo tratos políticos y de prebendas, entre los cuales, se establece, de forma mucho más clara y precisa, el sentido de la propiedad de la tierra y el nacimiento de una nueva clase media que será punto de análisis y de crítica de la obra de Oscar Lewis titulada: *Antropología de la pobreza*[47] en el año de 1961,

---

[45] Carlos Fuentes, *Ibid.*, p. 129

[46] Carlos Fuentes, *Ibid.*, p. 138

[47] La obra *Antropología social de la pobreza* describe la historia de varias familias en la ciudad de México a partir de las regiones que habita cada una de ellas mostrando, a partir de la observación del autor, los diversos procesos que definen las mudanzas sociales, de usos y costumbres de familias que surgen a partir, tanto de la creación de nuevas instituciones, como del proceso de conformación de una nueva clase media que, a partir de una educación profesional, se integra tanto en las instituciones formadas por el estado, como en un mercado de trabajo vinculado con el capital extranjero. De la misma forma, el escritor mexicano José Emilio Pacheco en su obra titulada: *Las*

un año antes de la publicación de la obra de Carlos Fuentes.

A partir de las reflexiones anteriores podemos establecer un paralelo con la pintura de Diego Rivera, en la cual, la historia se mantiene estática a partir de hechos que consumaron los acontecimientos sociales y políticos, pero, la cual, a su vez, tiene una movilidad táctil en el presente del pintor al mostrar una especie de vorágine de acontecimientos que están conformando, en medio de múltiples contradicciones, un proyecto de estado moderno. En este sentido, por ejemplo, la obra de Carlos Fuentes, tiene ese viso estático, que muestra la herencia narrativa de una literatura que se forjó a partir de testimonios políticos e históricos en la ficción de una literatura de la revolución mexicana, sin embargo, la obra de Carlos Fuentes, también presenta una movilidad de tiempo, una sucesión de acontecimientos que narran un presente, una serie de pasados, de anécdotas y de situaciones que definen a un nuevo actor en la política mexicana del siglo XX.

Arnold Hauser en su obra *Historia Social de la Literatura y el Arte* reflexionará respecto a los procesos históricos que definen las diversas manifestaciones artísticas y, al hacer esto, señalará que cada etapa o periodo, no puede ser entendida como un bloque unificado de características que se contrapone a otro, sino como una sucesión de elementos que nutren cada expresión en el arte. Siguiendo esta reflexión, podemos pensar que cada manifestación artística o literaria, nutre a las subsecuentes generaciones y por ello, podemos establecer un ejemplo semejante al de Arnold Hauser a partir de la formación geológica de una estalactita, estructura mineral que se sustenta de varios sedimentos formando una serie de capas, y con ello, una forma diferente en cada estrato por donde el líquido trasmina, pero, íntimamente unificada en su estructura.

La unidad de elementos que definen a los personajes de *La sombra del caudillo* con *La muerte de Artemio Cruz*, tienen como punto central o de equilibrio el mural de Diego Rivera *Sueño de una tarde dominical en la Alameda Central*, ya que en dicha pintura el transcurso de la historia juega un papel fundamental en la imagen pictórica a partir del estatismo o del movimiento de los árboles que se refleja en la parte superior, lo cual, nos permite pensar que las obras de ambos autores, situadas en distintos periodos de tiempo, tienen ese mismo carácter estático, como pueden ser los personajes de *La sombra del caudillo*, es decir, caracteres

---

batallas en el desierto, publicada en el año de 1980, narra, a partir de la óptica de un niño, las transformaciones sociales y económicas de la sociedad mexicana posteriormente al proceso de la revolución, desarrollando una crítica respecto a las clases políticas mexicanas.

que, en el transcurso del tiempo muestran su consolidación como clase política a partir de la ficción literaria, descritos a partir de características específicas, ya sea de animalidad o de belleza como lo explica Margo Glantz y a partir de ser una serie de voces que definen a varios caudillos, en los que los intereses de carácter económico o político marcan a una nueva clase social en ascenso al poder. Ahora bien esta misma belleza[48] y animalidad, en la obra de Carlos Fuentes, se refleja a partir de la descripción de Artemio Cruz, forjado por el trabajo y la reyerta, con el vientre liso y la tirantez de los músculos, en consonancia con aquellos "ojos de tigre" de un caudillo que lo observa y al cual le declara su lealtad en una sola voz, es decir que aquella multiplicidad de voces se consolidó en una sola, móvil, fuerte, unificada y en la que el transcurso del tiempo presente muestra esa oscilación constante de una vorágine que construye un estado moderno a partir de la metáfora histórica de una clase política que se encarna en la descripción de Artemio Cruz y de la novela Carlos Fuentes.

Los personajes de *La sombra del caudillo*, en consonancia con el personaje de *La muerte de Artemio Cruz*, muestran, en sus diálogos, en su complejidad narrativa, en su interpretación de la historia, la metáfora de una clase política en tránsito hacia creación de un estado que a partir de contradicciones sociales, culturales y económicas, creó un proyecto nacional basado en la corporación de un partido político, el cual, de forma metafórica, tiene una representación unívoca en la obra de Carlos Fuentes, al conjugar una sola imagen como metáfora de la realidad social mexicana en tránsito, de ahí la pertinencia de relacionar dos universos narrativos con temporalidades distintas, los cuáles, como punto en común, tienen a la figura del caudillo y, pensando en la pintura de Diego Rivera, el devenir histórico en un tránsito constante, fijo, en ciertos acontecimientos y móvil, en el presente de la última representación de ese personaje que encarna un modelo de estado a partir de una novela: Artemio Cruz.

Bibliografía

AGUILAR, CAMÍN, Héctor, *La frontera nómada: Sonora y la Revolución Mexicana*, México, Ediciones Cal y Arena, 1997, pp. 623

AZUELA, Mariano, Los de abajo, en CASTRO, LEAL, Antonio, *La novela de la Revolución Mexicana.*

---

[48] La belleza a la cual hace referencia Margo Glantz, en el caso de Carlos Fuentes y de Juan Rulfo, toma un cariz diferente; la descripción de una sensualidad y de un erotismo que refleja una perspectiva diferente en las narrativas de los autores, pues a diferencia de Martín Luis Guzmán, Juan Rulfo y Carlos Fuentes describen la belleza y la sensualidad del cuerpo femenino a la par del masculino en los personajes literarios de *Pedro Páramo* y de *La muerte de Artemio Cruz*.

Tomo I, México, Aguilar, 1995, pp. 1052

AZUELA, Mariano, *Nueva Burguesía*, México, Lecturas Mexicanas, Secretaría de Educación Pública, 1985, pp. 189

AUERBACH, Erich, *Mimesis*, Brasil, Estudos, 2015, pp. 520

BENJAMIN, Walter, "Sobre a pintura ou Signo e mancha", en *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2013, pp. 171

FUENTES, Carlos, *La muerte de Artemio Cruz*, México, Fondo de Cultura Económica, 1973, pp. 316

FORSTER, E. M, *Aspectos de la novela*, Madrid, Debate, 2000, pp. 176

GADAMER, Hans-Georg, "Sobre a leitura de construções e quadros (1979)", en *Hermenêutica da obra de arte*, São Paulo, W M F, Martins Fontes, 2010, pp. 487

GILLY, Adolfo, *La revolución interrumpida*, México, ERA, 1998, pp. 184

GLANTZ, Margo, *La sombra del caudillo: una metáfora de la realidad política mexicana*, en: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-sombra-del-caudillo-una-metafora-de-la-realidad-politica-mexicana--0/html/00af5544-82b2-11df-acc7-002185ce6064_4.html#I_0_

GUZMÁN, Martín, Luis, La sombra del caudillo, en CASTRO, LEAL, Antonio, *La novela de la Revolución Mexicana*. *Tomo I*, México, Aguilar, 1995, pp. 1052

HAUSER, Arnold, *Historia social de la literatura y el arte*, Barcelona, Editorial Labor, 1994, pp. 452

INGARDEN, Roman, *La obra de arte literaria*, México, Taurus, Universidad Iberoamericana, 1998, pp. 463

ISAACS, Jorge, *María*, Venezuela, Editorial Ayacucho, 1978, pp. 373

LEWIS, Oscar, *Antropología social de la pobreza. Cinco familias*, México, Fondo de Cultura Económica, 2012, pp. 302

LUKÁCS, Gyorgy, *O romance histórico*, São Paulo, Editorial Boitempo, 2015, pp. 440

MOSCA, Gaetano, *La clase política*, México, Fondo de Cultura Económica, 2004, pp. 300

PACHECO, José, Emilio, *Las batallas en el desierto*, México, ERA, 2006, pp. 68

PERUS, Francois, *De selvas y selváticos. Ficción autobiográfica y poética narrativa en Jorge Issacs y José Eustasio Rivera*, Bogotá, Universidad de los Andes, Plaza y Janés, 1998, pp. 40.

RICOEUR, Paul, *Ideología y utopía*, Madrid, Gedisa, 2004, pp. 360

RICOEUR, Paul, *Tempo e narrativa. 1. A intriga e a narrativa histórica*, São Paulo, W M F, Martins Fontes, 2016, pp. 379

RIVERA, José, Eustasio, *La vorágine*, Venezuela, Editorial Ayacucho 1977, pp. 295

RULFO, Juan, Pedro Páramo, en Juan Rulfo, *Obra completa*, Venezuela, Editorial Ayacucho, 1977, pp. 299

SAID, Edward, W, *El mundo, el texto y el crítico*, Barcelona, Debate, 2004, pp. 431.

SEMO, Enrique, *México, un pueblo en la historia: volumen I*, México, Universidad Autónoma de Puebla, 1981, pp. 365

USIGLI, Rodolfo, *El gesticulador*, México, Lecturas Mexicanas, Secretaría de Educación Pública, 1983, pp. 267

WEBER, Max, *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 2014, pp. 1425

Película *La sombra del caudillo*, disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=t2HHSuwmDJg

Recebido em: 11.08.2017
Aprovado em: 25.09.2017

Seção Livre

Raízes históricas dos dilemas do processo bolivariano na Venezuela

Fabio Luis Barbosa dos Santos[*]

Resumo

Com o objetivo de refletir criticamente sobre os dilemas enfrentados pelo processo bolivariano, este texto realiza o seguinte movimento. Inicialmente abordamos as linhas gerais da formação venezuelana, discutindo as peculiaridades decorrentes da renda petroleira, que engendrou uma situação descrita por Celso Furtado como "subdesenvolvimento com abundância de divisas". O objetivo desta seção é mapear os principais constrangimentos estruturais para superar esta condição, enfocados em suas dimensões social, econômica e cultural, para em seguida delinear o contexto que projetou politicamente Hugo Chávez. Na segunda seção analisamos a dinâmica subjacente à autodenominada "Revolução Bolivariana", salientando os avanços sociais alcançados após catorze anos. Na terceira seção discutimos os limites deste processo à luz dos dilemas estruturais evidenciados pela crise econômica eclodida em 2013, ano em que morre Chávez, e que problematiza a eficácia de uma estratégia revolucionária focada na dimensão política da mudança social e que tem na proposta do Estado Comunal sua proposição mais ousada. Concluímos o texto indicando nexos entre as dimensões conjuntural e estrutural do movimento histórico em curso, sugerindo que o presidente Nicolás Maduro herdou uma situação em que o processo bolivariano liquidou os fundamentos políticos associados ao pacto de *Punto Fijo*, mas foi impotente para superar os constrangimentos econômicos, sociais e culturais que caracterizam o subdesenvolvimento venezuelano.

Palavras-chave: Venezuela; Bolivarianismo; Revolução; Rentismo; Subdesenvolvimento.

Abstract

This article aims to assess critically the dilemmas faced by the Bolivarian process in Venezuela. The argument unfolds as follows. At first, the general lines of Venezuela´s historical formation are presented, discussing the peculiarities that arise from the oil rent, which have engendered a situation described by Celso Furtado as "underdevelopment with abundance of foreign currency". The purpose of this section is to underline the main structural constraints to

[*] Doutor em História Econômica pelo Programa de História Econômica da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

overcome underdevelopment, focusing its social, economic and cultural dimensions to introduce the context that projected politically Hugo Chávez. In the second section we analyze the dinamic of the self called "Bolivarian Revolution", underlying its social accomplishments after fourteen years. In the third section, we discuss the limits of this process under the light of the structural dilemmas that were brought to light by the economic crisis triggered in 2013, the year that Chávez passed away, and that problematize the efficiency of a revolutionary strategy focused on the political dimension of social change, which has has the Communal State as its most ambitous proposal. The article concludes ponting to the articulations between the structural and conjunctural dimensions of the current process, suggesting that president Nicolás Maduro has inherited a situation where the Bolivarian process has overcome the political foundations of the *Punto Fijo pact*, but it has been unable to overcome the social, economical and political constraints that tipify Venezuela´s underdevelopment.

Keywords: Venezuela; Bolivarianism; Revolution; Rentier Capitalism; Underdevelopment.

"O inventamos o erramos"

Simón Rodríguez

"La historia me absorberá"

Hugo Chávez

I. Subdesenvolvimento com abundância de divisas

Um dos principais focos insurgentes na guerra de independência hispano-americana, berço de figuras referentes deste processo como Francisco de Miranda, Simón Rodríguez e Simón Bolívar, a trajetória venezuelana ao longo do século XIX revela similaridades com os países da região, onde os entraves geográficos, sociais, políticos e econômicos para a afirmação do Estado Nacional se expressaram em recorrentes conflitos civis. À maneira mexicana, os esforços de modernização capitalista no último quarto do século foram guiados, de maneira direta ou indireta, por uma modalidade de "autócrata civilizador". O general Guzmán Blanco, que deu a linha política do regime mesmo quando apeou da presidência em 1888, não seria o primeiro nem o último governante a identificar seu projeto modernizador com uma espécie de reencarnação de Simón Bolívar – quem morreu isolado e amargurado com a fragmentação do seu projeto de unidade regional em 1831, mas foi alçado à condição de ícone nacional desde então[1].

Derrubado o regime por um militar andino em 1899, Cipriano Castro, a chamada "Causa Restauradora" não se diferenciou de governos anteriores ou posteriores por seus métodos

[1] CARRERA DAMAS, Germán. *Una nación llamada Venezuela*. 5ª ed. Caracas: Monte Avila, 1997.

políticos, de características ditatoriais, mas por uma orientação de viés nacionalista. Assim, quando uma coligação de potências europeias bloqueou portos venezuelanos em 1902 a pretexto de cobrança da dívida externa, o presidente condenou a agressão em uma declaração que começava com as seguintes palavras: "La planta insolente del extranjero a profanado el suelo sagrado de la pátria...". O desfecho do episódio, em que se impôs a mediação estadunidense favorável às potências estrangeiras, revelou algo que a intercessão deste país na disputa fronteiriça oriental com a Guiana Inglesa alguns anos antes já anunciara: os Estados Unidos deslocavam os britânicos como o poder discricionário na região, reivindicando o controle sobre o Caribe como uma espécie de mar interno na esteira da Guerra Hispano Americana em 1898, quando ocuparam Cuba e Porto Rico[2]. A intervenção na guerra civil colombiana, que resultou na cisão territorial que deu origem ao Panamá em 1903 e a construção do canal iniciada no ano seguinte, consolidaram este movimento.

Assim, quando em junho de 1908 eclodiu um conflito entre o governo venezuelano e uma corporação mineradora estadunidense, produzindo a ruptura das relações diplomáticas entre estes países, poucos meses depois operou-se um golpe militar que levou à presidência Juan Vicente Gomez, quem reconheceu as exigências estadunidenses feitas ao governo anterior, abriu as portas ao capital estrangeiro e comandou o país até a sua morte em 1935. A evolução venezuelana, neste contexto, não destoava de outros países da América Central e Caribe senão em grau, em uma região em que os Estados Unidos intervieram de modo cada vez mais explícito, modelando as instituições políticas e a economia. Em 1909 por exemplo, foi deposto com o apoio de tropas estadunidenses o presidente Zelaya na Nicarágua, quem flertava com a possibilidade da construção de um canal transoceânico com capitais europeus. Poucos anos depois tropas estadunidenses ocupariam o país, de onde só se retiraram em 1933 sob a pressão do "pequeno exército louco" comandado por Sandino.

A exportação de gêneros primários na Venezuela não apresentou o dinamismo de outras economias sul-americanas, que desenvolveram tendências a diversificação econômica apontando para uma potencial autonomização na virada do século. Expressão deste baixo dinamismo é a constatação de que, desde o final do século XVIII não se fundavam novas cidades, em um país onde 85% da população vivia no meio rural e a maioria dos demais em cidades de

[2] LaFEBER, Walter. *The new Empire: an interpretation of American expansion (1860-1898).* Cornell: Cornell University Press, 1963.

5 a 10 mil habitantes, enquanto mesmo Caracas não excedia os 100 mil moradores[3]. Esta situação foi subvertida a partir da descoberta de petróleo em 1917, produto que em 1926 já se tornou a principal exportação do país. A despeito da tributação ínfima aplicada, as receitas fiscais advindas do petróleo se multiplicaram por 50 em seis anos, saltando de 6 milhões de bolívares em 1924 para 300 milhões em 1930, em um processo que teve desdobramentos econômicos e políticos sintetizados por Maza Zavala nas seguintes palavras:

> Castro foi o último governante de um país agroexportador, fragmentado pelo domínio dos caudilhos, endividado com o exterior, pobre em recursos fiscais, financeiros e monetários, comovido ainda pelos golpes agônicos das guerras intestinas. Gómez foi o primeiro governante de um país petroleiro, com predomínio do capital extrangeiro, sem o caudilhismo tradicional, sem os partidos "históricos" (diferentes matizes de conservadorismo e de liberalismo), com um crescente potencial fiscal, financeiro e monetário, de solvência reestabelecida en relação à dívida pública e de relativa paz pública sob a consigna de "união, paz e trabalho"[4].

Gerido originalmente como um negócio privado ("Gerenciar o país é como gerenciar uma fazenda", dizia o ditador), Gómez distribuía por meio da Companhia Venezuelana de Petroleo (CVP) as concessões entre seus familiares e favorecidos, que por sua vez as renegociavam com as transnacionais do ramo, em uma situação em que Standard Oil e Shell controlavam 85% do negócio (50% e 35% respectivamente) no final dos anos 1930. Em um fenômeno que a literatura posterior descreverá como "doença holandesa", a valorização do bolívar em função das exportações de petróleo provocará uma alta nos preços agrícolas, agravando a situação crítica do setor no contexto da depressão mundial do entreguerras. Neste contexto, o país se converteu progressivamente em importador de alimentos, o que teve como consequência um processo de "descampesinação" e migração urbana, revelando uma das faces de um processo determinante na constituição da Venezuela contemporânea: o esvaziamento das atividades produtivas como desdobramento do modo como a receita gerada pelo petróleo engrena nas relações sociais legadas pela formação histórica venezuelana, engendrando uma situação descrita por Celso Furtado como "subdesenvolvimento com abundância de divisas"[5].

A consolidação da identidade venezuelana como país petroleiro teve, neste contexto, desdobramentos fundamentais no modo como se afirmou a relação da população com o

---

[3] CARRERA DAMAS, Op. cit, p. 129.

[4] MAZA ZAVALA, D. F. 'Historia de medio siglo en Venezuela: 1926-1975'. Em: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: historia de medio siglo.* 4ª ed. México: Siglo XXI, 1984, p.477.

[5] FURTADO, Celso. *Ensaios sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas.* Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

Estado, e o próprio nacionalismo. Identificado como uma riqueza natural pertencente ao povo venezuelano, cuja gestão deve ser feita pelo Estado como um representante do interesse nacional, os diferentes matizes políticos no campo democrático que se consolidaram nos anos posteriores à morte de Gomez convergiam na reivindicação da distribuição da renda petroleira, em oposição à apropriação privada operada pela ditadura. Assim, mesmo no campo marxista não se aventava a nacionalização da extração do negócio. Nesta perspectiva, a realização do interesse individual passava pela efetiva atuação do Estado como mediador entre as corporações transnacionais e o conjunto da população.

Esta identificação entre democracia e distribuição da renda petroleira resulta em uma ambiguidade do nacionalismo venezuelano uma vez que, de um lado, o crescimento da renda nacional dependia de uma correlação de forças favorável à apropriação da receita petroleira por parte do Estado diante das transnacionais que dominavam o negócio. Por outro lado, uma vez que a receita da nação se vinculava ao negócio petroleiro, a lucratividade das empresas estrangeiras que o operavam era uma condição necessária da sua reprodução ampliada. De acordo com Tinker Salas, esta leitura lastreou um projeto cultural que se tornou hegemônico no país, segundo o qual "os empregados das companhias petroleiras estrangeiras e setores da classe média criaram uma visão de uma moderna nação venezuelana enraizada nos valores políticos e sociais promovidos pela indústria", que tinha como linha mestra a ideia de que "os interesses da indústria eram os mesmos interesses da nação"[6].

Assim, a percepção da Venezuela como uma nação petroleira se desdobra em duas associações correlatas, entre democracia e distribuição da renda petroleira, e entre o progresso da nação e a prosperidade do negócio petroleiro. Esta ideologia, que aponta para a convergência entre o interesse nacional e o negócio petroleiro transnacional está subjacente à consigna política de maior ressonância na Venezuela contemporânea, "semear o petróleo". Formulada originalmente pelo intelectual Arturo Uslar Pietri nos anos 1930, em um contexto em que o país até há pouco agrícola dependia crescentemente da importação de alimentos, o texto denunciava, de modo premonitório, o risco de que a riqueza petroleira convertesse a Venezuela em uma espécie de "parasita da natureza". Convertida em mantra de variados projetos políticos que intencionavam romper a dependência da Venezuela em relação à receita petroleira por meio da diversificação da atividade produtiva em geral, e da industrialização em

[6] TINKER SALAS, Miguel. *Una herencia que perdura. Petróleo, cultura y sociedad en Venezuela.* Caracas: Editorial Galac, 2014, p. 22-3.

particular, esta noção oculta a natureza das relações internacionais e de classe em que se alicerça a reprodução do subdesenvolvimento, sugerindo que a sua superação é, sobretudo, uma questão técnico-econômica associada a alocação racional e produtiva da receita estatal. Esta ideologia está presente desde os primeiros programas políticos da AD (*Acción Democratica*) nos anos 1940 até o processo bolivariano no século XXI, e informa a análise de pensadores críticos e comprometidos com o povo venezuelano do quilate de Juan Pablo Pérez Alfonzo e de Celso Furtado, quem diante da alta dos preços do petróleo diagnosticava, em 1975, que "existe nesse país a possibilidade de modificá-lo (o subdesenvolvimento) sem transtornos sociais maiores"[7].

Ao contrário de ser uma questão ideológica, esta identificação entre nação e negócio petroleiro expressa a incidência da economia rentista em todas as esferas da sociedade venezuelana. Em primeiro lugar, uma vez que o Estado é o intermediário entre a receita petroleira e o interesse nacional, a disputa pelo excedente petroleiro tende a se materializar como uma disputa pelo Estado. Assim, se o denominador comum das organizações democráticas que afloraram após a morte de Gomez na Venezuela foi a exigência de distribuição social da renda petroleira, é possível interpretar que a instabilidade política deste período, em que uma sucessão de golpes militares colocou e tirou a AD do governo até a estabilidade afiançada pelo pacto de *Punto Fijo* a partir de 1959, está vinculada à costura de um arranjo satisfatório às diferentes frações da classe dominante dos privilégios socioeconômicos associados a renda petroleira. Como se sabe, este arranjo implicou, fundamentalmente, na partilha do Estado entre os dois braços do partido da ordem, AD e Copei, que se reservaram a alternância do poder executivo; a integração das forças armadas aos privilégios petroleiros; o controle dos sindicatos, vinculados majoritariamente a AD; e a repressão à dissidência, sobretudo aos comunistas.

Sob esta perspectiva, o fundamento sociopolítico do pacto foi a aceitação das premissas em que se assentava a reprodução do negócio petroleiro em associação com o capital internacional, da qual decorreu, no plano geopolítico, o alinhamento do país com os Estados Unidos. Assim, o Pacto de *Punto Fijo* correspondeu no plano internacional, à Doutrina Bettancourt, que sob a retórica de um compromisso intransigente com a democracia, desagradável a ditadores como Trujillo e Somoza, revelou uma hostilidade militante face à

[7] FURTADO, Celso. *Ensaios sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas.* Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2008, p. 122.

Revolução Cubana. Internamente, o limite da tolerância política dos governos associados a *Punto Fijo* foi dado pelos fundamentos do próprio pacto, recorrendo-se às técnicas repressivas características das ditaduras do Cone Sul contra aqueles que questionaram os marcos da ordem[8]. Portanto, a despeito da idealização da "democracia" venezuelana no período, frágil como os elogios à democracia de partido único mexicanaou à democracia genocida colombiana, análises que enfocam as implicações do rentismo petroleiro sobre as diferentes esferas da existência matizam o significado dos golpes que destituíram Medina Angarita em 1945 e Romulo Gallegos em 1948, assim como do "golpecito" que consolidou a ditadura de Perez Jimenez em 1952 e ainda, da mobilização que derrubou este mesmo regime em 23 de janeiro de 1958.

Daí que autores como Coroníl ou Tinker Salas enfatizem a continuidade como a marca da história venezuelana petroleira, ao menos até a eleição de Chávez, em contraponto a leituras que identificam a "modernidade" venezuelana com o petróleo, como o faz Carrera Damas; ou com a morte de Gomez em 1935, como sugere Picón Salas; ou ainda com a "Revolução de Outubro" de 1945, conforme a narrativa construída pela AD; ou por fim, com o "espírito de 23 de janeiro" que teria derrubado Perez Jimenez em 1957, segundo leituras apologéticas do *Pacto de Punto Fijo*. Coroníl observa, por exemplo, um padrão similar no gasto público destes diferentes governos a despeito do regime com que se identificam, localizando como única diferença um empenho nas gestões da AD por aumentar as receitas[9]. De modo análogo, uma análise referenciada pelo sentido geral da política petroleira estabelece um corte cronológico no auge do *Pacto de Punto Fijo*, quando a nacionalização petroleira comandada por Andrés Perez traduziu uma inflexão no sentido da política petroleira praticada desde então.

> A história petroleira pode dividir-se em três períodos. O primeiro, a Época das Concessões (princípios do século até 1975) se caracterizou por um progresso contínuo do Estado como propietário do recurso natural e como propietário soberano. Culminou com a nacionalização da indústria em 1975 e a criação de Petróleos de Venezuela S. A. O segundo período, a Época da Compañía Petrolera Nacional (1975 até 2003) se caracterizou, pelo contrário, por anular, uma por uma, todas as conquistas do primeiro período (...) O terceiro período da nossa história petroleira que se iniciou em 2003, pode chamar-se como Época das Confrontações entre as duas políticas opostas já mencionadas – nacional a primeira e antinacional a segunda – sob o lema de Plena Soberania Petroleira (...)[10]

---

[8] DEFENSORÍA DEL PUEBLO. *Tortura, asesinato y desaparición forzada en el período 1958-1998.* Caracas: Defensoría del Pueblo, 2013.
[9] CORONÍL, Fernando. *El Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela.* Caracas: Alfa, 2013.
[10] MOMMER, Bernard. 'Petroleo y socialismo'. Em: CORENA PARRA, Jaime; MOMMER, Bernard; TRÓMPIZ VALLES,

Diferentes em escopo, metodologia e objetivos, os trabalhos de Coroníl e Mommer chamam a atenção para linhas de continuidade na história venezuelana para além das alternâncias de governo, e inclusive, de regime. E estas determinações estão vinculadas ao caráter da economia nacional, discussão que remete aos nexos entre Estado, sociedade e renda petroleira. No caso da obra de Mommer, estas relações referenciam o sentido do movimento da história, enquanto o trabalho de Coroníl enfoca as múltiplas ramificações sociais, políticas e culturais do rentismo petroleiro para a sociedade venezuelana. É possível situar a crise que abriu caminho para a projeção de Hugo Chávez na convergência entre ambas problemáticas, enunciada como o dilema da formação nacional, em uma sociedade marcada pelo subdesenvolvimento com abundância de divisas em todas as esferas da sociabilidade.

Segundo Mommer, a inversão no sentido da política petroleira praticada desde os anos 1930 foi sinalizado, paradoxalmente, pela criação da PDVSA em 1976, em uma operação que se limitou a nacionalizar o capital das transnacionais mas manteve intocado o seu controle sobre a dimensão comercial do negócio, entre outras, replicando um procedimento realizado nos principais países associados à OPEP no período[11]. Na Venezuela se manteve intacta a orientação da nova empresa, balizada pela racionalidade mercantil e infensa às políticas de Estado, de modo que a PDVSA se consolidou nos decênios seguintes como uma espécie de "Estado dentro do Estado", em um movimento que se agravou nos anos 1990 à luz das políticas de abertura petroleira[12].

Coroníl assinala que este descolamento entre a renda petroleira e o interesse nacional esteve associado à generalização da corrupção e da delinquência, em um país onde o uso do cargo público como meio de enriquecimento privado era prática comum. Assim, paralelamente à euforia característica do auge das receitas petroleiras decorrente dos choques do petróleo (1973 e 1979), que se traduziu em numerosas obras públicas, na difusão de um padrão de consumo sofisticado baseado em importações e em um endividamento progressivo afiançado pela certeza de receitas futuras, se difundiu a percepção de que o petróleo era a causa de uma progressiva corrosão do tecido social da nação, sintetizada no título do livro lançado em 1975 por um expoente da luta pela nacionalização do petróleo e um dos protagonistas da fundação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), Juan Pablo Pérez Alfonzo:

Humberto. *Renta petroleira y Revolución Bolivariana.* Caracas: El perro y la rana, 2013, p. 23.
[11] Idem.
[12] PARRA LUZARDO, Gastón. *De la nacionalización a la apertura petrolera. Derrumbe de una esperanza.* Caracas: Banco Central de Venezuela, 2012.

“Hundiendonos em el excremento del diablo”[13].

As raízes estruturais deste mal-estar estão vinculadas às peculiaridades do padrão de luta de classes nos marcos do rentismo petroleiro. Segundo Coronil, em uma sociedade em que a fonte precípua de riqueza está associada à distribuição, a disputa pelo excedente econômico não se realiza no terreno da produção, mas se expressa como uma disputa pelo Estado, ou mais especificamente, pela maneira como o Estado distribui a receita petroleira. Nesta perspectiva, o lastro socioeconômico do *Pacto de Punto Fijo* reside em uma divisão desigual mas socialmente abrangente da receita estatal, contemplando desde os beneficiários diretos do negócio petroleiro e os setores de serviços a ele associados, a burocracia estatal, que pode incluir o exército, os negócios vinculados às obras públicas, além de extratos de trabalhadores que conformam burocracias sindicais cujas lutas frequentemente pressionam por uma maior distribuição da renda petroleira em lugar de aumentos salariais. Em suma, o negócio petroleiro, o funcionalismo público, as obras de infraestrutura, os programas sociais e os subsídios econômicos diretos e indiretos ao consumo constituem uma rede que estende os benefícios da renda petroleira aos diferentes estratos da população, embora em proporção desigual. Segundo Coronil, a natureza desta relação social resulta em uma percepção fetichista do Estado, como “(...) um lugar dotado com o poder alquímico de transmutar a riqueza líquida em vida civilizada”[14].

Em função das distorções socioeconômicas associadas à “doença holandesa” e seu impacto sobre a produtividade dos setores não petroleiros, a generalização dos subsídios ao consumo se traduz em estímulos a importação, difundindo um padrão de vida descolado da estrutura produtiva do país. Uma vez que a seiva vital da economia nacional está associada à circulação da renda petroleira, que impulsiona a importação, florescem no país estratos burgueses vinculados ao comércio e não à produção. Assim, mais além dos óbices de natureza econômica à proposição de “semear o petróleo” (mercado interno, dependência tecnológica, investimento de capital etc.), a prática revelou múltiplos entraves à constituição de uma burguesia nacional umbilicalmente vinculada a produção, em uma realidade na qual a iniciativa industrial era percebida como mera extensão da atividade comercial. Isto significa que o investimento industrial foi frequentemente motivado pelo afã de preservar uma situação

[13] PÉREZ ALFONSO, Juan Pablo. *Hundiéndonos en el excremento del diablo.* Caracas: Banco Central de Venezuela, 2011.
[14] CORONÍL, Op. cit, p.294.

comercial vantajosa, quando por exemplo, o governo acenava com tarifas protecionistas à fabricação de determinados produtos. Assim, o estudo de caso da fábrica de tratores FANATRACTO nos anos 1970 aponta que os acionistas desta empresa eram vinculados ao comércio de tratores importados, de modo que quando o governo retirou paulatinamente seu apoio à iniciativa nos marcos de uma inflexão política de sentido liberalizante, a fábrica foi sepultada sem protestos. A generalização deste padrão leva o autor a sugerir, invertendo a asserção de Marx, que na Venezuela a circulação subsumiu a produção como uma fase da circulação[15].

O mal-estar associado à percepção de que a renda petroleira disseminava a corrupção e o 'parasitismo' em lugar de semear a industrialização e a soberania, converteu-se em indignação social nos anos 1980, quando a combinação da crise da dívida com a queda nos preços internacionais do petróleo gerou uma situação de falta de divisas, que dissolveu o poder associado ao "estado mágico", colocando a Venezuela nos trilhos neoliberais. O primeiro sintoma inequívoco da crise foi a desvalorização do bolívar em 1983, ao mesmo tempo em que se alterou o sistema de câmbio, em um dia que ficou conhecido no país como "Sexta-Feira Negra". A manchete de um diário nacional sintetizou o estado de espírito do momento: "A festa se acabou"[16].

No ano seguinte implementou-se o primeiro pacote de medidas de cunho neoliberal, mas o estopim da crise foi a rebelião popular desencadeada pelo aumento no preço da gasolina em 1989, que afetou o preço dos transportes públicos, no contexto dos ajustes fiscais implementados pelo governo de Carlos Andrés Perez (1989-1993). O presidente, que ironicamente comandara o país entre 1975 e 1979 em plena euforia petroleira, administrava um Estado que direcionava mais da metade da sua receita ao pagamento de credores. O *Caracazo* foi provavelmente a mais violenta rebelião contra a agenda neoliberal na América Latina, deixando um legado impreciso de mortos após cinco dias de enfrentamentos, mas que se contam às centenas.

Ao evidenciar o caráter autocrático do Estado venezuelano, o episódio é considerado um marco no processo de corrosão dos fundamentos políticos do *Pacto de Punto Fijo*, que tem como substrato uma degradação econômica. Segundo Mommer, durante o período que corresponde à política petroleira anti-nacional (entre 1975 e 2003), houve uma involução da

[15] CORONÍL, op. Cit, p. 470.
[16] LOPEZ MAYA: 2006, 23.

ordem de 1,5% do PIB per capita, em contraste com um crescimento em torno de 4% no período anterior[17]. As taxas negativas entre 1980 e 1984 foram seguidas de bruscas alternâncias, que refletiam a dependência do país em relação às exportações de petróleo.

No entanto, o programa neoliberal teve efeitos corrosivos no mundo do trabalho, que se expressaram em um incremento substantivo da delinquência. Entre 1983 e 1998 registrou-se uma diminuição no emprego formal nos setores público (22,67% a 16,33%) e privado (36,03% a 35,47%), que correspondeu a um crescimento do trabalho informal (41,30% a 48,20%). Esta redução do emprego formal foi acompanhada de ofensivas direcionadas a precarizar os direitos dos trabalhadores, resultando em uma piora no poder de compra do conjunto da população, agravada pela inflação. Assim, entre 1980 e 1997 o percentual de lares em situação de pobreza saltou de 17,65% para 48,33%, e em extrema pobreza, de 9,06% a 27,66%. O aumento da delinquência no período se evidencia na taxa de homicídios, multiplicada por 4 na Venezuela como um todo, e por 6 em Caracas entre 1986 e 1999, enquanto triplicaram os roubos de veículos entre 1990 e 1996[18].

É este o pano de fundo em que se projeta a liderança política de Hugo Chavez. Comandante de um golpe militar frustrado em 1992, o desprestígio do governo de Andréz Pérez permitiu uma identificação popular com o líder do levante, que assumiu responsabilidade pela derrota em rede nacional de televisão, sublinhando que se rendia "por ahora". Filiado à AD, Andréz Pérez prevaleceu naquele momento, mas foi destituído no ano seguinte em meio a um processo de corrupção, e colocado em prisão domiciliar. Seu sucessor foi outra figura emblemática do Pacto de *Punto Fijo*, o ex-presidente e líder da Copei Rafael Caldera, que elegeu-se com um discurso que procurava desvincular-se do arranjo político que ajudou a construir, anunciando uma ruptura com as políticas de seu antecessor. A despeito de suas intenções originais, em pouco tempo este governo capitulou diante dos constrangimentos neoliberais, selando diante da população a falência das alternativas políticas convencionais. Foi neste contexto que Hugo Chávez, indultado no início do governo de Caldera, elegeu-se presidente em 1998, enfrentando uma inédita coligação entre as agremiações que se alternaram como os dois braços do partido da ordem durante quarenta anos.

---

[17] MOMMER, Bernard. 'Venezuela, país petrolero: hacia el primer centenário'. Em: CORENA PARRA, Jaime; MOMMER, Bernard; TRÓMPIZ VALLES, Humberto. *Renta petroleira y Revolución Bolivariana.* Caracas: El perro y la rana, 2013.

[18] LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. 2ª ed. Caracas: Aldafil, 2006.

II. Revolução Bolivariana

Vista em perspectiva continental a eleição de Chávez remete a um padrão, em que a implementação da agenda neoliberal provocou um agudo desgaste dos partidos convencionais, abrindo espaço para a eleição de candidatos alternativos, identificados historicamente com a esquerda em algumas situações, como Tabaré Vazquez no Uruguai e Lula no Brasil, ou simplesmente com uma alternativa à política prevalente, como Morales na Bolívia e Correa no Equador, quem inclusive, se elegeu com um marcado discurso antipartidista. Neste contexto, a singularidade do processo venezuelano foi a determinação com que seu presidente enfrentou os constrangimentos à mudança social, respondendo com uma radicalização progressiva da autodenominada "Revolução Bolivariana" quando seus congêneres frequentemente legitimaram o neoliberalismo[19]. O próprio Chávez mostrou-se consciente desta dinâmica, que descreveu como uma "questão de maturação teórica e prática eminentemente dialética":

> Você se recorda, e o país se recorda, em alguma ocasião ingenuamente (eu) esboçava aquela tese de uma terceira via, em alguma ocasião inclusive cheguei a ler a tese do chamado capitalismo renano com rosto humano, mas cheguei aqui e começou a dinâmica aquela em torno da minha pessoa, em torno da minha gestão, fui aprendendo na realidade, fui estudando, fui percorrendo o mundo e em poucos anos, e sobretudo depois do golpe de abril de 2002, depois da investida imperialista com aquela selvagem ação de sabotagem econômica, de terrorismo, me dei conta de que o único caminho para nós sermos livres, para que Venezuela seja livre, independente, é o caminho do socialismo[20].

Embora para muitos venezuelanos a figura de Chávez surgisse subitamente para a política nacional com o levante frustrado de 1992, o próprio comandante localiza seu compromisso revolucionário original no final dos anos 1970, e o início da preparação de um movimento militar reivindicando o direito constitucional à rebelião em 1982, com a fundação do Movimento Bolivariano Revolucionário – 200 (MRB-200) no ano que precedeu o bicentenário do nascimento de Simón Bolívar.

Tenente-coronel influenciado por militares de orientação progressista no continente, como o governo de Velasco Alvarado no Peru e Omar Torrijos no Panamá, a formação política do tenente coronel Hugo Chávez Frías é também tributária de tradições da esquerda venezuelana vinculadas à luta armada nos anos 1960, conjugada a um nacionalismo que

---

[19] WEBBER, Jeffery; CARR, Barry. *The new Latin American left. Cracks in the Empire*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2013.

[20] RANGEL, Jose Vicente. *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo. Entrevistas de José Vicente Rangel al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012).* 3ª ed. Caracas: Correo del Orinoco, 2014, p. 274.

reivindica o legado de próceres da pátria, mas também da unidade-latinoamericana[21]. Esta conjunção se evidencia no programa político que guiou o levante de 1992, conhecido como "Livro Azul", em provável alusão ao "Livro Verde" elaborado por outro militar nacionalista em um país petroleiro, Muammar Khadhafi. Neste livreto se descreve uma árvore de três raízes (como as três fontes do marxismo popularizadas por Lênin?): "é o projeto de Simón Rodríguez, o Professor; Simón Bolívar, o Líder, e Ezequiel Zamora, o General do Povo Soberano"[22]. Em termos concretos, o eixo da proposta é uma reforma política que tem como ponto de partida a convocação de uma assembleia constituinte, premissa para a refundação da pátria e a construção de uma "democracia participativa e protagônica", em uma crítica velada à institucionalidade consagrada por *Punto Fijo*.

De fato, este foi o roteiro seguido por Chávez quando eleito em 1998. Uma vez empossado convocou uma assembleia constituinte, mas manteve a ministra da economia do governo anterior, sinalizando uma orientação moderada neste campo, ainda que em anos anteriores sugerisse a moratória da dívida e o estabelecimento de um "modelo de economia de pos-guerra"[23]. Em uma entrevista concedida meses antes do pleito, descreveu sua proposta econômica nestas palavras:

> É um pouco o que dizia a terceira via que propõe Tony Blair, o primeiro ministro britânico. Um modelo que não seja socialista, nem comunista, mas tampouco o neoliberalismo selvagem que gera desemprego e instabilidade. Que haja emprego, trabalho, salário justo, seguridade social. Um modelo econômico humanista, essa é a solução[24].

Resultado de uma intensa atividade constitucional em seu primeiro ano de governo, a nova carta-magna referendada em plebiscito alterou o nome do país para "República Bolivariana da Venezuela"; criou os poderes "cidadão" e "eleitoral", conforme assinalado no "Livro Azul"; ampliou e atualizou os direitos humanos, incorporando direitos indígenas e ambientais; assinalou diversas formas de participação política direta, além da possibilidade de revogar mandatos, entre outras mudanças no terreno político. A mobilização constitucional que ocupou o início do mandato foi acompanhada de um fortalecimento da base parlamentar vinculada ao processo, que então se denominou como "Revolução Bolivariana".

---

[21] GOTT, Richard. *À sombra do libertador*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
[22] CHÁVEZ, Hugo. *El libro azul*. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.
[23] RANGEL, Jose Vicente. *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo. Entrevistas de José Vicente Rangel al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012).* 3ª ed. Caracas: Correo del Orinoco, 2014, p. 107.
[24] Idem, p. 217.

No entanto, o que insurgiu a oposição não foi o processo constituinte, mas o conjunto de leis habilitantes anunciados no final de 2001 - modalidade venezuelana de "medida provisória"[25]. Dentre as leis promulgadas se destacam a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, facultando a desapropriação de áreas acima de 10 mil hectares que não apresentem documentação regular; a Lei de Pesca e Aquicultura, defendendo a pesca artesanal em relação à pesca industrial; e principalmente, a Lei de Hidrocarbonetos que sinalizava para uma reapropriação das receitas petroleiras por parte do Estado, para fins de política pública.

Este conjunto de medidas desencadeou uma articulação conspirativa que culminou com o golpe de estado de 11 de abril de 2002, orquestrado com decisivo apoio midiático, como revela o documentário "A revolução não será televisionada". Revertido pela confluência entre o protesto popular de massas e a intervenção de militares fiéis ao governo, a ofensiva oposicionista tomou, poucos meses depois, a forma de um "paro cívico nacional" – ou seja, um locaute, que teve como eixo a interrupção das exportações de petróleo com a paralisação da PDVSA. Apesar do êxito em desestabilizar a economia, provocando uma queda de 27% no PIB do primeiro semestre de 2003, o saldo político do embate inclinou a correlação de forças políticas decisivamente a favor do governo. Determinado a consolidar uma reversão no sentido antinacional da política petroleira praticada desde 1975, segundo a análise de Mommer, o governo realizou um expurgo na PDVSA, demitindo cerca de 18 mil funcionários de um total de 42 mil. Ao mesmo tempo intensificaram-se as políticas sociais, principalmente por meio das chamadas *misiones*, que respondiam ao duplo ensejo de atender a demandas populares represadas e estimular bases orgânicas de apoio ao regime, em um processo que contou com participação decisiva do exército, face aos entraves que a burocracia estatal colocou na relação com o chavismo[26]. Segundo López Maya:

> Foi depois desta vitória política que o governo pareceu adquirir consciência clara de que a sua sobrevivência, não só no médio e no longo prazo mas nos meses imediatamente seguintes, estava intrinsecamente vinculada à possibilidade de que se comprometesse o antes possível de maneira tangível com a democracia participativa e protagônica que enunciava desde o início da sua gestão e a qual até então só havia avançado timidamente [27].

---

[25] MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 57.

[26] "Era viable desde el punto de vista político iniciar el Gobierno ya com um proyecto profundamente revolucionário? Había viabilidad política? Como!? Com casi todo el Estado em contra." (RANGEL: 2014,408). Monedero registra uma pichação difundida em Caracas nestes dias: "Chávez es nuestro infiltrado en este gobierno de mierda" (MONEDERO: 2013, 18).

[27] LÓPEZ MAYA, op. Cit., p. 170.

Chávez sintetizou o dilema destes primeiros anos na seguinte disjuntiva: "me deixo arrastar ou me mantenho firme"[28]. Decidido a se manter firme, a evolução posterior articulou iniciativas em diversas dimensões, visando consolidar as bases econômicas, ideológicas, sociais e políticas do processo.

No campo econômico pretendeu-se estimular atividades produtivas em diferentes frentes e estratégias, envolvendo desde a estatização de empresas, incentivos a empreendedores nacionais (a chamada "boliburguesía"), estímulos para formas cooperativas de produção no campo e na cidade, como as Empresas de Produção Social (EPS) e mais recentemente, a proposta de Zonas Especiais de Industrialização (ZEIs), entre outras. Em termos ideológicos houve uma radicalização, que se revela na incorporação de uma retórica anti-imperialista em 2003, conducente à proposição de um socialismo bolivariano ventilado a partir de 2005, que alguns descreverão como "socialismo do século XXI"[29], e que se adensará com a proposição do Estado Comunal de 2006 em diante. No plano internacional floresceu uma política alternativa, enfatizando a integração regional como parte de uma estratégia orientada à multipolaridade, sinalizada com o lançamento da ALBA em 2004 (originalmente "Alternativa Bolivariana para as Américas") em contraposição à ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas), a constituição da Petrocaribe em 2005, o ingresso no Mercosul em 2006, consumado em 2012, além de relações aprofundadas com países como China, Irã, Rússia e Bielo-Rússia. No campo social investiu-se em uma multiplicidade de programas sociais, envolvendo desde uma política de segurança alimentar abrangente, entre a produção de alimentos (*Gran Mision AgroVenezuela*) e sua distribuição em mercados estatais (Mercal), até massivos programas de educação popular em diferentes níveis (Escolas bolivarianas, *Misiones* Ribas e Sucre, Universidade Bolivariana), passando por planos de assistência médica (*Misión Barrio Adentro*, com destacada participação de médicos cubanos), e um impressionante programa de construção de habitações populares (*Gran Misión Vivienda*), entre outros.

Referendado por dezessete pleitos ao longo de catorze anos, nos quais sofreu uma única derrota em uma consulta popular em 2006, a qual voltaremos adiante, o governo teve aguda consciência de que a "tangibilidade da democracia participativa e protagônica" a qual se refere López Maya, implicava em consolidar bases sociais de apoio ao processo, superando a inorganicidade prevalente quando Chávez se elegeu pela primeira vez. Em uma palavra, a

[28] RANGEL, op. Cit, p. 313.
[29] DIETRICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI.* Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

Revolução Bolivariana precisaria superar o chavismo para avançar. Daí as múltiplas iniciativas organizativas em diversos terrenos, desde os círculos bolivarianos e as *misiones*, no contexto polarizado dos primeiros anos; o surgimento da *Fuerza Bolivariana de Trabajadores* no seio da CTV, que apoiara o locaute patronal em 2002/3, e a criação, em 2003 da *Unión Nacional de Trabajadores*; a constituição dos CTUs (Comitês de Terra Urbana) em locais onde há necessidade de regularização fundiária urbana, assim como as OCAs (Organizaciones Comunitarias Autogestionarias) no primeiro governo Chávez; a formação do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) em 2007; o empenho na afirmação dos Conselhos Comunais e Comunas, sobretudo a partir da Lei de Conselhos Comunais de 2006, e com maior vigor a partir da Lei Orgânica de Conselhos Comunais de 2009[30].

As proposições no campo político foram acompanhadas de iniciativas no campo da imprensa e propaganda, objetivando contrabalancear a hostilidade da maioria absoluta da mídia. A despeito de uma retórica histriônica de ressonância internacional, denunciando supostos limites à liberdade de expressão, pesquisas indicam que, dos noventa diários nacionais e regionais, cerca de oitenta perseguem linhas opositoras, cuja capacidade de influenciar a opinião pública se multiplica, uma vez que muitas emissoras de rádio os utilizam como fonte para seus programas de notícias. Além disso, a maioria dos veículos de imprensa em todos os meios pertence ao capital privado: dentre os canais televisivos por exemplo, há sessenta e cinco comerciais e seis estatais[31]. Frente a este impressionante poder, escorado na cumplicidade da grande imprensa mundial, o governo investiu em uma imprensa simpática à sua política, que tem na Telesur seu fruto mais admirável. Mas talvez o principal canal de comunicação com a população fosse obra do próprio Chávez, que se revelou um talentoso comunicador de massas, ao vivo ou na televisão, como no programa dominical "Alô Presidente" que protagonizou.

Mas o carisma dificilmente sustentaria um processo que já se estende por mais de catorze anos. A política de investimento social a partir da renda petroleira, que se beneficiou de altos preços do produto ao longo do último decênio, registrou inegáveis avanços sociais, atestados por diversos dados. Entre 2002 e 2010 houve uma redução de 48,6% para 27,8% da população em estado de pobreza na Venezuela, cifra que baixaria a 21,2% em 2012. Similarmente, observa-se uma redução de 22,2% a 10,7% da extrema pobreza, atingindo 6,5%

[30] LÓPEZ MAYA, Margarita. *Democracia participativa en Venezuela (1999-2010). Orígenes, leyes, percepciones y desafíos*. Caracas: Fundación Centro Gumilla/ Universidad Católica Andrés Bello, 2011.
[31] DÍAZ RANGEL, Eleazar. 'El proceso venezolano: obstáculos para su desarrollo.' Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, p. 40.

em 2012. Estes números colocam o país no terceiro lugar da América Latina continental, depois de Argentina e Uruguai. Além disso, a Venezuela registra o coeficiente Gini mais baixo da América Latina (0,394), um índice que aufere o grau de concentração de renda. No campo do trabalho o desemprego caiu de 14,6% em 1999 para 6,4% em 2012, enquanto o emprego formal ascendeu de 53% para 57,5% no período. O número de matrículas em todos os níveis de educação subiu acentuadamente, assim como a extensão do sistema de aposentadoria (de 387.000 beneficiados em 1998 para quase 2,5 milhões em 2012), enquanto a mortalidade e a desnutrição infantil, decresceram. Como decorrência, o país registrou um avanço consistente de posições no índice IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) alcançando a posição 63 entre 187 países, situando-se no trecho considerado como "alto" da escala[32].

Estes números, assentados em uma reapropriação da renda petroleira em prol do interesse público, sugerem que o processo bolivariano superou o nefasto legado social e econômico do neoliberalismo, recolocando o país na rota da nação. No entanto, a permanência de altos índices de criminalidade; a corrupção e a ineficiência estatal; o clientelismo; a cultura rentista; a dependência petroleira; a falta de soberania alimentar; um padrão de consumo assentado em importações, indicam os limites entre o que foi realizado e a revolução projetada.

III. Dilemas da Revolução Venezuelana

Mais além da estreita margem de votos com que se elegeu Nicolás Maduro em março de 2013, a raiz dos problemas políticos que este governo enfrenta se localizam no terreno econômico, expressa principalmente em problemas de abastecimento, alta inflação e desajuste cambial, em que se observa uma notável disparidade entre as diferentes bandas cambiais praticadas e o preço do dólar no mercado paralelo.

Os contornos gerais do processo que configurou esta situação são conhecidos. Em um contexto em que prevalece um câmbio fixo sobrevalorizado, o preço do dólar no câmbio paralelo arrancou de 12 bolívares em outubro de 2012, para atingir o pico de 88 bolívares no final de fevereiro de 2014. Este salto esteve vinculado à uma escassez de divisas em dólar oficial em meados de 2013, provavelmente associada ao substantivo incremento nos gastos públicos a partir de 2010, após cinco trimestres de recessão na sequência da queda no preço do barril de petróleo de U$118 para U$58 no final de 2008. O principal investimento canalizou-se à

[32] PLAN DE LA PATRIA. Segundo Plan de Desarrollo Económico y social de la Nación (2013-2019). Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.

construção de casas do programa *Gran Misión Vivienda*, lançado em resposta a uma catástrofe natural que deixou milhares de desabrigados no Estado de Vargas. Mais além da motivação imediata, o programa sinalizou uma nova rodada de ações populares nos marcos de uma sequência de disputas eleitorais que se anunciava, e que acabou por consumir as finanças públicas e a saúde de seu líder máximo.

A escassez de divisas provocou uma disparada no preço do dólar paralelo onerando as importações, o que teve repercussões inflacionárias, afetando o poder de compra dos salários. A escassez de alguns produtos que se seguiu gerou compras nervosas com a intenção de estocar, o que por sua vez, agravou a escassez. O descolamento na relação entre o dólar o paralelo e o oficial, que saltou de uma relação de duas vezes acima do oficial para mais de dez vezes difundiu atitudes oportunistas, em que comerciantes importando ao câmbio oficial reajustavam seus preços segundo a variação do paralelo, agravando a pressão inflacionária. Neste contexto, o governo lançou uma banda cambial intermediária conhecida como SICAD 2, com o objetivo de esvaziar a demanda pelo dólar no paralelo e romper o ciclo de depreciação e inflação que se instalara. Assim, a partir de fevereiro de 2014 vigoravam diferentes faixas cambiais: o dólar a 6,3 bolívares para a importação de bens essenciais; o Sicad 1, que neste momento estava na faixa de 10 bolívares, para itens secundários e viagens internacionais de venezuelanos; o Sicad 2, que segue o sistema de oferta e demanda com intermediação do Banco Central, que estava em torno de 50 bolívares; e por fim, o dólar paralelo, que naquele momento baixou para menos de 70 bolívares[33].

Não é meu propósito detalhar os mecanismos da crise presente e possíveis soluções, problema complexo e a respeito do qual há diferentes leituras. Pretendo somente chamar a atenção para aspectos da crise atual que remetem à sua dimensão estrutural [34], e como

[33] RAMOS, Felippe. Entrevista a América Economia Brasil, 16/04/2014. Disponível em: http://americaeconomiabrasil.com.br/content/oposicao-radicalizada-na-venezuela-perde-forca-porque-protestos-mais-violentos-pioram-econom. Acesso em 9/9/2014.

[34] Cano sugere uma explicação sintética dos mecanismos estruturais nestas linhas: “O auge exportador, ao trazer excesso de divisas ao país, gera um acréscimo correspondente na receita fiscal que vai induzir um proporcional aumento do gasto público, expandindo a demanda efetiva, com acréscimo de importações. Contudo, se o excesso de divisas não puder ser utilizado (ou “esterilizado”), isso poderá desencadear uma valorização cambial que comprimirá a receita fiscal num momento seguinte. Porém, como o gasto fiscal cresceu de patamar, e parte dele é incomprimível, o desequilíbrio fiscal poderá gerar pressões inflacionárias, deteriorando também a taxa cambial, reclamando novas desvalorizações e novas pressões inflacionárias. (...) Assim, para tentar atenuar os extremos cambiais (valorização e desvalorização acentuadas), a inflação, a política de investimentos privados, e, notadamente, para evitar aquele paradoxo fiscal a coordenação macroeconômica de uma economia desse tipo é das mais problemáticas”. CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina.* São Paulo: UNESP, 2000., p. 510.

decorrência, alguns elementos relacionados ao padrão de luta de classes venezuelano que contribuem para aguçá-la.

A raiz estrutural da inflação na Venezuela remete ao descolamento entre o padrão de consumo, mediado por importações que em muitos casos, são subsidiadas pelo Estado, e a base produtiva do país, situação característica do subdesenvolvimento. A peculiaridade venezuelana é contar com o que Furtado descreveu como um "fluxo líquido estável de capital estrangeiro" proveniente das receitas petroleiras[35], sinalizando para a possibilidade de driblar um dos entraves característicos da industrialização periférica, dado pela escassez de capitais. No entanto esta "abundância de divisas", ao engrenar nas estruturas do subdesenvolvimento, gera as distorções socioeconômicas associadas à "doença holandesa" – que segundo Coronil deveria chamar-se "doença do Terceiro Mundo", uma vez que só se manifesta nesta região – e que na Venezuela resultam em relações sociais subsumidas ao rentismo petroleiro, alicerçadas em um padrão de consumo baseado em importações e subsídios estatais. Longe de se restringir a uma questão econômica, a superação da dependência petroleira implica em modificar as relações sociais cristalizadas pelo subdesenvolvimento, cuja origem remete à colonização, como observa este autor:

> Paradoxalmente, o dinheiro proveniente do petróleo, que era resultado das atividades de algumas das mais dinâmicas empresas transnacionais, reforçou na Venezuela concepções e práticas surgidas a partir da descoberta e colonização das Américas, que consideravam a riqueza não tanto como resultado do trabalho produtivo, mas como a recompensa por atividades não diretamente vinculadas à produção, que incluíam a conquista, o saque ou a pura sorte[36].

Teoricamente semear o petróleo não é um fim em si, uma vez que uma hipotética distribuição equânime da receita petroleira sustentaria uma nação rentista, ou no limite, um socialismo rentista como provocativamente sugerem alguns[37]. No entanto, mais além da questão existencial sobre o sentido de uma sociedade que se reproduz como um "parasita da natureza", a superação da dependência petroleira é uma condição para assumir o controle sobre o próprio destino e neste sentido, uma premissa da revolução venezuelana. Em outras palavras, a renda petroleira é a expressão venezuelana do problema da dependência, que é

---

[35] FURTADO, op cit, p. 43.
[36] CORONÍL, op cit, p. 470.
[37] ÁLVAREZ R., Victor. 'La transición al socialismo de la Revólucion Bolivariana: gobierno socialista o revolución socialista? Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, os. 189-207.

indissociável do padrão de luta de classes que reproduz o subdesenvolvimento, como analisa Florestan Fernandes[38].

Nesta perspectiva, a consigna "semear o petróleo" enuncia o conteúdo econômico, mas elide a dimensão de classe da revolução venezuelana. Esta ambivalência se observa no processo bolivariano, em que a clareza de seu líder máximo em relação ao caráter da burguesia venezuelana, "imagine se eu tivesse terminado pactando com a direita venezuelana, com a burguesia capitalista, é mais, eu estaria liquidado politicamente"[39], a qual corresponde uma progressiva radicalização política e ideológica do processo, conviveu com um permanente chamado à colaboração de classes, "não há outro caminho que conseguir o maior consenso social possível"[40], e uma recorrente queixa à ausência de uma oposição leal, que pratique a política "com código ético". Esta ambivalência entre a consciência das implicações políticas da radicalização do processo, e a aspiração à conciliação de classes encontra expressão lapidar em entrevista concedida em setembro de 2012, durante sua última campanha presidencial:

> Nossa vitória convem aos donos de Televen, convem aos donos de Venevisión, convem aos donos das grandes empresas privadas, convem à grande burguesia do Lagunita Country Club. Por que? Porque con Chávez aqui, se garante a tranquilidade do país, a paz do país e o desenvolvimento do país. (...) Eu sou a garantia para vocês, um seguro de estabilidade: o que mais quer que te diga?[41].

E no entanto, sempre que emergiu uma situação crítica, os proprietários venezuelanos mostraram que não tem vínculos orgânicos com o espaço econômico nacional e como decorrência, com um projeto de nação. Além das contradições inerentes ao fomento de uma indústria nacional em uma realidade em que os interesses das classes dominantes estão vinculados às importações, a liberalização neoliberal potencializou a especulação financeira, aguçando a volatilidade do espaço econômico nacional. Assim, se estima que entre o auge petroleiro e a liberalização econômica dos anos 1990 houve uma fuga de capitais da ordem de 60 a 90 bilhões de dólares, ou seja, entre duas a três vezes a dívida externa do período. Já nos meses do "paro petrolero" em 2003, a fuga de capitais foi estimada em U$ 7 bilhões.

Na crise que assolou o governo Maduro, observa-se uma convergência entre a especulação financeira, que pressiona o preço do dólar apostando em uma desvalorização do

---

[38] FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
______. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
[39] RANGEL, op cit, p. 378.
[40] Idem, p. 361.
[41] Idem, p. 465.

bolívar, e a especulação comercial, que importa mercadorias ao dólar oficial para revendê-las à cotação paralela. No varejo, há múltiplas expressões da atividade especulativa, como o fenômeno dos "raspacupos", que compravam passagens em vôos internacionais para acessarem dólares à cotação oficial, posteriormente revendidos no paralelo, esgotando os assentos virtuais de aviões que, de fato, decolavam vazios[42]. Ou o contrabando, em pequena e grande escala, de tudo o que se possa imaginar – de gasolina a fraldas, passando por alimentos e remédios, principalmente para a Colômbia. O empenho do governo em preservar o subsídio aos itens de primeira necessidade impulsiona este comércio ilegal, do qual se beneficiam autoridades fronteiriças corruptas. Em suma, os proprietários maiores e menores manejam a crise como uma oportunidade mercantil.

Diante desta realidade, e assumindo como premissa que o processo bolivariano sob a liderança de Chávez envolveu um empenho genuíno em consumar a revolução venezuelana, como explicar a postura conciliatória do seu líder principal?

É possível interpretar suas declarações como uma tática orientada a minimizar as contradições sociais, em função de uma avaliação desfavorável da correlação de forças para um enfrentamento aberto. Uma racionalidade similar pode ser aventada no plano das relações internacionais, em que Chávez frequentemente criticou a orientação neoliberal do Mercosul, ao qual terminou por aderir, ao mesmo tempo em que defendeu a UNASUL como uma via de integração regional anti-neoliberal, embora o que se impôs foi a perspectiva brasileira de uma organização "guarda-chuva", de caráter eminentemente político[43]. Em ambos casos, a Venezuela aceitou os limitados benefícios que estas iniciativas lhe oferecem como contrapeso à virulência estadunidense, em um contexto mundial desfavorável a projetos alternativos ao neoliberalismo, quanto mais de inspiração socialista. No entanto, estas limitações permitem que setores críticos ao governo arquitetem estratégias de integração regional protagonizadas pelo Brasil orientadas a enfraquecer o chavismo, ainda que às custas do interesse nacional, envolvendo por exemplo, a criação de uma moeda única[44].

Em uma conjuntura internacional hostil à mudança, confrontado com uma burguesia

---

[42] RAMMOS, op cit.

[43] SANAHUJA, José Antonio. 'Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post–liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

[44] Segundo relato do meu colega Daniel Carvalho Campos, a partir de debate com integrantes da COVRI (Consejo Venezolano de Relaciones Internacionales) na Universidad Central de Venezuela em julho de 2014.

cujo horizonte mercantil não está vinculado ao espaço econômico nacional nem à produção de riqueza, herdando um Estado “ineficaz, corrupto, autoritário, indolente e desperdiçador”[45] nacional só poderiam ser depositadas no povo venezuelano, a quem Chávez deu testemunho de sincera fidelidade.

E no entanto, também neste campo o ponto de partida não era auspicioso. Conforme observado, Chávez foi eleito em um contexto de esgarçamento dos partidos políticos e debilidade das classes trabalhadoras, em um processo no qual um setor militar desempenhou o papel de partido contra a ordem e resultou eleito, mobilizando uma ampla mas difusa base de apoio popular. Face a um Estado corrupto, uma central sindical opositora e um movimento camponês incipiente, apoiou-se inicialmente no exército para deslanchar as *misiones*. No entanto, o ensejo de radicalizar a mudança ensejou uma estratégia de transição a uma outra Venezuela, que Chávez descreveu como “socialismo bolivariano”, assinalando deste modo que não tinha como horizonte o capitalismo nem o paradigma soviético (por isso a noção de “socialismo do século XXI”), mas a nação. A este respeito, gostava de citar Fidel Castro, dizendo que seu maior erro foi acreditar que havia quem soubesse o caminho ao socialismo. E por consequência, a centralidade do lema de Simón Rodríguez: “ou inventamos ou erramos”.

O terreno da invenção escolhido por Chávez foi a política, campo em que colheu seus maiores sucessos. E o método, o Estado Comunal.

Houve tentativas de fortalecer o poder dos trabalhadores por meio da produção social. No entanto, os entraves estruturais a uma mudança das relações de produção, somados à cultura rentista que permeia as relações sociais, revelou-se um óbice extraordinário. Assim, a nacionalização da maior siderúrgica do país em 2008, a SIDOR, no contexto de uma ampla greve reivindicando reajuste salarial, não alterou as relações de trabalho na empresa, nem preveniu conflitos com o Estado nos anos seguintes. De modo similar, observaram-se numerosos conflitos trabalhistas nas empresas vinculadas a CVG (Corporação Venezuelana da Guyana), conglomerado público que emprega mais de 20.000 trabalhadores na região[46]. Assim, a despeito da intenção do *Plan Guyana Socialista 2009-2019*, que pretendeu converter o polo da indústria pesada no país em um “laboratório do novo papel dos trabalhadores no controle e gestão da produção”, o presidente Maduro sugeria em discurso pouco depois de eleito, que o

[45] MONEDERO, Juan Carlos. ‘Venezuela y la reinvención de la política: el desafio del socialismo en nuevos escenarios’. Em: *Observatorio Social de América Latina*, N. 33. Buenos Aires: CLACSO, 2013, ps. 15-37.
[46] POSADO, Thomas. ‘L’État regional du Bolívar au Venezuela. Reflet du désalignement entre le gouvernement chaviste et le mouvement ouvrier’. Mouvements des idées et des luttes. N. 76. Paris, La Découverte, 2013.

suposto modelo de controle operário na Guyana não fracassou, porque na realidade nunca existiu[47]. Ao mesmo tempo, no campo, experimentados militantes do MST em missão de cooperação técnica no país testemunhavam uma realidade singular, em que há um governo que desapropria terras, mas não havia quem as trabalhasse. Por outro lado, a importação subsidiada de gêneros agrícolas dificultava a produção rentável, e o Estado terminou bancando muitas das Empresas de Produção Social constituídas para não devolver as terras aos latifundiários. Em suma, prevalecia a cultura de que "é mais fácil colher nos portos do que colher nos campos".

A constituição do Estado Comunal foi projetada a partir da consolidação e articulação de diversas instâncias de poder popular, entre os Conselhos Comunais, as Comunas, as Cidades Comunais e por fim, o Estado Comunal, culminando o ideário da "democracia participativa e protagônica". Recebendo inicialmente atribuições políticas, diversas comunas se articularam em torno a atividades produtivas, principalmente no campo, sinalizando uma germinal aproximação entre as dimensões produtiva e legislativa da vida social. Havendo projetos de orientação econômica similar, se constituiria um "distrito motor" vinculado às "Regiones Estratégicas de Defensa y Desarrollo Integral" (REDI) promulgadas no "Plan de la Patria (2013-2019), programa de governo legado por Chávez e incorporado por Maduro (PLAN DE LA PATRIA). Em meados de 2014 contabilizavam-se mais de 48 mil Conselhos Comunais e mais de 2 mil Comunas, das quais 754 registradas como tal, e estava em curso um processo de transferência de competências e recursos a estas instâncias comunais mediado pelo Ministerio do Poder Comunal, órgão que, segundo afirmou seu vice-ministro, "tem que ter uma existência finita"[48].

A proposta do Estado Comunal como um instrumento de construção do socialismo floresceu em uma realidade em que, mesmo opositores ao regime, reconheceram que "as inovações participativas impulsionadas pelo governo ao largo de doze anos enraizaram a convicção de que os problemas da democracia venezuelana se podem resolver com a

[47] MADURO, Nicolás. 'Encuentro del presidente Nicolás Maduro con el Consejo de Movimientos Sociales del Gran Polo Patriótico'. Caracas, 22/5/2013. Disponível em: http://www.revolucionomuerte.org/index.php/discursos/discursos-de-nicolas-maduro/891-lea-la-intervencion-integra-del-presidente-nicolas-maduro-en-el-encuentro-con-el-consejo-de-movimientos-sociales-del-gran-polo-patriotico. Acesso em 10/9/2014.

[48] Alexis Toledo. Entrevista em agosto de 2015. Sobre este ponto: "El reto de la transformación en Venezuela significa que muchas de las instituciones tienen que trabajar para tendencialmente superar la propia existência (p. e., el Ministerio de las Comunas), o por lo menos cambiar completamente sus funciones y reducirlas a favor de la participación protagónica del pueblo organizado. Eso, por lógica inherente, no lo hace ninguna institución por sí misma". AZELLINI, Darío. 'Participación y poder popular – Consejos Comunales y Comunas'. Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, p. 119.

participação e os esforços de todos”[49]. No entanto, este caminho que enfatiza a via política não esteve infenso a contradições. Como aponta Victor Álvarez, ao longo do processo bolivariano a economia se tornou “más capitalista”, no sentido de que aumentou a participação do setor privado, passando de 64,8% a 70% entre 1999 e 2008-9, fenômeno que explica nas seguintes palavras:

> A poítica econômica bolivariana, ao concentrar-se na retivação e não na transformação do aparato produtivo existente, contribuiu para que o setor capitalista da economia crescesse a uma velocidade maior que la economia pública e a economia social[50].

Nesta mesma perspectiva, o político e pesquisador venezuelano constata um recrudescimento da exploração dos trabalhadores. Observa que em 1998 o “fator trabalho” absorvia 39,7% do valor criado, superando os 36,2% que cabiam ao capital. Dez anos depois a participação do trabalho caiu a 31,69%, enquanto a dos capitalistas subiu para 49,18%, segundo dados do Banco Central de Venezuela. A estes dados soma-se o aumento da dependência em relação ao petróleo, cujas receitas ainda respondem sob Maduro por quase 95% das exportações, e tem como principal comprador os Estados Unidos, apesar da crescente participação chinesa.

Além destes dilemas que remetem às relações de produção e à dependência econômica, houve modestas reformas nos marcos do capitalismo que sinalizariam para um disciplinamento da riqueza e do consumo que o governo Chávez não implementou. Por exemplo, na Venezuela não há imposto sobre ganhos financeiros, enquanto a vizinha Colômbia tem uma alíquota de 25%, e a carga tributária no país está entre 9% e 12% do PIB, enquanto no Brasil alcança 35%. Por fim, o governo não alterou o preço da gasolina, a mais barata do mundo, mas cujo subsídio sangrava os cofres públicos a cada ano. Este subsídio condensa as contradições inerentes ao padrão de distribuição da renda petroleira que caracterizam o “Estado Mágico”. Em primeiro lugar reproduz a desigualdade, uma vez a subvenção àqueles que usufruem de um barateamento do transporte público é ínfima em relação aos proprietários de carros, peruas e jipes, cujo consumo é ainda maior segundo o tamanho e sofisticação do modelo. Por consequência, esta questão remete a outro dilema da revolução venezuelana, envolvendo a necessidade de modificar um padrão de consumo espelhado nas sociedades do capitalismo

[49] LÓPEZ MAYA, op cit, 2011, p.113.
[50] ÁLVAREZ, op cit, p. 201

central. Pois como indicou Furtado, no caso venezuelano "Disciplinar o consumo é pelo menos tão importante quanto orientar a produção"[51].

As imensas dificuldades para concretizar o horizonte civilizatório apontado pela via comunal não devem se traduzir em uma subestimação de sua orientação, nem do seu potencial. Discorrendo sobre as tarefas que o movimento revolucionário dos trabalhadores tem diante de si, Meszáros sublinha a inocuidade de uma política restrita ao âmbito parlamentar, uma vez que esta instituição é dominada pelo poder extraparlamentar do capital. Em sua análise, destaca dois princípios orientadores fundamentais:

> O primeiro é a elaboração do seu próprio programa extraparlamentar orientado aos objetivos integrais de uma alternativa hegemônica que garanta uma transformação sistêmica fundamental. E o segundo, igualmente importante em termos estratégicos organizativos, é sua ativa participação na constituição do necessário movimento de massas extraparlamentar, portador da alternativa revolucionária capaz de modificar também o processo legislativo de modo qualitativo. Isso representaria un passo importante na direção da extinção do estado[52].

Chávez foi um leitor atento e um intelectual voraz, que teve a humildade de aprender com os livros e com a vida. A centralidade adquirida pelo lema "ou inventamos ou erramos", traduz sua consciência de que "a revolução é um eterno revisar". O líder venezuelano também foi um dedicado estrategista e Ramonet chama a atenção para a sua habilidade em ser subestimado, que estaria relacionada à origem pobre[53]. Assim, é plausível que o Estado Comunal emerja inspirado nos Comitês de Defesa da Revolução cubanos (CDRs), em uma estratégia que associa democracia direta e territorialização do poder[54], com a intenção de superar entraves à radicalização do processo venezuelano:

> Creio que esse é o melhor combate contra o burocratismo, contra a ineficiência do Estado, contra a corrupção. Dar poder ao povo; eis os conselhos comunais e suas leis, são umas instituições já; eis as comunas que se estão formando; eis a contraloria social e a lei que se acaba de aprovar, são exemplos... São uma configuração estratégica geral, muito mais complicada, muito mais trabalhosa[55].

---

[51] FURTADO, op cit, p. 126.

[52] MÉSZAROS, Istvan. *Actualidad histórica de la ofensiva socialista. Alternativa al parlamentarismo.* Espanha: El viejo topo, p.43.

[53] "En la Academia aprendí lo que Napoleón llama la "flecha del tempo". Cuando un estratega planifica una batalla debe pensar de antemano en el "momento histórico", luego en la "hora estratégica", después en el "minuto táctico" y por fin em el "segundo de la victoria". Nunca olvide ese esquema de pensamento" RAMONET, Ignacio. *Hugo Chávez. Mi primera vida. Conversaciones con Hugo Chávez*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2013, p. 20.

[54] BRICEÑO MENDEZ, Manuel. *Estado Comunal: la nueva geometría del poder*. Caracas: Fondo Editorial de la Asamblea Nacional Willian Lara, 2014.

[55] RANGEL, op cit, p. 333.

Entendo que a proposição do Estado Comunal fez parte de uma estratégia de consolidação da revolução venezuelana, concebida como um longo processo histórico cujo eixo não é a mudança das relações de produção, mas a construção do que Gramsci conceituou como "hegemonia". Se esta é uma estratégia eficaz para avançar na direção da nação diante dos constrangimentos históricos que se apresentam, é uma questão em aberto.

Visto por este ângulo, o problema levantado por López Maya que aponta para uma instrumentalização dos Conselhos Comunais pelo PSUV deve ser matizado, uma vez que expressa uma contradição mais profunda, inerente ao papel de um Estado que pretende dissolver o seu poder. Mais grave do ponto de vista do seu êxito é a resistência que este processo desperta no próprio campo bolivariano, pois conflita com interesses associados aos canais institucionais prevalentes. E o bolivarianismo, nos últimos anos, é poder. Assim, o poder comunal foi encarado como um rival por muitos quadros vinculados às diferentes instâncias do poder estatal, e que não se auto atribuíram uma "existência finita". Na avaliação de muitos, foi este o motivo subjacente à única derrota eleitoral do chavismo, em uma consulta que pretendia, entre outros, referendar o poder comunal e a orientação socialista do processo.

Conclusão

Confrontado com os constrangimentos impostos pelo padrão de luta de classes venezuelano para aprofundar a mudança dentro da ordem, Chávez liderou uma progressiva radicalização do processo bolivariano, balizado pelo desígnio de consumar a nação. O amplo apoio popular, afiançado pela fidelidade de um setor expressivo das forças armadas, garantiu a vitória do governo em embates decisivos em seus primeiros anos, que resultaram em uma desarticulação da oposição e no fortalecimento do chavismo, cujas realizações sociais subsequentes se assentaram no reestabelecimento do caráter público da PDVSA. Os avanços incontestáveis no campo social desde então, apoiados nesta reorientação de sentido nacional da renda petroleira lastrearam a legitimidade do processo, reafirmada em numerosas eleições e consultas populares que sepultaram os fundamentos políticos do *puntofijismo*.

No entanto, a pretensão de aprofundar as conquistas populares se deparou com óbices estruturais, cujas raízes antecedem ao próprio *Pacto de Punto Fijo* e remetem ao modo como a renda petroleira engrenou em uma sociedade forjada nos marcos da colonização do Novo Mundo, engendrando a peculiar situação de "subdesenvolvimento com abundância de divisas". Confrontado com uma correlação de forças nacional e internacional desfavorável a projetos de

sentido anticapitalista, a autodenominada “revolução bolivariana” elegeu o terreno da política, no qual obteve seus maiores êxitos, como via para uma projetada radicalização do processo. Orientada a superar a disjunção entre produção e legislação, bem como a alienação característica da democracia representativa, estabelecendo um poder popular de base territorial como alternativa ao parlamentarismo, a proposta do Estado Comunal encontrou múltiplos obstáculos para avançar, dentre os quais esteve a resistência de setores chavistas encrustados no Estado. Consciente de que se tratava de “uma configuração estratégica geral, muito mais complicada, muito mais trabalhosa”, a estratégia parece ter sido um alongamento do tempo revolucionário, com a intenção de solidificar as condições subjetivas para uma ulterior radicalização. No entanto, este empenho em difundir uma identificação positiva entre revolução nacional e socialismo contradiz os limites objetivos que a reprodução capitalista na Venezuela impõem, resultando em paradoxos como o aumento da fatia do capital na riqueza produzida, uma intensificação da exploração do trabalho, uma maior dependência em relação ao petróleo e a reprodução do mimetismo cultural.

Assim, em uma conjuntura em que afloram problemas econômicos característicos do capitalismo venezuelano, o apoio popular ao processo se corrói, em um momento em que seu líder máximo já não está. Embora a evolução da crise política no começo do governo Maduro evidenciasse a debilidade da oposição francamente golpista, reunida sob a consigna “la salida”, o setor que quase venceu Maduro nas urnas apostava em uma deterioração da situação para levar na próxima. Inicialmente, a derrota da oposição nos pleitos governamentais posteriores à eleição de Maduro esfriou a mobilização em torno ao referendo revogatório, que poderia abreviar o mandato presidencial. No entanto, o agravamento da crise econômica logo colocou em xeque o processo bolivariano. Durante anos, sua debilidade econômica e organizativa foi compensada pela recorrente legitimação nas urnas. Porém, sua maior força é também sua fraqueza, e o processo revela-se suscetível a uma reversão por esta mesma via[56]. A acachapante derrota sofrida pela situação nas eleições parlamentares em dezembro de 2015, evidenciou a fragilidade da posição governista, que tem reagido de maneira controversa às dificuldades que se assomam.

Sem a presença de seu líder indisputado, enfrentando problemas econômicos característicos do “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, em um contexto em que

[56] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. ‘Dilemas da Revolução Bolivariana’. Contra a Corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea, v. 4, p. 57-64, 2010.

as conquistas acumuladas em catorze anos se apequenaram face à expectativa de avanços ulteriores, afloram as vulnerabilidades de um processo corajoso e comprometido com a mudança social, mas que não teve condições de assentá-la em uma revolução das relações de produção. Os constrangimentos da estrutura assaltaram o tempo da conjuntura, confrontando o processo bolivariano com dilemas de difícil solução.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ R., Victor. 'La transición al socialismo de la Revólucion Bolivariana: gobierno socialista o revolución socialista? Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, os. 189-207.

AZELLINI, Darío. 'Participación y poder popular – Consejos Comunales y Comunas'. Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, ps. 117-132.

BRICEÑO MENDEZ, Manuel. *Estado Comunal: la nueva geometría del poder*. Caracas: Fondo Editorial de la Asamblea Nacional Willian Lara, 2014.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina.* São Paulo: UNESP, 2000.

CARRERA DAMAS, Germán. *Una nación llamada Venezuela*. 5ª ed. Caracas: Monte Avila, 1997.

______. *El culto a Bolívar*. 5ª ed. Caracas: Aldafil, 2003.

CHÁVEZ, Hugo. *El libro azul*. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.

CORONÍL, Fernando. *El Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela.* Caracas: Alfa, 2013.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. *Tortura, asesinato y desaparición forzada en el período 1958-1998.* Caracas: Defensoría del Pueblo, 2013.

DÍAZ RANGEL, Eleazar. 'El proceso venezolano: obstáculos para su desarrollo.' Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, os. 33-40.

DIETRICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI.* Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

______. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. *Ensaios sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas.* Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GOTT, Richard. *À sombra do libertador*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LaFEBER, Walter. *The new Empire: an interpretation of American expansion (1860-1898).* Cornell: Cornell University Press, 1963.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. 2ª ed. Caracas: Aldafil, 2006.

______. Democracia participativa en Venezuela (1999-2010). Orígenes, leyes, percepciones y desafios. Caracas: Fundación Centro Gumilla/ Universidad Católica Andrés Bello, 2011.

MADURO, Nicolás. 'Encuentro del presidente Nicolás Maduro con el Consejo de Movimientos Sociales del Gran Polo Patriótico'. Caracas, 22/5/2013. Disponível em: http://www.revolucionomuerte.org/index.php/discursos/discursos-de-nicolas-maduro/891-lea-la-intervencion-integra-del-presidente-nicolas-maduro-en-el-encuentro-con-el-consejo-de-movimientos-sociales-del-gran-polo-patriotico. Acesso em 10/9/2014.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

MAZA ZAVALA, D. F. 'Historia de medio siglo en Venezuela: 1926-1975'. Em: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: historia de medio siglo.* 4ª ed. México: Siglo XXI, 1984.

MÉSZAROS, Istvan. *Actualidad histórica de la ofensiva socialista. Alternativa al parlamentarismo.* Espanha: El viejo topo.

MOMMER, Bernard. 'Petroleo y socialismo'. Em: CORENA PARRA, Jaime; MOMMER, Bernard; TRÓMPIZ VALLES, Humberto. *Renta petroleira y Revolución Bolivariana.* Caracas: El perro y la rana, 2013a.

______. 'Venezuela, país petrolero: hacia el primer centenário'. Em: CORENA PARRA, Jaime; MOMMER, Bernard; TRÓMPIZ VALLES, Humberto. *Renta petroleira y Revolución Bolivariana.* Caracas: El perro y la rana, 2013b.

MONEDERO, Juan Carlos. 'Venezuela y la reinvención de la política: el desafio del socialismo en nuevos escenarios'. Em: *Observatorio Social de América Latina*, N. 33. Buenos Aires: CLACSO, 2013, ps. 15-37.

PARRA LUZARDO, Gastón. *De la nacionalización a la apertura petrolera. Derrumbe de una esperanza.* Caracas: Banco Central de Venezuela, 2012.

PÉREZ ALFONSO, Juan Pablo. *Hundiéndonos en el excremento del diablo.* Caracas: Banco Central de Venezuela, 2011.

PLAN DE LA PATRIA. Segundo Plan de Desarrollo Económico y social de la Nación (2013-2019). Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.

POSADO, Thomas. 'L'État regional du Bolívar au Venezuela. Reflet du désalignement entre le gouvernement chaviste et le mouvement ouvrier'. Mouvements des idées et des luttes. N. 76. Paris, La Découverte, 2013.

RAMONET, Ignacio. *Hugo Chávez. Mi primera vida. Conversaciones con Hugo Chávez*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2013.

RAMOS, Felippe. Entrevista a América Economia Brasil, 16/04/2014. Disponível em: http://americaeconomiabrasil.com.br/content/oposicao-radicalizada-na-venezuela-perde-forca-porque-protestos-mais-violentos-pioram-econom. Acesso em 9/9/2014.

RANGEL, Jose Vicente. *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo. Entrevistas de José Vicente Rangel al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012).* 3ª ed. Caracas: Correo del Orinoco, 2014.

SANAHUJA, José Antonio. 'Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post–liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. 'Dilemas da Revolução Bolivariana'. Contra a Corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea, v. 4, p. 57-64, 2010.

TINKER SALAS, Miguel. *Una herencia que perdura. Petróleo, cultura y sociedad en Venezuela.* Caracas: Editorial Galac, 2014.

WEBBER, Jeffery; CARR, Barry. *The new Latin American left. Cracks in the Empire*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2013.

WEISBROT, Mark; JOHNSTON Jake. 'Venezuela's economic recovery: is it sustainable?' Center for Economic and Policy Research, 2012. Disponível em: <http://www.cepr.net/index.php/publications/reports/venezuelas-economic-recovery-is-it-sustainable>. Acesso em 20/6/2014.

Recebido em: 16.05.2017
Aprovado em: 14.06.2017

Pietro Gori, o anarquismo e o movimento operário argentino (1898-1902)

Hugo Quinta[*]

Resumo

Este artigo propõe-se a objetivar a presença do italiano, Pietro Gori, no movimento operário e anarquista argentino do entre-séculos, para compreender de que modo ele influencia e organiza o operariado argentino no período em que reside em Buenos Aires, de junho de 1898 a janeiro de 1902. Com esse objetivo, apresenta-se, primeiro, os motivos de o italiano se refugiar na Argentina, depois a forma como ele persevera para consolidação de espaços que intensifiquem a propaganda libertária por meio dos grupos (ou círculos) ácratas, das conferências, dos *encuentros de controversias,* e da constituição da *Federación Obrera Argentina* (*FOA*). Envolto nesse cenário, o propósito desse artigo é percorrer a trajetória do artista anarquista e do anarquista militante, durante os três anos e sete meses em que ele vive na capital portenha. Seguir os passos, os propósitos e as investidas de Pietro Gori no campo operário, intelectual e cultural do anarquismo argentino, e analisar em que medida a relação de Gori com os libertários (dos círculos culturais e do movimento *obrero*) interfere na organização e divulgação da cultura e política anarquista e operária de finais do século XIX e início do XX.

Palavras-chave: Pietro Gori; Argentina; Anarquismo; Movimento operário.

Abstract

This article intends to objectify the presence of the Italian Pietro Gori, in the Argentine labor and anarchist movement of the inter-centuries, in order to understand how he influenced and organized the Argentine laborer during his time in Buenos Aires, from June of 1898 until January of 1902. Assuming this objective, the first assumption is the reasons for the Italian taking refuge in Argentina. Then the way he perseveres to consolidate spaces that intensify libertarian propaganda, the groups (or circles) anarchist, the *controversy meeting*, and the constitution of *Federación Obrera Argentina* (*FOA*). In this scenario, the purpose of this article is to go through the anarchist and militant trajectory during the period in which he lived in the capital of Buenos

[*] Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP - Campus de Assis).

Aires. Moreover, follow Pietro Gori's steps, intentions, and assumptions in the working, intellectual and cultural field of Argentinean anarchism. Besides that, analyzing the relation to which Gori's conviviality with libertarians (of cultural circles and the labor movement) interferes with the organization and dissemination of culture, anarchist politics and workers of the late nineteenth and early twentieth centuries.

Keywords: Pietro Gori; Argentina; Anarchism; Labor movement.

Introdução

A controversa chegada de Pietro Gori a Buenos Aires, e o transcurso de sua residência na capital Argentina, são pistas que percorro nos relatos jornalísticos, nas revistas anarquistas, no semanário *Caras y Caretas* e na bibliografia que dá guarida aos caminhos do italiano no decorrer de três anos e sete meses a residir na capital portenha. O jornal *La Nación* (*LN*) informa, no dia 23 de junho de 1898, que o *socialista* italiano vem de sua terra natal a fugir da prisão, quando Gori é informado de que agentes do Estado violam seu domicílio:

> Se halla desde anteayer en Buenos Aires el abogado italiano Pietro Gori, cuyo nombre se ha repetido con insistencia en los últimos tiempos, debido a la participación que tuvo en los acontecimientos ocurridos últimamente en Italia y especialmente en Milán. El Dr. Gori es muy conocido entre los hombres descollantes del partido socialista italiano, y más de una vez ha vuelto en las complicaciones a que en esta ocasión le ha llevado sus opiniones políticas. En 1894, cuando se produjo en Italia la reacción contra los partidos extremos, Gori pudo eludir las investigaciones de la autoridad, y durante algún tiempo se vio obligado a emplear todo género de recursos para salvar de las persecuciones de las policías de Europa. El tribunal lo condenó en rebeldía a tres años de prisión, y él se estableció entonces en los Estados Unidos, donde permaneció hasta que se dio en indulto general por la boda del príncipe de Nápoles. Aprovechando la gracia, volvió a su patria y se apresuró a declarar que sostendría siempre las mismas ideas. Establecido en Milán, estuvo frente de su estudio de abogado hasta que los últimos acontecimientos le obligaron a fugar precipitadamente para librarse de las persecuciones de la policía. Hallábase Gori en el tribunal defendiendo a uno de sus clientes, cuando le llegó la noticia de que había sido allanado su domicilio. Inmediatamente salió del tribunal se disfrazó con una peluca rubia y lentes y se dirigió a la estación del ferrocarril, donde por una curiosa coincidencia hubo de tomar el mismo tren en que partió el duque de Génova con todo su séquito. Así pudo llegar a Marsella, donde tomo el vapor Italie, que lo ha conducido a Buenos Aires. Gori piensa establecerse en esta capital como corresponsal de los diarios ingleses. Dánosle la bienvenida[1].

A superfície anedótica da notícia, e a posição de um dos jornais de maior circulação na sociedade portenha de entre-séculos, insinua a negação do anarquista. A informação é falsa na medida em que Gori nunca foi reconhecidamente socialista. Mas são dois os motivos da escolha

[1] Cf. S/A. Pietro Gori: jefe socialista italiano. *La Nación*. Buenos Aires, 23 jun. 1898. p. 4.

do jornal *LN* como uma das fontes desse artigo: primeiro por ser um jornal da burguesia portenha, com publicação diária, de ampla tiragem, que dificilmente aborda o italiano como anarquista, e, em segundo lugar, porque boa parte das pesquisas (e bibliografias) centrarem-se na atuação propagandística de Gori; por esse motivo, essas investigações recorrem amiúde aos periódicos anarquistas daquele período – os jornais anarquistas são um dos objetos de pesquisa dos estudos sobre o anarquismo argentino na dimensão política, cultural, *obrera* e social.

Percorrer os caminhos de Gori através do *LN* não nos conduz, exclusivamente, à figura do intelectual, e indica, sim, uma pessoa imbricada em múltiplas identidades, porém, que converge, nesse jornal, como um personagem sem contradições, com presença no cenário científico, político e cultural de Buenos Aires, de algumas cidades do interior da Argentina e dos países que visita na região. O jornal não se dedica a acompanhar as andanças de Gori nem lhe concede numerosos espaços de destaque em suas páginas, ainda que seja um dos poucos anarquistas assumidos e reconhecido internacionalmente por sua luta libertária.

No primeiro de julho de 1898 (ou seja, poucos dias depois da sua chegada), o periódico divulga a primeira conferência de Pietro Gori realizada em Buenos Aires sob o tema *La función histórica del periodismo en la civilización moderna*: "esta noche (...) el doctor Pedro Gori, el conocido agitador italiano llegado hace pocos días a esta capital, tendrá lugar en los salones del Círculo de la Prensa, (...), una conferencia"[2]. E no dia seguinte[3], o jornal relata a interessante palestra proferida por Dr. Gori, que conta com a presença de vários jornalistas, políticos e amigos do conferencista, segundo a reportagem. O texto informa, porém, que as ideias propaladas por ele são diferentes do que pensa boa parte de "nuestros gremios sociales", a despeito de a notícia dar ênfase à maneira como ele consegue atrair os ouvintes com suas habilidades oratórias e intelectuais. Nessa conferência, segundo o *LN*, Gori reconhece e defende a imprensa como um órgão a corroborar para a evolução intelectual por intermédio da transmissão do pensamento humano, e que exerce um papel central no mundo, embora ele reconheça que há países repressores da liberdade de imprensa por banirem a circulação de alguns jornais. Gori aproveita a ocasião para dirigir palavras de afeto aos periodistas italianos condenados pelo tribunal de guerra da Itália, manifesta o que pensa sobre o conceito e a missão de imprensa e o quanto o jornalismo pode ser favorável ao progresso social. Para isso, problematiza a realidade jornalística norte-americana ao expor a contradição entre o interesse

---

[2] Cf. S/A. La conferencia de esta noche en el Círculo de la Prensa. *La Nación*. Buenos Aires, 01 jul. 1898. p. 5.
[3] Cf. S/A. En el Círculo de la Prensa: la conferencia de anoche. *La Nación*. Buenos Aires, 02 jul. 1898. p. 5.

particular e coletivo implicado no jornalismo dos Estados Unidos. Para o conferencista, o objetivo central da imprensa é contribuir para a melhora do homem através dos critérios da paz, da justiça, dos progressos científicos e intelectuais.

Percebemos que parte significativa das publicações sobre Gori no jornal *LN* giram em torno de suas conferências. Para compreender a importância e o impacto dessas intervenções é preciso tratar do anarquismo argentino, e a relação do nosso personagem com o movimento político libertário[4] desse país. Assim, destacamos as obras que apresentam as diversas tonalidades do anarquismo argentino do entre-séculos, como *El anarquismo en el movimiento obrero en Argentina*, de Iaacov Oved[5], *Anarquistas:* cultura y política libertaria en Buenos Aires (1890-1910), de Juan Suriano[6], *Anarquismo Argentino (1876-1902)*, de Gonzalo Zaragoza[7], *Literatura y anarquismo en Argentina (1879-1919)*, de Pablo Ansolabehere[8], *El anarquismo en el movimiento obrero*, de Emilio López Arango e Diego Abad de Santillán[9] e *Los anarquistas expropiadores, Simón Radowitzky y otros ensayos*, de Osvaldo Bayer[10].

Essas obras, e outros escritos sobre o universo anarquista, propiciam o entendimento das diversas potencialidades de atuação e propagação do anarquismo na Argentina. Nesse aspecto, procuramos identificar o intelectual e dirigente anarquista, tanto na sua atuação política quanto artística no seio do movimento operário e libertário argentino. Sua participação e contribuição no anarquismo argentino ocorre no campo da formulação política, intelectual e cultural, mas isso se deve à consolidação do anarquismo organizativo, da presença massiva dos

[4] O historiador Gian Mario Bravo propõe a seguinte definição geral de anarquismo: "o termo Anarquismo, ao qual frequentemente é associado o de "anarquia", tem uma origem precisa do grego (...), sem Governo: através deste vocábulo se indicou sempre uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Anarquismo significou, portanto, a libertação de todo o poder superior, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou até de ordem jurídica (a lei). A estes motivos se junta o impulso geral para a liberdade. Daí provém o rótulo libertarismo, atribuído ao movimento, e de libertário, empregado para designar o que adere ao libertarismo". Cf. BRAVO, Gian Mario. Anarquismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. 12. ed. São Paulo: Editora UNB – Imprensa Oficial SP, 2002. V. 1. 674p. p. 23.

[5] OVED, Iaacov. *El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina*. México: Siglo XXI Editores, 1978. 459p.

[6] Cf. SURIANO, Juan. *Anarquistas*: cultura y política libertaria en Buenos Aires 1890-1910. Buenos Aires: Manantial, 2001.361p.

[7] Cf. ZARAGOZA, Gonzalo. *Anarquismo Argentino (1876 – 1902).* Madrid: Ediciones de la Torre, 1996.

[8] Cf. ANSOLABEHERE, Pablo. *Literatura y anarquismo en Argentina (1879-1919)*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2011. 368p.

[9] Cf. SANTILLÁN, Diego Abad de Santillán; ARANGO, Emilio López. *El anarquismo en el movimiento obrero*. 2. ed. (digital). Buenos Aires: ¡Libertad!, 2014. 95p.

[10] Cf. BAYER, Osvaldo. *Los anarquistas expropiadores, Simón Radowitzky y otros ensayos*. Coyaique: Sombraysén Editores, 2008. 132p.

imigrantes no movimento anarquista argentino e da precoce militância de Gori na Europa e nos Estados Unidos. A experiência adquirida antes de sua chegada a Buenos Aires inspira os canais do anarquismo argentino. A trajetória do italiano reverbera em múltiplas facetas na medida em que dedica o período de residência sul-americana para se inserir não só na intelectualidade anarquista, como também no campo intelectual liberal, quando cria, publica, dirige e escreve (entre novembro de 1898 e janeiro de 1901) diversos ensaios para a *Criminalogía Moderna*, primeira revista latino-americana especializada em criminologia[11].

O anarquismo organizacionista e a propaganda libertária

Errico Malatesta, ilustre anarquista italiano, companheiro de Gori nas causas libertárias, também é outro imigrante italiano a corroborar com a organização do anarquismo na Argentina, quando, entre 1885 e 1889, reside na cidade portenha, assenta as bases para a difusão do ideário ácrata, que possibilita maior coesão e posterior expansão da corrente organizadora[12]. Nesse contexto, Malatesta funda[13] o *Círculo de Estudios Sociales* e o jornal *La Questione Sociale*[14], em torno dos quais congrega diversos militantes (em grande maioria, italianos), ainda que a energia empreendida por ele é fundadora de uma ideia organizacionista, não realiza, entretanto, a tarefa de consolidar uma rede de instituições que protejam e esclareçam os trabalhadores sobre os benefícios do ideário anarquista.

Os imigrantes espanhóis estão entre as figuras que se destacam na estruturação da organização em detrimento da corrente anarquista-individualista, contrária à criação e/ou participação em instituições anarquistas. A corrente de Gori, de Malatesta e dos três espanhóis, Antonio Pellicer Paraire, Iglán Lafarga e José Prat, pretende formar os trabalhadores através da propaganda entoada nos jornais anarquistas, ou nos círculos culturais e nos locais de resistência. Gori e Malatesta são militantes consagrados do anarquismo e dão as diretrizes para o fortalecimento do ideário libertário na Argentina, com foco na politização dos trabalhadores ao realizarem conferências, publicarem nos jornais anarquistas e encenarem peças teatrais libertárias. Para o historiador Osvaldo Bayer, a peculiaridade de Gori na Argentina está em "hacer "entrar en sociedad" a las ideas anarquistas" [15].

---

[11] Faço uma análise da revista na minha dissertação. A pesquisa foi financiada pela CAPES e Fundação Araucária.
[12] Op. Cit., 2008, p. 116.
[13] SURIANO, Op. Cit., 2001, p. 34.
[14] *La Questione Sociale* tem publicação (em italiano) quinzenal e existe em Buenos Aires durante o ano de 1895.
[15] BAYER, Op. Cit., 2008, p. 122.

Nas palavras de Iaacov Oved, o italiano acaba por cumprir um papel de catalizador do anarquismo argentino. Não é por acaso que durante os anos de sua residência portenha, o movimento consegue mobilizar os trabalhadores da cidade, sendo estes portuários, condutores de carruagens, cocheiros, marinheiros, pintores, pedreiros, padeiros e de outras ocupações. Essa convergência é pautada pelas reivindicações e pela ação de pretender modificar, substancialmente, a sociedade. A luta arregimentada pelos grêmios anarquistas constitui-se como um dos polos onde os trabalhadores podem compreender, e se comprometer, com um projeto de sociedade pautado pelo pensamento anarquista.

A propaganda é a ferramenta a fixar as peças da máquina libertária. As atividades, organizadas institucionalmente com o estabelecimento dos centros culturais, da imprensa, dos grupos, e até de uma proposta pedagógica racional que tem a finalidade de, no largo prazo, provocar o surgimento de um indivíduo livre de preconceitos edulcorados pela educação religiosa e patriótica. Cabe aos canais de comunicação e formação da propaganda cumprir a missão de irradiar a palavra libertária[16].

As vicissitudes políticas, culturais, econômicas e sociais de Buenos Aires finissecular criam um espaço vazio, a indiferença do Estado massacra os trabalhadores, que veem no anarquismo um movimento a acalentá-los, organizando-os com o auxílio da propaganda e das instituições que criam um ambiente favorável de fortalecimento da ideologia e dos trabalhadores contra os desmandos da pátria.

O círculo é um dos núcleos onde se articula a propaganda, um lugar para formar o trabalhador e sua família, realizar ações que estimulem o espírito reivindicativo dos trabalhadores bonaerenses, circunscrito ao âmbito laboral, vinculados por associações públicas dos trabalhadores, sugeridas antes dos sindicatos ou das sociedades de resistência. O círculo, ou grupo, espalha-se em algumas regiões de Buenos Aires como tentativa de forjar espaços para oferecer cursos, conferências, bibliotecas. Com certeza não são os salões da aristocracia portenha, iniciam as atividades com pequenas agremiações a editar folhetos e jornais. No decorrer da década 1890 cresce uma rede de articulação entre os círculos anarquistas que incorporam a conferência entre suas atividades, de modo que, aos poucos, passa a agregar mais simpatizantes para suas filas. O crescimento relativo se dá a partir da percepção de que é necessário ampliar a oferta dos círculos pelo interior da Argentina, e assim, passam a criar os

[16] SURIANO, Op. Cit., 2001, p. 37-41.

grupos para além da capital, que se expandem no final do século XIX:

> (...) al filo del siglo, los grupos se convirtieron en centros políticos y culturales con una propuesta integral, que abarcaba desde la clásica edición de folletos y periódicos o el dictado de conferencias, cursos doctrinarios y formación de grupos de estudio hasta las actividades recreativas, que incluían actos declamación, representaciones teatrales o filodrmáticas, el canto revolucionario compuesto por himnos, verbenas y milongas, las fiestas campestres y finalmente el baile o la fiesta libertaria. Para ese entonces el proyecto libertario era integral ya como un modelo cultural alternativo, pues además de su propuesta política e ideológica ofrecía, en el mismo sentido, una oferta cultural que proponía modelos alternativos de teatro, diversión, vida familiar, saluda, vida cotidiana, mejor, intentaban reproducir formas y normas de sociabilidad consideradas por ellos diferentes a las habituales. El círculo era, entonces, el ámbito libertario de procesamiento de la cultura trabajadora a partir del intercambio de las experiencias individuales que se transformaban en colectivas y perfilaban una identidad común[17].

Em 1897 os anarquistas fundam um dos principais jornais libertários desse período, o *La Protesta Humana*, dirigido entre 1898 e 1902 pelo catalão Iglán Lafarga, que também colabora com a organização e expansão do movimento na Argentina. Esse e outros periódicos anarquistas informam sobre as teorias anarquistas, problematizam teorias francesas ou italianas, sem esquecer de tratar das questões locais, dos problemas dos trabalhadores. Esse meio de comunicação não se furta exclusivamente aos problemas políticos e sociais, e age no sentido de informar as realizações culturais dos numerosos círculos libertários.

Em Buenos Aires, o crescimento urbano ocorre do centro para a periferia da capital, depois para o interior do país, num desenvolvimento desordenado em face da falta de planejamento urbano. Os grupos passam a surgir nas periferias da cidade cuja moradia é o cortiço; as atividades culturais e as conferencias são importantes para consolidar a propaganda, realizada, em grande medida, por autores imigrantes, como Pietro Gori. De 1901 a 1903, enquanto os antigos círculos continuam suas atividades sem grandes novidades, os novos começam a fomentar apresentações de arte-propaganda, com a participação de poetas, intelectuais, oradores e militantes conhecidos, como Alberto Ghiraldo, Pascual Guaglianone, González Pacheco, Florêncio Sanchez, Eduardo Gilimón e outros. A maior parte deles abriga-se na aura do *La Protesta Humana*.

É equivocado, todavia, potencializar o alcance da propaganda, tendo em vista que sua existência enfrenta dificuldades que se medem pelo autofinanciamento, pela permanente refutação de estruturas de representatividade, a descentralização no espaço urbano, a falta de

[17] Op. Cit., 2001, p. 40-41.

responsabilidade para dar continuidade no tempo e a frequente intervenção do Estado, sendo essas algumas das características que, consequentemente, fragilizam a permanência desses espaços nomeados a promover a *contracultura*[18]. Ainda assim, cria-se uma cadeia produtiva dos grupos, da fabricação ao consumo, com a demanda de um público afim (trabalhadores e família), com a criação autoral, com a execução das peças teatrais, do canto, das recitações, como a difusão, o financiamento e a crítica das encenações e das publicações e com a avaliação da recepção do público por meio dos pontos de venda de livros e folhetos, das assinaturas, das doações, da organização de concursos literários e de enquetes com o público participante.

Pietro Gori: das conferências aos *encuentros de controversias*

No dia 9 de julho de 1898[19], o *LN* informa a conferência de Gori a se realizar no Teatro Doria[20] na manhã seguinte, sob o tema *Provocatori e sobillatori nei recenti moti d'Italia*, e noticia que a renda arrecadada com as entradas se destina às famílias trabalhadoras que padecem dos acontecimentos ocorridos na Itália[21]. *La Protesta Humana* publica[22], no dia 24 de julho de 1898, dois relatos a descrever as duas primeiras conferências de Gori no Teatro Doria. Sobre a primeira, do dia 10 de julho, o cronista diz que "cuantos sentimos amor por la causa, jamás olvidaremos tan hermoso acto de propaganda"[23], sublinha a presença das mulheres –

[18] A autora, Golluscio de Montoya, esclarece o fato de cada círculo ter um nome como um modo de marcar sua autonomia em relação aos demais. Os nomes, segundo a autora, demarcam as tendências científicas, como o "Círculo de Estudios Sociales" ou o "Grupo de Ciencia y Progreso", anarquistas, como o "Círculo Comunista Anárquico" ou o "Círculo de Propaganda Obrera Bakunista", e outros com a visão utópica do movimento, como "Libertad y Amor" ou o "Los Caballeros del Ideal", etc. Além disso, ela chama a atenção para o fato de que a produção cultural dos grupos ocorre contra a cultura hegemônica das instituições do Estado, isto é, nas palavras da autora: "si analizamos este fenómeno general a la luz de la concepción de lucha de los "organizadores", veremos que la creación contracultural emanada de los grupos anarquistas ligados a la teoría de las dos esferas, se define no sólo por su oposición global al Estado y aparece entonces como un *circuito enfrentado* a la cultura proveniente de las formas oficiales y estatales – sino que se define *por su complementariedad*, en tanto *soporte* de las luchas sindicales y obreras". Cf. GOLLUSCIO DE MONTOYA, Eva. Círculos anarquistas y círculos contraculturales en la Argentina de 1900. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, nº 46, 1986, Contre-cultures, Utopies et Dissidences en Amérique latine. pp. 49-64. p. 58.

[19] Cf. S/A. Conferencia. *La Nación*. Buenos Aires, 09 jul. 1898. p. 6.

[20] O Teatro Doria, localizado em Calle Rivadavia, foi fundado por um empresário italiano, Silvio Giovannetti, em 1887. Ativo até "principios del siglo XX", foi substituído, no mesmo local, em 1903, pelo Teatro Marconi. Espaço periférico e popular, recebeu espetáculos dramatúrgicos, mas também de óperas, operetas, zarzuelas e *sainetes criollos*. Cf. DILLON, César A.; SALA, Juan Andrés. *El teatro musical en Buenos Aires*: Teatro Doria- Teatro Marconi. Buenos Aires: Gaglianone, 1998.

[21] Cf. CANALES URRIOLA, Jorge Ariel. *Le valigie dell'anarchia*: percorsi e attivismo degli anarchici emiliani e romagnoli in Argentina e Brasile nella svolta a de fine Ottocento. Bologna, 2016. 479 f. Tese (Doutorado em Política, Instituição e História) – Università di Bologna. p. 279.

[22] Cf. ALBORNOZ, Martín. Los encuentros de controversias entre anarquistas y socialistas. In: BRUNO, Paula (Org.). *Sociabilidades y vida cultural*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2014b. p. 187-218. p. 207.

[23] ALBORNOZ, Op. Cit., 2014b, p. 206.

que passam a frequentar as conferências do italiano –, fala sobre os últimos acontecimentos de Milão (talvez como forma de explicar a residência bonaerense) e destaca que Gori é interrompido diversas vezes em detrimento dos contínuos aplausos. A segunda, do dia 17 de julho de 1898, realizada a pedido dos *obreros albañiles* (da construção civil), intitulada *Los derechos de los trabajadores y la cuestión social*, Gori explica ao público o sentido de revolução, algo inerente à lógica do sistema social, e que, nela, os trabalhadores devem desempenhar um papel central. Nessa ocasião, Gori se propõe a organizar *encuentros de controversias*, verdadeiros duelos oratórios com a participação de interlocutores de outras tendências políticas e com o intuito de ordenar as intervenções e os debates[24].

Os convites a Pietro Gori para essas e outras conferências[25] vinham de várias organizações: a associação dos pintores, a associação dos pedreiros de La Plata, a "Sociedad Anticlerical Giordano Bruno", a "Unión Liberal" e a "Sociedad Internacional de Carpinteros, Ebanistas y Anexos". O historiador Martín Albornoz[26] consultou coleções de jornais (e revistas) socialistas e anarquistas publicados na Argentina, e problematiza as conferências, no formato de *controversias*, entre Gori e o médico e socialista José Ingenieros (no dia 28 de agosto de 1898, na Associação dos artesãos de Buenos Aires). Na realidade, as "controversias" entre Gori e Ingenieros são memoráveis, como veremos.

Um numeroso público participa das conferências de Gori em Buenos Aires, no interior da Argentina e em outros países que ele visita. De maneira geral, a plateia que o ouve é formada por diversos públicos, de distintas classes sociais, que têm a oportunidade de presenciar as apaziguadoras e lúcidas palavras para alguns, entediantes e mesquinhas para outros (como socialistas ou os anarco-individualistas).

As conferências são práticas de sociabilidade que se estabelecem no meio anarquista como forma de organizar o trabalhador, formar sua consciência de modo a amadurecer os procedimentos de luta contra a situação aviltante das condições de trabalho e, com efeito, é um dos exercícios de entretenimento da propaganda anarquista por meio da qual os grupos pretendem evitar um anarquismo à matroca. Todos os estudiosos do anarquismo argentino

---

[24] Martín Albornoz relata que a conferencia do dia 17 de julho de 1898 está "como el salón estaba casi vacío, sin perder de la compostura, Gori se comprometió a organizar una jornada de controversias". Cf. ALBORNOZ, Martín. Pietro Gori en la Argentina (1898-1902): anarquismo y cultura. In: BRUNO, Paula (Org.). *Visitas culturales en la Argentina, 1898-1935*. Buenos Aires: Biblos, 2014a, p. 23-48. p. 28.
[25] CANALES URRIOLA, Op. Cit., 2016, p. 276.
[26] ALBORNOZ, Op. Cit., 2014b.

convergem no argumento de que Gori é um ser atilado com a organização da ideologia e prática libertária no país. Esse organizacionismo do italiano decorre, ou se articula, de sua experiência com o anarquismo de outros países, de sua participação nas conferências, de suas peças[27] e canções publicadas e encenadas[28] nos círculos anarquistas portenhos e de sua relação com o movimento operário argentino.

A proposta de Pietro Gori em formalizar as controvérsias tem respaldo no que ele percebe no decorrer de suas primeiras intervenções em terra portenha, desde a presença de parte dos antiorganizadores, representados pelo periódico *El Rebelde* (1898-1903), e até uma tradição que remonta à vivência espanhola de 1881, ano da criação da *Federación de los Trabajadores de la Región Española*. Nesse esteio, os libertários espanhóis que emigram para Buenos Aires são os primeiros a implantar a organização do movimento anarquista na Argentina. Dentre esses, destaca-se outro catalão ácrata, Antonio Pellicer Paraire, que se dedica a auxiliar na criação das associações libertárias com o escopo de preparar os trabalhadores para reivindicarem melhores condições de vida e trabalho. Além disso, Paraire acentua a importância de que as associações devem ser regidas de acordo com os paradigmas federativos, organizados em grêmios de uma mesma província e separados por profissão[29].

Gori intensifica essa perspectiva quando propõe, em menos de um mês de residência, os encontros (conferências) de controvérsias. O historiador Martín Albornoz[30] esclarece que o ponto central das controvérsias diz respeito ao ímpeto dos anarquistas em forçar a entrada nos atos socialistas[31]. A controvérsia é "mostrar mediante interacciones "cara a cara" la superioridad de las propias ideas y falsedad de la contrarias, para convencer, o convencerse, de

[27] O italiano teve suas peças teatrais publicadas e representadas em Buenos Aires. *Sin Patria* e *Primero de Mayo* são demonstrações de como seu teatro se relaciona com as suas conferências: "sus obras estaban entre las más elegidas por los grupos filodramáticos anarquistas y Gori fue un notable orador y conferencista que dio un gran impulso al movimiento anarquista en Argentina" – ANSOLABEHERE, Op. Cit., 2011, p. 66. Além disso, o *Archivo General de la Nación* possui o original de dois folhetos, ambos publicados em 1901, *La Anarquía ante los tribunales* (48 páginas) e *Santos* [sic] *Caserio*: apuntes históricos (16 páginas), e duas peças teatrais, ambas publicadas em 1899, *Primero de Mayo* (32 páginas) e *Senza Patria* (em italiano, 51 páginas), de autoria de Pietro Gori. Houve uma tradução desta peça, publicada em 1911 na revista semanal de Alberto Ghiraldo, *Ideas y Figuras*. A Librería Sociológica edita, publica e vende os folhetos.

[28] O *LN* anuncia a apresentação de algumas peças teatrais de Pietro Gori em diversos círculos libertários e teatros.

[29] SURIANO, Op. Cit., 2001, pp. 57-67.

[30] ALBORNOZ, Op. Cit., 2014b.

[31] Sobre a organização socialista, Juan Suriano (2001, p. 69) diz: "cabe acotar que este tipo de estructura no es patrimonio del anarquismo y se inscribe en el patrón más amplio del movimiento socialista. Tanto el anarquismo como el socialismo presentaron en nuestro país el mismo modelo de veladas culturales. A pesar de las diferencias doctrinales de ambos sectores, lo himnos, las canciones, las piezas de teatro y el repertorio temático de las conferencias no reconocen una distancia muy marcada".

dicha superioridad"[32]. Os anarquistas e socialistas vivenciam esses encontros "cara a cara", de controvérsias, com mais efervescência na Argentina do entre-séculos. Os anúncios e os relatos desses debates aparecem nos periódicos *El Obrero, La Vanguardia, El Perseguido, L'Avvenire* e *La Protesta Humana*, e eles navegam no interior das controvérsias, a noticiar as discussões sobre a forma como conscientizar os trabalhadores, o papel do Estado, entre outras temáticas que perfilam o leque de perspectivas (doutrinárias e/ou organizacionais) a habitar esses encontros. Gori auxilia a promoção de uma militância coletiva e gremial, as controvérsias agradam o público libertário. Essa circunstância viabiliza, por um lado, no âmbito político, um horizonte discursivo das contraditas que tem relação com a participação dos trabalhadores nos processos eleitorais e com as condições de trabalho, e, de outro lado, um panorama presente por meio do espetáculo e teatralidade que significam as controvérsias.

Entre o lusco e o fusco do XIX para o XX, o público e a disponibilidade de conferências e controvérsias são ampliados, também crescem os espaços de discussão, diversificam os meios propagandísticos, delimitam e reforçam as regras para o transcorrer dos duelos e convidam figuras de maior peso intelectual no interior das agremiações socialistas e anarquistas. Nesse contexto, as controvérsias têm o forte apoio das correntes organizadoras do anarquismo, e essa mudança de perspectiva na proa anarquista altera o sentido a as filigranas desses eventos à medida que o objetivo é atrair público. O notável escritor, editor e militante anarquista espanhol, Diego Abad de Santillán[33], e o socialista, e depois anarquista, Eduardo Gilimón[34], são testemunhas das peripécias de nosso personagem, e defendem a relevância das conferências proferidas por Gori na medida em que a participação do italiano no anarquismo argentino acaba por orientar boa parte do movimento libertário do país. Nesse sentido, Diego Abad de Santillán e Emilio López Arango contam:

> La personalidad de Gori y su elocuencia eran tan arrolladoras que, aunque proclamase bien alto sus ideales anarquistas, era disputado por los elementos liberales del país y supo imponer respecto hacía su persona y sus convicciones; una juventud brillante se aupó bien pronto a su alrededor; sus jiras de propaganda por las ciudades más importantes de la república fueron coronadas del éxito más lisonjero. Gori no sólo fue un factor de primer orden para el desenvolvimiento del anarquismo en Argentina, sino que influyó en el despertar intelectual del país; su influencia hizo de él un factor

[32] ALBORNOZ, Op. Cit., 2014b, p. 187.
[33] O leitor encontra a biografia de Diego Abad de Santillán no artigo de Cf. CASANOVA, Julián. Diego Abad de Santillán: memoria y propaganda anarquista. *Historia Social*, nº 48, 2004, pp. 129-147.
[34] Para maiores informações sobre a biografia de Eduardo Gilimón, ler o prólogo do livro de Gilimón Cf. GILIMÓN, Eduardo. *Hechos y comentarios y otros ensayos*: el anarquismo en Buenos Aires (1890-1915). Buenos Aires: Libros de Anarres-Terramar, 2011. 142p. pp. 7-23.

> cultural inolvidable. Pero para los socialistas autoritarios el viaje de Gori a la Argentina ha sido fatal; en las controversias públicas en los teatros les ha infligido derrotas que jamás se volvieron a reponer[35].

Eduardo Gilimón também compartilha seu ponto de vista sobre as destrezas propagandísticas de Gori:

> Y cuanto entre ellos ha habido alguno, como Pedro Gori, de figura atrayente, de gestos elegantísimos y de una elocuencia florida y encantadora, deleitosa en la forma y profunda en el concepto, el éxito ha sido clamoroso y triunfal. En no pequeña parte débase el incremento del anarquismo a ese poeta, sociólogo, jurisconsulto, orador sin rival y hombre cariñoso, bueno, sin pose, que se llamó Pedro Gori. (...) Gori dio un impulso extraordinario en el anarquismo en la Argentina, cuyo territorio recorrió en todas direcciones, dando conferencias y captándose simpatías por su carácter, tanto como por su talento[36].

As controvérsias acabam por instigar o que Albornoz[37] chama de *cruces memorables* entre José Ingenieros[38] e o nosso personagem. Em um desses encontros, o *LN* anuncia a intervenção de Gori: “El Sr. Gori dará hoy a las 2 de la tarde una conferencia (...) en el local de la *Fratellanza Artigiana*, Ruiz Díaz 375, Barracas al norte”[39]. Albornoz[40], com o auxílio de *La Vanguardia* e *La Protesta Humana*, informa que os dois encontros de controvérsias anarquistas-socialistas ocorrem em Barracas al Norte, Buenos Aires, conta com a participação do socialista e estudante de medicina, Ingenieros.

No primeiro desses dois encontros, Gori defende a necessidade de organização dos trabalhadores, e é contestado pelos anarco-individualistas que afirmam que a organização é contrária à liberdade individual, mencionando o silêncio de Gori “fue la mejor forma de mostrar el absurdo de sus posiciones”[41]. Nesse instante, Ingenieros pede a palavra para contra argumentar Gori, pois, para ele, é uma inverdade a crença de que os socialistas científicos são autoritários, e fundamenta sua afirmação a abordar sobre o materialismo histórico, a luta de classes, o Estado e sua função histórica. Ingeniros também critica os anarquistas que são

---

[35] Cf. SANTILLÁN, Diego Abad de Santillán; ARANGO, Emilio López. *El anarquismo en el movimiento obrero*. 2. ed. (digital). Buenos Aires: ¡Libertad!, 2014. 95p. p. 12.
[36] Cf. GILIMÓN, Eduardo. *Hechos y comentarios y otros ensayos*: el anarquismo en Buenos Aires (1890-1915). Buenos Aires: Libros de Anarres-Terramar, 2011. 142p. p. 49-50.
[37] Op. Cit., 2014b.
[38] Para maiores informações sobre José Ingenieros, consultar Cf. TARCUS, Horacio. “Bio-bibliografia de José Ingenieros”. In: TARCUS, Horacio; PETRA, Adriana (coord.). *Fondo de archivo José Ingenieros.* Guía y catálogo. San Martín: USAM EDITA, 2011. 83p.
[39] Cf. S/A. Socialistas y anarquistas. *La Nación*. Buenos Aires, 28 ago. 1898. p. 6.
[40] Op. Cit., 2014b.
[41] ALBORNOZ, Martín. Op. Cit., 2014b, p. 208.

contrários à organização e os posicionamentos construídos pela maioria. Gori observa o colega a falar, falar, fundamentar, falar, argumentar, e, depois, contesta as teorias materialistas da história, e não controverte outras questões faladas por Ingenieros.

Assim, a temática central das duas controvérsias gira ao redor tanto da organização do proletariado quanto de questões teórico-doutrinárias. O segundo[42] evento ocorre diante de um público agitado com a performance dos pugilistas da palavra. Ingenieros inicia o discurso lendo um texto de difícil compreensão para o público, com entrelinhas de sarcasmo quando se refere aos anarquistas. O auditório estava cheio, os anarquistas irrequietos, e suas provocações ganham uma parte do público. Ele posiciona-se a favor dos preceitos marxistas e diz que os verdadeiros propagandistas do movimento trabalhador são os socialistas. Várias pessoas falam após as considerações do jovem estudante de medicina, Gori o contradiz ao dizer que o materialismo histórico de Marx é diferente do que é defendido por seus seguidores, e dá ênfase as práticas conservadoras dos socialistas ao rememorar o episódio da expulsão dos delegados anarquistas do *Congresso Obrero Internacional de Londres* de 1896; Ingenieros o interrompe nesse instante, e utiliza palavras e expressões de baixo calão. A algazarra está instalada, agora a plateia dirige-se contra Ingenieros, e Gori retoma a palavra para alfinetar o jovem. Ambos intervêm constantemente e transformam a controvérsia em algaravia. Anarquistas e socialistas aprovam o posicionamento de Gori.

Embora não seja objetivo deste artigo aprofundar nessa matéria, é notória as divergências teóricas e estratégicas entre marxistas e anarquistas, que começa, na Europa, em meados do século XIX. Elas emigram para a América do Sul em tempo real: os duelos entre Gori e Ingenieros são um dos exemplos mais esclarecedores. Horacio Tarcus[43] mapeia a trajetória do marxismo na Argentina e relata o fato de que, apesar disso, Ingenieros, nesses anos, “encabeça” a corrente “antiautoritária” [44] do socialismo argentino tendo sido, inclusive, o fundador e o diretor de *La Montaña*, periódico “Socialista Revolucionário”, publicado em 1897, teve apenas 12 edições e foi considerado, tanto por contemporâneos como por analistas sucessivos, de cunho “social-anarquista”[45]. Além disso, ao longo da passagem de Gori pela Argentina,

[42] Op. Cit., 2014b. p. 209-210.
[43] Cf. TARCUS, Horacio. *Marx en la Argentina*: sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos. 2. ed. Buenos Aires: SigloXXI, 2013. 544p.
[44] Op. Cit. p. 413.
[45] TARCUS, Op. Cit., 2013, p. 416, e Cf. TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*: derivas de la cultura científica. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008. 309p. p. 290.

Ingenieros abandona a militância no Partido Socialista Argentino (1899) e, em 1902, desfilia-se do partido[46]. Como narra Tarcus, "a partir de 1898, ya concluida la experiencia de *La Montaña*, puede comprobarse un claro desplazamiento en el discurso de Ingenieros hacia la 'sociología científica', que coexiste no sin tensiones con su militancia socialista"[47]. É nessa fase que aumenta, no pensamento de Ingenieros, o peso do "determinismo histórico-econômico"[48], ou seja, a sua interpretação do materialismo histórico, cujos rastros encontramos nas suas intervenções durante os embates públicos com Gori.

Os dois realizam controvérsias *memorables.* O choque de estilos e de posições é evidente em face das diferenças teóricas e políticas que demarcam a esfera de perspectiva de cada um. Esses encontros, como de Gori e Ingenieros, forjam espaços de sociabilidade na cidade portenha, a maturar a formação política e cultural das esquerdas.

Do ponto de vista político, a formalização organizada, a dinâmica dos eventos, os conferencistas convidados e a possibilidade de participação das pessoas, são fatores que acabam por atrair os trabalhadores e suas famílias. Do ponto de vista cultural, alguns agentes do movimento anarquista, como Gori, têm destaque, e o *peso*[49] do nome é motivo para atrair a plateia não só para os duelos, mas também para o teatro libertário. Se nos anos 900 os embates ocorrem com mais frequência nos bares ou nas tabernas[50], no entre-séculos há os

---

[46] TERÁN, Op. Cit., 2008, p. 293.
[47] TARCUS, Op. Cit., 2013, p. 425.
[48] Op. Cit. p. 426.
[49] O artigo de Pierre Bourdieu, Campo Intelectual e Projeto Criador*,* fornece subsídios teórico e metodológico para entender o campo intelectual onde o criador manifesta a sua obra. A criação da obra é um ato de comunicação a estabelecer a posição do criador na estrutura de um campo específico, composto por um círculo de pessoas que revela um sistema de linhas de forças dispostas, opostas e compostas num determinado momento histórico. E a partir desse campo há a posição de cada um dos membros a atuarem de diversas maneiras "no campo cultural enquanto sistema de relações entre temas e problemas" a deflagrar "um tipo determinado de *inconsciente* cultural, ao mesmo tempo em que é, intrinsicamente, dotado daquilo que chamaremos de peso funcional" (p.106). O poder, ou a possível autoridade exercida, somente é possível de ser definida quando se determina a posição que o "agente" (p. 105) ocupa no campo. Bourdieu ensina que esse procedimento é concebível a partir do momento em que se define o campo intelectual organizado a partir de regras próprias que são definidas (in)diretamente pelos agentes. Cf. BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et. al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp. 105-145.
[50] A figura do peregrino e sonhador está relacionada aos artistas e anarquistas que se dedicam não só à escrita, mas também à *bohemia* portenha. Na década de 1880, os boêmios de Buenos Aires muitas vezes são identificados como estudantes, caracterizados por uma juventude pachorra, de espírito romântico e zombadores; não são, nesses dez anos, revolucionários ou poetas marginais, mas, simplesmente, jovens sonhadores. A fome e a miséria acompanham a vida boêmia, e os escritores anarquistas que compartilham dessa experiência tinham como referência Charles Baudelaire, Paris ou outras cidades europeias. Nessa perspectiva, diz o historiador: "La perdurabilidad de bohemia, y su vigencia en la Buenos Aires del 900 y el Centenario se explica no sólo por el natural desfase temporal entre el centro y la periferia, sino por dos hechos que hacia fin de siglo, dan nuevo impulso a bohemia y hasta refuerzan sus alcances". ANSOLABEHERE, Op. Cit., 2011, p. 150.

círculos anarquistas a abrigar as diversas atividades culturais libertárias.

Convém mencionar que, na capital, a ascensão decorrente dos empreendimentos culturais anarquistas durante esse período se torna realidade diante do aumento dos locais a realizar os eventos, das publicações dos periódicos, dos livros e dos folhetos com canções, peças teatrais, poemas. O surgimento da editora e livraria *Librería Sociológica*, localizada na rua Corrientes 2041, criada pelo italiano Fortunato Serantoni[51], que também dá origem, em 1897, à revista teórico-doutrinária, *Ciencia Social*, que publica, ademais, as notícias libertárias da Europa. A editora assume a responsabilidade de ser uma das mais eficientes propagadoras das lutas libertárias e, inexoravelmente, é uma referência para o movimento anarquista argentino, pois cumpre o papel de prover a literatura anarquista, a editar obras nacionais e estrangeiras[52]. O processo de formação de alguns grupos se dá, muitas vezes, na livraria, tendo em vista que nem todos os círculos têm um lugar físico para reunirem os membros de cada grupo[53]. As publicações da *Librería Sociológica* corroboram, portanto, com a interseção das ações artísticas e doutrinárias praticadas nos círculos. Para se ter uma ideia, são dois títulos publicados em 1898, quatro em 1899, dois em 1900 e cinco em 1901 – é desse modo que se torna a distribuidora oficial dos escritos anarquistas[54].

Pietro Gori e a militância no movimento operário portenho

A militância de Gori não é o único fator a desencadear o crescimento e a organização *obrera*, mas a sua presença em Buenos Aires, sem dúvida, é uma marca, porque sua atuação transita por diferentes espaços culturais e socais, ganha dimensão, tornando-o um agente

---

[51] A biografia de Fortunato Serantoni pode ser consultada no endereço eletrônico: < http://www.archiviobiograficomovimentooperaio.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=26551:serantoni-fortunato&lang=it >. Acesso em 02 de janeiro de 17. Vale lembrar que desde 1894 Serantoni (nascido em Florença e que havia chegado à Argentina em 1890) possuía uma livraria e papelaria em Buenos Aires (Piedad, 2095), onde era possível adquirir periódicos anarquistas europeus (CANALES URRIOLA, 2016, p. 250) e que, portanto, deveria constituir um relevante espaço de sociabilidade cultural e política das esquerdas portenhas. Mais tarde, a Livraria se junta à editora, passa a se chamar "Librería Sociológica" e se muda para Corrientes. Ela continua a ser um ponto de referência para os anarquistas radicados ou de passagem por Buenos Aires: nela se podia adquirir ingressos para várias atividades político-culturais, se recebiam donativos, coletas de fundos, subscrições e se realizavam reuniões mais informais. Em novembro de 1902, portanto depois da saída de Gori da Argentina, no meio da repressão aos anarquistas seguida à promulgação da *Ley de Residencia* (veja adiante). Segundo Canales Uriola (pp.308-309), a Livraria foi invadida pela polícia, que saqueou o local e apreendeu mais de seis mil folhetos e centenas de livros. Serantoni já havia fugido para Montevidéu. (CANALES URRIOLA, 2016, p. 308-309).

[52] As publicações, entre finais do XIX e início do XX, são majoritariamente originais ou traduções de autores estrangeiros. A produção dos anarquistas sul-americanos começa a se consolidar com o despertar do século XX. SURIANO, Op. Cit., 2001. p. 107-144.

[53] SURIANO, Op. Cit., 2001. p. 146-147.

[54] ZARAGOZA, Op. Cit., 1996. p. 246-248.

político e cultural do movimento anarquista argentino, e um agente a disputar um espaço no campo intelectual portenho. Alguns adversários anarquistas criticam Gori por criar a revista *Criminalogía Moderna*, que publica intelectuais burgueses que escrevem artigos, muitas vezes, para criticar os anarquistas. As conferências e o teatro para o público dos círculos libertários, porém, confirmam o caminho de afirmação da sua figura no seio dos trabalhadores organizados, inclusive como advogado de vários sindicatos *obreros* durante as greves que eclodiram em 1900 e 1901. Em particular, listo algumas conferências de Gori nos círculos libertários e na Casa del Pueblo de Buenos Aires, publicadas no *LN* entre 1898 e 1902:

> "**Meeting de protesta –** Se ha publicado un manifestó invitando a la colectividad italiana a un meeting para protestar contra la política reaccionaria inaugurada por el gobierno italiano. El punto de reunión será en la plaza Rodriguez Peña esquina Paraguay, hoy a las dos de la tarde. Hablarán el profesor Iranni, el Dr. Gori y el Sr. Perseguiti"[55].
>
> "**Conferencia de Gori –** Más de dos mil personas asistieron ayer a la anunciada conferencia del Dr. Pedro Gori sobre "El ideal de la ciencia en su lucha contra el obscurantismo". Dado el renombre del conferenciante y el interés del tema, era fácil augurar un éxito que fue superado por la realidad, pues muchos de los concurrentes no pudieron hallar cabida en el amplio salón de la Unione Operai Italiani. El Dr. Gori mantuvo sin decaer un instante el interés del auditorio, con su extenso trabajo, que tanto por la profundidad de sus conceptos como por la elegancia de la forma, fue interrumpido frecuentemente por los aplausos de los concurrentes. La velada se completó con algunos interesantes números de concierto"[56].
>
> "**Conferencia –** Hoy a las 2.pm. en el salón de la Unione Operai Italiani, Cuyo 1374, tendrá lugar una gran conferencia convocada por la sociedad Cosmopolita de Obreros Pintores y artes anexas, cuyo orador será el Dr. Pedro Gori, el cual disertará sobre el tema: La necesidad de la organización en la lucha y en la vida, y el deber de la resistencia. Luego hablaran otros conocidos oradores"[57].
>
> "**Conferencia –** Esta noche a las 8 disertarán en la Casa del Pueblo, Callao 353, el Sr. P.Guaglianone sobre Autoridad y Libertad, el Sr. S. Fernandéz sobre El materialismo científico, y el Dr. Pedro Gori sobre la mentira política"[58].
>
> "**Casa del Pueblo –** Mañana á las 3.30 el Dr. Pedro Gori disertará en la Casa del Pueblo, (...), sobre el tema: "La evolución de las relaciones entre individuo y la sociedad[59].
>
> "**Conferencia –** Esta noche a las 8.30 dará una conferencia en el local de las Casa del Pueblo, calle Callao 353, el Dr. Pedro Gori. Disertará sobre el tema: Las leyes de la lucha y de la solidaridad en el campo económico"[60].
>
> "**Conferencia –** El Dr. Pedro Gori dará hoy a las 8.30 p.m. en el local de la Casa del Pueblo, (...), una conferencia sobre *El origen y función del Estado*"[61].
>
> "**Meeting de protesta –** En una reunión de delegados de las diversas asociaciones liberales, obreras, etc., realizada anoche se acordó llevar a cabo el 30 del Corriente un *meeting* de protesta contra los castigos a los menores de la correccional

[55] Cf. S/A. Meeting de Protesta. *La Nación*. Buenos Aires, 24 jul. 1898. p. 5.
[56] Cf. S/A. Conferencia de Gori. *La Nación*. Buenos Aires, 16 ago. 1898. p. 5.
[57] Cf. S/A. Conferencia. *La Nación*. Buenos Aires, 02 oct. 1898. p. 6.
[58] Cf. S/A. Conferencia. *La Nación*. Buenos Aires, 18 oct. 1899. s/p.
[59] Cf. S/A. Casa del Pueblo. *La Nación*. Buenos Aires, 08 nov. 1899. s/p.
[60] Cf. S/A. Conferencia. *La Nación*. Buenos Aires, 15 nov. 1899. s/p.
[61] Cf. S/A. Conferencia. *La Nación*. Buenos Aires, 22 nov. 1899. s/p.

e invitar a todos los que simpaticen con la idea a tomar parte en dicha manifestación. Fueron designados para hacer de la palabra los Srs: Dres. Pedro Gori y Nicolás Repetto, Adrián Patroni, Alberto Ghiraldo, Horacio Iriani y otro que designará la masonería. La comisión encargada de llevar a cabo este movimiento se reúne el viernes en la calle Paraná, 516"[62].

"**Meeting de protesta –** La comisión organizadora del meeting que se celebrará el domingo 30 del corriente protestando contra los castigos de la cárcel correccional, acordó que los manifestantes se reúnan en la plaza Lorea, siguiendo de aquí por la avenida hasta Callao, de aquí hasta la Avenida República y por ésta a la Recoleta, donde hablarán los Dres. Gori y Repetto, y los Sres. Ghiraldo, Patroni e Iriani. Los delegados se reunirán mañana a las 8. p.m., en el local Paraná 516"[63].

Em 1901, Gori é um dos delegados que votam para o nascimento da *Federación Obrera Argentina*, e se dedica, sobretudo, ao movimento anarquista. As comemorações do primeiro de maio em 1899, relatadas pela *Caras y Caretas* (1898-1939)[64] e pelo o *LN*, indicam o crescimento das correntes de esquerda (anarquistas e socialistas), e a suposta participação e convivência de Gori com os socialistas durante o primeiro de maio.

O *LN* noticia[65] o meeting socialista que comemora a festa simbólica para seus membros. Os manifestantes se reúnem na Plaza Constitución a partir de uma hora da tarde e no decorrer do dia reverberam os hinos socialistas, levam plantas vermelhas, entregam folhetos e diários para os que chegam, e, do outro lado da praça, segundo o *LN*, os anarquistas estão alheios ao ato socialista, embora o jornal reconheça que os membros e simpatizantes dos periódicos anarquistas, *La Protesta Humana* e *L'Avvenire*, estão presentes na comemoração convocada pelos socialistas. Às duas da tarde os participantes saem em marcha escoltados pela polícia na linha frente, a banda de música atrás, na retaguarda da polícia, os centros políticos e gremiais que formam a multidão, e numerosas bandeiras vermelhas (e uma branca) identificadas com as legendas alusivas às correntes políticas que caminham a festejar a data fatídica para os trabalhadores. O *LN* informa que os anarquistas aproveitam a circunstância para propagandear e acompanhar um grupo de trabalhadoras e trabalhadores.

A *Caras y Caretas*[66] relata o trajeto percorrido pelos manifestantes. Os manifestantes partiram da Plaza da Constitución pela rua Buen Orden, depois Artes até chegarem na rua

---

[62] Cf. S/A. Meeting de protesta. *La Nación*. Buenos Aires, 11 dici. 1900. s/p.
[63] Cf. S/A. Meeting de protesta. *La Nación*. Buenos Aires, 23 dici. 1900. s/p.
[64] É mais um periódico semanal com a finalidade de propagar as festividades, a cultura, as artes e as atualidades do país e do mundo. É um dos empreendimentos de destaque no jornalismo argentino. A revista cai nas graças da população de Buenos Aires na medida em que publicam, permanentemente, artigos e crônicas de escritores de sucesso e as caricaturas de políticos. Através do avanço de técnicas gráficas, *Caras y Caretas* traz capas e algumas páginas internas em impressões coloridas.
[65] Cf. S/A. Conmemoración del 1º de Mayo: meeting socialista. *La Nación*. Buenos Aires, 02 mai. 1899. p. 5.
[66] Cf. S/A. El 1º de Mayo en Buenos Aires. *Caras y Caretas*, n. 31, 06 mai. 1899. s/p.

Córdoba, de onde se dirigem para a Plaza Rodríguez Peña. O grupo ocupa a rua e as calçadas próximas ao conselho nacional de educação, as bandeiras estão hasteadas de frente à sacada de um edifício que serve de tribuna. O tipógrafo Baldovino, argentino, inicia as intervenções pelo fato de ser delegado do comitê executivo nacional dos socialistas. Nesse momento, um grupo de anarquistas protesta por não permitirem que um dos seus fale, o grupo insiste para que o Dr. Arturo Riva[67], sócio do consultório jurídico de Gori, se pronuncie; entretanto, não lhe concedem a palavra. O segundo a falar é o estudante do 7º ano do curso de medicina, José Ingenieros. O delegado Baldovino encerra o ato com a banda a celebrar a data *obrera*.

A abordagem da *Caras y Caretas* é um pouco diferente do que é noticiado pelo *LN*, primeiro porque a revista oculta a participação dos anarquistas – ou melhor, mencionam alguns nomes e fotos de socialistas e anarquistas, sem, contudo, identificá-los com o anarquismo – Gori, por exemplo, tem sua foto publicada, onde é identificado como diretor da revista *Criminalogía Moderna*; e, também, pelo motivo de *Caras y Caretas* chamar atenção para o crescimento dos ideais socialistas e das organizações do socialismo na Argentina, que, segundo a revista, é um fenômeno sociológico a adquirir proeminência no cenário político, um fenômeno novo na ação política do país, com 15 mil filiados, e que pretende eleger um dirigente no congresso argentino.

A omissão aos anarquistas no primeiro de maio de 1899 não se repete na publicação de *Caras y Caretas* do dia 11 de agosto de 1900 (n. 97) e do dia 11 de maio 1901 (n. 136), em que, pelo contrário, a revista decide tratar como o movimento anarquista que cresce e fortalece o movimento operário argentino.

O ensaio de 1900[68], *El anarquismo en el Río de la Plata*, é uma reconstrução histórica

---

[67] Anarquista e advogado italiano que chegou a Buenos Aires no dia 6 de agosto de 1898, no barco Aquitaine, procedente de Marselha (França). Seus dados de origem são: 28 anos de idade, casado, advogado e católico. As informações sobre a chegada de Riva na capital argentina foram obtidas por intermédio do Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA), que está vinculado a Universidad Nacional de Tres de Febrero, localizado no *Museo de la Inmigración de Buenos Aires*. Arturo Riva foi o primeiro sócio de Gori. Além disso, tive acesso às Actas de sesiones del consejo directivo de la Facultad de Derecho, e estas revelam que Arturo Riva solicitou a revalidação do diploma: "en la solicitud de revalida del abogado italiano Arturo Riva, doctor de la Universidad de Pavia, se resolvió exigir a este que acentuara la reciprocidad con esa Universidad. Y que el señor decano recabara por los órganos correspondientes, del señor ministro de la república de Italia, si la Universidad de Buenos Aires está comprendida en el artículo 140 de la ley de Instrucción Pública de aquel reino". Cf. UBA. Actas de sesiones del consejo directivo de la Facultad de Derecho. *Museo y archivo histórico de la Facultad de Derecho*. Buenos Aires, 1898 a 1902. p. 188. Ademais, o *LN* informa a conferencia de Riva, um dos condenados, segundo o jornal, a quatorze anos de prisão pelos distúrbios que ocorrem em Milão. A conferencia ocorre no Centro Socialista Obrero e o título da palestra é intitulada La función educadora del socialismo. Cf. S/A. Conferencia. *La Nación*. Buenos Aires, 06 oct. 1898. p. 6.

[68] Nessa edição de *Caras y Caretas*, após o ensaio, agora, em análise, pública uma fábula intitulada *Anarquismo*.

dos grandes nomes e fatos que dizem respeito ao anarquismo cultivado nessa região; a matéria retrata os adeptos dessa doutrina que reúne pessoas de todas as partes do mundo, uma comunidade de ideais, de caráter positivista. O texto diz ser uma boa oportunidade para contribuir com os debates acerca do anarquismo no Río de la Plata, a fim de viabilizar uma compreensão mais acurada das ideias libertárias presentes nos diversos cantos do mundo, com maior expressão nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde têm, segundo a reportagem, maior liberdade. Informa que em 1876 funda-se o "Centro de propaganda obrera", que Enrique [sic] Malatesta chega em Buenos Aires em 1884, realiza várias conferências, e publica o *La Questione Sociale*, que é o primeiro periódico desse gênero na América Sul, o *El Perseguido*, um semanário que dura oito anos. Em seguida, o texto de *Caras y Caretas* lista uma série de jornais libertários que fazem parte do rol de propaganda anarquista, publica as fotos das mulheres e dos homens militantes e colaboradores dos diversos periódicos ácratas. Além disso, a reportagem salienta que os grupos anarquistas logram criar uma grande casa de espetáculos, a *Casa del Pueblo*, situada na rua Calao, onde frequentemente ocorrem conferências de Gori, Guaglianone e outros; "en dicho centro existía un escenario donde el grupo dramático "El Arte por la Anarquía", dio representaciones del teatro revolucionario: obras de Ibsen, Sudermann, (...), Tolstoi, Mirabeau y Gori"[69]. Algumas das atrizes que formam o elenco dos dramas libertários são também colaboradoras de jornais, como, por exemplo, Olga S. Bianchi (colaboradora de *L'Avvenire)*, Antonia Benvenuto (propagandista de Montevidéu) e Maria Calvia (redatora de *La voz de la Mujer*). No final do ensaio, o escritor pondera que os anarquistas da região de La Plata resistem à luta política, "teniendo la convicción de que el Estado, cuando las circunstancias de conservación se lo mandan, otorga la mejora que se impone seriamente, y aseguran que van a la revolución social"[70], que somente é possível à medida que os cérebros evoluírem ao ponto de enfrentar os preconceitos, o alcoolismo, a pachorra e o delito. Conclui-se que os anarquistas dessa região pensam desse modo, "no hay motivo para que sean molestados por la policía, y resultan tan inofensivos como los que creen en las metempsicosis"[71].

Em 1901, por ironia das circunstâncias, ou, quem sabe, pela envergadura anarquista, a comemoração do primeiro de maio em Buenos Aires é noticiada pela *Caras y Caretas*, n. 136, onde uma página retrata as manifestações socialistas e outra as manifestações anarquistas.

[69] Cf. S/A. El anarquismo en el Río de La Plata. *Caras y Caretas*, n. 97. Buenos Aires, 11 ago. 1900. s/p.
[70] Op. Cit. s/p.
[71] Op. Cit. s/p.

Estes ganharam espaço na imprensa em face do coletivo organizado nos últimos anos. Esse é o motivo da publicação afirmar que socialistas e anarquistas optam por manifestarem-se separadamente.

O percurso dos socialistas é tal qual o de 1899, militantes que creem nas doutrinas marxistas do seu tempo e estão representados pelas sociedades *obreras* que participam da festa. A comemoração dos anarquistas, segundo a matéria, oferece os mesmos atos praticados pelos socialistas, isto é, hinos, canções, bandeiras vermelhas, brancas, azuis e verdes: "toda la escuela impresionista de la pintura moderna"[72], o público ouve com atenção os companheiros Basterra, Montesano, Orsini, Trotiño e Ghiraldo, que discursam na Plaza del Once.

Não é por acaso que os trabalhadores acabam por criar a *Federeción Obrera Argentina* (*FOA*)[73], alguns dias após o primeiro de maio de 1901, justamente porque as manifestações aquecem e expõem a realidade do trabalhador, organiza-os para a luta cuja eficácia pode ser ditada pela reunião do dia 25 de maio, realizada em Buenos Aires na "Sociedad Ligure", onde se dá a abertura do *Congreso Obrero Gremial*, a participar 50 delegados que representam 27 sociedades *obreras* da capital e do interior da Argentina[74]. Gori, e seu amigo Gregorio Inglán Lafarga são delegados da sociedade de *Ferrocarrileros de Rosario*. Segundo Iacoov Oved, a grande maioria dos representantes das sociedades operárias é anarquista.

O congresso é realizado nos dias 25 e 26 de maio e 2 de junho. A pauta da primeira sessão do evento é extensa, as sociedades que participam são responsáveis por apresentar e dirigir o debate das temáticas, dentre as quais destaco a organização do trabalho no campo, a defesa da jornada de 8 horas de trabalho, abolição do trabalho industrial para menores de 13 anos de idade e aumento salarial. A segunda sessão converge para um item importante, a criação da *FOA*, tema que opõe anarquistas e socialistas. Enquanto os primeiros desejam a criação da federação, os segundos são contrários à criação diante da pequena quantidade de sindicatos, e após as discussões decide-se pela fundação da entidade. A quarta sessão define que a federação publicará um jornal, *La Organización Obrera*, examina as questões relativas à redução da jornada de trabalho, à igualdade de salários para os trabalhadores de ambos os sexos e a arbitragem das disputas laborais, tema em que Gori se posiciona a favor, e apresenta a moção:

---

[72] Cf. S/A. El primero de mayo en Buenos Aires. *Caras y Caretas*, n. 136. Buenos Aires, 11 may. 1901. s/p.
[73] A partir de 1904 o nome da entidade é alterado para *Federación Obrera Regional Argentina* (*FORA*).
[74] Para maiores informações sobre a quantidade de sociedades *obreras* a participar do primeiro congresso da *FOA*, consultar OVED, Iacoov. 1978. pp. 163-164.

> La Federación Obrera Argentina, afirmando la necesidad de esperar solamente de los obreros la conquista integral de los derechos de los trabajadores, se reserva en algunos casos resolver los conflictos económicos entre el capital y trabajo por medio del juicio arbitral, aceptando solo por árbitro a aquellas personas que presenten serias garantías de respeto por los intereses de los trabajadores.[75]

A votação da moção dá-se em um ambiente atribulado, e o resultado da votação é de 21 votos favoráveis, 17 contrários e 4 abstenções. A tensão da contenda repercute por algum tempo no setor ácrata, já que a moção preparada por Gori, e votada na quarta sessão, é uma das mais interessantes disputas do congresso. A quinta sessão debate a legislação trabalhista, outra proposta que gera uma acalorada discussão e resulta na decisão dos congressistas de lutarem pela proibição do trabalho das mulheres nas indústrias, do trabalho para os menores de 15 anos de idade, de contestar os patrões com o intuito de lograr melhores condições laborais, e a greve geral. O boicote e a sabotagem podem constituir-se meios de combate e a última resolução determina, por fim, que os operários devem se abster de trabalhar no primeiro de maio, organizar uma grande manifestação contra a exploração capitalista e propagar as reivindicações trabalhistas. Sobre o ato, "P. Gori declara que poco importa cómo se llama: manifestación, afirmación, fiesta; baste que la agitación en ese día sea poderosa"[76].

No domingo, dia 2 de junho, ocorre a sexta, a sétima e a oitava sessão do congresso no "Centro Socialista", Buenos Aires, onde continuam as discussões sobre os assuntos das sessões anteriores, algumas considerações de moções propostas por alguns delegados, sobre o regime de pessoa jurídica da entidade e a decisão de aprovar a proposta pela qual a *FOA* se compromete a se solidarizar com as vítimas da propaganda, isto é, com os que sofrerem prejuízos por participarem das manifestações e das atividades da federação. A última sessão delimita as proposições a serem abordadas nas próximas reuniões e os estatutos por redigir. Além disso, os delegados, por meio de uma votação secreta, elegem o comitê administrativo da *FOA*, e o resultado da eleição atesta a predominância dos anarquistas e seus simpatizantes, dado que demonstra a influência do ideário libertário nos sindicatos operários nesse período.

O historiador Iaacov Oved afirma que o *Congreso Obrero Gremial* é o início de um novo capítulo na história do anarquismo argentino. O fato de os anarquistas participarem massivamente da arena econômica e social merece outra observação: a de que é difícil não

---

[75] GORI apud OVED, Op. Cit., 1978. p. 168.
[76] Op. Cit. p. 169.

reconhecer o anarquismo como uma das variáveis no processo de desenvolvimento social e econômico do pós 1901, na Argentina, tendo em vista que "los procesos se nutrían en el pasado de factores distintos, que sólo en parte eran comunes. En 1901 *los procesos se encontraron y entrelazaron, uno con otro*"[77].

Os periódicos anarquistas *El Rebelde* e *La Protesta Humana* tratam sobre o congresso de constituição da *FOA* e o controverso tema da arbitragem. A crítica ácida do *El Rebelde* à realização do congresso, publicada no dia 9 de junho de 1901, se deve ao fato de que as tratativas em torno das legalidades são, para eles, sem serventia, e posicionam-se contrários às deliberações sobre as leis que instrumentalizam a ação da entidade, como a arbitragem, a legislação trabalhista, a greve geral e outras. Para o jornal, o apoio de Gori à arbitragem como meio de solução de conflitos entre *obreros* e patrões é uma ação questionável, ou, no mínimo, é dizer que Gori é demasiado a favor das leis, e, por esse motivo, alguns setores anarquistas o julgam como socialista. Essa publicação revela o desgosto de alguns ácratas com a aprovação da moção de Gori sobre o tema da arbitragem, inclusive entre os libertários organizacionistas que publicam uma crítica ao italiano no *La Protesta Humana* do dia primeiro de junho. Entretanto, o nosso personagem procura defender seus posicionamentos, quando este periódico, por exemplo, publica o artigo de Gregorio Iglán Lafarga, *La Conferencia del Domingo*, a discutir o tema da arbitragem e o posicionamento de Gori sobre o assunto. O escrito de Lafarga apresenta o argumento do advogado italiano:

> Reconociendo a los trabajadores el derecho de poseerlo todo, debían limitarse a ir consiguiendo cada vez algo más. Hasta cierto punto, por eso había defendido él el arbitraje en el Congreso Obrero, con las consiguientes reservas, y sólo como recurso propio de emplearse en extremadísimos y decisivos momentos de la lucha proletaria, aun cuando lo rechazaba como principio y como medio de solucionar los conflictos entre el capital y el trabajo. Expuso que creía peligroso y aun autoritario que la Federación Obrera Argentina, por la influencia del doctrinarismo anarquista, hubiera tenido que renunciar a un recurso que pudiéramos llamar de última hora, y que empleado con las consiguientes precauciones, alguna vez podía evitar a los trabajadores derrotas catastróficas. Desde este punto de vista y considerando que cunado el arbitraje no pudiera ejercerse de potencia a potencia entre obreros y patrones, podrían intervenir en la solución de conflicto personas humanistas y de la completa confianza de los trabajadores no ministros, ni personajes oficiales[78].

A atividade anarquista no ano de 1901 é determinante para ampliação da propaganda dos círculos libertários da capital, principalmente na região suburbana da cidade, como Boca,

---

[77] Grifo do autor. Op. Cit. p. 173.
[78] Op. Cit. LAFARGA apud OVED, Iacoov. 1978. p. 175-176.

Barracas, Belgrano, Cabalito, Flores e outras. Os periódicos anarquistas organizacionistas defendem que os membros de cada grupo libertário devem convidar companheiros de outros grupos para sua casa, para os cafés, onde puderem se encontrar, com o fim de organizar festas e toda uma estrutura que amplifique as ideias anarquistas. Enquanto uns grupos se dedicam a organizar festas, outros são responsáveis por construir escolas para adultos e crianças, alguns a promover cultura libertária através da música, do teatro, da ciência e outros dedicam-se aos assentamentos agrícolas – atividades que procuram amplificar as ideias anarquistas. Nesse ano, os jornais *L'Avvenire* e *La Protesta Humana* adquirem um espaçoso local em Buenos Aires onde eles podem realizar assembleias, conferências, entrevistas, enfim, uma importante conquista do movimento libertário bonaerense.

No dia 18 de novembro de 1901, o *LN* publica a notícia:

> MOVIMIENTO OBRERO
> Federación de los trabajadores del puerto – En el teatro Iris de la Boca se llevó a cabo ayer la asamblea a que habían sido convocados los obreros del puerto para escuchar la conferencia que debía dar el Dr. Gori, acerca de la necesidad de organizar una federación de los trabajadores. Estaban presentes delegaciones de los obreros de Campana, Rosario, Bahía Blanca, San Nicólas, Montevideo y Paraguay y entre los trabajadores que asistían a la asamblea había estibadores, maquinistas, foguistas, pilotos, prácticos, marineros y de otros oficios del gremio. La conferencia del Dr. Gori versó, como decimos, sobre la organización de la federación obrera y habló con tal motivo que se hacía en Europa y Estados Unidos, siendo frecuentemente interrumpido por los aplausos de la concurrencia. Después del discurso del Dr. Gori la asamblea votó una orden del día, manifestando que los obreros del puerto prestarían su apoyo a los mecánicos de los talleres de Mihanovich que se han declarado recientemente en huelga y llegado el caso harían causa común con ellos. En la federación que está en vías de formación entrarán todos los obreros del Río de la Plata, Alto Paraná y Paraguay, cualquiera que sea su oficio, pues hay el propósito de darle un carácter internacional.

Assim, a atividade anarquista na Argentina se move em franca ascensão em 1901. A luta libertária enraíza-se no tecido social argentino, alarga os horizontes da propaganda e age com absoluta liberdade de atuação tanto nas ruas quanto na escrita e na arte, a despeito de alguns episódios onde houve certas restrições, mas, até esse momento, sem caráter político, estatal, policialesco. Em 1902, promulga-se a *Ley de Residencia* e muda a toada libertária.

A lei, de autoria do senador Miguel Cané, inspirada por uma solicitação da *Unión Industrial Argentina*, é redigida no ano de 1899 e legisla sobre a expulsão dos imigrantes do país, porém a norma é promulgada em 1902 como forma de conter o movimento operário argentino pujantemente influenciado pelos imigrantes trabalhadores, propagandistas libertários, dirigentes das sociedades ou federações, a engenharia anarquista que Cané

pretende combater. O senador Cané[79] é de origem do patriarcado argentino, um membro da classe dirigente a iniciar a carreira como escritor dos periódicos *La Tribuna* e *El Nacional*, e a partir daí é diretor geral dos *Correos y Telégrafos*, depois deputado, senador, agente diplomático na Colômbia, Áustria, Alemanha, Espanha e França, prefeito de Buenos Aires e ministro do *Interior* e de *Relaciones Exteriores*. Além de todos esses postos da burocracia estatal, ele é escritor, se considera também cientista social, e com o fim do século ele se propõe a questionar os fundamentos e os defensores de movimentos libertários. Para Cané é inevitável acionar a força da ordem *vis-à-vis* a ascensão do movimento *obrero* e anarquista, que lutam contra os setores hegemônicos da elite argentina.

Na prática, a execução da *Ley de Residencia* em 1902 permite a imposição da censura à imprensa libertária e a expulsão dos anarquistas estrangeiros, principalmente os italianos e os espanhóis, como modo de impedir as greves e de eliminar a influência dos anarquistas sobre os trabalhadores. Em agosto desse ano há ataques à *FOA*, retaliação aos sindicatos, o poder estatal apodera-se dos documentos das entidades *obreras*, a polícia reprime os trabalhadores mobilizados nos portos da capital e do interior que reivindicam melhores condições salariais e laborais.

Os conflitos instigam a repressão do governo argentino, os trabalhadores realizam a greve geral do dia 22 de novembro, mesmo dia em que é sancionada a lei 4144, a *Ley de Residencia*. Logo após a sanção da lei, "500 indivíduos foram deportados, o que desencadeou uma greve promovida pela *Federación Obrera Argentina*. O período (...) foi marcado pelo Estado de sítio, deportações, censura, fechamento de centros culturais e sociedades de resistência"[80].

Pietro Gori havia deixado sua residência e o continente latino-americano em janeiro de 1902, e não vivencia os trágicos acontecimentos que decorrem da sanção da lei, embora em 1903, da Itália, por meio do jornal *La Prensa*, ele se pronuncie criticamente em relação à promulgação da lei, que é, para ele, um instrumento autoritário, nocivo aos trabalhadores, e com poucas chances de durar na medida em que se contrapõe ao espírito liberal da república que ele conhece e só tem a agradecer[81].

---

[79] Para mais informações sobre Miguel Cané, consultar Cf. TERÁN, Oscar. Op. Cit. pp. 13-82.

[80] Cf. GERALDO, Endrica. Políticas de expulsão de estrangeiros: Brasil e Argentina nas primeiras décadas do século XX". *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP*. Campinas, setembro, 2012. p. 3.

[81] ALBORNOZ, Martín, 2014a. p. 45.

Considerações Finais

A atuação de Gori na Argentina é polivalente uma vez que nosso personagem protagoniza dezenas de conferências e os outros atos, discursa não só a anarquistas e operários, mas, também, a socialistas, liberais, empresários e comerciantes, apresentando as suas ideias sobre família, religião, ciência e guerra[82]. Nesse contexto, as várias fontes[83], o *LN*, a *Caras y Caretas* e os periódicos anarquistas parecem convergir para um aspecto peculiar da residência portenha do italiano. Com efeito, no meio de ásperas contraposições entre anarquistas "individualistas", "organizacionistas", socialistas, socialistas "científicos", comunistas, anarco-comunistas, entre tantas outras, o advogado siciliano se relaciona com todas as tendências e correntes com a mesma "autoridade", ao que parece, porém, exerce com leveza e com recurso a dotes e estilos oratórios reconhecidos por muitos, em diferentes setores sociais. Além disso, ele estimula a organização anarquista, fomenta a criação da *FOA* e de círculos culturais que cumprem o papel de expandir as ideias e os ideais libertários, e também publica seus ensaios e peças teatrais. Os teatros portenhos e os grupos anarquistas hospedam as conferências, as peças teatrais e os duelos oratórios de Pietro Gori, demonstrando, dessa forma, como se desenvolve a sua presença (e influência) no movimento operário e anarquista argentino finissecular.

Referências

Documentais

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Departamento de Documentos Escritos*. Buenos Aires. Argentina.

CEMLA. Certificado de arribo a América de Arturo Riva. *Museo de la Inmigración*: Universidad Nacional de tres de Febrero. Buenos Aires. Argentina.

UBA. Actas de sesiones del consejo directivo de la Facultad de Derecho. *Museo y archivo histórico de la Facultad de Derecho*. Buenos Aires. Argentina.

Bibliográficas

ALBORNOZ, Martín. Los encuentros de controversias entre anarquistas y socialistas. In: BRUNO, Paula (Org.). *Sociabilidades y vida cultural*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2014b. p. 187-218.

________________. Pietro Gori en la Argentina (1898-1902): anarquismo y cultura. In:

[82] CANALES URRIOLA, Op. Cit., 2016, p. 276.
[83] Como, por exemplo, Juan Suriano, Juan Canales Urriola e Martín Albornoz, entre outros.

BRUNO, Paula (Org.). *Visitas culturales en la Argentina, 1898-1935*. Buenos Aires: Biblos, 2014a, p. 23-48.

ANSOLABEHERE, Pablo. *Literatura y anarquismo en Argentina (1879-1919)*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2011. 368p.

BAYER, Osvaldo. *Los anarquistas expropiadores, Simón Radowitzky y otros ensayos*. Coyaique: Sombraysén Editores, 2008. 132p.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et. al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp. 105-145.

BRAVO, Gian Mario. Anarquismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. 12. ed. São Paulo: Editora UNB – Imprensa Oficial SP, 2002. V. 1. 674p.

CANALES URRIOLA, Jorge Ariel. *Le valigie dell'anarchia:* percorsi e attivismo degli anarchici emiliani e romagnoli in Argentina e Brasile nella svolta a de fine Ottocento. Bologna, 2016. 479 f. Tese (Doutorado em Política, Instituição e História) – Università di Bologna.

CARAS Y CARETAS. Buenos Aires, 1898-1902. Semanal.

DILLON, César A.; SALA, Juan Andrés. *El teatro musical en Buenos Aires*: Teatro Doria- Teatro Marconi. Buenos Aires: Gaglianone, 1998. 495p.

GERALDO, Endrica. Políticas de expulsão de estrangeiros: Brasil e Argentina nas primeiras décadas do século XX". *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP*. Campinas, setembro, 2012. pp. 1-10.

GILIMÓN, Eduardo. *Hechos y comentarios y otros ensayos*: el anarquismo en Buenos Aires (1890-1915). Buenos Aires: Libros de Anarres-Terramar, 2011. 142p.

GOLLUSCIO DE MONTOYA, Eva. Círculos anarquistas y círculos contraculturales en la Argentina de 1900. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, nº 46, 1986, Contre-cultures, Utopies et Dissidences en Amérique latine. pp. 49-64.

LA NACIÓN. Buenos Aires, 1898-1902. Diária.

OVED, Iaacov. *El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina*. México: Siglo XXI Editores, 1978. 459p.

SANTILLÁN, Diego Abad de Santillán; ARANGO, Emilio López. *El anarquismo en el movimiento obrero*. 2. ed. (digital). Buenos Aires: ¡Libertad!, 2014. 95p.

SERANTONI, Fortunato. Disponível em: < http://www.archiviobiograficomovimentooperaio.org/index.php?option=com_k2&view=item &id=26551:serantoni-fortunato&lang=it >. Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

SURIANO, Juan. *Anarquistas*: cultura y política libertaria en Buenos Aires 1890-1910. Buenos Aires: Manantial, 2001. 361p.

TARCUS, Horacio. Bio-bibliografia de José Ingenieros. In: TARCUS, Horacio; PETRA, Adriana (coord.). *Fondo de archivo José Ingenieros*. Guía y catálogo. San Martín: USAM EDITA, 2011. p. 17-40.

________________. *Marx en la Argentina*: sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos. 2. ed. Buenos Aires: SigloXXI, 2013. 544p.

TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*: derivas de la "cultura científica. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

ZARAGOZA, Gonzalo. *Anarquismo Argentino (1876 – 1902)*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1996. 539p.

Recebido em: 28.07.2017
Aprovado em: 28.09.2017

Nos bastidores de um jornal anarquista: comentários sobre o processo de produção e circulação do jornal *A Terra Livre* entre os anos de 1905 e 1910

Lucas Thiago Rodarte Alvarenga[*]

Resumo

O propósito deste trabalho é analisar o jornal libertário anarquista *A Terra Livre,* lançado em São Paulo em 1905, tendo sua circulação até o ano de 1910. O artigo prioriza o jornal em sua concepção, estruturação e formas de veiculação, bem como a atuação de seus idealizadores: Edgard Leuenroth e Neno Vasco, jornalistas e importantes militantes libertários da época. Nessa análise, busca-se identificar e compreender as diversas estratégias buscadas pelos idealizadores para criar um novo jornal e mantê-lo em circulação entre os trabalhadores brasileiros da época, dada as dificuldades financeiras para a sua sobrevivência. Em suma, o artigo mostra a realidade em se fazer jornalismo independente no início do século XX no Brasil.

Palavras-chave: Jornal A Terra Livre; Imprensa Anarquista; Movimento Operário; Cultura Libertária.

Abstract

The purpose of this work is to analyze the libertarian anarchist newspaper, *Terra Livre*, which was launched in São Paulo in 1905 and circulated until 1910. The paper, result of a research to obtain a Master's degree in History from the Federal University of São Paulo, prioritizes the newspaper in its conception, structure and forms of publication, as well as the work of its creators: Edgard Leuenroth and Neno Vasco, journalists, anarchists and important libertarian activists of the time. In this analysis, we seek to identify and understand the various strategies sought by the idealizers to create a new newspaper and keep it in circulation among Brazilian workers of the time, given the financial difficulties for their survival. In short, the article shows the reality of doing independent journalism in the early twentieth century in Brazil.

Keywords: Journal A Terra Livre; Anarquista Press; Labour Movement; Libertarian Culture.

[*] Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Introdução

O artigo aqui apresentado é fruto de um intenso trabalho, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob o processo 2014/23467-4[1]. A pesquisa tratava do jornal anarquista *A Terra Livre*, priorizando o jornal em sua concepção, estruturação e formas de veiculação, bem como a atuação de seus idealizadores: Edgard Leuenroth e Neno Vasco, jornalistas, anarquistas e importantes militantes libertários da época. Nessa análise, buscava-se identificar e compreender as redes sociais formadas pelo conjunto jornalistas/leitores/subscritores e o papel delas como contribuinte para a circulação do impresso e para consolidação de bases do movimento operário, bem como analisar o processo de disputa pela cultura literária paulistana e carioca, evidenciando as movimentações hegemônicas dos jornais de grande circulação pelos círculos de poder na sociedade civil e pela tentativa dos jornais operários e suburbanos[2] em contrabalancear esses jogos de poder. O artigo aqui elaborado é parte da dissertação apresentada à banca e agora divulgada.

Os estudos dos jornais operários tornaram-se fontes preciosas para entender o processo de organização e sociabilidade da classe trabalhadora no início da industrialização do Brasil. Diversos foram os trabalhos publicados, intensificados a partir da década de 1970[3], e que ofereceram um panorama primordial sobre a produção jornalística dos trabalhadores desde o início do século XX e se estendendo até os dias atuais. Mais do que obras já consagradas, estes estudos jogaram luz em uma gama de fontes – antes relegadas pelos historiadores – abrindo

---

[1] ALVARENGA, Lucas Thiago Rodarte. *O homem livre sob a terra livre*: o tipógrafo, o jornalista libertário e a rede social do jornal A Terra Livre (1905-1910). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo. 2017.

[2] O termo "jornais suburbanos", citando o trabalho do pesquisador Leandro Climaco Mendonça, remonta aos jornais produzidos pelas classes operárias, relegadas a residir em bairros afastados do centro econômico e social das grandes cidades e próximos das zonas industriais. O jornal A Terra Livre, objeto desta pesquisa, era redigido no bairro do Brás, em São Paulo, bairro operário, distante do centro comercial da cidade paulistana da época. Cf. MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens*: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. 2011.

[3] Citarei aqui apenas alguns trabalhos importantes que iniciaram o estudo sobre a imprensa operária no Brasil e que foram o norte para o início dessa pesquisa onde os resultados serão parcialmente aqui apresentados: BIONDI, Luigi. *Classe e nação*: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920). Campinas: Ed. Unicamp, 2011; FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Atica, 1988; HALL, Michael M; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil.* 1889-1930: documentos. Vol. 1. O Movimento Operário. Col. Política. São Paulo: Ed. Alfa Omega. 1979; HARDMAN, Franscisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* Vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983; MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1982; MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979; PRADO, Antônio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil:* memórias, luta e cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias:* ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Ed. Unicamp, 2004; TRENTO, Angelo, *Imprensa italiana no Brasil, séculos XIX-XX.* São Carlos: Ed. UFScar, 2013. Trad.: Roberto Zaidan. 276p.

uma nova possibilidade para conhecermos as lutas dos trabalhadores e seus processos de sociabilidade dentro do contexto das grandes metrópoles brasileiras da época.

Para as autoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto[4], transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e o estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma. Como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa.

Para a autora Maitê Peixoto[5], ao encarar a imprensa operária enquanto fonte, o pesquisador está optando por utilizá-la como suporte para reflexões que ultrapassam os limites do jornal em si, enfatizando, entre outros aspectos, as discussões que dizem respeito à dinâmica interna de produção e circulação do periódico. Essa perspectiva pode ser compreendida (no que se refere à imprensa operária) num passado recente, visto que boa parte desse material ainda não estava disponível nos arquivos.

Tânia Regina de Luca[6] também argumenta que os jornais não são, na maioria das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os tornam projetos coletivos e devem ser encarados como tal pelo historiador, pois agregam pessoas em torno de ideais, crenças e valores que se pretende discutir, a partir da palavra escrita.

Os jornais das classes trabalhadoras, além de produção cultural de uma classe, são também um produto de uma luta social, resultado de um processo de negação da realidade vigente. Além de ser a fonte privilegiada para o estudo do movimento operário e para a própria caracterização da classe trabalhadora nos primórdios do regime republicano no Brasil, a imprensa operária torna-se uma possibilidade de conhecimento das iniciativas políticas dos trabalhadores do início da República.

É nesse aspecto que se encaixa a pesquisa sobre o cotidiano de produção do jornal anarquista paulistano *A Terra Livre.* A publicação, de periodicidade quinzenal, foi lançado

---

[4] CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História,* São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

[5] PEIXOTO, Maitê. A partilha da experiência visual vivenciada nas páginas do jornal *A Plebe*. *Revista Latino-Americana de História.* Vol.2, nº7. Setembro de 2013.

[6]LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas.* 2. ed. 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2000.

originalmente em São Paulo em 1905, e posteriormente mudou sua redação para o Rio de Janeiro em 1906. O periódico foi idealizado por iniciativa dos anarquistas Edgard Leuenroth e Neno Vasco, ambos jornalistas e militantes libertários ligados à classe operária. O jornal teve uma tiragem de 75 exemplares, durante toda a sua vida de publicação, entre 1905 e 1910.

A pesquisa refaz essa trajetória desde o processo de criação até a sua derrocada, muito em consequência das dificuldades financeiras enfrentadas pelo jornal. Esse artigo trará um panorama sobre a vida desse periódico, evidenciando, principalmente, todas essas dificuldades enfrentadas pelos editores que os obrigava a tomar as mais diversas iniciativas para tentar conter o fim da publicação e do espaço dedicado à educação política dos trabalhadores.

1. Da derrota imposta nasce uma semente: a criação de um jornal anarquista

Desde o fim do século XIX, o Brasil passava por uma intensa transformação, fruto, em grande parte, da proclamação da República, do início da industrialização e da imigração em massa. Tais transformações nem sempre foram benéficas à grande população[7]. A cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo foram os centros urbanos que mais evidenciaram esta realidade. A partir de 1890, nestes estados (Rio de Janeiro e São Paulo), a força de trabalho estrangeira se tornava consistente no caso paulista[8], enquanto no caso carioca (e fluminense), os trabalhadores eram, em sua maioria, brasileiros, descendentes de escravos, mas com uma parcela nada desprezível de imigrantes.

O mercado de trabalho industrial era formado por esses imigrantes que abandonavam as áreas agrícolas, devido às péssimas condições de trabalho, ou quando os salários agrícolas eram comprimidos (nos momentos de retração do mercado cafeeiro)[9]. A absorção desse contingente populacional em tão pouco tempo na zona urbana das grandes cidades foi um processo conturbado, tanto do ponto de vista econômico como urbanístico. Em seus extremos, a abertura de novos lotes para uso e ocupação das classes médias e dominantes foi

[7] A emergência da República brasileira é marcada por um condicionamento peculiar no trato da chamada “questão social”. O fim da escravidão negra e da monarquia não se traduziu em melhorias nas condições de vida dos segmentos populares. Paralelo a esses acontecimentos deu-se o estabelecimento da industrialização em massa no país, ao lado de uma intensificação da imigração de trabalhadores europeus para suprir uma mão de obra em falta no mercado. Cf. HALL, Michael. Imigrantes da cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954). Vol.3. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.
[8] *Id ibid*, *Op. cit*. p. 121.
[9] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro.* 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

acompanhada da proliferação de cortiços e habitações coletivas[10].

Essa nova parcela populacional presente nos grandes centros urbanos foi praticamente relegada do processo político e econômico, já que o Estado adotou uma posição liberal clássica de não-intervenção nas relações entre capital e trabalho[11]. Criara, assim, um cenário perfeito para a disseminação de teorias libertárias com o objetivo de educação e politização dos trabalhadores. Muitas se espalharam pelos bairros operários, mas uma em especial, arrebatou os trabalhadores e transformou a vida pública do operário: o anarquismo. Não é objetivo aqui neste artigo debater a origem desse movimento, bem como sua penetração pelos trabalhadores brasileiros, mas sim as formas de atuação dos militantes neste cenário de rápida industrialização.

A chegada do anarquismo no Brasil e, sobretudo em São Paulo, foi muito mais dependente da presença e do desempenho dos trabalhadores imigrantes e de suas redes interpessoais do que da absorção das ideias por segmentos sociais brasileiros e adaptadas às realidades cotidianas destes. Era um movimento essencialmente transnacional.

No período entre 1890 e 1897 o anarquismo constituiu seus primeiros grupos e realizou suas primeiras ações tendo como protagonistas ativistas italianos recém-chegados ao estado de São Paulo[12]. Foi somente após a presença destes militantes em terras brasileiras e seu contato com trabalhadores locais, e outros de origem portuguesa, espanhola, etc., que o movimento passou a ganhar dinâmica e se expandir em outras redes interpessoais e a constituir base para o trabalho militante dentro das classes populares presentes em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e outros locais do Brasil.

Em geral, o movimento anarquista apresentou no Brasil uma estratégia pela utilização de formatos descentralizados e não hierárquicos. Mobilizavam-se em grupos de militantes, centrando-se numa organização interna em torno de papeis a serem exercidos ou funções rotativas a serem desempenhadas, de acordo com a finalidade do grupo: edição de periódicos, experiências comunais, grupos de propaganda ou de afinidade. Esses grupos eram responsáveis por uma variedade de iniciativas: organização de sindicatos; fundação e manutenção de escolas

---

[10] No caso paulistano o crescimento das habitações populares deu-se nos bairros situados ao longo das vias férreas (Água Branca, Barra Funda, Brás, Bom Retiro, Luz, Lapa e Ipiranga) e nas proximidades das várzeas de rios (Pari, Belenzinho, Penha e Mooca). Cf. *Id ibid*. *Op. cit.* p. 73.

[11] Nesse momento o país não possuia qualquer legislação trabalhista e, ao mesmo tempo, não reconhecia a representatividade das atividades sindicais que se iniciavam no Brasil. Cf. MAGNANI*, Op. cit.* p. 26.

[12] BIONDI, *Op. cit.* p. 135; MAGNANI, Op. cit. p. 60.

racionalistas e de bibliotecas populares; redação de periódicos; edição, tradução e circulação de obras anarquistas; etc. Esse formato de organização interna foi trazida por militantes anarquistas ao Brasil, pela imigração, como meio de organização e luta[13].

O protagonismo do movimento anarquista, presente em certas classes de trabalhadores manuais também precisa ser salientado, pois ele foi primordial para a formação dos jornalistas que iriam escrever para os periódicos operários durante quase toda a primeira metade do século XX. Muitos dos que se consideravam jornalistas em outros momentos, começaram suas militâncias no anarquismo trabalhando como tipógrafos em jornais de grande circulação e acabavam utilizando suas experiências para criar e administrar novos periódicos. Também não podemos deixar de considerar a participação de outros trabalhadores, sobretudo os trabalhadores manuais não especializados.

Esse número maior de operários gráficos (tipógrafos, tipistas, etc.) envolvido nas ações anarquistas pode decorrer do fato destes trabalhadores estarem, por ofício, mais próximos das atividades de imprensa e, por isso, mais diretamente envolvidos com os periódicos. Um exemplo importante é o caso de Edgard Leuenroth, tipógrafo e um dos fundadores do jornal *A Terra Livre.*

Entretanto, trabalhadores manuais não especializados, da base da pirâmide do setor produtivo e de serviços, começaram também a adquirir visibilidade ou foram recrutados pelos grupos anarquistas. Nas listas de subscrição e nas colunas dos jornais estavam cada vez mais presentes pedreiros, chapeleiros, sapateiros, carpinteiros, entre outros. Nesse período também surgiram ativistas não diretamente ligados ao trabalho manual, como advogados, jornalistas e escritores. A título de exemplo temos o advogado português Neno Vasco, outro fundador do jornal aqui estudado. Esse era o panorama das atividades anarquistas no Brasil.

A partir de 1900, a diversidade e pluralidade étnica do movimento anarquista, facilitada pela sua cultura internacionalista, passa a se afirmar na cidade de São Paulo, por meio dos contatos entre os ativistas aqui presentes e outros em diversos países. O resultado dessa pluralidade é o surgimento de diversos jornais como *O Amigo do Povo*, periódico escrito e organizado em São Paulo.

O jornal *O Amigo do Povo* foi criado no ano de 1902 por iniciativa dos militantes italianos Alessandro Cerchiai e Giulio Sorelli, pelos portugueses Neno Vasco e Benjamin Mota e pelo

---

[13] TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias:* ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 47.

espanhol Juan Bautista Perez. Foi o primeiro jornal anarquista, escrito parcialmente em língua portuguesa, a ter uma publicação regular. Durante seus três anos de existência (1902 a 1904), contou com 63 edições[14]. *O Amigo do Povo* surgira em meio a um debate entre a militância anarquista sobre a participação de seus membros na organização sindicalista dos trabalhadores. A tentativa, proposta pela militância dentro do jornal *O Amigo do Povo*, era sempre a presença dos anarquistas nas sociedades de resistência (sindicato) e seu esforço para presidi-las, e, com isso, deter o avanço de outras correntes socialistas. Visavam a greve geral; mas não a greve reivindicativa, pouco funcional, e que priorizava apenas ganhos temporários para o trabalhador. A greve deveria ser uma escola de dignidade e luta, que desencadearia a greve revolucionária, libertadora, alvo maior da militância anarquista[15].

A última das 63 edições de *O Amigo do Povo*, sairia no ano de 1904. O jornal fechava as portas, à Rua Bento Pires nº35, no bairro do Brás, em seu terceiro ano de circulação. As dívidas, a falta de subscrições voluntárias[16], que pudessem fazer frente às significativas despesas, não permitiram a continuidade do periódico. Mas, Neno Vasco não iria desistir tão fácil de seus meios de ação direta através da propaganda libertária. A alternativa encontrada por ele fora o planejamento de um novo periódico, esse com um direcionamento mais sindicalista, que evidenciasse ainda mais a realidade da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração dos patrões[17]. Assim, no dia 30 de dezembro de 1905, saía em São Paulo, o primeiro número de *A Terra Livre*. Mais uma vez era Neno Vasco o responsável pela correspondência, endereçada à

---

[14] TOLEDO, Edilene. *Em torno do jornal O Amigo do Povo:* os grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1993. p. 95.

[15] *Id ibid*, *Op. cit.* p. 97.

[16] A subscrição voluntária foi o maior ato de financiamento das ações anarquistas propostas pelos operários. Funcionava da seguinte forma: companheiros já conhecidos no meio operário eram solicitados pelos editores, ou se prontificavam a montar uma lista de pessoas que possivelmente poderiam realizar doações em dinheiro aos jornais. Essas listas eram espalhadas pelos bairros operários, seja em São Paulo ou no interior, e os interessados assinavam estas listas e identificavam o valor a ser doado. A lista era devolvida à redação do jornal e, normalmente, publicada nas páginas finais dos mesmos, estabelecendo um forte vínculo entre os leitores/financiadores e o jornal. Cf. LEAL. Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa:* literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1999.

[17] O autor Alexandre Samis, biógrafo da vida de Neno Vasco, nos traz a realidade desse momento na vida do advogado português: *"Neno percebia que era fundamental um jornal ágil e identificado com as premissas classistas do anarquismo, em colaboração com indivíduos dispostos a levarem para dentro do sindicato as propostas radicais compartilhadas por libertários que, como ele, viam na luta de classes o melhor meio de divulgar o ideal. No dia 30 de dezembro de 1905, saía em São Paulo, o primeiro número de A Terra Livre. (...) Mais uma vez era Neno Vasco o responsável pela correspondência, endereçada à Rua Santa Cruz da Figueira nº1; alguns números depois a redação mudaria para a Rua Maria Domitila nº88, também no bairro do Brás".* Cf. SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Minha pátria é o mundo inteiro:* Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese de doutorado- Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 98.

Rua Santa Cruz da Figueira nº1; alguns números depois a redação mudaria para a Rua Maria Domitila nº88, também no bairro do Brás[18].

Para a administração do periódico foi convidado o jovem libertário Edgar Leuenroth, recentemente convertido ao anarquismo pelos companheiros Ricardo Gonçalves e Benjamin Mota[19]. Leuenroth, apesar de jovem, já detinha certa experiência na confecção de jornais, já que fora administrador de dois pequenos periódicos que circulavam pelo Brás: o *Boi* e a *Folha do Brás*.

Dois fatos podem ilustrar a participação importante desse periódico dentro da militância anarquista brasileira. O primeiro fato que determinou os esforços doutrinários de Neno Vasco foi a aproximação do jornal *A Terra Livre* com o movimento anarquista presente na cidade do Rio de Janeiro, representada aqui pelo grupo de afinidade *Novo Rumo*, que se concentrava em publicar um jornal homônimo, ainda em 1905.

A militância anarquista estava presente no Rio de Janeiro desde a virada do século XIX, mas teve sua participação maior nos acontecimentos que culminaram uma conjuntura grevista em 1903, com início da paralisação das atividades da indústria têxtil carioca, ramo de atividade industrial mais contundente do estado. Os anarquistas tiveram o protagonismo dividido com alguns socialistas e futuros sindicalistas revolucionários, que lograram êxito em envolver as associações de classes de diversas profissões[20]. Os resultados das greves não foram satisfatórios, mas serviu para consolidar a organização anarquista que culminaria na formação do grupo de afinidade *Novo Rumo*, que cuidaria das atividades de organização de um jornal, opúsculos e folhetins, grupos de teatro e de conferência. Neno Vasco, escrevendo para as páginas do jornal *A Terra Livre,* engrossava o coro de apoiadores do movimento anarquista no Rio de Janeiro, publicando, sempre que possível, notícias, cartas, textos doutrinários, colunas

---

[18] *Id ibid*, *op. cit.* p. 98.

[19] O início de sua militância, segundo relatos de Yara Khoury, autora de sua biografia, dá-se nos núcleos anticlericais e de livre pensadores, que nucleavam sobre o jornal *A Lanterna*, lançado em 1901 pelo militante e grande amigo Benjamin Mota. Paralelo à sua entrada na Liga Anticlerical, Edgard começa a frequentar o círculo socialista 1º de Maio, parte da Federação do Estado de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro, que integrou até 1904. Dentro dos quadros do círculo, o libertário conhece o militante Ricardo Gonçalves, grande responsável por lhe apresentar as primeiras obras teóricas sobre o anarquismo. Já sensibilizado pelas obras de Kropotkin e Malatesta, logo Edgard abandona o socialismo para se tornar um libertário anarquista, fato que o acompanharia até o fim da sua vida. Cf. KHOURY, Yara Maria A. *Edgar Leuenroth:* uma voz libertária: Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista**.** São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1988. Outro texto que podemos citar sobre a trajetória de Leuenroth descrita por Yara Khoury pode ser resgatado no livro *A Formação das Tradições*, a saber: KHOURY, Yara Maria Aun. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições, 1889-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 113-130.

[20] SAMIS, *op. cit*. p. 109.

especializadas no movimento operário da capital federal.

Outro fato, digno de nota, que culminaria na criação e dinamização do jornal *A Terra Livre*, é a mudança de Leuenroth para o Rio de Janeiro, em 1905, na ocasião para trabalhar nas tipografias dos jornais *A Imprensa* e do periódico lusitano *Portugal Moderno*[21]. O trabalho em outro estado não foi fator limitante para que Edgard aceitasse o convite de Neno Vasco. Leuenroth não só aceitara o convite de administrador como passara a assinar, com pseudônimos, temendo sua demissão dos referidos jornais, algumas publicações dentro do jornal *A Terra Livre.* Os nomes adotados por Leuenroth para escrever ao jornal eram Demócrito e Palmiro Leão, ou, simplesmente, Leão[22]. A presença de Leuenroth no Rio de Janeiro pode ter facilitado a aproximação dos grupos anarquistas da *Terra Livre* e do jornal *Novo Rumo*, dado à amizade de Neno, e a presença de outros companheiros como Luigi Magrassi e Manuel Moscoso, dentro do grupo *Novo Rumo*.

Esses dois fatores contribuíram muito para, em 1906, acelerar a mudança da redação do periódico para o Rio de Janeiro, onde seria publicado até o fim de 1907. É nesse período que o jornal ganha maior notoriedade entre o movimento anarquista brasileiro, se tornando o maior porta voz dos trabalhadores de língua portuguesa, já que os trabalhadores italianos contavam com um jornal redigido em sua língua materna, o *La Battaglia.* O cotidiano de publicação do jornal, bem como suas maiores dificuldades enfrentadas, serão descritos nas próximas páginas deste artigo.

2. As características de um jornal operário: da ideia à diagramação

Em São Paulo, apenas na virada do século XIX para o XX, temos o crescimento e a circulação de diversos tipos de jornais. Estima-se que foram impressos mais de 600 publicações paulistanas, de diferentes espectros e vinculações políticas[23]. Os jornais diários também vão surgir de maneira exponencial, tendo o *Correio Paulistano* (1854); *Diário de São Paulo* (1865); *A Província de São Paulo* (que posteriormente passara a denominar-se *O Estado de São Paulo*, 1875); *O Diário Popular* (1884); *A Plateia* (1888)[24]. Em se tratando do Rio de Janeiro temos ainda outros grandes periódicos como o *Jornal do Commercio* (1827); a *Gazeta de Notícias* (1875); o

[21] *Jornal Dealbar.* Ed. nº 17. Dez. de 1968.
[22] KHOURY, *op. cit.* p. 40.
[23] CRUZ, Heloísa Faria. *São Paulo em papel e tinta:* periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 53.
[24] *Id ibid*. *Op. cit*. p. 54.

Paiz (1884); o *Jornal do Brazil* (1891); o *Correio da Manhã* (1901); e o *Commercio do Brazil* (1904)[25].

Paralelo a esse movimento, seguia uma modernização dos processos de produção dos jornais e a mecanização das tipografias. Um dos grandes pesquisadores brasileiros sobre a evolução do processo jornalístico, Juarez Bahia, retrata que diversos avanços tecnológicos surgidos no século XIX influenciaram diretamente a produção jornalística pelo mundo[26]. Temos ainda que ressaltar que a maioria destes jornais profissionalizou a sua administração, sendo tratados, a partir de então, como empresas geradoras de lucros e, diante disso, passaram a apresentar uma dinâmica organizacional distinta. Com a profissionalização da administração destes jornais, a redação foi desmembrada da produção/impressão dos mesmos. Grandes oficinas de tipografia foram incorporadas aos periódicos, sempre com o objetivo de aumentar a tiragem e dinamizar o processo produtivo[27].

A partir de 1903, os jornais passam a adquirir as máquinas de compor e modernizar, também, o setor de composição passando de 1200 tipos por hora, numa composição manual, para mais de 10 mil tipos do hora, numa máquina Linotipo ou Monotipo[28]. A vinda destas máquinas, evidentemente, foi um choque para a classe tipográfica, que passou a mobilizar-se e reivindicar novas formas de pagamento de salários e alterações de jornadas de trabalho[29].
Obviamente, essas alterações no campo de trabalho foram sentidas pelos operários que tratavam de se mobilizar frente as mudanças e se organizarem para, pelo menos, melhorar as condições de salário e emprego. Essa, e outras causas que envolviam a classe trabalhadora, contribuíram para o surgimento dos jornais libertários. Na contramão dos jornais diários estavam esses periódicos dedicados à crítica político-econômica e à leitura e informação dos operários das condições de trabalho e luta por melhorias destas condições.

---

[25] RENDA, Arthur José Vitorino. *Máquinas e Operários:* mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Ed. Annablume. FAPESP, 2000. p. 51.
[26] *"Entre 1798 e 1885 vão surgindo a introdução sucessiva de aperfeiçoamentos técnicos à impressão como a invenção da máquina de papel, por Louis Robert, em 1798; a invenção da prensa mecânica por Frederico Köning, em 1812; a invenção da prensa rotativa por Marinoni, em 1850; a invenção do linotipo, por Mergenthaer, em 1885".* Cf. BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica.* 3ª ed. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1972. p. 46.
[27] RENDA, *Op. cit.* p. 57.
[28] É a autora Dúnya Azevedo que nos traz maiores informações sobre a evolução dos processos de composição: *"No processo de composição manual, os tipógrafos retiravam os tipos das caixas para compor as linhas, processo que se fazia à velocidade de 1.200 a 1.500 caracteres por hora. A composição mecânica em linotipo agilizou consideravelmente o processo, passando a ser compostos de 6 mil a 9 mil caracteres por hora".* Cf. AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Revista Mediação.* Belo Horizonte, vol. 9, n. 9, jun/dez. de 2009. p. 85.
[29] RENDA, *Op. cit.* p. 68.

Quando se fala em imprensa operária, imediatamente se imagina uma imprensa produzida por operários. Isto se considerada pelo ponto de vista do emissor; mas, do ponto de vista do receptor, é aquela imprensa que se dirige, prioritariamente, ao público operário. Do ponto de vista da mensagem (conteúdo), pode-se também considerar como imprensa operária aquela cuja temática básica são os problemas dessa classe social.

As razões mais ressaltadas para fazer imprensa pelos operários era a possibilidade de avaliar, julgar, comentar, interpretar e opinar; em suma, de poder elaborar sentidos para as próprias ações e para as dos outros, difundir projetos e perspectivas próprias ao grupo ou intervir em assuntos considerados de interesse coletivo, público[30].

As diferenças entre este tipo de imprensa e o jornalismo diário, preocupado em reter o excepcional ou a informação fresca que já se constituíam como elementos fundamentais da notícia, também merecem ser registradas. A compreensão de que a imprensa diária defendia interesses opostos aos dos trabalhadores, e que muitas vezes ela servia aos patrões ou jornalistas para atacarem e desqualificarem as folhas e organizações populares, bem como as suas reivindicações, cristalizando a hegemonia dominante dessa classe, ganha expressão por meio de críticas e denúncias contra jornais, colunas ou jornalistas específicos. Esse fato pode ser evidenciado em diversas ocasiões no jornal *A Terra Livre*[31].

Mas como eram confeccionados, geralmente, esses jornais operários? O protagonismo da impressão e distribuição dos jornais ficava, inicialmente, por conta das empresas especializadas em realizar trabalhos gráficos, e, em grande medida, trabalhos tipográficos. Nos bairros afastados do centro econômico das grandes cidades, pequenas tipografias também foram responsáveis pelo processo de montagem e impressão dos jornais, sobretudo os impressos operários. O trabalho era realizado, em grande parte, de maneira manual e dependia

[30] A autora Laura Maciel nos dá pistas sobre a importância de publicar jornais pelos trabalhadores: *"nesse sentido, a intensa militância dos trabalhadores na criação de periódicos pode indicar esforços para ter acesso à palavra impressa como forma de intervir e enunciar uma interpretação, elaborar sentidos para as experiências vividas e para constituir um espaço alternativo no qual pudessem trazer à discussão pública acontecimentos ou opiniões dominantes apresentadas no jornalismo diário como universais".* Cf. MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *Revista História & Perspectivas.* Uberlândia, nº 38, pg. 89-135, julho/dezembro de 2008. Pg. 115.

[31] A título de exemplo escolhemos uma passagem retirada da edição nº 11 de junho de 1906: *"O Commercio de São Paulo descobriu nossa atividade, dizendo a propósito dum livro do advogado Evaristo de Moraes, 'Apontamentos de Direito Operário', no qual o jornal fala, 'o autor parece ter dito em vista apontar principalmente aos legisladores brasileiros o caminho a seguir a fim de evitar a luta de classes e a exploração do socialista anárquico'. Que espécie de exploração será a nossa? A propaganda só nos dá despesas e nos tira tempo. (...) A nossa exploração só nos pode render o afastamento, a calúnia, as perseguições do patrão, dos jornais e do governo."* Cf. *A Terra Livre*. Ed nº 11. Junho de 1906.

da mão de obra dos tipógrafos e compositores, sendo estes grandes protagonistas da imprensa operária que surge neste momento. Em contraposição às grandes tipografias, o autor Leandro Climaco Mendonça, em sua pesquisa, traça um panorama sobre o ambiente das pequenas tipografias instaladas nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. O autor chama a imprensa feita nestes bairros de "imprensa suburbana" e engloba tanto os jornais informativos de bairro, os jornais de sindicatos e os jornais operários em geral[32].

Os periódicos apresentavam um recurso limitado em seu número de páginas e nos recursos de prensagem. Geralmente impresso em 2 ou 4 páginas, as tipografias aproveitavam as medidas do papel jornal vendido no Brasil naquela época[33]. Os periódicos contavam com uma medida de página aproximado de 32 cm de largura, num formato denominado "ofício". Também se imprimia em 4 páginas, tomando a área de impressão completa do papel, aproximando-se da medida de 65 cm de largura. Tinham-se ainda as limitações da largura apresentadas pelas prensas mecânicas, seja de madeira, seja de metal, das tipografias da época. Os recursos visuais no início do período tipográfico eram poucos, e restringiam-se a filetes, variações na tipografia (fontes), algumas ilustrações e, posteriormente, fotografias de baixa qualidade, ou uso de litografias[34].

O redator pouco interferia no processo de diagramação, no desenho das páginas ou na escolha da imagem que ia ilustrar o texto. Este era um serviço gráfico do tipógrafo. Era este profissional que decidia sobre todos os atributos visuais que seriam apresentados na versão final do periódico. O redator, na maioria das vezes, só veria o resultado do trabalho quando o jornal já estava impresso. Talvez, por esse motivo os jornais da época apresentavam tantos erros de grafia e informações imprecisas, em grande parte devido a erros provocados pela montagem dos jornais na tipografia[35].

Por se tratarem de veículos de propaganda e agitação sindical, esses jornais não dispunham de recursos suficientes para garantir um espaço fixo e habitual para a publicação de

---

[32] *"Era comum para diversos proprietários de periódicos a utilização do maquinário de composição e impressão dos jornais no estabelecimento de um comércio de impressão e encadernação nos bairros. Praticamente todos trabalhavam com esse tipo de serviço, amplamente anunciado nas áreas destinadas à propaganda de suas folhas. A necessidade de imprimir teses, estatutos, relatórios, diplomas, cartões, jornais ou revistas, de pequeno ou grande porte, poderia ser solucionada através dos serviços tipográficos de empresas instaladas nos subúrbios, um poderoso indicativo do expressivo aumento das relações mercantis também nos espaços mais afastados do centro urbano da capital carioca".* Cf. MENDONÇA, op. cit., p. 55-56.

[33] FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. *Revista Galáxia,* São Paulo, n. 18, p.291-310, dez. 2009.

[34] *Id ibid.*, *Op. cit.* p. 296.

[35] AZEVEDO, *Op. cit.* p. 82.

imagens, nem para investirem em recursos estilísticos para melhorar a aparência do jornal. Talvez, nem pensavam nesse aspecto; imagens e recursos gráficos raramente eram vistos em meio aos textos longos e de letras minúsculas que ocupavam todo o espaço disponível nas folhas de tamanho A3. O que era importante para esses militantes era a propaganda pela palavra escrita[36]. Como exemplo, temos a imagem de uma edição do jornal A Terra Livre como exemplo para percebermos as limitações gráficas e o uso intensivo de textos e poucos recursos gráficos, evidenciando, assim, a característica principal de um jornal operário:

[36] PEIXOTO, Maitê. A partilha da experiência visual vivenciada nas páginas do jornal A Plebe. *Revista Latino-Americana de História*. Vol.2, nº7. Setembro de 2013. p. 318.

Figura 1: Modelo de diagramação de um jornal operário, tendo como exemplo o jornal A Terra Livre

3. Os desafios em se publicar um jornal operário: o periódico *A Terra Livre*

O jornal *A Terra Livre* contava com uma tiragem média de 3000 exemplares; esse número pôde ser extraído pela pesquisa nas prestações de contas divulgadas sempre ao fim do jornal com o nome "Munições Para a Terra Livre"[37]. Na edição número 09, de 15 de maio de 1906, há esta prestação de contas das duas edições lançadas naquele determinado mês: uma em ocasião das comemorações do Primeiro de Maio e outra lançada na segunda quinzena do mês, como era feito normalmente. Na edição comemorativa, o jornal saíra com uma tiragem de 4000 exemplares, a um custo de 118$000 réis totais[38]. Na segunda edição do mês, os custos de produção foram 80$000 réis totais, para uma tiragem de 3000 exemplares. Para um jornal operário era uma tiragem significativa, bastante aproximada dos jornais comerciais que circulavam na capital paulista naquele momento. Claro, uma tiragem significativa como esta tinha um objetivo conciso: chegar ao maior número de operários possível em todo o território nacional e até no exterior.

Nesta mesma edição, há um editorial onde os redatores expõem à classe operária o desejo de publicarem o jornal semanalmente. O editorial acaba nos revelando detalhes importantes sobre o expediente do jornal e as formas de organização da parte administrativa para que o periódico pudesse sair da melhor forma possível, dado às dificuldades em levantar os recursos para a impressão e circulação do mesmo. Os redatores faziam a questão absoluta de relatar que a folha não era uma empresa comercial, e como tal, dependia da doação financeira dos trabalhadores para sobreviver[39].

Seguindo o raciocínio desenvolvido pelos redatores, e tomando como ponto de partida toda a série de gastos em cada edição durante o primeiro ano de publicação[40], podemos enumerar os gastos particulares que fazem parte de todo o processo de produção do jornal. Segundo os dados coletados pela prestação de contas, as despesas principais, em média, para

---

[37] *A Terra Livre.* Ed nº 2,3,4,5 de 1906.

[38] *A Terra Livre.* Ed. nº 9. Maio de 1906.

[39] Com a palavra o redator principal do jornal, Neno Vasco: *"esta pequena folha não é uma empresa mercantil ou jornalística, não é um instrumento de especulação individual ou um repositório de pequeninas vaidades. (...) Os camaradas sabem que este jornal vive das assinaturas e sobretudo da subscrição voluntária; não tem outros recursos. Para viver precisamos do dinheiro bastante para o papel, a impressão, a composição, uma pequena quantia para a renovação do tipo e o correio. (...) As despesas poderemos talvez fixá-las em 90$000 por número. Serão, portanto, 360$000 réis por mês para uma publicação semanal do jornal. Esperamos poder contar convosco"*. Cf. Publicação semanal de "A Terra Livre". Cf. *A Terra Livre.* Ed. nº 9. Maio de 1906.

[40] As informações mais precisas sobre a vida econômica quando se referem à tiragem, valores gastos em cada produção e doações coletadas são encontrados mais comumente nas páginas do primeiro ano de publicação da folha. Nos outros anos, com a mudança na direção administrativa, as informações foram ficando mais esparsas até desaparecem por completo no último ano de publicação.

a impressão do jornal eram:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Impressão	20$000
Papel	10$000
Composição	50$000
Renovação dos tipos	5$000
Gastos com o correio	15$000
TOTAL	**100$000**

Tabela 1 – Descrição das despesas para a impressão de uma edição do jornal *A Terra Livre*

Sendo assim, a impressão do periódico sempre era uma tarefa incerta com relação aos custos de produção do mesmo. Ainda que os redatores, expondo a tentativa de fixar um valor mínimo para a impressão (90$000 réis), raramente essa quantia fechava no caixa da administração. Numa análise pelas despesas gerais[41] contraídas pelas impressão e divulgação do impresso o leitor pode perceber a variação dos custos de produção para cada jornal, durante o primeiro ano de publicação. Em poucas edições os valores gastos aproximaram-se do teto sugerido pelos redatores. Obviamente, a tarefa se convertia num esforço maior para coletar doações em prol do impresso. Como em muitos casos os valores coletados não correspondiam às expectativas dos redatores, isto resultava em déficits ao fechamento da edição e comprometia a saúde financeira do jornal.

Se tomarmos em consideração a quantia doada ao longo deste primeiro ano, o leitor poderá perceber que o déficit é bastante acentuado. Entretanto, outra análise tende a suavizar os números, pois a prestação de contas em cada edição tratava sempre do fluxo de caixa da administração, isto é, a relação entre entrada de doações, por meio da subscrição voluntária e a saída de dinheiro para cobrir despesas atrasadas, impressão e circulação da folha naquela dada edição. Se considerarmos a análise do fluxo de caixa, edição por edição, a situação do

[41] As despesas gerais são demonstradas a seguir: ed. nº1: **120$800**; ed. nº 2: **147$300**; ed. nº 3: **90$000**; ed. nº 4: **90$000**; ed. nº 5: **114$500**; ed. nº 6: **89$170**; ed. nº 7: **89$170**; ed. nº 8: **113$900**; ed. nº 9: **113$900**; ed. nº 10: **95$000**; ed. nº 11: **95$000**; ed. nº 12: **105$250**; ed. nº 13: **105$250**; ed. nº 14: **134$800**; ed. nº 15: **98$600**; ed. nº 16: **103$000**; ed. nº 17: **103$500**; ed. nº 18: **100$000**; ed. nº 19: **103$000**; ed. nº 20: **102$000**; ed. nº 21: **107$850**; ed. nº 22: **107$850**; ed. nº 23: **123$100**; ed. nº 24: **120$400**. Em todo o primeiro o primeiro ano de edição somou-se uma quantia de **2:573$340** para as despesas totais de circulação do impresso.

jornal tende a melhorar, mas não desconsidera ainda o rombo na passagem de um ano para o outro[42].

Sob o ponto de vista econômico, a subscrição voluntária foi crucial para observarmos as movimentações por parte dos editores para a sobrevivência do periódico. As relações entre doações e assinaturas oscilavam vertiginosamente, enquanto as despesas, sempre crescendo de uma maneira mais estável, obrigavam Neno e Leuenroth a tomarem decisões drásticas, a título de exemplo, abandonando a ideia de uma publicação semanal da *Terra Livre*. Nos outros anos de publicação da folha anarquista, a situação ainda não se diferenciou, acentuando-se a oscilação das doações, sobretudo quando o periódico se muda para o Rio de Janeiro. Os valores doados aumentam em quantidade, mas a regularidade é severamente comprometida, devido à decisão dos editores em tornar a publicação semanal por um curto intervalo de tempo entre maio e outubro de 1907.

As fontes coletadas dão conta apenas até a publicação número 64, em setembro de 1908; o jornal não foi mais publicado naquele ano, e este fato culminou no seu breve silêncio, durante todo o ano de 1909. Não sabemos se a condição financeira, agravada pelo déficit considerável presente nesta última edição catalogada em 1908, que se apresentava em 310 mil réis, corroborou para o silêncio. O que se pode determinar pela análise das fontes é sua última arrecadação de listas de subscrição dando conta de apenas 74 mil réis. Somado às diversas despesas com impressão, correio, entre outros, o déficit pôde chegar a esse valor acima citado. Porém, essa constatação não pode ser considerada como fator preponderante para o cancelamento provisório da publicação, haja vista que em diversos momentos o periódico sofreu com déficits esmagadores, inclusive maiores que este citado, e ainda sim os editores optaram pela continuidade da obra de propaganda.

O jornal volta a ser publicado apenas em janeiro de 1910, com a alteração e apresentação de um novo grupo de editores. Neno Vasco deixava de ser editor do jornal para retornar a Portugal. A impressão do periódico volta para a cidade de São Paulo. O grupo editor

[42] Os valores coletados mediante subscrição voluntária, no primeiro ano de publicação, descrevem-se a seguir: ed. nº1: 70$100; ed. nº2: 138$900; ed. nº3: 46$500; ed. nº4: 46$950; ed. nº5: 95$300; ed. nº6: 99$670; ed. nº7: 99$670; ed. nº8: 105$650; ed. nº9: 105$650; ed. nº10: 58$000; ed. nº11: 58$000; ed. nº12: 78$800; ed. nº13: 78$800; ed. nº14: 110$600; ed. nº15: 98$100; ed. nº16: 110$700; ed. nº17: 98$000; ed. nº18: 140$800; ed. nº19: 40$300; ed. nº20: 98$300; ed. nº21: 98$300; ed. nº22: 85$800; ed. nº23: 89$800; ed. nº24: 83$900. O total de doações registra-se o valor de 2:137$040. Nota-se que esse valor é bem abaixo do montante registado pelas despesas gerais com a publicação.

é apresentado apenas como "A Administração[43]". As últimas publicações do jornal, tomam conta o fim deste ano. A última edição, datada de 06 de novembro, vêm marcada pela intenso apelo para que os trabalhadores colaborem para a continuidade da obra de propaganda e busca possíveis pessoas que possam dialogar com os editores do jornal[44].

E mesmo com estas declarações, após esta edição, o jornal não foi mais publicado em São Paulo. A análise das fontes, somente, não nos oferece uma resposta para o fim do periódico. Segundo o autor Alexandre Samis, os acontecimentos na política brasileira, somados aos inúmeros revezes na propaganda operária contribuíram para o esvaziamento deste e de outros jornais libertários, não só em São Paulo, mas na capital federal[45].

Seguindo os passos de Alexandre Samis, podemos supor que o jornal deixara de circular, talvez por dificuldades financeiras, talvez por receio dos anarquistas que dirigiam o jornal naquele momento. Muitos eram imigrantes e temiam pela deportação do Brasil, desde 1907[46]. Muitos já tinham famílias e temiam ser expulsos do Brasil e sofrer mais privações da que já sofriam diariamente. O resultado, talvez, contribuíra para a desistência da publicação por parte dos editores. E é interessante perceber pelas declarações presentes neste último editorial que não era intuito dos editores o fim da circulação periódico, por isso as suposições, baseadas nas escassas informações presentes nas fontes, nos deixam com sensações controvérsias a respeito do fim abrupto da produção do jornal. O que podemos confirmar que este era o fim deste que fora um dos jornais anarquistas pioneiros nas críticas às péssimas condições de trabalho

---

[43] Expediente. *A Terra Livre.* Ed. nº 66. Jan.1910.

[44] *"Pedimos a todos os amigos sinceros, para que tomem interesse pelo jornal, fazendo-o circular quanto mais possível fôr. (...) Aceitamos correspondências para ser publicada, de qualquer ponto do Brazil. (...) Aceitamos polêmica com qualquer cidadão sério, que suponha ter sérias razões contra as nossas doutrinas. (...) A Terra livre por enquanto saíra quinzenalmente; logo que aumentar o número de leitores, saíra semanal. (...) Lembramos a todos os nossos leitores que de qualquer modo puderem auxiliar-nos, que não se façam esperar. Lembrem-se que não somos capitalistas e que da boa vontade de todos e de cada um é que este jornal poderá viver".* Cf. *A Terra Livre.* Ed. nº 75. Nov.1910.

[45] *"No Rio de Janeiro o movimento revolucionário experimentava um certo refluxo desde o fim de 1909. A crise geral da economia, em parte, contribuíra para o declínio das organizações operárias mais atuantes neste campo, situação essa que se prolongaria até 1912. A posse do marechal Hermes da Fonseca prepararia o país não apenas para expulsar mais imigrantes, mas para também impedir a entrada do "rebotalho social", no caso dos anarquistas, também expulsos da República Argentina. (...) Os anarquistas viam-se assim mais uma vez ameaçados".* Cf. SAMIS, *op. cit*. p. 140-141.

[46] *"Em janeiro de 1907, é sancionado o decreto 1641, a chamada lei 'Adolpho Gordo', do homônimo deputado, que 'regularizava a expulsão, de parte ou de todo o território nacional, dos estrangeiros que comprometessem a segurança nacional ou a tranquilidade pública. A partir daí a polícia paulistana vinha perseguindo os redatores de diversos jornais, com vigilância constante, detenções para esclarecimentos, depoimentos e arrolando outras testemunhas para processos que estavam sendo movido contra muitos anarquistas como: Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai e Giullio Sorelli, por crime contra a segurança nacional."* Cf. ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori:* uma aventura anarquista. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 141-142.

enfrentadas pela sofrida classe trabalhista brasileira. Os editores ainda se esforçariam em continuar a obra de propaganda libertária se espalhando por outros jornais ainda ativos, ou se esforçando em criar novos periódicos, como foi o caso de Edgard Leuenroth que assumiu o periódico anticlerical *A Lanterna*, em 1909, e em 1917, se esforçou para criar o jornal libertário de maior longevidade na primeira metade do século XX: *A Plebe*. Mas esta é uma outra história.

Fontes consultadas (Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP):

Fonte principal

A Terra Livre – RJ e SP, 1905-1908, 1910.

1905 – edição número 1;

1906 – edições número 2 a 23;

1907 – edições número 24 a 53;

1908 – edições número 54 a 64;

1910 – edições número 65 a 75;

Fontes complementares

O Boi – SP, 1897;

A Folha do Bráz – SP, 1900;

La Battaglia – SP, 1905-1908; 1910.

A Voz do Trabalhador – RJ, 1908;

O Amigo do Povo – SP, 1902-1903;

Novo Rumo – RJ, 1905; 1910;

Jornal Dealbar – SP, 1968;

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Revista Mediação*. Belo Horizonte, vol. 9, n. 9, jun/dez. de 2009.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1972.

BATALHA, Cláudio Henrique de Morais(org.). *Dicionário do movimento operário:* Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação:* trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920). Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

CRUZ, Heloísa Faria. *São Paulo em papel e tinta:* periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História,* São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil.* São Paulo: Ed. Atica, 1988.

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 291-310, dez. 2009.

GODOY, Clayton Perón Franco. *Ação direta:* transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908). Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia- Universidade de São Paulo, 2013.

HALL, Michael M; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil.* 1889-1930: documentos. Vol. 1. O Movimento Operário. Col. Política. São Paulo: Ed. Alfa Omega. 1979.

HARDMAN, Franscisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* Vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

KHOURY, Yara Maria A. *Edgar Leuenroth:* uma voz libertária*:* Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1988.

LEAL. Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa:* literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *Revista História & Perspectivas.* Uberlândia, nº 38, pg. 89-135, julho/dezembro de 2008.

MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917).* São Paulo: Ed. Brasiliense. 1982.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro.* 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens:* experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2011.

PEIXOTO, Maitê. A partilha da experiência visual vivenciada nas páginas do jornal A Plebe. *Revista Latino-Americana de História.* Vol.2, nº7. Setembro de 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas.* 2. ed. 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2000.

PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo:* a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954). Vol.3. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.

PRADO, Antônio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil:* memórias, luta e cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

RENDA, Arthur José Vitorino. *Máquinas e Operários:* mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Ed. Annablume. FAPESP, 2000.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori:* uma aventura anarquista. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Minha pátria é o mundo inteiro:* Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese de doutorado - Universidade Federal Fluminense, 2009.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias:* ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

________________. *Em torno do jornal O Amigo do Povo:* os grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1993.

TRENTO, Angelo, *Imprensa italiana no Brasil, séculos XIX-XX.* São Carlos: Ed. UFScar, 2013. Trad.: Roberto Zaidan. 276p.

Recebido em: 27.04.2017
Aprovado em: 17.07.2017

O jornal *O Operário* da Confederação Católica do Trabalho e as orientações para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte (1920-1930)

Renata Garcia Campos Duarte[*]
Daniela Oliveira Ramos dos Passos[**]

Resumo
Este texto objetiva discutir as principais ideias e propostas direcionadas para a educação de trabalhadores em Belo Horizonte a partir da análise da Confederação Católica do Trabalho e de seu jornal *O Operário,* entre os anos de 1920 e 1930. A Confederação foi criada em 28 de setembro de 1919 com propósito de colaborar na solução da questão operária, sendo sua ação realizada dentro do princípio da harmonia social, compondo uma vertente reformista do movimento operário. O jornal *O Operário* foi publicado entre os anos de 1920 e 1929 com o fim de propagar o programa da Confederação e alcançar aqueles trabalhadores que não compareciam às reuniões desta. Entre as ações desta associação operária há de se destacar a oferta de cursos noturnos aos trabalhadores, e o apoio às políticas educacionais promovidas pelos poderes públicos, visando à ampliação do número de escolas voltadas para operários e seus filhos. Ainda que prevista no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública só se organizou no início do século XX, com a criação dos primeiros grupos escolares a datar de 1906. O ordenamento da cidade interferiu na abertura dessas escolas, que se constituíram do centro (zona urbana, destinada às elites) para a periferia (zona suburbana ocupada por pobres e trabalhadores). Não obstante, as demandas e propostas para a educação de trabalhadores contidas em *O Operário* apontam para a insuficiência e/ou ineficácia escolar oferecida pelas políticas públicas estaduais e municipais.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Confederação Católica do Trabalho; Educação; Imprensa; Trabalhadores.

[*] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
[**] Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE – UEMG).

Abstract
This text aims to discuss the main ideas and proposals aimed at the education of workers in Belo Horizonte from the analysis of the Catholic Confederation of Labor and its newspaper *The Worker,* between 1920 and 1930. The Catholic Confederation of Labor was created on September 28, 1919 with the purpose of collaborating in the solution of the labor question, and its action was carried out within the principle of social harmony, forming a reformist strand of the labor movement. The newspaper *The Worker* was published between 1920 and 1929 with the purpose of propagating the program of the Confederation and reaching those workers who did not attend the meetings of this one. Among the actions of this association of workers, it is important to highlight the offer of night classes for workers and support for educational policies promoted by public authorities, aiming to increase the number of schools for workers and their children. Although foreseen in the architectural project of Belo Horizonte, the school structure of public education was organized only in the early twentieth century, with the creation of the first school groups since 1906. The city planning interfered in the opening of these schools, which were constituted from the center (urban zone, destined to the elites) to the periphery (suburban area occupied by the poor and workers). Nevertheless, the demands and proposals for the education of workers contained in *The Worker* point to the insufficiency and/or inefficacy of school offered by the state and municipal public policies.

Keywords: Belo Horizonte; Catholic Confederation of Labor; Education; Press; Workers.

1. Introdução: o movimento operário na nova capital do Estado de Minas Gerais

A mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, cidade nova e planejada, foi decidida pelo Congresso Mineiro em 1893. Sem demora, no ano seguinte, a Comissão Construtora da Nova Capital deu início às obras da futura sede estadual.[1] Em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas (antigo Curral del-Rei), embora ainda houvesse obras por fazer. Somente com a Lei nº 302, de 01 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte.

O movimento operário na capital mineira surgiu quase ao mesmo tempo em que a cidade era construída, por serem os operários os responsáveis pelas obras de sua construção. Foi preciso contratar trabalhadores especializados e artífices que se empenharam nas construções da nova cidade que se erguia.[2]

Posteriormente, no início do século XX, com a redução das obras de construção, os trabalhadores passaram a exercer atividades em diferentes ramos da economia que se

[1] A Comissão Construtora da Nova Capital foi extinta em 1898, no ano seguinte a inauguração da nova capital. As obras inacabadas da cidade foram assumidas pela Secretaria da Agricultura.

[2] DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

desenvolvia na cidade (indústria têxtil, metalúrgica, madeireira, cerâmica, alimentos, e serviços).[3] Não obstante, o movimento operário dessa cidade apresentava suas peculiaridades, e não se enquadrava na tipologia da visão tradicional (paradigma revolucionário) de movimento operário que percebia as práticas reformistas da Primeira República de maneira pejorativa, quando comparadas ao anarquismo e comunismo. Essas particularidades devem ser observadas associadas às experiências, práticas sociais e culturais, entre outras questões que devem ser consideradas em conjunto para entender a conjuntura da capital mineira nas primeiras décadas de existência.

Para Dutra,[4] durante a Primeira República, houve em Belo Horizonte predominância de setores sindicais moderados (trabalhistas e reformistas) que frequentemente recorriam ao Estado, e que foram engrossados com a influência da Igreja Católica no movimento operário, expressão máxima do fenômeno que denomina de "clientelismo operário". Em contrapartida, entre 1917 e 1930, Dutra não verificou a presença de sindicatos de resistência, a partir do que constatou "uma baixa capacidade mobilizatória autônoma do movimento operário, contrastando com o vigor da Confederação Católica do Trabalho e de suas iniciativas".

Os reformistas, segundo Dutra,[5] seriam contrários à ação revolucionária do operariado, objetivavam sim a reforma do sistema social, mas de modo progressivo e de dentro, sendo a política partidária um de seus instrumentos de luta. A primazia das propostas reformistas no movimento operário da cidade era explicada por esta ser o centro político mineiro, onde o poder público interferia diretamente em todas as atividades. Ademais, além de Belo Horizonte ser uma cidade administrativa, já em seu início, o parque industrial era moderno e mecanizado (apesar de incipiente), e por isso menos dependente de mão de obra, o que proporcionava sensível redução das chances de êxito das demandas operárias.

À parte da contribuição do trabalho de Dutra para a historiografia do movimento operário mineiro, este é datado e não rompeu completamente com a historiografia tradicional ao desconsiderar o reformismo enquanto uma das formas de consciência de classe assumida pelos trabalhadores nacionais, reforçando a polarização entre vermelhos (portadores de uma

---

[3] AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

[4] DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

[5] DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

consciência de classe revolucionária) e amarelos (sem consciência de classe revolucionária e, por isso, dóceis e facilmente manipuláveis). Conforme Amaral:

> A autora, seguindo uma corrente de pensamento bastante comum na época em que seu estudo foi produzido, desconsidera o reformismo como uma forma de consciência de classe que foi assumida por uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, durante a Primeira República. Além disso, a ação reformista, a exemplo de outras doutrinas, é também contrária aos males do capitalismo e suas implicações no mundo do trabalho.[6]

Consoante Batalha,[7] a historiografia tradicional recusava a compreensão histórica do reformismo alegando a tese da "manipulação por um Estado todo poderoso de parcelas do movimento operário caracterizadas pela docilidade." Em outras palavras, o reformismo era percebido como adesão consciente aos valores dominantes, logo, seus princípios não seriam revolucionários. Todavia, não ter embasamento revolucionário não significava que os reformistas eram desprovidos de qualquer forma de consciência. Ao contrário, pois apresentavam também uma forma de luta, pois "mesmo que a crítica ao capitalismo assuma por vezes uma forma radical, o fundamental da ação reformista visa combater os males do capitalismo e não superá-lo, ou melhor, destruí-lo."

Portanto, é interessante entender que nem toda política envolve o confronto direto. As reivindicações trabalhistas podem ir desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações por meio de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, e mesmo a formação da consciência de classe, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva.[8]

2. A Confederação Católica do Trabalho em Belo Horizonte

Uma das associações operárias reformistas de maior expressividade em Belo Horizonte foi a Confederação Católica do Trabalho. Criada em 28 de setembro de 1919, a partir de aprovação dos estatutos em assembleia ocorrida na sede do Centro da União Popular em Minas

---

[6] AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 61

[7] BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Uma outra consciência de classe?* o sindicalismo reformista na Primeira República. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13, 1989, Caxambu. (Anais). São Paulo, 1989. p. 01-16. p. 06.

[8] TILLY, Charles; McADAM, Doug; TORROW, Sidney. Para mapear o confronto político. In: *Revista Lua Nova*, 2009, nº 76. p.11-48.

Gerais, se baseava nos pressupostos da Encíclica Papal *Rerum Novarum*[9]. Seu objetivo principal era colaborar na solução da questão operária em harmonia com as classes sociais “dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.”[10]

Segundo os estatutos da Confederação Católica do Trabalho, publicados em 1920, suas principais atividades eram: defender os interesses e direitos dos trabalhadores enquanto classe e indivíduos; pleitear vitória nas reivindicações operárias a partir da justiça; providenciar a defesa de trabalhadores sindicalizados quando perseguidos e processados, desde que não seja por falta infame; efetuar cobrança de valores devidos aos trabalhadores associados; promover realização e contrato de trabalho e observar sua correta execução; proporcionar educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores; impulsionar a criação de confederações congêneres em localidades mineiras, “fazendo de todas uma única confederação no Estado.”[11]

Essa associação era constituída por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, assistente eclesiástico[12]e diretor social, cujos mandatos eram de quatro anos. As decisões de maior relevo eram tomadas pelo Supremo Conselho, formado por diretoria e representantes dos sindicatos. A partir de 1920, a Confederação Católica do Trabalho passou a contar com uma Caixa Beneficente Operária com objetivo de auxiliar materialmente os sócios nos casos de doença, invalidez, desemprego, e morte (auxílio pecuniário aos familiares).[13]

Os sócios variavam entre ativos (que se alistavam nos sindicatos e seguiam as normas estabelecidas nos estatutos), beneméritos e honorários. Segundo Amaral,[14] em 1919 já haviam 890 sócios inscritos, em 1929 cerca de 1.000 sócios, e em 1933 eram contabilizados 1.306 associados. O crescimento da Confederação não se restringiu ao número de sócios, dado que houve progresso em seu patrimônio.

---

[9] A encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários, escrita pelo Papa Leão XIII em 1891, examinava as condições gerais da classe operária, além de defender a propriedade privada e a harmonia entre as classes sociais, e condenar as ideias socialistas e anarquistas, consideradas prejudiciais à harmonia social.

[10] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho.* Belo Horizonte, 1920. p. 04.

[11] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho.* Belo Horizonte, 1920. p. 03-04.

[12] Segundo Dutra (1988), os assistentes eclesiásticos eram padres da Congregação dos Redentoristas, de origem holandesa. Afirma que foram eles os responsáveis pela organização desta associação a partir de modelo desenvolvido naquele país.

[13] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. Estatutos da Confederação Católica do Trabalho. Belo Horizonte, 1920.

[14] AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho*: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). Tese em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Se, no período inicial, a Confederação utilizou a estrutura da sede do Centro da União Popular em Minas Gerais (no centro de Belo Horizonte), alguns anos mais tarde, contava com cinco filiais, quatro delas localizadas em bairros operários (Lagoinha, Barro Preto, Vila Independência e Carlos Prates) e uma em Boa Viagem, situada no interior da Avenida do Contorno.[15] Em maio de 1925, anunciou o lançamento da pedra fundamental do edifício-sede, realizado no Dia do Trabalhador.[16] O prédio seria construído a partir de donativos de pessoas cujos nomes e valores doados eram publicados em *O Operário.* Segundo Mourão, no entanto, "ao que parece, tal sede não foi construída." [17]

A atuação da Confederação foi eficiente a ponto de alcançar, segundo Dutra, "êxito em arrefecer o movimento operário autônomo em Belo Horizonte."[18] Sua ação era realizada dentro do princípio da harmonia social, as greves eram condenadas, e as reivindicações operárias encaminhadas aos patrões e poder público municipal e estadual, o que aparecia explicitado nos próprios estatutos:

> A Confederação promoverá a constituição de comissões mistas arbitrais, formadas por operários e patrões em número igual, para resolver conflitos ou dúvidas em trabalhadores e patrões, procurando que o desempatador seja o Presidente do Estado ou pessoa por este designada.[19]

Funcionava como uma espécie de mediadora pacífica entre a classe operária e o poder público.[20] Se este a apoiava enquanto meio de controle do operariado, principalmente frente a "ameaças" ideológicas que rondavam o mundo, por sua vez "a entidade tinha poder de barganha junto ao poder público e visava ao atendimento das demandas encaminhadas".[21]

A despeito disso, desde seu surgimento e ao longo da década de 1920, sua atuação foi importante enquanto orientadora do movimento operário de Belo Horizonte, uma vez que

---

[15] AMARAL, Deivison Gonçalves. Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). Tese em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

[16] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 05.

[17] MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 365.

[18] MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. História de Belo Horizonte de 1897 a 1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 171.

[19] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho.* Belo Horizonte, 1920. p. 10.

[20] Dutra (1988, p. 179-180) indica políticos mineiros que manifestaram apoio a Confederação Católica do Trabalho: Artur Bernardes, Furtado de Meneses, Negrão de Lima, Melo Viana, Antônio Carlos, Mário de Lima, Pedro Verçosa, Sandoval Soares de Azevedo, Augusto de Lima Júnior, e Nelson de Sena.

[21] AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 53.

agregou e, até mesmo, impulsionou a organização de sindicatos de ofícios ou mistos[22] (mínimo de 15 trabalhadores e número ilimitado de sócios)[23] e associações, como a Associação Beneficente Tipográfica e a Confederação Auxiliadora dos Operários. Tais entidades aderiram ao sindicalismo católico da Confederação Católica do Trabalho, e "passaram a funcionar de acordo com a Confederação desde a sua fundação, assinando petições junto com ela, acompanhando-a em todas as suas atividades."[24]

Além das associações supracitadas, a União dos Empregados do Comércio, a União dos Operários em Calçados, o Centro dos *Chauffeurs*, e a Liga Operária Mineira agiram conjuntamente à Confederação. Algumas dessas ações coletivas foram as campanhas para regularização do descanso dominical e concessão de terrenos a operários, as quais ocuparam debates no Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 1921 por meio de requerimentos enviados em conjunto. Conquistadas as garantias legais, a Confederação fiscalizava seu cumprimento e, em alguns casos, denunciava seu desrespeito por patrões, sempre objetivando a solução pacífica dos conflitos entre classes.

A Confederação Católica do Trabalho foi um marco no movimento sindical em Belo Horizonte, impulsionando a formação dos sindicados e estipulando

> [...] regras e fixou pontos a serem observados quando da constituição de sindicatos, tendo desenvolvido intensa campanha entre os operários no sentido de estes se organizarem em associações futuras, componentes seguros da Confederação. Desse modo, a Igreja, através da Confederação Católica do Trabalho, surge como agente organizador da classe operária de Belo Horizonte. As condições estruturais da indústria e da economia belorizontina, tais como o parque industrial incipiente, posição minoritária dos operários dentro do total da população, a força do estado e da prefeitura como empregadores e, particularmente, a utilização intensiva de capital pelas indústrias existentes, foram condições necessárias para a sua atuação.[25]

---

[22] Conforme dados de 1925, haviam 18 sindicatos filiados a Confederação (Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Pintores, Sindicato Misto, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Condutores e Motorneiros, Sindicato dos Bombeiros, Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas, Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos, Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central, Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Empregados dos Correios, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato dos Padeiros, Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue, Sindicato das Empregadas Domésticas, e Sindicato dos Alfaiates). Segundo os estatutos de 1920, cada sindicato organizava seu próprio programa e realizava reuniões semanais.

[23] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho.* Belo Horizonte, 1920.

[24] DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 170.

25DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p.160-161.

Por meio do envio de petições aos poderes públicos, de fiscalização e/ou denúncia de empresas que não cumpriam os acordos trabalhistas (denúncias estas realizadas por meio do periódico *O Operário*) e por meio da mediação, quando possível, das soluções para os conflitos entre patrões e empregados, a Confederação Católica do Trabalho buscava fazer valer os direitos trabalhistas. Em geral, na forma de reivindicações que aconteciam pelos meios legais ou em artigos publicados no jornal[26].

Os três documentos mais importantes elaborados pela Confederação e encaminhados ao poder público foram: um ofício ao presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e às Câmaras Municipais de Palmira e Juiz de Fora, pedindo-lhes medidas para solucionar o problema das habitações populares, principalmente nos centros industriais; um ofício ao então governador do estado, Antônio Carlos, pedindo providências no sentido de serem criados carros de segunda classe, por preços populares, para serem rebocados pelos bondes comuns, com intenção de beneficiar os trabalhadores; por último, um ofício ao presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1931, em que a Confederação se posiciona contrariamente à dispensa de 1.002 trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil[27].

Ao ser mediadora das negociações trabalhistas, a Confederação Católica do Trabalho construía uma forma de ação que considerava ser o caminho para evitar greves e violências. Tal procedimento é perceptível nos ofícios citados anteriormente, assim como na tentativa de regularização do salário-mínimo fixo por categoria:

> Para o encaminhamento das reivindicações salariais, a Confederação Católica do Trabalho instituiu um procedimento que acarretaria na definição de um salário mínimo justo por categoria. Para tanto, os sindicatos deveriam organizar uma tabela dos salários e encaminhá-las à diretoria da Confederação Católica do Trabalho, que, por sua vez, a encaminharia aos empregadores, fixando prazo de quinze dias para uma resposta. Ambas as partes teriam que aprovar as tabelas. Uma vez estabelecido o valor do salário mínimo por ofício, a confederação fixava o prazo de trinta dias para sua implementação. Se a tabela não fosse cumprida, a entidade instituiria uma comissão para discutir a questão e, posteriormente, submeteria os argumentos ao arbítrio do presidente do estado ou de alguém por ele indicado. Patrões e empregados deveriam obrigatoriamente aceitar a decisão do presidente do estado.[28]

---

[26] PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p. 137.

[27] PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p. 137.

[28] AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 92.

Podemos perceber que a ação da Confederação Católica do Trabalho em Belo Horizonte desempenhou um papel importante para a manutenção da "harmonia social" preconizada pelo governo belorizontino, concretizando assim, os ideais de "ordem e progresso" almejados pelos construtores da cidade capital. Para exemplificar, Belo Horizonte teve apenas 03 (três) movimentos grevistas no período de 1917 a 1930 (contexto de atuação da Confederação Católica do Trabalho), sendo eles a greve de 1919 dos trabalhadores do ramal da Estrada de Ferro (a Confederação ainda não havia sido criada), a de 1926 dos Barbeiros e a manifestação de 1922, dos *Chauffeurs*[29]:

> Essa foi a forma encontrada pela Confederação para evitar greves. O recurso ao estado, ora na figura do seu presidente, ora às instituições (Câmara e Congresso) foi sempre uma constante na ação da Confederação. Esta recorreu não apenas ao poder estadual, mas principalmente ao municipal, tendo solicitado à prefeitura não apenas terreno para construção de sua sede social, como também auxílio sob forma de material de construção, tendo o Conselho Deliberativo no ofício nº 221, de 5 de outubro de 1925, concedido 2:000$000 em materiais para construção de sua sede social. [30]

No caso do modelo institucional da Confederação Católica do Trabalho, é perceptível que os mecanismos de ação coletiva adotados por esta associação tinham por meta dar "ordem" ao conflito social e aumentar a eficiência de seus atos. Ou seja, para funcionar com eficiência, a Confederação Católica do Trabalho procurou combinar a doutrina social da Igreja com os princípios capitalistas vigentes, a fim de gerar atos eficazes nas suas mediações junto aos conflitos trabalhistas.[31]

Em todas as suas iniciativas, a Confederação Católica do Trabalho teve o total apoio da alta hierarquia do clero católico, e juntamente às demais associações ligadas a ela, atuou durante toda a década de 1920, sendo uma tendência alternativa de organização da classe trabalhadora. O refluxo do movimento operário e associativo de Belo Horizonte é observado quando a Confederação Católica do Trabalho passou a dividir espaço com novas organizações igualmente ligadas à ação da Igreja Católica, como os Círculos Operários e a Juventude Operária

---

[29] PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p. 138.
[30] DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 164.
[31] PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p. 139.

Católica, que, de acordo com Dutra,[32] assinalaram uma nova etapa do denominado sindicalismo cristão, a partir da década de 1930.

3. Propostas para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte contidas em *O Operário*

O jornal *O Operário*[33] foi publicado majoritariamente às quintas-feiras, entre os anos de 1920 e 1929,[34] com o propósito de propagar o programa da Confederação Católica do Trabalho e alcançar aqueles trabalhadores que não compareciam às reuniões desta. Como representante da Confederação, o jornal defendia a ação operária em harmonia com as classes sociais, sem atentar contra a ordem estabelecida, sem prejuízo ou ódio para as outras classes sociais. Nesse sentido, *O Operário* se colocava contrário às ideias anarquistas e comunistas, artifício utilizado para valorizar o catolicismo enquanto estratégia de enfrentamento dos dilemas sociais.

Certas campanhas (descanso dominical; jornada de trabalho de oito horas; habitações populares para os operários no Barro Preto, Vila Concórdia e Barroca; campanha por um salário justo; criação de bondes de segunda classe com preços reduzidos durante o período de trabalho; instalação das feiras livres), tais como aquelas levadas adiante em conjunto com outras associações operárias belo-horizontinas, apareciam com frequência no jornal, sempre visando uma solução pacífica e dentro da ordem vigente.[35]

Afora essas campanhas coletivas, a Confederação chamava para si a responsabilidade de promover educação moral e cívica dos trabalhadores. Suas ações incluíam a oferta de cursos noturnos para operários e a promoção, por meio de seu periódico, *O Operário,* do catolicismo enquanto prática social dos trabalhadores, mediante divulgação de enunciados com valores morais.[36]

Apesar de prevista no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública somente se organizou no início do século XX, com o surgimento dos grupos

---

[32] DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

[33] *O Operário,* da Confederação Católica do Trabalho, foi o terceiro jornal com essa nomenclatura, sendo o primeiro da Liga Operária (1900), e o segundo o "órgão dos interesses da classe" (1903-1904).

[34] Estão disponíveis para pesquisa 82 edições de *O Operário.* Houve interrupção da publicação entre 1925 e 1929, quando o periódico foi retomado (a partir de 28/03/1929), mas definitivamente cessado nesse mesmo ano. Segundo Amaral (2015), as informações referentes à Confederação passaram a ser divulgadas, a partir de 1935, pelo jornal *O Diário* e, de 1938 a 1939, pelo periódico *Vida Nova* (23 edições publicadas).

[35] PASSOS, Mauro. *A Classe Trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica:* a ponta de uma memória (1900-1930). São Paulo: Edições Loyola, 1991.

[36] AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

escolares durante o governo do Estado de João Pinheiro (1906-1910) e de sua Reforma do Ensino Primário e Normal, de 1906. O objetivo do empreendimento desse governante se coadunava com a ideia de formar "um povo instruído e regenerado para a nova vida."[37] Os seus pressupostos se relacionavam ao ideário republicanista brasileiro, segundo o qual "escola é concebida como instrumento de civilização, o ensino público é avaliado como padrão para se medir o progresso e a moralidade de um povo, a instrução é base fundamental para o verdadeiro progresso social [...]."[38]

Essa reforma de ensino era destinada à parcela considerada mais carente da população mineira e "deu uma nova feição ao ensino primário, com a criação dos grupos escolares, reinventando, portanto, a escola mineira."[39] Ademais, buscou ser uma alternativa às escolas isoladas (tidas como atrasadas e materialmente precárias) ao instituir os grupos escolares em Minas Gerais,40 tomada em sua materialidade (suntuosidade dos prédios dos grupos escolares, boa localização, mobiliário e métodos modernos, turmas seriadas, professores adequados, fiscalização profissional, etc.) como "um espetáculo de racionalidade e de civismo."[41]

De acordo com Veiga, "a hierarquização da ocupação da cidade corresponde à hierarquização do acesso ao saber".[42] O próprio ordenamento urbano de Belo Horizonte interferiu na abertura de grupos escolares, que seguiram a lógica da racionalidade partindo do centro (zona urbana, destinada as elites) em direção à periferia (zona suburbana, em geral, ocupada por pobres e trabalhadores).

Seguindo esse pressuposto, entre 1907 e 1910, Belo Horizonte contava com três grupos

---

[37] VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade*: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 310.
[38] ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária e o ideário republicanista nas mensagens dos presidentes de Estado: investigações comparativas (1893-1918). In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil:* investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 105-145. p. 131-132.
[39] FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação:* temas e problemas. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 532-555. p. 538.
[40] Schueler, Sá e Ferro (2013) apontam que, a despeito da defesa nos discursos dos presidentes dos estados brasileiros dos grupos escolares como a mais moderna forma de escola primária, esta se manifestou timidamente até a década de 1920, momento em que as escolas isoladas ainda eram maioria. As autoras (2013) revelam, a título de exemplificação, a existência de 171 grupos escolares e 1.566 escolas isoladas em Minas Gerais no ano de 1922.
[41] VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *Varia História,* Belo Horizonte, n. 18, set. 1997, p. 203-222. p. 216.
[42] VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade*: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 330.

escolares localizados na zona urbana: Barão do Rio Branco (1907),[43] Afonso Pena (1907) e Cesário Alvim (1909).[44] Já o quarto grupo escolar, Francisco Sales (1911), foi construído no Barro Preto, bairro naquele tempo residido por trabalhadores e que se localizava no limite entre a zona urbana e suburbana, donde se percebe a inicial expansão dessas instituições para além da região central. A partir de então, outros grupos escolares foram inaugurados na zona suburbana ou no seu limite.[45]

Segundo Faria Filho e Nogueira,[46] a instrução primária noturna de trabalhadores já existia em Minas Gerais desde o século XIX, sofrendo retração em seu movimento de expansão a partir dos anos finais do século XIX e retomando seu desenvolvimento, a partir das reformas educacionais que ocorreram após 1906.[47] Em 1917, foi criado o primeiro grupo escolar noturno do Estado, o Assis das Chagas.[48]

Nessa conjuntura, as associações operárias desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris. Dentre essas associações podemos citar a Confederação Auxiliadora dos Operários, o Centro Confederativo dos Operários, e a Confederação Católica do Trabalho.

Para Faria Filho e Nogueira,[49] essas escolas vinculadas às associações empreendiam,

---

[43] O Grupo Escolar Barão do Rio Branco funcionou até 1914 onde atualmente está localizada a Escola Estadual Afonso Pena, na Avenida João Pinheiro. A partir desta data foi transferido para prédio próprio, na Avenida Getúlio Vargas.

[44] O prédio do Grupo Escolar Cesário Alvim foi inaugurado em 1930. Antes disso, funcionou provisoriamente em outros locais.

[45] Tais como: Grupo Escolar Barão de Macaúbas (1914), no Floresta; Grupo Escolar Bernardo Monteiro (1914), no Calafate; Grupo Escolar Henrique Diniz (1914), no Santa Efigênia; Grupo Escolar Silviano Brandão (1914), no Lagoinha; Grupo Escolar Sandoval de Azevedo (1928), no Horto; Grupo Escolar Mariano de Abreu (1929), no Cachoeirinha; Grupo Escolar Lúcio dos Santos (1929), no Carlos Prates; Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos (1930), no Floresta; Grupo Escolar Flávio dos Santos (1930), no Floresta; Grupo Escolar José Bonifácio (1930), no Santa Tereza; Grupo Escolar Professor Caetano Azeredo (1930), no Barro Preto; etc.; além de outros grupos escolares criados na área central – Olegário Maciel (1925) e Pedro II (1926) – e das escolas isoladas e escolas reunidas dispersas pela cidade e que coexistiram junto aos grupos escolares.

[46] FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação:* temas e problemas. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 532-555.

[47]De acordo com a Reforma João Pinheiro, regulamentada pelo decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, era obrigação do governo a criação de escolas noturnas para adultos desde que a frequência mínima fosse de 30 alunos.

[48]O Grupo Escolar Assis das Chagas foi criado pelo decreto nº 4.726, de 21 de março de 1917. Funcionou nas dependências do Grupo Escolar Cesário Alvim até 1937, depois foi transferido para as dependências do Grupo Escolar Olegário Maciel.

[49] FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação:* temas e problemas. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 532-555.

única e exclusivamente, a alfabetização desses operários, não pretendendo ser lugar de doutrinamento político. A respeito da iniciativa dos trabalhadores no estabelecimento de escolas, dizem:

> Agentes indispensáveis na promoção das mudanças e na reivindicação de seus direitos, articularam, para isso, uma intensa vida associativa, via organização e mobilização da classe trabalhadora, buscando na instrução e na educação os principais instrumentos de luta e defesa de seus direitos.[50]

Esse foi o caso da Confederação Católica do Trabalho. Um dos princípios desta associação e de seu jornal *O Operário* era o de promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores. Desse modo, o periódico, ao mesmo tempo em que elogiava dirigentes por iniciativas voltadas a criação de escolas primárias, escolas maternais, nomeação de professores, entre outras, cobrava pela expansão de escolas para os trabalhadores. Isso porque a alfabetização dos operários era vista como meio destes possuírem liberdade, de compreenderem os regimes políticos, e de saberem regular as suas aspirações pela medida do justo. Partindo da ideia de que, se o regime não havia sido adaptado ao estado do povo, a educação seria responsável por elevar o povo à altura do regime, fornecendo, assim, instrumentos para a conquista de seus direitos em prol do “progresso” da classe operária.

A pretensão de instalação de um curso noturno direcionado aos operários, principalmente sócios desta associação, era anunciada logo na primeira edição do jornal. Este curso seria dirigido pelo professor Campos do Amaral[51] e funcionaria a partir de julho de 1920, após a efetivação das matrículas (custo de 5$000 por sócio, pagas adiantadas) que se encerrariam no mês anterior (final de junho). Conforme a proposta, as aulas ocorreriam das 19 às 21 horas, de segunda a sábado, respeitando domingos e feriados oficiais e religiosos. Às segundas, quartas, quintas e sábados, as lições seriam de português e aritmética, e às terças e sextas, de geografia e história do Brasil.[52]

Anos mais tarde, em 1929, o periódico informava sobre a construção de sua sede “para

---

[50] FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação:* temas e problemas. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 532-555. p. 553.

[51] Campos do Amaral atuou na Confederação Católica do Trabalho como membro da comissão de revisão dos estatutos. Foi eleito diretor social em 1919 e 1927, fundador do jornal *O Operário,* diretor do curso noturno operário em 1920 e nomeado para as comissões de descanso dominical e regime interno em 1929. Também foi deputado federal em 1934. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

[52] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920. p. 02.

nela instalar um 'curso noturno', uma 'biblioteca', um escritório de colocações e informações aos operários, um centro 'esportivo', uma sala de educação social e profissional operária, uma "secção" de união de todas as organizações congêneres existentes no país."[53] Novamente, era retomada a ideia de implementação de um curso noturno vinculado à Confederação.

A Confederação, enquanto devotada mediadora entre operariado e poder público, se aproximava deste por meio dos constantes agradecimentos, elogios e felicitações realizadas a proeminentes figuras de Minas Gerais, principalmente por meio de seu impresso, *O Operário.* Um dos sujeitos destacados era Arthur Bernardes, presidente do Estado de Minas Gerais de 1918 a 1922, que parabenizado por seu natalício, era também engrandecido por seu desempenho enquanto dirigente, em especial por seu cuidado com a instrução, visto que um grande número de escolas primárias teria sido criado ao longo de seu governo.54 Deste modo, não é de se estranhar encontrar uma edição de *O Operário* em 1925, com dez páginas em comemoração ao Dia do Trabalhador, recheada de homenagens a esses sujeitos, entre eles: Melo Viana (presidente do Estado de Minas Gerais e "grande amigo dos operários"), Dom Cabral (Arcebispo de Belo Horizonte), Sandoval Soares de Azevedo (Secretário do Interior e "devotado amigo dos operários") e Mario de Lima (poeta e secretário da presidência do Estado de Minas Gerais).[55]

Nesta mesma edição, apontava a Confederação e seu impresso para uma vontade geral das classes operárias em "progredir" e ocupar um posto mais "elevado" e "nobre":

> [...]. É esse lema adotado pelo atual governo de Minas. Se as classes populares não estão aptas para dirigirem-se porque constituem-se na maioria de analfabetos, vamos alfabetizá-las. Espalhemos mestres, criemos escolas, derramemos, difundamos a luz da instrução por este território vastíssimo.
> Livros, livros a mãos cheias, e que ao em vez de cercear-se a liberdade dos cidadãos por não terem suficiente preparo para dela gozar, por meio de obras de educação popular, demos ao grande número a dose de capacidade e experiências necessárias para que se tornem capazes de compreender o regime, de regular as aspirações pela medida do justo. Se o regime não foi adaptado ao estado do povo, procuremos elevar o povo até colocá-lo à altura do regime. Bem haja, pois, um governo que assim pensa, e, o que é melhor, age nesse sentido. Desde o governo Bernardes nos habituamos a ver o órgão oficial do Estado com a sua primeira página repleta de decretos criando escolas, de atos de nomeação de professores. [...].[56]

---

[53] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929. p. 03.
[54] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano II, n. 07, 11 ago. 1921. p. 01.
[55] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 01.
[56] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 03-04.

Para concretização dos objetivos e direitos dos trabalhadores, em busca do "aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade", as "inferioridades civis e políticas" deveriam ser eliminadas. Para tal, o direcionamento do Estado se fazia necessário, por meio de políticas educacionais de combate ao analfabetismo, às quais, segundo o jornal, possibilitariam a paulatina elevação do povo à altura do regime.[57] Outra edição do periódico daquele ano destacava como fato consolador "de um lado o esforço titânico do governo mineiro em destruir o analfabetismo, do outro a boa vontade do povo em corresponder a esse patriótico e nobre esforço oficial."[58]

Uma questão central, principalmente por se tratar de uma associação católica, se refere à permissão do Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado. Desde a Constituição de 1891, havia a prerrogativa da laicidade, devendo ser leigo o ensino nos estabelecimentos públicos, fato que ocasionou intensos debates entre educadores escolanovistas e católicos. Em 1928, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos (1926-1930), foi o primeiro a permitir o retorno do Ensino Religioso nas escolas públicas, o que sinalizava para a força do catolicismo no Estado.[59] A decisão do governante gerou uma série de manifestações em seu apoio, como a que ocorreu na Praça da Liberdade:

> No dia 21 de Abril terá lugar grandiosa manifestação que os católicos mineiros vão fazer ao Snr. Antônio Carlos, exprimindo-lhe o júbilo e a gratidão pela permissão do ensino religioso nas escolas. Tudo indica que esta manifestação será a mais imponente de quantas se realizaram nestes últimos tempos. Todos os operários de boa vontade e que presam o futuro de seus filhos, devem participar deste movimento, assistindo à missa solene na Matriz S. José e ao *Te Deum* na Praça da Liberdade.[60]

Para além da questão do retorno do ensino da religião nas escolas públicas, foi em sua gestão que se implementaram as reformas do Ensino Primário e Normal (comandada por Francisco Campos em 1927) e da Universidade de Minas Gerais (1927), aspectos que conjugados com outros possibilitam avaliar suas pretensões políticas naquele momento. Em 1931, o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, mediante decreto nº 19.941, facultava o ensino da religião nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal de todo o país, o que atestava a força da vertente católica e dos grupos educacionais

---

[57] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 03-04.
[58] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VI, n. 07, 10 set. 1925. p. 01.
[59] SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, n. 26, v. 13, 2009, p. 32-55.
[60] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VII, n. 03, 11 abr. 1929. p. 04.

confessionais no Brasil.

Conforme explicitado em *O Operário,* no final de década de 1920, duas emendas foram apresentadas ao projeto de revisão da Constituição, “uma reconhece que o catolicismo é a religião da maioria do povo brasileiro; outra permite o Ensino Religioso facultativo nas escolas”, as quais teriam provocado resistência de três grupos – maçonaria, espiritismo e protestantismo – contribuindo para o insucesso das proposições.

A oposição dos dois primeiros grupos é admitida a partir da sua desqualificação enquanto “satânicos”, porém causava estranhamento a objeção do grupo protestante em relação à segunda proposta, visto que o Ensino Religioso era de caráter facultativo e não definida sua especificidade católica, podendo ser adaptável a depender da realidade dos alunos e do estabelecimento escolar.

> Nas escolas de localidades onde os habitantes sejam protestantes, seja o ensino protestante. Nas escolas onde haja os dois grupos em quantidade apreciável, seja o ensino católico para os católicos, protestante para os protestantes. Finalmente, na pior hipótese, os pais que não queiram para seus filhos esse ou aquele ensino religioso, façam retirá-los na hora de se ministrar o ensino de religião. O que não podem admitir todos quantos sinceramente seguem a doutrina de Jesus Cristo é este sistema da escola leiga, destruidora de toda a ideia e de todo o sentimento cristão, tal qual desejam a maçonaria e o espiritismo.[61]

De qualquer forma, cabe ressaltar que a presença e a situação da Igreja Católica em Minas Gerais, durante boa parte da Primeira República, apresentavam uma conjuntura especial. No referido estado, a instrução religiosa foi permitida nas escolas públicas até 1906, quando João Pinheiro, então governador, passou a proibí-la, e suspendeu a ajuda do poder público aos seminários. A partir de então, a Igreja empenhou-se a fundo numa campanha, por meio da imprensa, tipicamente antilaicista. Além disto, organizou grupos leigos (União dos Moços Católicos, União Popular, O Círculo Operário e as Ligas pela Moralidade), a fim de promover congressos, pressionar chefes de famílias católicas e impulsionar o apostolado leigo a organizar a coleta de assinaturas a favor do ensino religioso nas escolas públicas em horas extras, mediante uma petição encaminhada à legislatura pela União Popular. Em 1928, o então governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrade permitiu uma hora de catecismo nas escolas. A medida se tornou lei no ano de 1929.[62]

[61] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VII, n. 01, 28 mar. 1929. p. 04.
[62] DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p.156.

Destaque ainda para o papel do arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), que propôs à direção do papado a possibilidade de recatolicizar o estado de Minas. Com esta ação, a Igreja tornou-se mais forte neste estado do que no restante do país, graças a uma grande divulgação da educação católica.[63]

Considerações finais

Diante do exposto, a despeito da pesquisa se encontrar em desenvolvimento, é possível apontar alguns resultados obtidos até então. O primeiro deles é sobre a existência de uma proposta educacional por parte da Confederação Católica do Trabalho mediante oferecimento de cursos noturnos aos operários. Se de fato estes se efetivaram ainda não há como saber, visto que outros conjuntos de documentos deverão ser pesquisados e as informações cruzadas a fim de responder essa e outras questões. Não obstante, a simples oferta desses cursos em uma ou outra edição de *O Operário* pode indicar tanto a ausência de escolas públicas noturnas para operários, quanto a insuficiência de vagas ofertadas (no caso da existência dessas escolas).

Outra ponderação a se destacar, e que não se contrapõe de modo algum a oferta dos cursos noturnos, ao contrário, faz parte de um mesmo movimento, é o apoio explícito às políticas educacionais levadas a cabo pelo governo mineiro, traduzidas em homenagens e manifestações de apoio a políticos e outras personalidades mineiras no periódico da Confederação ou em manifestações que esta organizava nas sedes ou nas ruas de Belo Horizonte. Isso reforça as ideias sobre o reformismo enquanto corrente predominante no movimento operário de Belo Horizonte, influenciado principalmente pela Ação Católica. Essa corrente reformista, ainda que por décadas tenha sido diminuída frente a outras manifestações da classe operária, não aceitava os males gerados pelo capitalismo. Ao contrário, compôs uma estratégia diferenciada de luta e de manifestação de consciência de classe durante a Primeira República.

Referências

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941).* Tese em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

[63] PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p.134.

2015.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930).* Dissertação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária e o ideário republicanista nas mensagens dos presidentes de Estado: investigações comparativas (1893-1918). In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil:* investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 105-145.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13, 1989, Caxambu. *Anais...* São Paulo, 1989. p. 01-16.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho.* Belo Horizonte, 1920.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano II, n. 07, 11 ago. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio. 1925.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VI, n. 07, 10 set. 1925.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VII, n. 01, 28 mar. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VII, n. 03, 11 abr. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário,* Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais:* um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação:* temas e problemas. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 532-555.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930.* Belo Horizonte:

Imprensa Oficial, 1970.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PASSOS, Mauro. *A Classe Trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica:* a ponta de uma memória (1900-1930). São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PUC MINAS. Banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, Belo Horizonte.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, n. 26, v. 13, 2009, p. 32-55.

SCHUELER, Alessandra Frota M.; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; FERRO, Maria do Amparo Borges. A expansão da escola primária graduada nos estados na Primeira República: a ação dos poderes públicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil:* investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 161-177.

TILLY, Charles; McADAM, Doug; TORROW, Sidney. Para mapear o confronto político. In: *Revista Lua Nova*, 2009, n. 76. p. 11-48.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *Varia História,* Belo Horizonte, n. 18, set. 1997, p. 203-222.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade*: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Anexo A – Fachada do edifício para sede da Confederação Católica do Trabalho, localizado na segunda sessão urbana, Rua Guarani

Fonte: O Operário, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925.

Anexo B – Capa da primeira edição de *O Operário,* jornal da Confederação Católica do Trabalho

O OPERARIO

N. 1 | Orgam da Confederação Catholica do Trabalho | ANNO I

Bello Horizonte, 19 de Junho de 1920

Nosso programma

Surge *O Operario* para facilitar a realisação do seguinte programma:

a) Tornar conhecida e forte a Confederação Catholica do Trabalho;

b) Defender os legitimos interesses e os direitos dos trabalhadores, como individuos e como classe;

c) Pleitear a victoria das reivindicações operarias baseadas na justiça;

d) Promover a defeza dos trabalhadores syndicados quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infamante;

e) Promover a educação profissional, moral e civica dos trabalhadores;

f) Promover a fundação de confederações identicas em todas as localidades mineiras onde isso seja possivel e fazendo de todas uma unica confederação no Estado.

Trata-se, pois, de propagar o proprio programma da Confederação, de modo que este jornal ha de inspirar-se nos mesmos principios, isto é:

a) Fidelidade do homem para com Deus, como individuo, como familia, como sociedade;

b) Toda a acção operaria não deve excluir Christo e sua Egreja;

c) Toda a acção operaria deve obedecer aos principios traçados na encyclica RERUM NOVARUM e em outros documentos pontificios;

d) Toda a acção opereria tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociaes; que a solução da questão operaria não é incompativel com os direitos e legitimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas;

e) Toda a acção operaria tem de desenvolver-se dentro do respeito ao principio de autoridade, sem violencia, sem attentar contra a ordem social e politica.

Temos tanta necessidade da imprensa, como de pulmões para respirar. Só as reuniões e as conferencias não alcencam fins satisfactorios. Muitos, por preguiça ou por motivos acceitaveis, não frequentam sessões.

Nosso meio não tem ainda comprehensão do DEVER SOCIAL. O unico meio de tornar conhecido esse dever e arrancar o operario da inercia e da indifferença, é ir procural-o em sua casa, na rua, na officina e fallar-lhe tudo quanto for necessario para oriental-o. Essa missão sómente pode ser desempenhada por esse mensageiro silencioso, mas eloquente, que é o jornal. Por este, poderemos estar em contacto constante com os trabalhadores, fazendo a luz da verdade penetrar as massas trabalhadoras, agital-as no bom sentido, excital-as para o bem, congregal-as, dar-lhes cohesão, conduzil-as á victoria!

A Confederação C. do Trabalho publicando esto jornal quer apenas trazer em constante vibração o seu programma, manter o operariado em palpitação permanente, fecunda e bemfazeja! *O Operario* vai ser o éco fiel, o espelho nitido das necessidades trabalhistas, procurando arrastar o operariado para uma solução justa e pacifica de suas questões sem desordens e violencias, sem prejuizo e odio para as outras classes!

Deus nos ajude nessa tarefa gigantesca!

Censura cinematographica

O actual presidente de Minas tem beneficiado o Estado com uma serie de medidas de alto alcance e grande utilidade, conquistando a estima e a gratidão do povo mineiro.

O ultimo acto de S. Exc. estabelecendo a censura dos *films* cinematographicos merece os mais sinceros applausos, o apoio mais decidido da população.

Depois de prescrever regras minuciosas para garantir a vida dos espectadores, para defender a integridade material dos frequentadores de cinema, o sr. Presidente do Estado passou para a parte moral, de modo a proteger a alma, o patrimonio moral dos individuos, prohibindo a projecção de *films* immoraes.

O Governo Mineiro seguio o exemplo dos povos cultos, como a França, a Italia, a Inglaterra, a Hollanda, os Estados Unidos, etc.

Está, portanto, em boa companhia, trilhando a unica estrada digna de governos que se prezam.

Alguns jornalistas indigenas não receberam bem a censura.

Allegam que a moral varia com os tempos e os povos.

Allegam que o Governo quer transformar os cinemas em mostradores de fitas piedosas e piegas.

Nada disto deve impressionar o Governo, pois a seu lado está o povo.

Dizer que a moral varía é o mesmo que affirmar que varía a Justiça!

Não! A moral, a justiça, a verdade, são forças immutaveis, universaes, eternas.

A corrupção, sim, é que varía com o tempo e com os povos.

Si Paris applaude uma fita immoral e Londres a repelle, não quer isto dizer que a fita é *moral* para a cidade luz e *immoral* para a capital ingleza.

Isto não significa que a moral é UMA para Londres e OUTRA para Paris. Isto quer simplesmente dizer que Paris estaria mais corrompida que Londres.

Si no Rio de Janeiro os paes permittissem ás suas filhas ir dansar em *cabarets* e em Bello Horizonte isto fosse prohibido ás nossas gentis patricias, tal não quereria dizer que a moral varía do Rio para a Capital de Minas, porém, que a Capital da Republica estaria mais corrupta que este velho Curral d'El-Rey.

Fonte: *O Operário,* Belo Horizonte, ano I, n. 1, 19 jun. 1920.

Recebido em: 22.03.2017
Aprovado em: 11.10.2017

O terrorismo anarquista no Brasil da Primeira República: construções de sentidos de militantes e a repressão governamental

Fabrício Pinto Monteiro *

Resumo
Este artigo possui como tema central manifestações do terrorismo anarquista no Brasil das primeiras décadas da República. Através de alguns eventos pontuais, são discutidas as construções dos sentidos dessas ações por militantes no país e as formas de repressão às mesmas pelo Estado.

Palavras-chave: Anarquismo; Terrorismo; Conflitos Sociais.

Abstract
This article has as central theme manifestations of the anarchist terrorism in Brazil at the first decades of the Republic. Through some particular events, we discuss the constructions of the senses of that actions by militants in the country. We also debate the forms of repression of anarchist terrorism by the State.

Keywords: Anarchism; Terrorism; Social Conflicts.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XIX são tidas por parte da memória e história do anarquismo internacional como um período marcado pela violência dos atentados terroristas, quando alguns anarquistas (uma pequena minoria) defenderam e praticaram estratégias de ataque direto a figuras de representação de poder, chegando a assassinar reis, políticos, juízes,

* Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Educação Básica na rede municipal de ensino de Uberlândia, MG.

policiais e "burgueses" de forma geral.[1]

Alguns nomes como Ravachol, Auguste Vaillant, Geronimo Caserio e Émile Henri seriam internacionalmente conhecidos através, principalmente, da divulgação de seus feitos pelas rápidas mensagens telegráficas e, em seguida, pela imprensa de cada país.[2]

As ações do terrorismo anarquista não ocorreram com a mesma intensidade e impacto no Brasil, mas os casos existentes, unidos às notícias frequentes chegadas de outros locais entre as décadas de 1890 e 1920 – limite cronológico deste texto – foram suficientes para levar militantes libertários no país e o próprio governo brasileiro a problematizar a questão.

Neste artigo tratarei de alguns eventos pontuais do terrorismo no Brasil.[3] Estarei longe de esgotar o tema e sequer conseguirei realizar um panorama minimamente amplo dos atentados ocorridos no país. Meu foco será colocar duas questões sobre o tema: como as ações terroristas relacionadas ao anarquismo foram problematizados, e assim, ganharam novos sentidos, por alguns militantes brasileiros junto às situações específicas vivenciadas por eles? Em segundo lugar, quais foram os sentidos criados na rede de relações estabelecida entre a imprensa e autoridades governamentais para estas mesmas ações? A legislação de repressão

---

[1] O pesquisador Uri Eisenzweig lança dúvida sobre a existência de diversos atentados ocorridos na Europa ou sobre sua autoria por anarquistas ao longo dos anos. Esta não é a oportunidade para contestá-lo, mas, de qualquer modo, as notícias que chegavam ao Brasil e a memória elaborada socialmente sobre os ataques a governantes e autoridades teve força real na criação da rede de sentidos envolvendo os anarquistas como violentos e destruidores. Interessados, remeter-se a EISENZWEIG, Uri. *Ficciones del anarquismo*. México D.F: FCE, 2004.

[2] François Claudius Koënigstein, ou "Ravachol" (1859-1892) explodira com bombas de dinamite as casas do juiz Benoit e do promotor Bulot, que eram responsáveis pelo julgamento de dois anarquistas, Decamps e Dardare, presos durante protestos do 1° de maio do ano anterior. Tendo antes atuado como falsificador de dinheiro, ladrão, violador de sepulturas, Ravachol fora condenado à morte pelo assassinato de um velho eremita durante o assalto a sua casa, em 1891. Auguste Vaillant (1861-1894) arremessou uma bomba contra os deputados franceses durante uma sessão na câmara em 1893 como forma de retaliação à violência crescente no tratamento do governo aos trabalhadores e anarquistas. Apesar de não ter conseguido matar nenhuma pessoa, foi guilhotinado em fevereiro de 1894. Émile Henri (1872-1894) foi executado poucos meses depois, devido a um atentado a bomba, mal sucedido, contra o prédio da Companhia Carmaux de mineração em 1892, cujos proprietários mostravam-se irredutíveis frente as reivindicações de seus funcionários em greve. Também por um outro ataque com dinamite, contra os clientes de café em Paris. Sante Geronimo Caserio, italiano nascido em 1873 e morto na guilhotina em agosto de 1894, assassinou com um punhal o presidente da França, Marie François Sadi Carnot também como retaliação contra a repressão às movimentações operárias e anarquistas. Para um trabalho de caráter mais geral sobre o tema, ver MONTEIRO, Fabrício. *O niilismo social: anarquistas e terroristas no século XIX.* São Paulo: Annablume, 2010.

[3] O debate sobre as definições gerais de "terrorismo" é ampla, transpassando diferentes campos de estudo. Não pretendo partir de um conceito fechado de antemão e creio que ao longo do texto o leitor conseguirá compreender os sentidos construídos historiograficamente para esse termo no contexto específico do qual tratamos. Discuti sobre esse tema em obra citada (MONTEIRO, op. cit., 2010, p. 19-20). Em síntese, a ideia de causar medo e apreensão nas classes governamentais e "burguesas" como estratégia revolucionária, utilizando-se diretamente a palavra "terror", foi utilizada explicitamente por anarquistas e socialistas apoiadores dos atos no século XIX, não contendo, naquelas situações, um sentido pejorativo para suas próprias ações. Ver também os debates contidos em PASSETTI, Edson.; OLIVEIRA, Salete. (orgs.) *Terrorismos*. São Paulo: EDUC, 2006.

aos anarquistas, concretizada em diferentes decretos emitidos entre 1893 e 1921, será utilizada como fonte privilegiada para essa discussão.

Destaco desde já as peculiaridades destas relações face a situações de países europeus e Estados Unidos. O combate ao terrorismo anarquista não se deu aqui através de medidas separadas das tentativas de controle e supressão das organizações operárias onde o anarquismo fazia-se influente em atuações de luta social mais "tradicionais", como as greves e piquetes. Muitos atentados à bomba no Brasil, diferente de alguns eventos ocorridos na França, por exemplo, foram vinculados direta ou indiretamente a situações de protestos e manifestações coletivos mais amplos – como os atos de 1° de Maio ou greves – que propriamente ataques inesperados a figuras de poder como forma de retaliação a alguma ação específica de repressão a trabalhadores.

Igualmente particular ao nosso país, a imagem do perigoso anarquista que se esgueirava nas sombras com uma carga de dinamite sob o casaco, pronto a mandar pelos ares casa, fábrica ou propriedade de "cidadãos de bem", fundiu-se a do imigrante estrangeiro, suspeito em suas intenções e indesejável por trazer às terras brasileiras ideias exógenas de transformação social e incompatíveis com nossa realidade. Assim, a legislação repressiva ao terrorismo caminhava também junta à de controle migratório, de deportação, vigilância e prisão de, entre outros possíveis, italianos, espanhóis, portugueses e franceses.

Naturalmente, em nossa discussão serão abordados alguns acontecimentos concretos do terrorismo anarquista no Brasil, mas interessa-me mais o processo de construção social das problematizações e elaboração de sentidos para esses eventos por indivíduos neles envolvidos, bem como do governo federal (poderes executivo e legislativo) do momento.[4] Minhas referências principais para essa metodologia inspiram-se na compreensão da *genealogia* histórica, presente na filosofia nietzschiana e que privilegia tal processo criativo através da problematização e debates, mais que a busca por uma suposta "coisa em si" dos fatos.[5]

---

[4] Infelizmente, os limites de um artigo não permitem abordar com o necessário grau de aproximação e individualização os debates no interior das esferas e instituições governamentais ou suas relações mais próximas com a imprensa. Tentei, mesmo assim, com ajuda da tese de Rogério Bonfá, pelo menos chamar atenção para essa possibilidade e necessidade nas pesquisas historiográficas sobre o tema.

[5] MONTEIRO, Fabrício. A genealogia de uma historiografia genealógica: a escrita da história anarquista pós estruturalista. *Faces da História*, Assis, n. 2, v. 1, jul.-dez., 2014, p. 6-31.

Atentados no Brasil

Destaco novamente o caráter limitado, em abrangência, desta pesquisa, que sustenta-se fundamentalmente em documentação e eventos ocorridos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O faço não só para alertar o leitor para a possibilidade da existência de casos de atentados além das duas capitais, mas também para chamar a atenção de como devemos ter prudência ao analisar nossas fontes documentais, considerando seus próprios limites.

Em uma edição de maio de 1893, o jornal *O Estado de São Paulo* anunciou um acontecimento levado a cabo dois dias antes, dia 1°, que seria "a primeira manifestação material do anarchismo em São Paulo": uma bomba arremessada contra o palacete de Dr. Carlos Paes de Barros, enquanto, pouco depois, "o mesmo attentado era cometido em outro ponto da cidade".[6]

Chama a atenção o caráter seguro e incisivo da frase que abre a matéria, "a primeira manifestação material do anarchismo" na cidade, especialmente porque o autor (ou autores) dos atos não havia sido encontrado para a atribuição de uma motivação anarquista para os ataques. Mais ainda, o segundo atentado mencionado foi uma explosão na residência do Capitão Josias Ferreira de Almeida, que, em depoimento à polícia, acusou certo Pietro Rubiolo pelo ataque. Rubiolo não era anarquista, mas resolveu se vingar após um desentendimento com a vítima por questões de pagamentos a serviços prestados.[7]

Também é sintomática a imagem atribuída aos anarquistas como invariavelmente terroristas arremessadores de bombas – e, com isso, do anarquismo como uma proposta política sustentada nas ações violentas de ataque direto às pessoas – quando sua "primeira manifestação material" na cidade seria exatamente a explosão de duas casas. De fato, indícios apontam para a ação de grupos anarquistas em São Paulo antes desse evento, desde 1890 e, mesmo não se tratando de uma publicação exclusivamente ácrata, o anarquismo já aparecera como ponto relevante do debate operário pelo menos desde 1892, no jornal comemorativo ao

---

[6] ANARCHISMO. *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 03/05/1893, p. 1. Embora a matéria não explicite, provavelmente por se tratar de uma figura potencialmente bem conhecida na época, este Dr. Carlos de Barros era um engenheiro e político de importância na cidade São Paulo, assumindo cargos legislativos em diferentes ocasiões.

[7] Segundo pesquisa de Cláudia Leal junto ao inquérito aberto sobre o caso (que continha o nome real do Capitão, chamado pel'*O Estado de São Paulo* "Capitão Josias de Camargo"). LEAL, Cláudia. *Pensiero e dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890.* Campinas: UNICAMP, 2006 (Tese de doutorado em História). p. 167. Dois anos depois, o jornal retomaria o caso, reportando que o verdadeiro autor dos atentados fora descoberto após a prisão de vários anarquistas (ao que parece italianos) em comemoração ao aniversário da Comuna de Paris, mas o repórter não revelou sua identidade. Idem, p. 171-172.

1° de maio *Primo Maggio* e no periódico *Gli Schiavi Bianchi*.[8]

É importante destacar, entretanto, que não há uma homogeneidade para toda imprensa nos sentidos construídos para os atentados e sua vinculação ao anarquismo – também não há entre os diferentes setores e indivíduos que ocupam posições de poder, como veremos adiante. Cláudia Leal destaca como o *Correio Paulistano* noticiara o mesmo evento sem ligar tão diretamente sua autoria a anarquistas.[9] Mesmo assim, o rótulo de violentos e dispostos a atos extremos de propaganda e revolta concedido aos anarquistas foi reforçado ao longo de todo período estudado, quando mais e mais eventos correlatos eram noticiados como ações anarquistas.

O historiador Alexandre Samis alerta para certa imprecisão em vários registros de atentados, especialmente ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo. Muitas vezes haviam denúncias dos próprios anarquistas de que a execução de diferentes atos violentos, como explosões ou conflitos durante greves, teriam na verdade partido de agentes provocadores da polícia e governos.[10]

Em 1894, operários foram presos em São Paulo após a explosão de duas bombas nos atos do 1° de maio; em 1908, as autoridades policiais do Rio de Janeiro denunciaram um suposto plano de anarquistas para afundar uma esquadra dos Estados Unidos que se encontrava na Baía da Guanabara; no ano seguinte, operários de *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power* receberam acusações de terem dinamitado cabos elétricos da empresa; em 1915, padeiros em greve pela regulamentação de horários de trabalho, também do Rio de Janeiro, explodiram as padarias de seus patrões durante a noite; em 1918, anarquistas trabalhadores da Marinha Mercante teriam detonado uma bomba na casa do ministro da Marinha, almirante Alexandrino.[11]

Em alguns desses casos, de fato há indícios de inspiração nos acontecimentos internacionais, sendo, como naqueles países, apenas uma pequena minoria de anarquistas

---

[8] Idem, p. 152, 161 e 175. A menção a anarquistas na capital paulista desde o ano de 1890 seria feita no jornal argentino *La Miseria*. O editor de *Gli Schiavi Bianchi*, Galileo Botti foi vigiado e preso por suas publicações várias vezes, acusado de ser anarquista, mesmo não se declarando como tal. p. 183.

[9] Idem, p. 166. Por outro lado, podemos questionar o quanto o termo utilizado por este jornal, "dynamitadores", que já fora usado antes pela imprensa para descrever os terroristas anarquistas europeus, não deixava implícita a conexão entre o uso das bombas e os militantes libertários.

[10] SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. p. 125-189. In: COLOMBO, Eduardo; COLSON, Daniel; MINTZ, Frank. et.al. *História do movimento operário revolucionário.* São Paulo/São Caetano do Sul: Imaginário/IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004. p. 150.

[11] SAMIS, op. cit., 2004. p. 148-149.

apoiadores desse tipo de "propaganda pelo ato".[12] Desconheço, porém casos claros e confessos no Brasil como nos exemplos paradigmáticos de Ravachol, Vaillant, Émile Henri ou Czolgosz, que admitiram abertamente seus atos como motivados por alguma forma de "dever" frente a causa libertária.[13] Independente da veracidade da autoria dos ataques, militantes anarquistas no Brasil passaram a sofrer perseguições com acusações de "dinamitadores", como na explosão de uma bomba em Guarujá, litoral paulista, em 1898.

Através de um telegrama vindo de Santos, *O Estado de São Paulo* reportou que a residência de Eulálio da Costa Carvalho, superintendente da "Companhia Balnearea", foi parcialmente destruída por uma bomba na madrugada do dia 23 de maio. Apesar da destruição do assoalho e mobília – a dinamite fora colocada embaixo do chalé do superintendente, construído sobre a areia, que teria abafado o impacto da explosão – ninguém foi morto ou ferido. Um suspeito foi prontamente indicado: "Suppõe-se que o auctor do attentado é um creado, anarchista francez, que dois dias antes havia sido despedido do hotel. Esse creado não foi visto nem hontem nem hoje."[14]

Mais tarde, um novo telegrama chegou à redação, noticiando a prisão daquele acusado, François Castaing, que, apesar de negar o ato e dizer que havia passado aquela noite em Santos, "a voz pública em Guarujá accusa unanimemente Castaing como o verdadeiro auctor do attentado."[15]

Meses depois, *O Estado de São Paulo* retomou o assunto, embora apenas em sua quarta página, noticiando o julgamento não do anarquista francês, mas de Luiz Gouvêa, ex-chefe dos guardas-noturnos de Guarujá e que fora despedido por abusar de sua autoridade sobre os subordinados.[16] Gouvêa não era anarquista e teria planejado uma vingança pessoal por sua demissão. Apesar da afirmação da promotoria sobre satisfação do acusado com a explosão da casa, o réu foi absolvido por falta de provas.

Como mencionado, assim como na França, Espanha, Itália e Estados Unidos, apenas uma pequena parte dos anarquistas apoiava o terrorismo como meio de ação aceitável ou eficaz

---

[12] Entre os casos aqui discutidos, talvez a explosão acidental da bomba em São Paulo em 1919 tenha os indícios mais fortes de que militantes anarquistas pretendessem utilizar o artefato como arma de ataque na luta social, apesar de também haver controvérsias. Veremos sobre esse evento e a expressão "propaganda pelo ato" mais adiante.

[13] Leon Czolgosz (1873-1901) assassinou o presidente norte-americano Willian McKinley em 1901 com dois tiros, na cidade de Buffalo. Foi condenado à morte e executado na cadeira elétrica no mesmo ano.

[14] TELEGRAMAS. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24/05/1898. p. 2.

[15] TELEGRAMAS. *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 24/05/1898. p. 2.

[16] NOTÍCIAS Diversas. *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 24/09/1898. p. 4.

para uma revolução social. Entretanto, toda militância libertária viu-se obrigada a debater e posicionar-se de forma direta frente a questão, dadas as acusações e a estruturação gradual – legislativa e administrativa – de um aparato repressivo estatal. Desde fins do século XIX até, principalmente, o início dos anos 1920, as ações tomadas pelos governos em nome do combate à chamada violência anarquista terminou por afetar a todos eles.

Problematizações de militantes e a construção de sentidos para o terrorismo

Em *A Guerra Social* – periódico anarquista publicado no Rio de Janeiro com intermitências entre 1907 e 1922 – de 20 de março de 1912, um artigo escrito por Astrojildo Pereira (1890-1965, um dos futuros fundadores do PCB, mas, na época, ainda um militante libertário) destaca-se na primeira página: "O atentado (Ecos de toda parte)". Nele noticiava uma tentativa mal sucedida de assassinato do rei da Itália por Antonio Dalba[17], quando um oficial do exército que acompanhava a comitiva do monarca ficou ferido:

> ...e o rapaz que disparou os tiros diz-se... anarquista! Júpiter!... E a humanidade toda interrompe a dijestão, de tão comovida que fica! Tudo vibra: a terra, o mar, os céus, e desde o pacifista Carnegie até a cadela ali da minha vizinha... Os fios telegráficos e as ondas hertzianas trepidam, ofegantes e incansáveis. Os prelos gemem num deslocamento infernal (...) A indignação é geral, é ilimitada, manifestando-se em maldições apocalípticas contra a seita criminoza dos anarquistas e em louvores e parabéns entuziastas às sagradas pessoas de Suas Majestades.[18]

A ironia do articulista a respeito da amplitude exagerada da reverberação do caso faz-se entender ao levarmos em conta a cobertura massiva que os atentados cometidos por anarquistas europeus recebiam desde a década de 1880 pela imprensa de vários países. Somados aos acontecimentos no Brasil, como discutido, mais do que simplesmente noticiar os eventos, os jornais de grande circulação na Europa e Américas tiveram um papel importante na criação da própria "atmosfera" de terror envolvendo os anarquistas, contribuindo assim para a criação da forte relação entre anarquismo e violência.[19]

---

[17] O rei Victor Emmanuel, e sua esposa, estavam a caminho de um evento comemorativo ao aniversário de seu falecido pai, o rei Humberto, assassinado em 1900 pelo anarquista Gaetano Bresci. O major Giovanni Langa foi ferido por um dos três tiros do pedreiro Antonio Dalba, que se declarou "anarquista individualista". Tendo apenas 20 anos na ocasião do atentado, Dalba ainda não era considerado totalmente maior de idade pelas leis italianas da época, sendo condenado à pena máxima para sua situação: trinta anos de prisão. SHOTS fired at king of Italy. *The New York Times.* New York, 15/03/1912 e 30 YEARS jail for Dalba. *The New York Times.* New York, 10/10/1912. Ver também ANARCHIST fires on king of Italy. *The Gazette Times.* Pittsburgh, 15/03/1912. p. 3.

[18] PEREIRA, Astrojildo. O atentado (ecos por toda parte). *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, 20/03/1912. p. 1.

[19] MONTEIRO, op. cit., 2010, p. 71-78.

Continuando sua argumentação, escreveu Astrojildo Pereira:

> Essa é a anarquia e esse é o anarquista para todo esse mundo de cretinos e safardanas. Bala anarquista... Eu protesto! Nós não fabricamos balas. A bala é Browning ou Smith Wesson. E Antonio Dalba, não é anarquista? Segundo alguns telegramas, ele se diz anarquista. Eu não o sei, porque dizer-se anarquista não é o bastante para ser anarquista.[20]

Percebe-se como a partir de um tema inicial – o atentado, a ação violenta – cria-se uma problematização de cunho político a respeito das relações entre a subjetividade do indivíduo e o grupo. Um terrorista pode ser um anarquista? Somente outros membros do movimento podem qualificar uma pessoa como anarquista, ou basta a autoidentificação do indivíduo?

Na revista mensal *A Vida* de 31 de maio de 1915, encontra-se uma nota na seção "Crônicas Subversivas", intitulada "Um complot revolucionário".[21] Nela comenta-se a divulgação pela imprensa brasileira da descoberta de uma "conspiração", que reuniria, entre outros, parte do exército, estivadores e anarquistas em um plano de deposição do presidente e reformas na constituição. A notícia é rebatida com ironia pelo autor da nota ("Os anarquistas na patriótica faina de depor presidentes e reformar códigos!?..."), mas o incômodo maior causado aos anarquistas da revista é exposto a seguir:

> O mais interessante é que um jornal, referindo-se a nós dizia: "...os nossos pretenso anarquistas" (...). Que idéia bizarra fará o talentoso repórter, de um anarquista? Naturalmente, a concepção que pode ter tal indivíduo é a seguinte: um anarquista é um sujeito de má catadura, filiado a uma sociedade secreta, cuja missão é atentar contra os chefes de estado. Como nossos "anarquistas" não cometeram ainda nenhum atentado político, concluiu com lógica e superiormente: qual... dizem-se anarquistas mas não o são. Já estourou alguma bomba de dinamite? Não. Logo... onde não há bombas não pode haver anarquistas. De hoje em diante, antes de nos dizermos anarquistas, devemos primeiro ir ao genial repórter da "Gazeta de Notícias" pedir um diploma...[22]

Se o ser anarquista já se torna um problema político, conflituoso, entre os próprios militantes, soma-se outra problemática desenvolvida com mesmo tema. Um repórter de um jornal, um membro do governo ou outros opositores possuiriam alguma legitimidade para definir esse ser, seus pensamentos, valores e ações? Claro que esta legitimidade é negada pelos próprios militantes, mas defendida por seus opositores, valendo-se inclusive de discursos

---

[20] PEREIRA, op. cit., 1912, p. 1.
[21] UM complot revolucionário. *A Vida*. Rio de Janeiro, 31/05/1915. p. 2. In: CMS; ASMOB (orgs). *A Vida: periódico anarquista*. Edição fac-similar. São Paulo: Ícone, 1988. A revista circulou entre 1914 e 1915.
[22] UM complot revolucionário. *A Vida*. Rio de Janeiro, 31/05/1915. p. 2. In: CMS; ASMOB. op. cit, 1988.

científicos para dar lastro a suas definições do anarquista e, com isso, traçar estratégias de combate a estes.[23]

Nestas relações de tensão, os anarquistas são forçados à reflexão sobre problemas que talvez eles mesmos não houvessem se colocado anteriormente.[24] A elaboração das propostas e princípios anarquistas sobre o funcionamento das lutas sociais, sobre a moral, o papel da memória e da "tradição" entre os militantes etc. é indissociável dos embates políticos vividos no momento.

Retomando o artigo citado d'*A Guerra Social*: há uma indagação de Astrojildo Pereira sobre se considerar-se anarquista basta para ser anarquista. Ele não consegue responder ao questionamento de forma direta naquele momento (talvez isso envolveria um delicado e potencialmente conflituoso debate com outros militantes), mas, ao mesmo tempo, precisa posicionar-se de forma clara ante o atentado na Itália para dar uma resposta a "todo esse mundo de cretinos e safardanas" que, inclusive no Brasil, afirmaram a sinonímia entre anarquismo e violência.

> ...ele se diz anarquista. Eu não o sei, porque dizer-se anarquista não é o bastante para ser anarquista. Mesmo, porém, que o seja, o seu ato nada tem a ver com o anarquismo. Na melhor das hipóteses seria a concretização da revolta de um homem levada a efeito pela supressão violenta de um outro homem, que personifica a autoridade, essa maquinaria-sínteze de todas as violências.[25]

Os anarquistas que cometem atentados o fazem como indivíduos oprimidos em revolta e não como anarquistas.[26] Esta contra-argumentação, fruto da problematização dos debates

---

[23] Talvez um dos mais influentes cientistas (sendo, inclusive, socialista), que definira anarquistas terroristas como portadores de deformidades e doenças mentais e, assim, teria um discurso apropriado para justificar afirmações sobre o "desvio" geral do anarquismo frente a "ordem" é o médico italiano Cesare Lombroso, um dos desenvolvedores da antropologia criminal. Ver LOMBROSO, Cesare. *Los anarquistas*. Madrid: Jucar, 1977 [1894]. Disponível em www.antorcha.net/biblioteca_virtual/derecho/lombroso/indice.html. Acesso em 02/01/08. Sobre a influência de suas ideias no Brasil, ver SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002. p. 70-79 e também BENEVIDES, Bruno. "Anarquista, um profissional do crime": Uma aproximação entre as concepções lombrosianas sobre o anarquismo e os discursos do Deputado Adolpho Gordo sobre as leis de expulsão de estrangeiros (1907/1913). *História e Cultura*, Franca, n. 3, v. 5, dez. 2016. p. 25-47.

[24] É certo que questões sobre a subjetividade e a identidade, bem como a violência como estratégia de ação, são recorrentes desde o surgimento do anarquismo como proposta política no século XIX. Chamo atenção para a especificidade das problematizações destes indivíduos anarquistas do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX; em nenhum momento desta pesquisa pretendo tecer afirmações ou apontar tendências de pensamento ou ação homogeneizantes para um suposto "movimento anarquista" geral.

[25] PEREIRA, op. cit., 1912, p. 1.

[26] Destacando-se a alcunha adotada por Antonio Dalba de "anarquista individualista". Não confundir com o anarquismo individualista como proposta política nos moldes de Benjamin Tucker, por exemplo, sustentado em grande parte nas ideias de Max Stirner, dos "transcendentalistas" Henry David Thoreau e Ralph Emerson e também

com a imprensa não-anarquista, já fora utilizada n'*A Guerra Social* em outras situações correlatas.[27] A conclusão, também recorrente entre esses militantes na década de 1910 e que complementa a argumentação anterior nesse debate político, é que a real fonte da violência social é a organização estatal e capitalista. É o que podemos perceber novamente em agosto de 1912 através de uma pequena nota irônica, ainda em *A Guerra Social*, comentando uma experiência realizada na Inglaterra sobre os efeitos do lançamento de bombas na estabilidade de aeroplanos:

> Queiram notar que esta experiência não foi chefiada por "anarquistas perigosos", mas sim por certo cavalheiro empregado de um Governo cristão capitalista. Que couzas não diria a imprensa, si qualquer particular fizesse tais preparações diabólicas de destruição da vida humana! No entanto, todos os governos o praticam, o que mais uma vez demonstra que aproveitam as conquistas da ciência e a perícia e audácia humanas para fins degradantes e perversos. O governo é uma ameaça à humanidade.[28]

Os anarquistas de *A Guerra Social* decidem rejeitar veementemente os atentados como meio de ação do movimento anarquista, embora os afirmem como frutos espontâneos, e até certo ponto compreensíveis, contra a violência do Estado e do capitalismo.

Se tratarmos esta última afirmação como parte de um tipo de "estrutura de pensamento" ou princípio geral dos anarquistas do Brasil na época, logo teríamos que acusar uma "contradição" ao vermos publicada na primeira página de *A Plebe* de 07 de outubro de 1917 a versão integral das "Declarações de Ravachol", que fora guilhotinado em 1892.[29] O texto é a reprodução do discurso de defesa de Ravachol em seu segundo julgamento, quando foi condenado à morte. *A Plebe* não o publicou para tecer críticas sobre seus atos ou condenar o terrorismo, pelo contrário, há um tratamento positivado às "Declarações" ao serem intituladas pelo jornal como "Duras palavras". Destaco algumas delas:

> Com esta organização da Sociedade, não devo hesitar quando tenho fome a empregar os meios à minha disposição, ainda que tenha de fazer víctimas. Quando os patrões despedem os operários, importam-se se elles morrerão de fome? Os que têm mais o estrictamente necessário importam-se porventura se há gente a quem falta pão? (...) Mas em França onde reina a abundância, os açougues estão cheios de carne e as padarias repletas de pão, onde as roupas e o calçado são postos aos montões nos

---

Proudhon. O "individualista" de Dalba refere-se muito mais ao fato dos terroristas da época assumir-se como minoria entre os anarquistas e, de forma geral, agirem sem apoio de um grupo.

[27] O NOSSO ideal. *A Guerra Social.* Rio de Janeiro, 02/08/1911. p. 4.

[28] BOMBAS! *A Guerra Social.* Rio de Janeiro, 14/08/1912. p. 2.

[29] Rever a nota 2 deste artigo. DURAS palavras – Declarações de Ravachol. *A Plebe.* São Paulo, 07/10/1917. p. 1. O jornal foi editado a partir de 1917 e sofreu várias interrupções até encerrar-se definitivamente em 1949.

> armazéns, onde há casas deshabitadas! Como se pode admitir que a sociedade está bem organizada, quando factos d'esta natureza attestam exactamente o contrário?[30]

Até aquele momento, os editores de *A Plebe* também se mostravam extremamente cuidadosos ao tratarem de atos violentos e do terrorismo em suas páginas. Em julho do mesmo ano, por exemplo, entre as diversas manifestações de trabalhadores durante a greve geral que parou a cidade de São Paulo, o jornal noticiou de forma tímida – na última página e utilizando-se de apenas um parágrafo – as expropriações de armazéns de alimentos levadas a cabo pela população. Negaram-se, inclusive, a discutir mais profundamente a questão, limitando-se a considerar o ato um direito do trabalhador esfomeado: "Não entraremos em detalhes sobre os inúmeros casos de expropriação que se registraram nesta capital durante o movimento grevista."[31]

Trata-se de uma "contradição" destes anarquistas paulistas negar a validade de ações violentas e/ou ilegais no Brasil e depois publicar o discurso de defesa de um terrorista francês? Pensar assim seria uma maneira muito simples de considerar a situação. Chamo a atenção para os eventos ocorridos entre 21 de julho e 07 de outubro de 1917, datas das publicações das duas reportagens, para destacar como as mudanças nas relações políticas vividas pelos editores do jornal levaram-nos a construir novos sentidos para a questão da violência e, assim, criarem diferentes respostas para os conflitos vividos na sociedade.

No dia 14 de setembro do mesmo ano, o diretor de *A Plebe*, Edgard Leuenroth (1881-1968), foi preso, acusado de autoria "psychica e intellectual" de uma destas expropriações ocorridas em julho: o assalto ao Moinho Santista, quando seiscentas sacas de farinha foram levadas.[32] Em um dos artigos publicados em defesa de seu diretor, o jornal concentrou-se em demonstrar a não participação de Leuenroth no episódio do assalto ao moinho e não, por exemplo, justificar moralmente as ações de expropriações feitas pelos trabalhadores (como, de forma correlata, fizera Ravachol para seus próprios atos). A única indicação nesse sentido em todo o artigo é seu terceiro título: "Prisão do nosso director, como supposto mandatário desse acto de Justiça popular!"[33]

Dessa forma, percebe-se entre tais anarquistas de São Paulo a formulação de respostas

[30] Idem, p. 1

[31] A EXPROPRIAÇÃO. *A Plebe.* São Paulo, 21/07/1917. p. 4. Sobre a greve geral, ver LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917.* São Paulo: Annablume, 2000.

[32] Sobre o processo de Leuenroth, ver LOPREATO, op. cit. 2000, p. 187-197.

[33] ECOS da greve. *A Plebe.* São Paulo, 22/09/1917. p. 1.

a uma problemática criada socialmente sobre o tema da violência e ilegalidade. São tentativas de solucionar questões surgidas nos conflitos com as autoridades governamentais e patronais, primeiro através das ações dos trabalhadores em greve, apoiados pelo jornal, depois da prisão de seu diretor. As respostas ao problema são, de fato, escolhas de estratégia política – que poderiam se mostrar efetivas ou não. Em suas declarações de defesa prestadas à polícia, Edgard Leuenroth afirmou sua não responsabilidade no ataque ao Moinho Santista, mas também disse não considerar crime esse tipo de expropriação, feito pelo "bem da coletividade".[34]

Podemos, assim, refletir melhor a respeito da aparente "contradição" na publicação das "Declarações" de Ravachol em 7 de outubro, melhor compreendida como a construção de novos sentidos para o ato terrorista: Leuenroth fora condenado à prisão pelo juiz em 24 de setembro (ficaria seis meses encarcerado), explicitamente por suas ideias revolucionárias e não simplesmente por ser mandante de um crime.[35] É possível que os editores de *A Plebe*, que incentivava as greves, houvessem decidido dar novas respostas às problemáticas vividas, deixando de lado a argumentação de defesa de Leuenroth dentro dos valores da justiça estatal – pois sua condenação mostrara-se, de fato, fora da legalidade dessa mesma justiça. A plebe já enfatizara que a prisão do companheiro dera-se apenas por sua posição de diretor de um jornal anarquista.[36]

Na edição de 7 de outubro, no lugar de insistirem em uma inútil defesa segundo os parâmetros legais, decidem enfatizar a defesa *moral* da ação expropriadora ao publicar as "Declarações" do polêmico terrorista francês. Em seu discurso, Ravachol chamara a atenção para a amoralidade da estocagem de alimentos pelas classes proprietárias enquanto os trabalhadores franceses passavam fome, exatamente como acontecia no Brasil.

Legislação repressiva ao terrorismo anarquista e suas especificidades no Brasil

A ideia de difusão das propostas revolucionárias libertárias não apenas pelas palavras, mas por *atos* impactantes na sociedade surgiu e começou a se difundir na Europa em um momento de intensificação da repressão às organizações operárias e a suas lutas na década de 1870. Com o fim da Comuna de Paris de 1871, em tentativas posteriores de insurreição, como na Espanha (1873), Romanha (1874) e Itália (1877) as reações governamentais foram fortes e

[34] Citado por LOPREATO, op. cit., 2000. p. 188.
[35] Na prática, apresentar-se como anarquista foi considerado pelo juiz já uma forma de confissão de um crime. Ver o despacho do juiz reproduzido em Idem, p. 188-189.
[36] ECOS, op. cit., 1917, p. 1.

violentas, no sentido de desmobilizar e jogar na ilegalidade as associações de trabalhadores e seus meios usuais de propaganda, como os jornais, palestras e encontros.[37]

> Overreacting to the actual threat posed by these events, governments in Italy, France, Spain, and Germany cracked down hard, not only on the Internationalists, but also the entire labor movement. The International was suppressed in France in 1872, in Spain in 1874, and in Italy at various dates throughout the 1870s; Germany outlawed the Social Democratic Party in October 1878.[38]

Paul Brousse (1844-1912), anarquista francês emigrado para Barcelona e em seguida Berna com a supressão da Comuna de Paris, seria um dos primeiros e mais veementes defensores da "propaganda pelo ato". Naquele momento, os "atos" não se referiam aos atentados – esta seria uma transformação de sentidos feita a partir da década seguinte –, mas às ações de insurreição de forma geral. Em um artigo de 1873, publicado em *La Solidarité Révolutionnaire*, escreveu:

> A social upheaval like of the Paris Commune does not leave any worker indifferent. You have to hunt around for a book, you have to buy a newspaper, but revolutionary action comes right into your own home, into que midst of the family, and forces itself on your attention. Who is not forced to reflect when faced with the terrible questions raised in the public arena?[39]

Alguns anarquistas posteriormente defenderiam que a ação direta para a propaganda poderia também ser realizada pela "adaga, rifle e dinamite", se necessário.[40] O modelo do atentado à bomba contra representantes do poder, realizado em momentos inesperados e

---

[37] Sobre a Comuna de Paris, ver SAMIS, A lexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris.* São Paulo: Hedra, 2011. Há pouco mais de uma década anexada à Itália unificada, a população da Romanha ainda possuía intenso sentimento regionalista, que motivava movimentações políticas próprias, face o restante do país.

[38] "Reagindo exageradamente à real ameaça representada por esses acontecimentos, os governos da Itália, França, Espanha e Alemanha criticaram duramente, não só os Internacionalistas, mas também todo o movimento operário. A Internacional foi suprimida na França em 1872, na Espanha em 1874 e na Itália em várias datas ao longo da década de 1870; a Alemanha proibiu o Partido Social Democrata em outubro de 1878." JENSEN, Richard. *The battle against anarchist terrorism: an international history, 1878-1934.* Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 12-13.

[39] "Um levante social como da Comuna de Paris não deixa qualquer trabalhador indiferente. Você tem que procurar por um livro, você tem que comprar um jornal, mas a 'ação revolucionária' vem direto em sua própria casa, no interior da família e força a si mesma a sua atenção. Quem não é forçado a refletir quando encarado com as terríveis questões criadas na arena pública?" Citado por CAHM, Caroline. Propaganda by the deed: the development of the idea. p. 76-91. In: _______. *Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism: 1872-1886.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 77. O jornal, publicado por exilados franceses na Catalunha, teve vida efêmera, apenas entre junho e setembro de 1873.

[40] Expressão utilizada pelo anarquista italiano Carlo Cafiero (1846-1892) em um artigo de 1880 em *Le Révolté*. JENSEN, op. cit., 2014. p. 13.

visando causar medo e insegurança, viria dos círculos revolucionários socialistas russos, cujo maior feito seria o assassinato do Czar Alexandre II. O monarca foi morto em março de 1881, quando dois explosivos de dinamite foram arremessados contra sua carruagem, nas ruas de São Petersburgo.[41]

Na França, após a intensa comoção pública frente ao caso de Ravachol em 1892 e imediatamente a seguir o ataque de Auguste Vaillant à câmara dos deputados em 1893, foi aprovada a primeira das "Leis Celeradas", especificamente criada como reação ao terrorismo anarquista. Em síntese, criminalizava na imprensa a incitação direta e indireta à revolta e instituiu a possibilidade de prisão preventiva para esses casos. No fim do mesmo ano, uma segunda lei versava sobre a proibição de associações de "malfeitores" (anarquistas, principalmente), sejam seus membros ou simpatizantes. A terceira dessas leis foi aprovada após o assassinato do presidente Sadi Carnot por Sante Geronimo Caserio, em junho de 1894, e proibiu todo tipo de propaganda e imprensa anarquista.[42]

Com o assassinato da imperatriz Elisabete da Áustria, conhecida como Sissi, por Luigi Lucheni em 1898, uma *Conferência Internacional para a Defesa da Sociedade contra os Anarquistas* foi organizada em Roma, em dezembro do mesmo ano. Representantes de 21 países buscavam coordenar esforços para refrear ações anarquistas de forma geral e os atos terroristas mais particularmente. O pesquisador Richard Jensen considera que essa conferência lançou as bases da Interpol e ajudou a disseminar técnicas de investigação policial como o retrato falado.[43]

No Brasil, como não poderia ser diferente, a legislação destinada a repressão dos atentados anarquistas foi desenvolvida a partir das relações e formas de conflitos específicos existentes aqui. Sejam leis e decretos sustentados em informações e eventos reais ou em atentados apenas atribuídos aos militantes ácratas.

Um primeiro ponto dessa particularidade é que, no período das primeiras décadas da República – e o leitor notará isso se retomar os casos de atentados citados –, os anarquistas e todo sentido de "ameaça à ordem social" e "violência" atribuído a eles era quase indissociável

---

[41] O grupo em questão chamava-se "Vontade do Povo" (*Narodnaya Volya*), dissidente do maior grupo revolucionário russo até então, o "Terra e Liberdade" (*Zemlya i Volya*) que, após a debelação da campanha "Ir ao Povo"- quando militantes foram viver e trabalhar junto a camponeses para prepará-los para a revolução – nos anos 1870, decidiram partir para ataques diretos a membros do Estado. Ver MONTEIRO, op. cit., 2010. p. 43-44.

[42] Ver as discussões da época contidas nos textos de PRESSENSÉ, Francis.; POUGET, Emile.; ANÔNIMO. *Les lois scélérates de 1893-1894.* Paris: Editions de La Revue Blanche, 1899.

[43] JENSEN, op. cit., 2014, em especial seu Capítulo 5.

do imigrante estrangeiro e, com eles, das importações das ideias revolucionárias do Velho Mundo. Podemos falar em um verdadeiro *estereótipo* criado nessas relações, quando a existência de apenas dois elementos do tripé "violência", "anarquismo" e "estrangeiro" em algum acontecimento pareciam automaticamente evocar o termo faltante.[44]

Entre outras notícias da imprensa da época, *O Estado de São Paulo* noticiou um caso aparentemente sem maiores repercussões, mas que demonstra o problema que levanto aqui. Em setembro de 1898, faleceu em um hospital de São Paulo um italiano, Matteus Policini, alguns dias depois de receber duas facadas no abdômen durante uma briga em uma festa promovida pela colônia italiana da cidade. Ao colher seu depoimento, o escrivão da polícia demonstrou preocupação na busca do "termo que faltava" nesta ocorrência de *violência* envolvendo o *imigrante*: "O escrivão Menezes, da 2ª circunscripção, hontem mesmo, ao meio-dia, tomou, pela segunda vez, as declarações do infeliz Matteus, que disse não ser anarchista, nem socialista, ocupando-se unicamente na sua profissão de gravador, para manutenção de sua família."[45]

Alexandre Samis cita uma notícia do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, ainda em 1892, em que um relatório do chefe de polícia do Distrito Federal ao ministro da justiça, anuncia-se a prisão de estrangeiros, "discípulos do feroz e sanguinário Ravachol", por discursarem no Centro do Partido Operário. Ao fim do relatório nos deparamos com a medida repressiva que seria mais utilizada, após muitos debates e aperfeiçoamentos ao longo dos anos seguintes, contra o anarquismo no Brasil. "Concluía o chefe de polícia: 'o ligeiro relatório que ora vos faço, me parece, senhor Ministro, que contém os elementos precisos para solicitar da vossa autoridade, sem inúteis desenvolvimentos, a ordem de deportação desses estrangeiros'."[46] A repressão governamental ao anarquismo, e aos atos terroristas supostamente ou realmente cometidos por alguns militantes, deu-se através de uma série de medidas legislativas de regulamentação ou endurecimento das medidas de expulsão de estrangeiros, ou impedimento de suas vindas ao Brasil.

Além da relação com os imigrantes, um segundo elemento fundamental para compreendermos as formas adquiridas pelo combate à "violência anarchica" entre 1880 e 1920

---

[44] Sobre o conceito de "estereótipo" considerado na história política, ver SEIXAS, Jacy. Formas identitárias e estereótipo: o brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento. In: NAXARA, Marcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Org.). *Conceitos e Linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 235-256.
[45] NOTÍCIAS diversas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24/09/1898. p. 4.
[46] Citado por SAMIS, op. cit., 2002. p. 37 a partir da edição de 01/12/1892 do *Jornal do Commercio.*

também não se separa da principal preocupação dos governos brasileiros: a supressão das organizações operárias. Em especial aquelas de cunho revolucionário, tais associações e sindicatos conseguiam de modo crescente mobilizar grandes greves e manifestações, como a mencionada greve geral de 1917 em São Paulo e outras importantes greves nos dois anos seguintes em vários pontos do país.[47]

Em comparação com outros países, no Brasil os atentados anarquistas foram vistos mais como motivados ou vinculados a ações maiores, direta ou indiretamente organizadas em sintonia com greves e protestos amplos, como nos 1° de Maio. Muito menos, por outro lado, como ações individuais de retaliação a figuras de poder, motivados por atos específicos ou ataques, digamos, "semi-aleatórios" a locais frequentadas por membros de classes abastadas ou governantes.[48]

Nesse sentido, destaco duas leis que demonstram a complexidade na construção das relações de sentidos sociais para a violência e atentados anarquistas: a chamada "Lei Adolfo Gordo" (Decreto n° 1641, de 07 de janeiro de 1907) e o Decreto n° 4269, de 17 de janeiro de 1921, subintitulado que "Regula a repressão do Anarchismo".[49]

Proposta pelo deputado federal paulista, e depois senador, Adolfo Afonso da Silva Gordo, a lei n° 1.641 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Afonso Pena em 07 de janeiro de 1907. De forma geral, regulamentava através de uma legislação única para o país a expulsão de estrangeiros tidos como perigosos à "segurança nacional" ou à "tranquilidade pública", incluindo aí "criminosos comuns e acusados de vagabundagem e mendicância".

Mais importante para nós que seu breve e sucinto texto, são as relações políticas nas quais esta lei foi formada. Impossível desconsiderar, por exemplo, como nos chama a atenção Alexandre Samis, que sua proposição e implantação deram-se no ano seguinte ao primeiro

---

[47] Sobre a Greve de 1917, remeter-se à LOPREATO, op. cit., 2000. Sobre as mobilizações dos trabalhadores nos anos seguintes, ver BARTZ, Frederico. *Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922.* Porto Alegre: UFRGS, 2014 (Tese de doutorado em História).

[48] Penso nos atos de retaliação de Ravachol com suas bombas contra promotor e juiz que condenaram anarquistas à prisão, de Auguste Vaillant contra a câmara dos deputados devido às medidas contra os operários ou de Alexander Berkman, nos EUA, contra o gerente da *Carnegie Steel Company* e sua repressão violenta aos empregados grevistas. No segundo caso, refiro-me a eventos como a bomba de Émile Henri arremessada em um café frequentado pela "burguesia" parisiense ou Luigi Lucheni e o assassinato de Sissi, realizado apenas por sua posição como monarca e não por algum ato anterior realizado por ela.

[49] BRASIL. *Decreto n° 1641, de 07 de janeiro de 1907* e BRASIL. *Decreto n.° 4.269 de 17 de janeiro de 1921.*

Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1906.[50] Além de estabelecer as principais diretrizes para a luta operária nacional, fez amadurecer as propostas do que seria a Confederação Operária Brasileira (COB) – primeira confederação do Brasil de orientação revolucionária.[51]

Apesar de a regulamentação datar de 1907, isso não significa que governos anteriores não haviam lançado mão da deportação de estrangeiros considerados indesejados e nocivos à "segurança nacional" e "tranquilidade pública" brasileira.[52] Como bem enfatizado pelo próprio deputado Adolfo Gordo em discurso à Câmara em dezembro de 1912, desde 1892 o Supremo Tribunal Federal emitia pareceres favoráveis à expulsão dessas pessoas.[53] De fato, um decreto de Floriano Peixoto (decreto presidencial n° 1566, de 13 de outubro de 1893) buscou regulamentar "a entrada de estrangeiros ao território nacional e sua expulsão durante o estado de sítio", mas esta lei acabou revogada dois meses depois devido às fortes críticas dos opositores do presidente.[54]

Como salienta o historiador Rogério Bonfá, não podemos encarar a formulação de tais leis repressivas como parte de um processo consensual e isento de turbulências por parte das classes governamentais e patronais.[55] O decreto de 1893 e as iniciativas posteriores de regulamentação da expulsão de estrangeiros – em 1902, 1907 e 1921 – marcaram-se por constantes conflitos entre os membros dos poderes Judiciário e Executivo, tendo estes últimos uma tendência geral ao longo do tempo em requerer a criação de legislações que tornassem mais ágeis e eficientes a expulsão dos indivíduos "indesejáveis".[56]

Através de informações do *Anuário Estatístico do Brasil*, Rogério Bonfá registra as quantidades oficiais totais (o que é um valor provavelmente subestimado, devido à persistência das expulsões ilegais) de estrangeiros deportados do Brasil na época[57]:

---

[50] SAMIS, op. cit., 2002. p. 82.
[51] A COB foi recriada após a ditadura militar, após décadas de interdições e desmobilização, mantendo, atualmente, uma orientação voltada ao anarquismo.
[52] BRASIL. *Decreto n° 1641, de 7 de janeiro de 1907.* Artigo 1°.
[53] GORDO, Adolfo. Discurso pronunciado na sessão de 14 de dezembro de 1912. ______. *A expulsão de estrangeiros.* São Paulo: Espindola & Comp., 1913. Anexo da versão digitalizada por eBooksBrasil, 2006. Disponível em ebooksbrasil.org. Acesso em 10/09/2010. p. 3.
[54] LOPREATO, Christina. O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. p. 79. *Verve.* São Paulo, n° 3, 2003. p. 75-91.
[55] BONFÁ, Ricardo. *Com ou sem leis: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o executivo e o judiciário na Primeira República.* Campinas: UNICAMP, 2008 (Tese de doutorado em História).
[56] Idem, p. 89.
[57] BONFÁ, op. cit., 2008. p. 81, 101 e 105.

Ano	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
N° de Pessoas	132	24	25	10	8	44	64

Ano	1914	1915	1916	1917	1919	1920	1921	1922
N° de Pessoas	26	9	9	37	66	77	24	4

Nota-se a oscilação ao longo do período no número de estrangeiros deportados, onde as maiores cifras correspondem aos momentos imediatamente seguintes às reorganizações legais, levadas a cabo pelo poder legislativo federal aliado às demandas do executivo, de novos códigos regulamentadores da expulsão (1907, 1912 e 1917). Esta última cifra foi ampliada devido à greve geral ocorrida na capital paulista e à reação imediata do governo contra seus organizadores.

As tentativas de reorganização legislativa nas datas citadas tinham em vista contornar a resistência encontrada pelos acusados, em sua maioria anarquistas e alguns outros socialistas, em brechas existentes na legislação anterior para evitar sua deportação, como o direito aos *habeas corpus*, concedidos pelo poder judiciário. É nesse sentido que em 1912, uma nova discussão é travada na Câmara dos Deputados. Sua pauta era uma proposta de revisão da lei n° 1641 de 1907 defendida por seu próprio autor, o deputado Adolfo Afonso Gordo.[58]

Em síntese sua defesa envolvia o endurecimento da lei contra os imigrantes a quem ela se destinava através da revogação de seus artigos 3°, 4° e 8°. Tais artigos mantinham ainda algumas possibilidades de recursos através das quais os acusados poderiam tentar evitar a extradição: viver no Brasil por dois anos ou mais, ser casado ou viúvo com filhos brasileiros (Art. 3°); nessas mesmas condições, o estrangeiro não poderia ser barrado ao retornar ao Brasil após viagem temporária a outro país, mesmo que acusado de crime contra a segurança nacional (Art. 4°, par. único). Somava-se ainda a possibilidade de recorrer da pena ao Poder que o condenou ou ao Judiciário Federal caso acusado de crimes não ameaçadores à segurança nacional e à tranquilidade pública (como mendicância ou outros crimes comuns) (Art. 8°).

O que para nós se destaca nos debates dos deputados e nos argumentos de Adolfo Gordo para a defesa da mudança da lei são os alvos passíveis de expulsão utilizados como exemplos pelo deputado paulista:

[58] Debate registrado através de dois discursos do deputado na Câmara federal (29 de novembro e 14 de dezembro de 1912), junto aos argumentos de oposição e as tréplicas de Gordo. GORDO, op. cit., 1913.

> Quando todos os países movem uma formidável campanha contra os elementos perniciosos que invadem as suas fronteiras, manter aquelas restrições [os artigos a serem suprimidos na lei de 1907] é abrir as nossas portas aos vagabundos, mendigos, cáftens, anarquistas e bandido profissionais, expulsos de toda a parte, é sacrificar os mais vitais interesses da nossa pátria! (*Apoiados)* Sim, porque para não poderem ser expulsos – ou se casam com uma mulher brasileira ou aguardam o prazo de dois anos para desenvolverem depois a sua ação... E o Brasil já está se constituindo um refúgio de anarquistas e fomentadores de desordens.[59]

Ao longo da leitura dos discursos do deputado não restam muitas dúvidas que muito mais perniciosos para a "segurança nacional" que os "vagabundos" e "mendigos", e que justificaria a supressão dos artigos 3°, 4° e 8°, seriam os anarquistas, vindos "ao nosso país com planos sinistros".[60] Na própria construção retórica dos discursos, nota-se a colocação dos anarquistas em pontos narrativos cuja culminância esperada são as manifestações de "Apoiados" de outros deputados (na palavra utilizada no registro do secretário das sessões). O temor de Adolfo Gordo, e certamente de todos os seus apoiadores das classes políticas e patronais, é explícito a respeito do alto grau de organização que os anarquistas vinham construindo, com um número cada vez maior de associações de trabalhadores, especialmente, mas não só, no estado de São Paulo:

> Informa este documento que tenho em mãos, (*mostrando um papel)* emanado de uma repartição pública de São Paulo, que já há naquele Estado 26 sociedades anarquistas. Os chefes dos grupos anarquistas limitavam-se, a princípio, a fazer propaganda de suas ideias libertárias em Santos e na Capital, agitando as várias classes operárias, provocando greves que se repetiam com muita frequência, e prejudicando consideravelmente a vida industrial daquelas cidades. Uma das últimas greves que tiveram lugar na Capital, durou mais de 30 dias e nela estiveram envolvidos cerca de 10.000 operários. Ultimamente, porém, têm eles feito uma propaganda intensíssima no interior do Estado, junto aos colonos, com o intuito de desorganizarem completamente o serviço agrícola, promovendo, durante a colheita, uma greve geral. Parece-me que não tenho necessidade de expor todas as consequências desastrosas que resultarão para São Paulo e para o país inteiro esses fatos (*Apoiado*).[61]

A insistência em manter vivo o alerta contra supostas ameaças de atentados e violência anarquistas continuava sendo um ponto forte do discurso do legislador para convencer seus colegas da necessidade das modificações propostas na lei:

> Em recente reunião realizada para festejar a fundação do jornal "*A Barricada*" foram proferidos violentíssimos discursos contra a polícia, contra o governo do Estado e da União, orando Gigi Damiani e José Barrobio em termos sediciosos e agressivos contra os Srs. Rodrigues Alves, Rivadaria e Marechal Hermes. Essa reunião terminou com

[59] GORDO, Adolfo. Discurso pronunciado na sessão de 29 de novembro de 1912. In: ______. op. cit., 1913. p. 4-5
[60] Idem, p. 5.
[61] Idem.

"*morras*" às autoridades constituídas e vivas à anarquia![62]

Mais tarde foi feita nova tentativa de regulamentação da expulsão de estrangeiros que fossem considerados "ameaças à segurança nacional", com maiores cuidados para minimizar as possibilidades de recursos dos réus. A nova proposta deu-se após os impactantes movimentos das grandes greves de 1917-1919 em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e outras regiões do país.[63] Em 1921, o agora senador Adolfo Gordo junto ao deputado federal Arnolfo de Azevedo lançam mais um projeto de lei sobre o tema, aprovado como o decreto-lei n° 4247 de 6 de janeiro de 1921. Entre suas mudanças em relação a lei anterior, tendo em vista dificultar recursos de defesa ao réu, têm-se a ampliação do prazo de residência de dois para cinco anos após o qual o estrangeiro não mais poderia ser deportado e a transferência para o acusado da responsabilidade em provar sua residência no Brasil pelo tempo estipulado (antes as autoridades policiais deveriam provar que ele aqui *não* residia pelo tempo de dois anos).[64]

Poucos dias depois, em 17 de janeiro de 1921, somou-se àquele, o decreto n° 4269, intitulado "Regula a repressão do anarchismo." Na opinião de Alexandre Samis, seus "quatorze artigos eram, em grande medida, o fruto da experiência dos governos da República em relação aos embates, levantes e greves operárias".[65] Como expus anteriormente, o decreto demonstra a indissociabilidade entre a compreensão dos atentados no país com as formas de ação e reivindicação mais amplas dos militantes anarquistas. Nas palavras de Christina Lopreato:

> De igual maneira, reflexos dos acontecimentos que marcaram as mobilizações grevistas em São Paulo no ano de 1919, podem ser encontrados nos artigos 4°, 5° e 6° que tratam da fabricação e do uso de explosivos com o intuito de causar tumulto ou desordem. Os estilhaços da bomba que explodiram por manuseio indevido durante a preparação da greve paulista foram recolhidos pelas autoridades que deles fizeram uso explosivo contra os "indesejáveis anarquistas".[66]

---

[62] Idem. Gigi Damiani é expulso do Brasil para a Itália em 1919, após greve geral em São Paulo ocorrida no mesmo ano. Não consegui maiores informações sobre José Barrobio. Na época, Rodrigues Alves era presidente do estado de São Paulo; Rivadária da Cunha Correia era ministro da justiça e interior (mais tarde da fazenda) do governo Hermes da Fonseca (presidente do país de 1910 a 1914).

[63] Sobre a greve geral de 1919 na Bahia, ver CASTELLUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista brasileira de história,* São Paulo, n° 50, v. 25, 2005, p. 131-166. A respeito da greve de 1919 em Porto Alegre, RS, utilizar como referência o relatório de pesquisa do GT MUNDOS DO TRABALHO/ANPUH-RS. *A greve de 1919 em Porto Alegre:* conflitos e solidariedades. 2007. Disponível em http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/. Acesso em 20/12/2011.

[64] Respectivamente Artigos 2° e 4°. Esta última característica foi bem apontada por Rogério Bonfá em sua pesquisa. BONFÁ, op. cit., 2008. p. 104.

[65] SAMIS, op. cit., 2002. p. 85.

[66] LOPREATO, op. cit., 2003, p. 88.

A historiadora refere-se a um evento ocorrido em 19 de outubro de 1919, quando uma bomba destruiu parcialmente duas casas no bairro do Brás. Tratar-se-ia "de uma funestíssima consequência do movimento anarchista", nas palavras de *O Estado de São Paulo*, quando alguns anarquistas espanhóis e portugueses teriam detonado acidentalmente uma carga de dinamite. Quatro pessoas que estariam preparando o explosivo morreram.[67]

Ainda para o jornal, "a pavorosa ocorrência veio patentear que, de facto, indivíduos exaltados se vinham preparando para algum acto revolucionário muito sério". A bomba seria parte de alguma "grave agitação, architectada por elementos libertários" ligada ao recém-formado Partido Comunista Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, com núcleos em vários estados, ao qual os quatro anarquistas vítimas do acidente estariam ligados.[68]

Mais uma vez, a atribuição do (possível) atentado não foi dada a anarquistas que planejavam um ato isolado, mas um ataque que seria inserido em uma "agitação" mais ampla, conduzida por uma associação pública e organizada, o PCB. Igualmente presente na rede de sentidos construída sobre o episódio está a persistência na relação com os imigrantes estrangeiros, sempre potencialmente perigosos, com intenções ocultas e ameaçadoras à "ordem social" do país. Retomando *O Estado de São Paulo*, as famílias espanholas, residentes nas casas destruídas pela bomba, "eram para a vizinhança um profundo mystério. Ninguém as conhecia senão de vista. Ellas não se davam com os vizinhos. Todos alli ignoravam que espécie de gente era a que habitava naquelle prédio."[69]

De volta ao decreto de 17 de janeiro de 1921, sua abrangência é reveladora da

---

[67] BOMBA infernal. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20/10/1919. p. 2. O jornal anarquista *A Plebe* defendeu que a explosão poderia ter ocorrido devido a um rojão implantado por um agente provocador. Mencionado por BARTZ, op. cit, 2014, p. 164

[68] EXPLOSÃO de uma bomba. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21/10/1919. p. 2. A reportagem refere-se ao primeiro, e efêmero, PCB, fundado por militantes libertários em 1919 no esteio da euforia pela Revolução Russa de 1917. Confiando em um caráter popular e antiautoritário da revolução bolchevique, Edgar Leuenroth e outros anarquistas criaram uma organização que tinha poucas semelhanças com um partido político de ação parlamentar como entendemos hoje. A decepção dos anarquistas com o movimento russo viria principalmente a partir de 1921, com a formação da União Soviética e os relatos sobre sua situação ditatorial, publicados por Emma Goldman e Alexander Berkman. Ver GOLDMAN, Emma. *Living my life.* New York: Penguin Books, 2006 (Capítulos LI e LIII). Sobre as propostas daquele PCB, ver NEGRO, Hélio.; LEUENROTH, Edgar. *O que é o maximismo ou o bolchevismo*. São Paulo: Editora Semente, s/d.

[69] BOMBA, op. cit.,1919, p. 2. O evento seria utilizado logo em seguida como pretexto pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo (via Secretaria de Instrução Pública) para ordenar o fechamento das principais experiências brasileiras de educação anarquista no momento: as Escola Moderna nº 1 e nº 2, fundadas, respectivamente, por João Penteado e Adelino de Pinho, como lugares que estaria difundido uma doutrina "comprovadamente" perigosa. A "prova" disso seria que o diretor da Escola Moderna de São Caetano, José Alves, estava entre os mortos na explosão. Sobre as Escolas Modernas, ver MORAES, Carmen. *Educação Libertária no Brasil - Acervo João Penteado: inventário de fontes.* São Paulo: Fap-Unifesp/Edusp, 2013.

complexidade das relações e sentidos elaborados sobre o anarquismo enquanto uma "ameaça à segurança nacional". Mais ainda ao considerarmo-lo um tipo de "complemento" ou "continuação" do decreto sancionado poucos dias antes, em 6 de janeiro, que endurecia as regras para expulsar ou barrar a entrada de estrangeiros no país.[70] Aquele decreto, do dia 17, permitia a prisão por atos como "fazer explodir em edificios publicos ou particulares, nas vias publicas ou logares franqueados ao publico, bombas de dynamite ou de outros explosivos iguaes, ou semelhantes em seus effeitos aos da dynamite"[71] ou

> Provocar directamente, por escripto ou por qualquer outro meio de publicidade, ou verbalmente em reuniões realizadas nas ruas, theatros, clubs, sédes de associações, ou quaesquer logares publicos ou franqueados ao publico, a pratica de crimes taes como damno, depredação, incendio, homicidio, com o fim de subverter a actual organização social.[72]

O mesmo decreto garantia ainda que "o Governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de associações, syndicatos e sociedades civis quando incorram em actos nocivos ao bem publico."[73]

Com o avanço dos anos 1920, a extrapolação do foco repressivo da expulsão direta dos estrangeiros para a criação de uma legislação de ação mais abrangente, demonstra a transformação gradativa da problematização do anarquismo pelas classes governamentais e patronais e também dos embates gerados entre si e com os próprios anarquistas em suas feituras e aplicações. Novas estratégias foram sendo experimentadas a partir desta década, como destaca Bonfá:

> o número de expulsos foi reduzido entre o período de 1921 e 1926, ano da Reforma Constitucional que alterou o texto da Constituição de 1891 referente à igualdade entre nacionais e estrangeiros residentes no que tangia as expulsões. Em 1921, ainda devido aos resquícios das greves dos anos anteriores, foram expulsos 24 estrangeiros. Em 1922, foram apenas 4 e, em 1923, fato inédito desde a elaboração da lei de 1907, nenhum estrangeiro foi banido para fora do Brasil. Os anos de 1924, 1925 e 1926 contabilizam, respectivamente, 15, 3 e 11 banimentos.[74]

Em maio de 1922 foi inaugurada pelo governo Artur Bernardes a colônia agrícola de Clevelândia do Norte no Oiapoque, Amapá, transformada em colônia penal em dezembro de

---

[70] BRASIL. *Decreto n° 4247, de 6 de janeiro de 1921.*
[71] BRASIL, op. cit, 1921, Artigo 4°.
[72] Idem, Artigo 1°.
[73] Idem, Artigo 12°.
[74] BONFÁ, op. cit., 2002, p. 105.

1924, para onde seriam enviados diversos outros anarquistas (mas não somente estes), sejam estrangeiros ou brasileiros.[75] Este período marcou o declínio da maior influência dos anarquistas nos movimentos operários organizados no Brasil e também dos eventos envolvendo atentados terroristas como forma de ação para a luta social, mesmo que sempre minoritária e questionada pelos próprios militantes libertários.

Bibliografia

30 YEARS jail for Dalba. *The New York Times.* New York, 10/10/1912.

A EXPROPRIAÇÃO. *A Plebe.* São Paulo, 21/07/1917. p. 4.

ANARCHISMO. *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 03/05/1893, p. 1.

ANARCHIST fires on king of Italy. *The Gazette Times.* Pittsburgh, 15/03/1912. p. 3.

BARTZ, Frederico. *Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922.* Porto Alegre: UFRGS, 2014 (Tese de doutorado em História).

BENEVIDES, Bruno. “Anarquista, um profissional do crime": Uma aproximação entre as concepções lombrosianas sobre o anarquismo e os discursos do Deputado Adolpho Gordo sobre as leis de expulsão de estrangeiros (1907/1913). *História e Cultura*, Franca, n. 3, v. 5, dez. 2016. p. 25-47.

BOMBA infernal. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20/10/1919. p. 2.

BOMBAS! *A Guerra Social.* Rio de Janeiro, 14/08/1912. p. 2.

BONFÁ, Ricardo. *Com ou sem leis: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o executivo e o judiciário na Primeira República.* Campinas: UNICAMP, 2008 (Tese de doutorado em História).

BRASIL. *Decreto n.° 4.269 de 17 de janeiro de 1921.*

BRASIL. *Decreto n° 1641, de 07 de janeiro de 1907.*

BRASIL. *Decreto n° 4247, de 6 de janeiro de 1921.*

CAHM, Caroline. Propaganda by the deed: the development of the idea. p. 76-91. In: _______. *Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism: 1872-1886.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CASTELLUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira

[75] A respeito do campo de Clevelândia do Norte, ver SAMIS, op. cit., 2002 e ROMANI, Carlo. *“Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!”: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927).* Campinas: UNICAMP, 2003 (Tese de doutorado em História).

República. *Revista brasileira de história,* São Paulo, n° 50, v. 25, 2005, p. 131-166.

DURAS palavras – Declarações de Ravachol. *A Plebe.* São Paulo, 07/10/1917. p. 1.

ECOS da greve. *A Plebe.* São Paulo, 22/09/1917. p. 1.

EISENZWEIG, Uri. *Ficciones del anarquismo*. México D.F: FCE, 2004.

EXPLOSÃO de uma bomba. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21/10/1919. p. 2.

GOLDMAN, Emma. *Living my life.* New York: Penguin Books, 2006.

GORDO, Adolfo. Discurso pronunciado na sessão de 14 de dezembro de 1912. In ______. *A expulsão de estrangeiros.* São Paulo: Espindola & Comp., 1913. Anexo da versão digitalizada por eBooksBrasil, 2006. Disponível em ebooksbrasil.org. Acesso em 10/09/2010.

GORDO, Adolfo. Discurso pronunciado na sessão de 29 de novembro de 1912. In ______. *A expulsão de estrangeiros.* São Paulo: Espindola & Comp., 1913. Anexo da versão digitalizada por eBooksBrasil, 2006. Disponível em ebooksbrasil.org. Acesso em 10/09/2010.

GT MUNDOS DO TRABALHO/ANPUH-RS. *A greve de 1919 em Porto Alegre:* conflitos e solidariedades. 2007. Disponível em http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/. Acesso em 20/12/2011.

JENSEN, Richard. *The battle against anarchist terrorism: an international history, 1878-1934.* Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LEAL, Cláudia. *Pensiero e dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890.* Campinas: UNICAMP, 2006 (Tese de doutorado em História).

LOMBROSO, Cesare. *Los anarquistas.* Madrid: Jucar, 1977 [1894]. Disponível em www.antorcha.net/biblioteca_virtual/derecho/lombroso/indice.html. Acesso em 02/01/08.

LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917.* São Paulo: Annablume, 2000.

LOPREATO, Christina. O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. *Verve,* São Paulo, n°3, 2003. p. 75-91.

MONTEIRO, Fabrício. A genealogia de uma historiografia genealógica: a escrita da história anarquista pós estruturalista. *Faces da História*, Assis, n. 2, v. 1, jul.-dez., 2014, p. 6-31.

MONTEIRO, Fabrício. *O niilismo social: anarquistas e terroristas no século XIX.* São Paulo: Annablume, 2010.

NEGRO, Hélio.; LEUENROTH, Edgar. *O que é o maximismo ou o bolchevismo*. São Paulo: Editora Semente, s/d.

NOTÍCIAS Diversas. *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 24/09/1898. p. 4.

NOTÍCIAS Diversas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24/09/1898. p. 4.

O NOSSO ideal. *A Guerra Social.* Rio de Janeiro, 02/08/1911. p. 4.

PASSETTI, Edson.; OLIVEIRA, Salete. (orgs.) *Terrorismos*. São Paulo: EDUC, 2006.

PEREIRA, Astrojildo O atentado (ecos por toda parte). *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, 20/03/1912. p. 1.

PRESSENSÉ, Francis.; POUGET, Emile.; ANÔNIMO. *Les lois scélérates de 1893-1894.* Paris: Editions de La Revue Blanche, 1899.

ROMANI, Carlo. *"Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!": trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927).* Campinas: UNICAMP, 2003 (Tese de doutorado em História).

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.* São Paulo: Imaginário, 2002.

SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris.* São Paulo: Hedra, 2011.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo; COLSON, Daniel; MINTZ, Frank. et.al. *História do movimento operário revolucionário.* São Paulo/São Caetano do Sul: Imaginário/IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004. p. 125-189.

SEIXAS, Jacy. Formas identitárias e estereótipo: o brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento. In: NAXARA, Marcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Org.). *Conceitos e Linguagens: construções identitárias.* São Paulo: Intermeios, 2013. p. 235-256.

SHOTS fired at king of Italy. *The New York Times.* New York, 15/03/1912.

TELEGRAMAS. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24/05/1898. p. 2.

UM complot revolucionário. *A Vida*. Rio de Janeiro, 31/05/1915. In: CMS; ASMOB (orgs). *A Vida: periódico anarquista*. Edição fac-similar. São Paulo: Ícone, 1988. p. 2.

Recebido em: 18.04.2017
Aprovado em: 06.06.2017

Hagiografia e escrita da história na Idade Média: o capítulo de São Pelágio na *Legenda Áurea* de Jacopo de Varazze (C.1270-1298)

João Guilherme Lisbôa Rangel[*]

Resumo
Existe uma historiografia medieval? Esta pergunta feita e respondida por Bernard Guenée retorna no presente trabalho, contudo, aqui expandimos o questionamento de modo que o mais correto seria perguntar: é possível encontrar a historiografia medieval em textos hagiográficos? Por meio da análise da legenda de São Pelágio, um dos capítulos de umas das obras mais publicadas na idade média, a saber, a *Legenda Áurea*, pretendemos investigar a relação entre hagiografia e escrita da história no período medieval. Por vezes entendida como relato exemplar sobre a vida de um santo, neste trabalho, expandimos o conceito de hagiografia demonstrando que esta não reúne, apenas, o que é exemplar, mas também o que deve ser lembrado. Nesse sentido, o sagrado aparece como forma de legitimar a história que se quer contar.

Palavras-chave: Hagiografia; Escrita da história; São Pelágio; Legenda Áurea.

Abstract
Is there a medieval historiography? This question asked and answered by Bernard Guenée returns in the present work, however, here we expand the questioning so that the most correct would be to ask: is it possible to find medieval historiography in hagiographic texts? Through the analysis of the legend of St. Pelagius, one of the chapters of one of the most published works in the Middle Ages, namely the *Legenda aurea*, we intend to investigate the relation between hagiography and the writing of history in the Medieval period. Sometimes understood as an exemplary report of the life of a saint, in this work, we expand the concept of hagiography demonstrating that it does not only bring together what is exemplary, but also what should be remembered. In this sense, the sacred appears as a way of legitimizing the story that one wants to tell.

[*] Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística (LEPEM).

Keywords: Hagiography; The writing of history; Saint Pelagius; Golden Legend.

Introdução

Diversos historiadores, como Peter Burke, ao se perguntarem sobre as heranças da escrita histórica, nunca consideraram o período medieval digno de nota. Para eles, só teriam existido "ingênuos narradores" na Idade Média, não havendo escrita histórica digna desta classificação, nem historiadores. Isso porque faltaria no período medieval três características: 1) o senso do passado; 2) o espírito crítico e; 3) a preocupação de explicar o encadeamento dos fatos[1]. Estas três características, no entanto, são rechaçadas por Bernard Guenée, por meio de exemplos que comprovam que na Idade Média existia uma preocupação com tais elementos. No que se refere ao espírito crítico, por exemplo, a *Legenda Áurea* (obra escrita na segunda metade do século XIII) apresenta, em seus mais de 170 capítulos, informações nas quais o autor Jacopo de Varazze faz uma crítica às suas fontes. Na legenda de santo Hilário, por exemplo, Jacopo narra que a heresia ariana havia alcançado um papa chamado Leão, contudo o dominicano recorre à autoridade de Jerônimo para relativizar este acontecimento, apontando que: ou ele não era um papa canonicamente eleito, ou era o papa Líbero partidário de um herege[2].

Aos historiadores da Idade Média, portanto, não faltava o senso de passado, espírito crítico e capacidade de explicação das causas. Na verdade, o que falta é a sensibilização do olhar dos historiadores contemporâneos em reconhecer que na Idade Média existe historiografia, todavia esta não era escrita da mesma maneira que atualmente.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que a história na Idade Média era uma atividade secundária. Geralmente, a história dividia lugar com a teologia, a hagiografia e a

---

[1] Cf. GUENÉE, Bernard. Y a-t-il une historiographie médiévale? *Revue Historique*, T. 258, Fasc. 2 (254) Out. – Dez, 1977 p.261.

[2] Cf. VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 p 162-164. Na própria *legenda áurea* observa-se em outros momentos, como na própria legenda de são Pelágio, o senso crítico de Jacopo. Contudo, também é bem verdade que este poderia falhar. É o caso, por exemplo, da legenda dedicada a são Félix, papa. Neste capítulo, Jacopo trata Félix como papa defensor de uma "ortodoxia". Todavia, o Félix a qual se refere a *legenda áurea* foi, na realidade, um antipapa adepto do arianismo. Como observa a edição brasileira, provavelmente Jacopo se baseaou no *Líber Pontificalis* (uma coletânea de biografias papais) que apresentava tal equívoco. Ora, este acontecimento demosnstra que a autoridade almejada pelo autor da *legenda áurea* não vinha de si, mas das "fontes" ais quais estava a consultar. Nesse sentido, pode-se afirmar que não se trata de ingenuidade do narrador, porém de um equívoco o qual (não raro) os próprios historiadores contemporâneos estão sujeitos. De toda maneira, Bernard Guenée em seu artigo supracitado, oferece mais exemplos que corroboram a defesa de se pensar uma "escrita da história mediaval".

liturgia, sendo que todas estas exerciam primazia sobre a escrita histórica. "Por outro lado, quando se dedicavam à história, os monges sabiam muito bem que se entregavam a uma atividade específica, com exigências próprias. Porém, em suas perspectivas e mesmo suas palavras, tal história estava próxima da teologia, da hagiografia e da liturgia, que continuavam a ser o essencial de sua cultura"[3]. Sendo assim, a escrita histórica medieval estava subordinada ao plano divino e desconsiderá-lo é, no limite, desconsiderar sua própria essência. Isso, no entanto, não significa dizer que esse plano anula o sentido histórico do texto. Segundo Almeida:

> Se a história, em última análise, está subordinada ao plano divino, é certo também que a constância, e mesmo abundância, da produção de textos de história testemunham que o período considerava importante essa forma narrativa específica e autônoma. Se a irrupção de fatos extraordinários (...) integra esses textos, também é certo que não ocupa o centro da narrativa. Tais eventos qualificam, ajudam a entender os tempos em que se vive, mas não constituem o núcleo principal dos fatos nem sua explicação que, como na tradição antiga, está concentrada no exame moral das ações humanas. (...) durante a Idade Média a narrativa histórica não esmorece, mas se impõe. Ela se cristianiza, porém, sua identidade narrativa – ligada ao gênero histórico tal como concebido pelo mundo Greco-romano – não desaparece[4].

Uma questão fundamental a ser considerada sobre a historiografia medieval refere-se à sua produção e a seu público. Sabemos que o conhecimento na sociedade medieval estava delegado essencialmente aos clérigos e uma evidência de tal fato são as bibliotecas, que eram encontradas em sua maioria dentro dos mosteiros. Segundo Guenée, os melhores historiadores medievais viveram à sombra dos claustros, perto dos *scriptoria* e das bibliotecas monásticas[5]. Logo, obras ligadas ao gênero histórico, como as histórias e as crônicas[6], por exemplo, possivelmente não foram tão acessadas e ficaram circunscritas no espaço de produção do ambiente eclesiástico. Assim sendo, textos mais difundidos, como as hagiografias, nos permitem compreender melhor a escrita da história medieval.

1. Hagiografia e História

Etimologicamente, *hagiografia* poderia ser definida como um conjunto de relatos sobre

---

[3] GUENÉE, Bernard. "História". LE GOFF, Jacques, SCHIMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol I. São Paulo: EDUSC, 2006 p.524.
[4] ALMEIDA, Neri de Barros. Hagiografia, propaganda e memória histórica. O monasticismo na Legenda Aurea de Jacopo de Varazze. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n.2, jul.-dez., 2014 p.96
[5] Cf. GUENÉE, Bernard. "História"... op.cit. p.524.
[6] A esse respeito, verificar: GUENÉE, Bernard. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge", in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 28, 4, 1973, p. 997-1016.

a vida do santo ou sobre a santidade[7]. Entretanto, essa noção é muito restrita para dar conta de um conceito tão abrangente e que evoluiu ao longo do tempo. A hagiografia, como um relato sobre a santidade, existe pelo menos desde o século II com o *Martírio de Policarpo*. No entanto, a hagiografia como literatura referente aos santos, ou seja, como uma disciplina "científica" para estudar o culto aos santos, aparece apenas no século XVII com os bolandistas.

Tendo como figura central Jean Bolland, os jesuítas belgas, a fim de responder aos ataques elaborados pela Reforma contra os abusos dos cultos aos santos, como por exemplo, a presença exagerada do "maravilhoso", esforçaram-se para produzir um "método científico"[8] para estudar as hagiografias. Acreditavam que para promover as virtudes dos santos era necessário que os textos fossem vistos de forma "científica", através dos métodos de crítica documental. Como resultado, iniciaram a publicação das *Acta Sanctorum*, que se constituíram de um enorme conjunto de hagiografias destinado a promover o culto dos santos, mas com a preocupação ideológica da contrarreforma de estabelecer uma crítica documental a esses textos.

Cada hagiografia das *Acta* apresentava comentários prévios (*commentarius praevius*), ou seja, explicações oriundas da crítica documental realizada pelos Bolandistas, que asseguravam a veracidade da santidade e justificavam a publicação do santo em questão. Tratava-se, portanto, de responder à crítica dos reformadores, por isso, incialmente, o trato "científico" foi de ordem apologética. A partir do século XX, no entanto, entre os próprios bolandistas, o trato às hagiografias se alargou mediante uma compreensão mais "laica", isto é, já não se preocupava tanto em provar a santidade de determinado santo, mas de submeter esses textos a um forte exame crítico, a fim de compreender melhor o próprio surgimento e desenvolvimento do culto aos santos.

Segundo Guy Philippart, o termo *hagiografia*, *grosso modo*, tem praticamente dois séculos de idade. Inicialmente, o substantivo era relacionado à designação da "ciência" exercida pelos bolandistas[9]. Assim, eles se auto intitulavam "hagiógrafos" a partir do início do século XVIII. Com o tempo, a palavra passou a ser utilizada para denominar um *corpus* literário. O

---

[7] GOULLET, Monique. *Les saints et l'histoire. Sources hagiographiques du Haut Moyen Âge*, études réunies par Anne Wagner, Rosny-sous-Bois, Bréal, 2004, p. 8-22.

[8] Sobre a origem dos bolandistas. Cf. PEETERS, Paul. *L'œuvre des Bollandistes.* Bruxelles : Société des Bollandistes, 1961.

[9] Cf. PHILIPPART, Guy. L'hagiographie comme littéruature: concept récent et nouveaux programmes? *Revue des Sciences Humaines*, nº 251, p. 11-39. juillet-setembre. 1998

aspecto mais relevante dessa argumentação diz respeito à emancipação da hagiografia da estreita relação com a história dos santos. Segundo se depreende da exposição do autor, esse ponto articulado à história da literatura, aos trabalhos vinculados à antropologia e à sociologia, abre uma nova forma de se pensar e trabalhar com as narrativas hagiográficas.

De acordo com Philippart, a diversidade dos manuscritos sobre a vida dos santos, se associada à inexistência de tratados sobre a redação deste tipo de "escritura santa", seria mais um indício do seu caráter "literário", ou seja, trata-se de um tipo de narrativa que mescla tantas influências e "estilos" que, apesar de ser uma classificação anacrônica, em termos medievais, esse tipo de narrativa estaria muito próximo dos "cânones" literários. Portanto, o estudo da hagiografia estaria para além da estreita relação com a santidade. Logo, trata-se da análise de um discurso cujo conteúdo veicula uma determinada forma estilística e está relacionado a um contexto histórico específico: a narrativa biográfica, o elogio das virtudes, entre outros. Assim, não se estuda uma hagiografia sem considerar todos esses elementos e, assim como o conteúdo veiculado e a sua relação com o contexto histórico.

Essa proposta abre um novo campo de investigação em relação aos documentos hagiográficos, inclusive, possibilitando uma ampliação de formas de compreendê-los, diferindo-os do modo como os bolandistas o fazem. Evidentemente, há autores que definem *hagiografia* apenas em função de sua relação com a vida de um determinado santo, porém, não se pode negligenciar uma série de aspectos presentes nesses textos que estão para além da biografia do santo.

Segundo tal perspectiva, embora a biografia do santo seja de grande importância para a definição de uma hagiografia, não se podem negar os elementos literários presentes nela, quer seja em um texto hagiográfico, propriamente dito, segundo um bolandista, quer seja o aspecto literário presente em uma biografia profana. O cerne da questão acerca da hagiografia está na definição mediante o herói e do projeto historiográfico do qual ele faz parte. Assim, poder-se-ia abordar os elementos literários presentes nesse tipo de narrativa, de inúmeras maneiras, quer seja por meio da história, quer seja através da literatura. A proposta de trabalhar com a hagiografia como um objeto cultural está intrinsecamente vinculada à sua capacidade de se modificar segundo cada época. Para Philippart, o problema está relacionado ao fato da literatura hagiográfica ter sido tardiamente reconhecida, com a devida clareza, como um objeto cultural próprio.

Nos termos colocados acima, a hagiografia deixa de ser um campo de estudo apenas

voltado para vida do santo e a "comprovação de forma científica" da santidade, como desejavam os primeiros bolandistas, e transforma-se em um objeto de investigação amplo e, portanto, um objeto de estudo da história. Para tanto, é fundamental que as suas histórias, propriamente ditas, sejam emancipadas das dos santos que são, *a priori*, os seus objetos de investigação. Como lembra o autor, não existe história fora de uma delimitação espacial e temporal[10].

Segundo Almeida, "as narrativas hagiográficas são escritas para durar"[11]. A memória do santo deve conter as verdades sobre sua vida na terra, bem como os testemunhos da eficácia de sua intervenção sobrenatural. Por mais que a tradição sobre a memória de um santo reapareça, esta última sempre lançará mão do que já foi feito, pois não é próprio ao memorialismo medieval contestar ou realizar uma crítica às autoridades do passado em produções novas. No entanto, isso não significa dizer que as produções hagiográficas ou históricas medievais não apresentassem mudanças. "Sem questionar as autoridades, pode haver uma verdadeira atualização de sentidos por meio de uma genuína intervenção de ordem autoral"[12].

Para Bernard Guénee, existem algumas diferenças entre uma obra hagiográfica e uma obra histórica. A primeira negligencia datas, preocupa-se com o que deveria ter sido e não com o que realmente foi, multiplica ensinamentos e exortações e constantemente apresenta a interferência das forças sobrenaturais que são descritas nos escritos históricos de maneira mais discreta. Apesar disso, o autor afirma que:

> Hagiographie et histoire sont deux genres distincts; mais notre moine aura une tendance trop naturelle à tremper sa plume historique dans son encre hagiographique, ou même à carrément utiliser dans son récit historique des morceaux hagiographique qu'il connaît trop bien. De même les mots, le style, des phrases entières des historiens du Moyen Age sont-ils issus des textes bibliques, patristiques ou liturgiques qui leur étaient familiers. (...) l'histoire monastique est (...) un sous-produit de la religion[13].

Uma diferença entre hagiografia e história, segundo Michel de Certeau, é que a hagiografia é um gênero literário no qual se privilegia os agentes do sagrado, os santos, visando-se à edificação por meio da exemplaridade. Não se deve julgar a hagiografia em função de sua

---

[10] Cf. PHILIPPART, Guy. L'hagiographie comme littérature: concept récent... op.cit. p.34.
[11] ALMEIDA, Neri de Barros. Hagiografia, propaganda e memória histórica... op. cit. p.96
[12] Ibidem.
[13] GUENÉE, Bernard. Y a-t-il une historiographie médiévale... op.cit. p.266.

autenticidade ou do seu valor histórico, pois isto implicaria em colocá-la como parte daquilo que os historiadores chamam de "historiografia"[14]. Para Certeau, a história refere-se, portanto, "àquilo que se passou", enquanto a hagiografia "àquilo que é exemplar"[15].

Os objetivos específicos dos textos hagiográficos não são, evidentemente, os mesmos dos textos históricos. Não obstante, o Cristianismo, por se pretender histórico, lança mão dessa perspectiva. Assim, defendemos ser possível incluir a hagiografia em uma reflexão sobre a memória histórica "na medida em que veiculava formas de percepção histórica da realidade"[16]. Os textos hagiográficos contêm uma escrita privilegiada, pois não encerram apenas a vida e história de um santo, mas também a história de um mosteiro, de uma família, de uma diocese, de uma cidade, de um conflito etc. Além disso, embora nem todas as legendas fossem escritas para sair de dentro do mosteiro, muitas delas conheciam outro espaço de divulgação, como a pastoral[17]. Por meio da pregação, o conteúdo da narrativa hagiográfica chegava ao mais poderoso veículo de comunicação do período[18]: a rede clerical via pregação. Com o advento das ordens mendicantes, essa rede vai se fortalecer ao deixar de ter suas bases para pregação exclusivamente bispal.

Igor Teixeira procurou demonstrar a relação entre hagiografia e história através da análise da hagiografia de Tomás de Aquino[19], denominada *Ystoria sancti Thome de Aquino*, escrita entre 1319-1323 pelo também dominicano Guilherme de Tocco, que ficou responsável, em 1317, pela pesquisa acerca da *fama sanctitatis* de Tomás em seu processo de canonização. Neste capítulo, o autor discordou das proposições de Michel de Certeau acerca das hagiografias. Segundo Teixeira, Certeau não se atentou à dimensão normativa do calendário litúrgico, nem à relação das canonizações com o exercício do poder papal. Sendo assim, a principal premissa do historiador brasileiro é de que a hagiografia não pode ser considerada apenas como texto exemplar relacionado à festa de um santo. "Elas estão a serviço da

---

[14] CERTEAU, Michel de. Hagiographie. *Encyclopaedia Universalis*. Tome 11 Corpus. 5º éd. Paris : Encyclopaedia Universalis, 2002, pp. 55-60

[15] CERTEAU, Michel de. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. pp.266-278.

[16] ALMEIDA, Neri de Barros. Hagiografia, propaganda e memória histórica... op. cit. p.98

[17] Cf. Ibidem.

[18] Segundo Florent Coste, desde o século XII, os textos sofreram modificações. Entretanto, com os Dominicanos, a utilidade de um "livro" não se concentrava mais na constituição interna do saber, mas na interação com o fiel, logo, na comunicação. Para maiores informações, ver: COSTE, Florent Textes et contextes de la Légende dorée. *Cahiers de recherches médiévales et humanistes*, nº 14, 2007, p. 247

[19] Cf. TEIXEIRA, Igor S. A *Ystoria sancti Thome de Aquino*: hagiografia ou história? In. TEIXEIRA, Igor S; BASSI, Rafael. *A escrita da história na Idade Média*. São Leopoldo: Oikos, 2015. pp. 144-157.

consolidação do que poderíamos chamar de um perfil para o santo e, principalmente, podem servir como elemento de consolidação de políticas pontifícias e afirmação do poder do papa”[20].

Desta maneira, o autor concluiu que no caso da hagiografia produzia por Guilherme de Tocco, se considerarmos que o dominicano tinha consciência da sua missão – fazer canonizar Tomás – como demonstra seu relato, pode-se afirmar que ele entendia a necessidade de relacionar aquilo que era exemplar ao que se poderia provar. Segundo Teixeira, se levarmos em conta que a história tinha, à época, uma dimensão daquilo que poderia ser provado atrelado ao sagrado e que o “contexto de sistematização progressiva e frequente do exercício do poder papal a partir do uso de inquéritos e a consciência que Guilherme de Tocco tinha desses elementos, podemos, sim, inferir que a *Ystoria* apresenta elementos que destoam de textos que estariam restritos às festas e à promoção de cultos”[21]. A hagiografia de Aquino extrapola a exemplaridade. Mais do que promover o culto ao santo, esta hagiografia procurava provar, mediante a análise dos feitos passados, a santidade de Tomás.

Em vista dos argumentos supracitados, o que pretendemos afirmar? Que a presença do maravilhoso, bem como a experiência com o sagrado, não eram entendidas pelos medievais como algo fora da realidade. A partir desta perspectiva, a concepção de história cristã perpassa os textos religiosos quase que necessariamente. Se a hagiografia promove o santo valorizando o que é exemplar, como demonstramos nas páginas acima, ela também ultrapassa essa função, porque incluir uma cronologia, ou algum acontecimento real numa hagiografia não era entendido como algo contraditório.

A legenda de São Pelágio, penúltimo capítulo da *Legenda Áurea*, aparece como um dos mais extensos da obra. Um fato curioso é que apesar do capítulo receber o nome do Papa Pelágio I (555-561), a vida e as virtudes dele aparecem apenas nas primeiras linhas do capítulo. O restante da narrativa é ocupado pela história lombarda – que conta como os lombardos chegaram ao norte da Itália –, o surgimento do Islã e suas crenças e, por último, relata uma espécie de história universal do ocidente que vai desde o século VI até o século XIII, narrando as sucessões imperiais e papais, bem como a relação entre estes dois poderes. À luz de tudo isso, se são Pelágio não ocupa o centro do capítulo, por que nomear a legenda com seu nome? Responderemos esta pergunta a partir da análise detalhada deste capítulo da *Legenda Áurea*.

---

[20] Ibidem. p. 145.
[21] Ibidem p.157.

2. A legenda de São Pelágio

A *Legenda Áurea* foi escrita pelo dominicano Jacopo de Varazze a partir da segunda metade do século XIII. Sabe-se muito pouco sobre a vida de Jacopo de Varazze. Provavelmente nascido entre 1226-1228, ao que tudo indica em Varazze aproximadamente quarenta quilômetros a oeste de Gênova, entra pra ordem dos Pregadores em 1244. Entre 1246 e 1251 foi enviado ao *Studia generale* de Bolonha. Em 1252 retorna a Gênova como *lector*, ou seja, responsável pelo ensino básico dos frades. Alain Boureau aponta que os melhores alunos retornavam depois desse tempo como *lector* para a universidade a fim de estudarem teologia, contudo, não se encontra traços da passagem de Jacopo nas universidades.

Essa ausência surpreende em função da brilhante carreira do dominicano dentro de uma ordem que valorizava o saber e a presença dos frades nas universidades. Apesar disso, a carreira deste dominicano em sua ordem foi notável. Em 1258 foi sub-prior do convento de Gênova, depois prior de Asti e Gênova. No capítulo geral de Bolonha em 1267, foi nomeado provincial da Lombardia, cargo que vai exercer por duas vezes entre 1267-1277, depois de 1281 a 1286. Esse último cargo é que, segundo Boureau, vai provavelmente permiti-lo divulgar sua obra em função do contato que terá com confrades de toda a Europa[22]. Entre 1283 e 1285, Jacopo ocupou o cargo de mestre geral da ordem até ser realizado o capítulo geral para eleger um novo mestre. Em 1292 assume como arcebispo de Gênova até sua morte em 1298.

Segundo Maggioni, a *Legenda Áurea* começou a ser escrita por volta de 1260 e foi modificada até finais de 1290, seja pelo autor, seja pela ação dos copistas, uma vez que o texto já havia se vulgarizado. Ao desenvolver sua pesquisa com base nos 70 manuscritos mais antigos, Maggioni identificou dois testemunhos referentes ao que teria sido a última vontade do dominicano, produzidos entre 1272-1276 e 1292-1299[23]. Sendo assim, a partir das pesquisas de Maggioni, concluiu-se que a obra de Jacopo tem 178 capítulos[24] dedicados à vida dos santos

---

[22] Cf. BOUREAU, Alain. Introduction. VORAGINE, JACQUES. *La Légende Dorée*. Text traduit, presente et anoté par Alain Boureau, Pascal Collomb, Monique Goullet, Laurence Moulinier et Stéfano Mula. Paris: Gallimard, 2004. p.XXVI.

[23] MAGGIONI, G. P. Introduzione. Iacopo da Varazze *Legenda Aurea*. Ed. G. P. Maggioni, Firenze: Galuzzo, 1998, p. XIII-XIV.

[24] A edição brasileira, utilizada neste trabalho, apresenta apenas 175 capítulos. Segundo Hilário Franco Júnior, tradutor responsável, este seriam os capítulos de "compravada autoria". Contudo, como pode-se verificar, negligenciou-se o consistente trabalho de Maggioni, cuja publicação da edição latina é de 1999, enquanto a brasileira é de 2003. A edição francesa da *Legenda Áurea* também acatou a quantidade de capítulos defendida por Maggioni. Vale destacar que, para o propósito deste artigo, não julgamos didático e necessário a utilização das demais edições. Para maiores informações acerca da apresentação de Franco Júnior: JUNIOR, Hilário Franco. Apresentação. In: VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. Trad. Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p.23.

ou às festas litúrgicas[25], dispostas segundo a ordem do calendário litúrgico (*per circulum anni*).

A obra divide-se em quatro partes, ou aquilo que é chamado por Jacopo de "tempo", são eles: o do Desvio, o da Renovação, o da Reconciliação e o da Peregrinação. O primeiro tempo se inicia com o pecado de Adão e vai até Moisés; o segundo vai de Moisés até o nascimento de Cristo; o terceiro representa a reconciliação com Cristo e vai da Páscoa até Pentecostes; o quarto corresponde ao tempo presente que significa a espera pela próxima vinda de Cristo[26]. Apesar de o primeiro tempo ser o do Desvio, a *Legenda Áurea* é iniciada no tempo da Renovação com a festa que comemora o *Advento do Senhor,* isto porque o calendário litúrgico se inicia em dezembro.

Como fora mencionado, o penúltimo capítulo da *Legenda Áurea* é denominado de São Pelágio. Apesar de sua extensão[27], este capítulo foi um dos menos estudados pelos pesquisadores. Segundo Teixeira, talvez o motivo para isso esteja no fato de ser um dos capítulos mais diferentes, se não o mais diferente, em relação ao conjunto da obra. Contudo, este deveria ser justamente o motivo para estudá-lo[28]. A grande distinção reside no que acabamos de expor mais acima, ou seja, a legenda recebe o título de "São Pelágio", mas este santo é o que menos aparece. Além disso, outra característica bastante diferente é que este é o único capítulo que se propõe a narrar especificamente uma história, no caso, a dos lombardos. Se não bastasse, ainda podemos apontar que ele é único capítulo de toda a obra a falar sobre o surgimento do Islamismo, além de ser o único capítulo que apresenta dois títulos: São Pelágio, papa ou *Historia lombardica*. Segundo as notas da edição francesa da *Legenda Áurea*, a *Historia lombardica* aparece como título e subtítulo em diversos incunábulos e manuscritos da obra de Jacopo[29]. Por tudo isso, talvez este capítulo seja o mais singular de toda

---

[25] Alain Boureau estabeleceu a diferença entre estas legendas, nomeando-as de santorais e temporais. Legendas santorais são referentes à celebração da festa dos santos, enquanto as legendas temporais são celebrações referentes aos ciclos do cristianismo, tais como: anunciação, natividade, advento etc. Para maiores informações, cf. BOUREAU, Alain. *La Légende dorée. Le système narratif de Jacques de Voragine (1298)*, Paris, Cerf, 1984. p. 32.
[26] Cf. VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p.41.
[27] Não preparamos para este trabalho uma precisa da quantidade de páginas que cada legenda apresenta e, consequentemente, a proporção que o capítulo de são Pelágio ocupa em relação aos demais. Contudo, podemos afirmar seguramente que a grande maioria dos capítulos, no caso da edição brasileira, apresentam entre 1 e 10 páginas. Enquanto isso, o capítulo de são Pelágio, apresenta 22 páginas. Vale destacar que tanto a edição francesa, quanto a latina, também apresenta esta superioridade numérica, porém como números de páginas diferentes em razão da formatação de cada edição.
[28] TEIXEIRA, Igor Salomão. A vida de São Pelágio ou a escrita da história na perspectiva hagiográfica de Jacopo de Varazze. In___________. *A Legenda Aurea de Jacopo de Varazze: temas, problemas, perspectivas.* São Leopoldo: Oikos p.58
[29] Notas.VORAGINE, JACQUES. *La Légende Dorée*. Text traduit, presente et anoté par Alain Boureau, Pascal Collomb,

a obra.

No que se refere ao paradoxo que este capítulo apresenta, ou seja, o título ser consagrado ao papa Pelágio I, apesar deste ter recebido poucas linhas em sua homenagem, acreditamos que a resposta seja simples apesar de não ser óbvia. Verifiquemos o que Jacopo fala a respeito deste santo.

> Pelágio foi um papa de grande santidade, que depois de ter exercido o pontificado de forma louvável repousou em paz, pleno de boas obras. Esse Pelágio não foi o predecessor de São Gregório, mas o terceiro antes dele. O Pelágio de que falamos teve por sucessor João III; a João sucedeu Bento, a Bento, Pelágio e a Pelágio, Gregório. Foi no tempo do primeiro Pelágio que os lombardos vieram para a Itália, e como é provável que muita gente ignore sua história, decidi inseri-la aqui conforme contam diversas crônicas e sobretudo a *História lombarda*, compilada pelo historiador Paulo Lombardo[30].

As palavras acima são as primeiras do capítulo, ou seja, elas introduzem o conteúdo que se seguirá. Um fato interessante é que ao contrário da maioria das legendas dedicadas aos santos que apresentam uma etimologia introdutória, na legenda de são Pelágio, Jacopo vai direito ao ponto mencionando brevemente que Pelágio foi papa, que gozou de grande santidade e exerceu um louvável pontificado. Os relatos exemplares, bem como a exaltação a Pelágio, estão praticamente ausentes. O mais importante aqui é a cronologia que Jacopo estabelece ao detalhar de qual Pelágio ele está falando. Não se trata do Pelágio que antecede Gegório Magno, mas sim o que antecede João III. E por que dar importância a essa cronologia? Pois a narrativa que se seguirá descreverá a chegada dos Lombardos à Itália e foi justamente no pontificado do primeiro Pelágio que isso aconteceu. A breve hagiografia de Pelágio foi um meio encontrado por Jacopo para inserir a história que se segue numa obra constituída por uma maioria de capítulos hagiográficos[31] e isto ocorre, pois como temos argumentado, o texto hagiográfico não se limita à vida ou à exaltação do culto ao santo.

Concordamos com Teixeira que:

> ao entendermos a hagiografia também como um texto dentro da norma e do dogma (...) e que, ao ser inserida no calendário litúrgico, a vida do santo é um texto que narra tanto sobre o tempo que conta como sobre o tempo em que se conta, **defendemos que esta também pode ser considerada uma das formas de escrita da história na Idade**

Monique Goullet, Laurence Moulinier et Stéfano Mula. Paris: Gallimard, 2004. p.1476.

[30] VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 p.1003.

[31] Cf. Notas.VORAGINE, JACQUES. *La Légende Dorée*. Text traduit, presente et anoté par Alain Boureau, Pascal Collomb, Monique Goullet, Laurence Moulinier et Stéfano Mula. Paris: Gallimard, 2004. p.1476.

Média[32].

Ao iniciar seu penúltimo capítulo com a hagiografia de Pelágio, Jacopo se vale de uma narrativa "pia" para introduzir uma história que fala da chegada dos Lombardos, mas não se limita a ela. Em outras palavras, Jacopo, antes de prosseguir seu relato histórico, precisa sacralizar o tempo e, para isso, se vale de uma narrativa hagiográfica. Como apontamos anteriormente, este capítulo também apresenta uma história universal do ocidente que vai do século VI até o século XIII, além de explicações sobre o surgimento do Islã e suas crenças. Resta-nos averiguar que histórias são essas e como elas se relacionam com a escrita histórica de Jacopo de Varazze.

Dentre as referências bibliográficas levantadas para este artigo, apenas três se propuseram a analisar de alguma forma a legenda de São Pelágio. A primeira delas foi o capítulo de Stefano Mula, publicado em 2001, como resultado das comunicações do terceiro colóquio internacional sobre a *Legenda Áurea*[33]. A segunda obra foi um dos últimos livros publicados por Le Goff dedicado exclusivamente à *Legenda Áurea* e nele o historiador francês analisa brevemente a legenda de Pelágio[34]. Por fim, o trabalho mais recente foi publicado em 2015 por Igor Teixeira no primeiro livro brasileiro a tratar sobre a obra de Jacopo. Este livro conta com cinco capítulos e o terceiro foi dedicado exclusivamente à análise da legenda em questão[35]. A ausência de mais referências sobre esta legenda, portanto, demonstra como a mesma ainda carece de estudos.

A fim de compreender a inserção de um capítulo tão diferente em relação aos demais e diminuir a lacuna dos estudos sobre a legenda de são Pelágio, Mula investigou as fontes utilizadas por Jacopo para composição do capítulo, bem como seu método de trabalho e possíveis explicações para inserção dele na *Legenda Áurea*. Segundo o autor, a fonte pode ser dividida em cinco partes: a primeira (menor) é sobre Pelágio cuja fonte principal é a *Liber pontificalis*; a segunda é a história dos Lombardos (*Historia Langobardorum*) cuja fonte é Paulo Diácono; a terceira é acerca de Maomé em que Pedro Afonso e Pedro o Venerável são as

[32] TEIXEIRA, Igor Salomão. A vida de São Pelágio... op.cit. p.61. grifos nossos.
[33] Cf. MULA, Stefano. L'histoire de lombards, son rôle e son importance dans la *Legenda aurea* In. FLEITH, Barbara e MORENZONI, Franco (dirs.) *De la Santeté e l'Hagiographie: Gènese et usage de la Legende doreé*. (Actes du colloque "lire, écouter et voir la Légende dorré au Moyen Âge", Genève, 12-13 mars, 1999). Genève: Droz, 2001. pp.75-95
[34] LE GOFF, Jacques. *Em busca do tempo sagrado: Jacques de Voragine e a Legenda aurea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp.254-263.
[35] TEIXEIRA, Igor Salomão. A vida de São Pelágio... op.cit. pp.58-69.

principais fontes; a quarta é a sequência da história dos Lombardos cuja suspeita fonte principal é Sigebert de Gembloux e as Chroniques; e a quinta é a parte referente aos reis de França e ao império cuja fonte é *Speculum naturale* de Vicente de Beauvais[36].

Para Mula, apesar de compilador, o método de trabalho realizado por Jacopo, faz algo original. De modo geral, o texto é fiel às fontes e em muitas partes Jacopo e sua equipe inserem digressões ou um *exemplum*[37]. Essa originalidade pode explicar o grande sucesso alcançado pela obra. Ao mesmo tempo em que não mostra uma capacidade ou vontade de inovar (no sentido autoral do termo, ou seja, criando algo novo, sem cópias), reunindo uma infinidade de fontes para sua obra, Jacopo apresenta um texto original, por este ser compósito e aberto, ao mesmo tempo em que é fechado, porque está centrado no tempo da Igreja[38]. Para Mula, portanto, o penúltimo capítulo da *Legenda Áurea* procura mostrar que: "L'histoire humaine n'est qu'une partie minime de l'histoire du salut, elle est instable et se clôt sur la vacance de l'empire. C'est sur la faillite de l'histoire humaine que s'achève la chronique pélagienne, mais non la *Légende dorée"*[39]. No limite, Jacopo estava transmitindo ao seu público que se deve depositar confiança no tempo divino e não no tempo humano que é instável.

Jacques Le Goff discordou desta última conclusão apresentada por Mula. Em seu livro, *Em busca do tempo sagrado*, o medievalista francês propôs que a *Legenda Áurea* deveria ser encarada como uma suma sobre o tempo. Para ele,

> Nosso dominicano quer mostrar como só o cristianismo soube estruturar e sacralizar o tempo da vida humana para levar a humanidade à salvação. Porque o assunto da *Legenda Áurea* não é um tempo abstrato, desejado por Deus e sacralizado, ou santificado, pelo cristianismo. (...) O empreendimento de Tiago de Varazze era o oposto: apoiando-se sobre o tempo, encarar, sacralizar o mundo e a humanidade –

[36] Cf. MULA, Stefano. L'histoire de lombards, son rôle e son importance dans la *Legenda aurea* In. FLEITH, Barbara e MORENZONI, Franco (dirs.) *De la Santeté e l'Hagiographie: Gènese et usage de la Legende doreé*. (Actes du colloque "lire, écouter et voir la Légende dorré au Moyen Âge", Genève, 12-13 mars, 1999). Genève: Droz, 2001. pp.81-82.

[37] Segundo Federico Bravo, o *exemplum* é: "modalidad del discurso didáctico cuya característica más notable es, precisamente, la de hacer coincidir en uno solo dos artes diferentes: el arte de enseñar y el arte de contar. A él recurren a lo largo de la Edad Media, y de forma especialmente masiva a partir del siglo XIII, profesores, oradores, moralistas, místicos y predicadores, para ejemplificar y adornar sus exposiciones ilustrándolas mediante todo tipo de fábulas, anécdotas, cuentecillos, bestiarios, relatos históricos, apólogos, historietas, leyendas, etc. De origen sagrado o profano, tomado de fuentes orientales u occidentales, improvisado por el autor o sacado de la tradición popular, de la antigüedad clásica o medieval, el fondo narrativo de que se nutre el discurso didáctico medieval es propiamente ilimitado. Ficción narrativa concebida para servir de demostración, el ejemplo es pues, a un tiempo, un método didáctico y un género literário". BRAVO, Federico. Arte de enseñar, arte de contar. Em torno al exemplum medieval. In. *La enseñanza en la Edad Media. X Semana de Estudios Medievales*, Nájera 1999 Disponível em: http://www.vallenajerilla.com/berceo/bravo/exemplum.htm acessado: 14 de fevereiro de 2017.

[38] Cf. MULA, Stefano. L'histoire de lombards, son rôle e son importance dans la *Legenda* aurea. Op.cit. p.93

[39] Ibidem

sem ignorar a ação do diabo para criar obstáculos a isso[40].

Desta maneira, com a legenda de Pelágio, Jacopo estaria expressando mais uma forma de representar o tempo, neste caso, o tempo histórico. Por ser uma suma sobre o tempo, o dominicano de Varazze teria demonstrado os diversos tipos de tempo existentes. Neste sentido, não se trata de comparar o tempo divino com o tempo humano, mas sim reconhecer que o tempo histórico caminha paralelo, ainda que abaixo, com o tempo sagrado da *Legenda Áurea*[41]. Por esta razão, que Jacopo teria incluído a legenda de Pelágio na última parte da obra, a saber, o tempo da peregrinação que se inicia com a Paixão e Ressurreição de Jesus e continua até seu retorno.

No que diz respeito a essa questão, o capítulo de Teixeira procurou, mediante o caso de Pelágio, relacionar a produção hagiográfica com a escrita da história na Idade Média. Segundo o autor, este capítulo reapresenta a perspectiva hagiográfica de Jacopo de Varazze, a qual "é a inserção no tempo dos homens de um conjunto de vidas de santos com o objetivo de passar uma mensagem"[42] e a mensagem a ser legada seria a de preservar a memória do que passou, isto é, preservar a memória de praticamente todos os santos que foram narrados, haja vista que cronologicamente a legenda de Pelágio se inicia no século VI e se estende até o século do próprio Jacopo. Desta maneira, o caso analisado seria mais um exemplo de que a experiência com o sagrado e manifestações excepcionais não eram encaradas de forma incompatível para a compreensão da realidade. Em outras palavras, a escrita histórica pode ser apreendida em um texto hagiográfico.

Dentre as análises supracitadas, concordamos principalmente com as de Mula e Teixeira. Por perceber a *Legenda Áurea* como uma suma sobre o tempo, Le Goff enquadrou o tempo histórico da legenda de Pelágio como mais um tempo. No entanto, o que ele não repara são os inúmeros conflitos ao longo de toda a *Legenda Áurea*, na qual os algozes são representantes do poder secular em muitos casos e que permanecem assim neste penúltimo capítulo[43]. Pensar que este capítulo traz uma advertência aos expectadores de que sempre é melhor se colocar ao lado do tempo divino que do tempo humano, nos parece mais plausível com o restante da

---

[40] LE GOFF, Jacques. Em busca do tempo sagrado... op.cit. p.19.
[41] Cf. Ibidem pp.262-263.
[42] TEIXEIRA, Igor Salomão. A vida de São Pelágio... op.cit. p.61
[43] Os casos em que os algozes dos santos, ou ameaças para a Igreja, são autoridades seculares, são inúmeros. Contudo, à guisa de exemplo, aponta-se o caso da legenda de são Félix, em que o imperador Constâncio, acometido pela heresia cátara, aparece impondo sérios problemas à Igreja. Cf. VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 p. 585.

obra.

Em relação às argumentações de Teixeira, concordamos, sobretudo no que se refere à relação hagiografia e escrita da história. No que concerne a "mensagem" que Jacopo estaria transmitindo em seu penúltimo capítulo, acreditamos que ela não se confirma plenamente na fonte. Se o dominicano de Varazze tivesse como principal objetivo fazer com que a história contada não fosse esquecida ou ignorada, ele teria que recuar sua história para o próprio nascimento de Cristo, visto que a imensa maioria dos capítulos da obra dedica-se a Jesus, a Maria, aos Apóstolos, aos Mártires – sobretudo das grandes perseguições – e aos Doutores, como Ambrósio e Agostinho, personagens anteriores ao século VI. Por isso, acreditamos que o tempo histórico o qual Jacopo quer lembrar e que serve como "fio condutor" deste capítulo, é algo que se refere ao passado, mas que permanece presente à época de Jacopo, a saber: as heresias, sobretudo a cátara[44].

Esta heresia, até a primeira metade do século XIII estará muito presente na região sul da atual França, também conhecida como Languedoc. Em 10 de março de 1208, Inocêncio III (1198-1216) lança um chamado às armas contra os cátaros dando origem à Cruzada Albigense, que vai de 1209 até 1229. Esta cruzada não extermina completamente os cátaros, de modo que apenas em 1256 acontece a queda da última fortaleza cátara na região[45]. Contudo, apesar de tais incursões, até final do século XIII e primeira metade do XIV, puderam-se observar redutos

---

[44] Compreendemos que tanto o uso do termo "heresia", quanto "cátaro" permanecem pertinentes. Contudo, aplicamos ambos os termos levando em consideração décadas de críticas históricas, as quais demonstram a conotação religiosa e política dos vocábulos e não apenas apologética. Sendo assim, não rejeitamos a afirmação de que as heresias, especialmente a cátara, apresentam um caráter estereotipado e impreciso - mas não seria esta a característica de toda heresia? - legado pela construção político-discursiva do meio eclesiástico. Contudo, afirmamos que, ainda assim, alguns elementos dessa heresia podem ser apreendidos. Sendo assim, aponta-se para o catarismo como uma heresia dualista, em que o mundo terrestre era criação maligna enquanto o mundo celeste criação benigna. Além disso, os cátaros negavam a trindade, bem como o nascimento divino, o sofrimento, a morte e a ressurreição de Cristo. Para eles, tais episódios não passavam de representações com fins "didáticos". O nascimento para dar forma material a Cristo e a morte para mostrar ao homem a possibilidade de se libertar da matéria e retornar ao criador. Apesar destas crenças que divergiam da ortodoxia da Igreja, eles também acreditavam que a criação era coeterna com o criador e que a criatura não tem liberdade. Para maiores informações acerca das polêmicas envolvendo os conceitos de heresia e o termo "cátaro". Verificar: ROQUEBERT, Michel. *Le "déscontructionnisme" et les études cathares*. In: AURELL, Martin (org.) Les Cathares devant l'histoire. Cahons: Hydre Éditions, 2005, p.105-133; LIMA, Philipe Rosa de. *Negotium fidei et pacis no Languedoc: a Igreja e as relações de poder na Cruzada Albigense (1209-1229).* Dissertação (mestrado em história social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.; Além do artigo de: SILVA, Patrícia Antunes Serieiro. Balanço historiográfico e novas perspectivas de pesquisa sobre os "cátaros". *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*. V1, n°1, 2012, pp.201-229. Sobre a crença dos cátaros, verificar: MITRE, Emilio. GRANADA, Cristina. *Las grandes herejías de la Europa cristiana (380-1520)*. Madrid, Fundamentos, 1982.

[45] Cf. MITRE, Emilio. GRANADA, Cristina. *Las grandes* herejía... op.cit. p.151.

de resistência e refúgio herético, especialmente na região norte da Itália[46].

Como evidenciamos, o penúltimo capítulo da *Legenda Áurea* é iniciado com uma exposição da hagiografia de São Pelágio, papa que na verdade serve como referência cronológica para a chegada dos Lombardos à Itália. Depois disso, Jacopo apresenta o motivo para expor esta história, assim como sua principal fonte. A partir daí, ele aponta para a presença de um povo germânico muito poderoso que se instalou na região da Panônia cujo primeiro rei foi Agilmudo. Nesse mesmo período, o dominicano fala que a região da Itália era governada por Teodorico, rei Godo, mas que este estava infectado pela heresia ariana. Posteriormente, Jacopo apresenta duas histórias acerca desta heresia:

> Por volta da mesma época, quer dizer, no ano da Encarnação do Senhor de 480, pelo que conta Eutrópio, um bispo ariano querendo batizar alguém chamado Barba disse: "Barba, eu o batizo em nome do Pai, pelo Filho no Espírito Santo", para mostrar assim que o Filho e o Espírito Santo eram inferiores ao Pai, mas subitamente a água desapareceu e o catecúmeno refugiou-se na igreja.
> Conforme Sigiberto em sua crônica, algum tempo antes, isto é, por volta do ano do Senhor de 450, a heresia de Ário estava difundida nas Gálias, mas a unidade de substância das três pessoas foi demonstrada por um notável milagre[47].

Jacopo condena a heresia que nega a divindade de Cristo, bem como o batismo. Em seguida, ele apresenta a entrada dos Lombardos na Itália no ano 568, os quais em pouco tempo tornaram-se senhores daquele local, e explica que estes juraram matar todos os cristãos, mas graças a milagres, retiraram o juramento. Com o rei Adaloaldo, os Lombardos se converteram ao cristianismo e na data da festa de santo Gervásio e Protásio e a paz entre romanos e lombardos foi selada. Por fim, a história Lombarda é encerrada apontando que apesar da conversão, os Lombardos continuavam a causar problemas para o Império Romano. Segundo Teixeira, esta parte abarca entre os séculos VII e VIII e serve como introdução para a história universal do ocidente, na medida em que Jacopo termina tratando brevemente de Pepino, o Velho, Carlos Martel, Carlomoano e Pepino, o Breve[48].

Entre o meio e o fim da história lombarda, Jacopo introduz uma história sobre Maomé e o Islã. No primeiro momento, o dominicano explica que o surgimento e o desenvolvimento do Islã se deram através de uma fraude, em que auxiliado por um clérigo descontente com a

---

[46] Cf. Ibidem p.172
[47] VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 p.1004.
[48] TEIXEIRA, Igor Salomão. A vida de São Pelágio... op.cit. p.67.

corte romana, Maomé "adestrou" uma pomba que pousava atrás de sua orelha. Ao aparecer para multidão, esse clérigo anunciou que o Espírito Santo, sob a forma de pomba, se mostraria para o escolhido. Por ter sido "adestrada", a pomba foi direto para Maomé, logo as pessoas ao seu redor acreditaram nele.

Essa história, no entanto, é contestada pelo próprio Jacopo – outro exemplo de espírito crítico – que afirma o seguinte:

> No entanto, lê-se em outro lugar que quem instruía Maomé era um monge chamado Sérgio, que tendo sido expulso de seu mosteiro por ter aderido ao erro de Nestório, foi para Arábia e ligou-se a Maomé. Em outro texto lê-se que ele era um arcediago que morava nas cercanias de Antioquia e que pertencia à seita dos jacobitas, que recomendavam a circuncisão e asseguram que Cristo não era deus, mas apenas um homem justo e santo, concebido pelo Espírito Santo e nascido de uma virgem, coisas que os sarracenos afirmam e nas quais crêem. Esse Sérgio teria então ensinado a Maomé, pelo que se diz, muitas coisas do Novo e do Antigo Testamento. (...)
> Ele seguia os conselhos do mencionado Sérgio, a quem prudentemente matinha escondido, perguntando-lhe tudo que devia transmitir ao povo e dando-lhe o nome de arcanjo Gabriel. Foi assim que Maomé, fazendo-se passar por profeta, conseguiu ser o chefe de toda aquela gente, que acreditava nele fosse de bom grado fosse por medo. Este relato é mais verídico do que aquele que fala da pomba, e é o que deve seguir[49].

Não nos parece coincidência que o relato a ser seguido sobre o Islã na *Legenda Áurea* seja aquele que justamente apresenta a religião de Maomé como uma derivação de heresias – Nestorianismo e Jacobitismo –, que defendem um corpo doutrinal semelhante ao que se acusavam os cátaros.

Por fim, Jacopo encerra seu capítulo com uma espécie de história universal que se inicia em 644 e vai até o século XIII. Durante todo esse período, a heresia aparece duas vezes. A primeira, para explicar que o ofício ambrosiano foi formulado num contexto de perseguição por parte da imperatriz herética Justina. Já a segunda vez aparece nas poucas linhas destinadas a seu próprio tempo:

> Naquele tempo vários barões da França, que foram além-mar para libertar a Terra Santa, tomaram Constantinopla. As Ordens dos Pregadores e dos Irmãos Menores são daquela época. Inocêncio IV enviou mensageiros a Filipe, rei dos Franceses, para que invadisse a terra dos albigenses e destruísse os heréticos. Ele os capturou e mandou queimá-los. Enfim, Inocêncio coroou Oto como imperador e exigiu dele o juramento de respeitar os direitos da Igreja, mas no mesmo dia ele o quebrou mandando espoliar os peregrinos que se dirigiam a Roma. Daí por que o papa o excomungou e o destituiu do império. Naquele tempo viveu Santa Isabel, filha do rei da Hungria, esposa do

[49] VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.pp.1008-1009.

> landgrave da Turíngia, que, está escrito, entre inúmeros outros milagres ressuscitou mais de treze mortos e devolveu a visão a um cego de nascença. Fala-se que ainda hoje escorre óleo de seu corpo.
> Quando Oto foi deposto, elegeu-se Frederico, filho de Henrique, que foi coroado pelo papa Honório. Ele promulgou ótimas leis para a liberdade da Igreja e contra os heréticos. Ultrapassou todos os monarcas em riqueza e em glória, mas deixou-se enganar pelo orgulho que tinha delas. Foi, de fato, um tirano da Igreja, pois encarcerou dois cardeais e mandou enforcar os prelados que Gregório IX convocara para um concílio, por isso foi excomungado. Gregório morreu esmagado por uma infinidade de problemas, e Inocêncio IV, de origem genovesa, convocou um concílio em Lyon e depôs aquele imperador. Desde sua destituição e morte, a sede imperial está vaga[50].

Conclusão

Nas últimas palavras do penúltimo capítulo, Jacopo deixa transparecer a importância da heresia. Se relembrarmos sua biografia, veremos que sua principal atividade eclesiástica esteve circunscrita a província cuja história ele acha importante contar, ou seja, o norte da Itália, especificamente a Lombardia que será reduto da presença cátara. Na citação acima, Jacopo apresenta o contexto em que sua Ordem foi criada, retoma a cruzada Albigense, além de reafirmar a consequência da heresia. Por fim, ele termina a narrativa com a vacância imperial que se finda com a morte de Frederico II em 1250 e o pontificado de Inocêncio IV em 1254. A conclusão de Jacopo é a parte mais importante do texto no que se refere à sua percepção histórica.

Como já demonstramos a primeira redação da *Legenda Áurea* foi composta em meados da década de 1260. Neste período ainda ecoava a morte do inquisidor dominicano Pedro de Verona, morto em 6 de abril de 1252 e canonizado em 9 de março de 1253. Ele foi morto a golpes de foice em uma emboscada preparada por hereges lombardos, adeptos da heresia cátara[51]. Ora, não acreditamos ser coincidência que o único capítulo exclusivamente dedicado a apresentar feitos passados acabe justamente no período mais glorioso da santidade da Ordem, isto é, no martírio de um irmão que morreu combatendo as heresias.

Maggioni afirma que:

> Aqui, o tempo do homem, da história humana, se insere no tempo da santidade e é

[50] VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 p.1024. A parte grifada assinala um equívoco cometido pela edição brasileira. No caso em questão, trata-se do papa Inocêncio III e não Inocêncio IV.

[51] Cf. MAGGIONI, Giovanni Paolo. Prefácio: Ler, estudar, narrar a *Legenda aurea* em outro tempo, outro mundo, outra história. In: TEIXEIRA, Igora Salomão. *A Legenda Aurea de Jacopo de Varazze: temas, problemas, perspectivas.* São Leopoldo: Oikos, 2015. p.9.

> indicativo que a crônica no capítulo se interrompa com a vacância da Santa Sede, após a morte de Frederico II (1250) e o pontificado de Inocêncio IV (1243-1254), fazendo silêncio sobre os doze(!) papas que se seguiram durante a vida de Jacopo, não obstante seja autor de uma *Crônica de Gênova*, cuja história dos homens da cidade lígure é completamente narrada. Mas o tempo da *Legenda aurea* não é o tempo dos homens, e sim, da santidade: a contagem de papas e de imperadores se interrompe de fato com o último santo inserido na coletânea hagiográfica, o já citado Pedro Mártir canonizado em 1253[52].

O tempo histórico de Jacopo é o da santidade, mas não é o de qualquer santidade. Trata-se de uma santidade que prega, uma santidade que adverte que viver no erro só causará danos, uma santidade que combate as heresias, uma santidade que demonstra que o tempo sagrado está acima do tempo dos homens. Por isso, apesar de querer falar "daquilo que já passou", ou seja, a chegada dos Lombardos a Itália, bem como o desenvolvimento histórico até o momento mais glorioso da Ordem dominicana com a morte de Pedro de Verona, Jacopo de Varazze precisa antes falar "daquilo que é exemplar". Finalmente, como apresentamos até aqui, no período medieval é o tempo sacralizado que legitima o tempo histórico.

Referências

Fontes

VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vidas de Santos*. Tradução por Hilário Franco Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Bibligrafia

ALMEIDA, Neri de Barros. *Hagiografia, propaganda e memória histórica. O monasticismo na Legenda Aurea de Jacopo de Varazze*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n.2, jul.-dez., 2014. pp.94-111.

BOUREAU, Alain. *Introduction*. VORAGINE, JACQUES. *La Légende Dorée*. Text traduit, presente et anoté par Alain Boureau, Pascal Collomb, Monique Goullet, Laurence Moulinier et Stéfano Mula. Paris: Gallimard, 2004. pp. XV-XLVIII.

__________, Alain. *La Légende dorée. Le système narratif de Jacques de Voragine (1298)*, Paris, Cerf, 1984.

BRAVO, Federico. Arte de enseñar, arte de contar. Em torno al exemplum medieval. In. *La enseñanza en la Edad Media. X Semana de Estudios Medievales*, Nájera 1999 Disponível em: http://www.vallenajerilla.com/berceo/bravo/exemplum.htm acessado: 14 de fevereiro de 2016.

[52] Ibidem p.13

CERTEAU, Michel de. Hagiographie. *Encyclopaedia Universalis*. Tome 11 Corpus. 5º éd. Paris : Encyclopaedia Universalis, 2002, pp. 55-60.

_________, Michel de. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. pp. 266-278.

COSTE, Florent "Textes et contextes de la Legende dorée", Cahiers de recherches médievales et humanistes, 14, 2007. pp. 245-258.

GOULLET, Monique. *Les saints et l'histoire. Sources hagiographiques du Haut Moyen Âge*, études réunies par Anne Wagner, Rosny-sous-Bois, Bréal, 2004, pp. 8-22.

GUENÉE, Bernard. "História". LE GOFF, Jacques, SCHIMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol I. São Paulo: EDUSC, 2006 p. 523-536.

_________, Bernard. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge", in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 28, 4, 1973, p. 997-1016.

_________, Bernard. Y a-t-il une historiographie médiévale? *Revue Historique*, T. 258, Fasc. 2 (254) Out. – Dez, 1977.

LE GOFF, Jacques. *Em busca do tempo sagrado: Jacques de Voragine e a Legenda aurea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LIMA, Philipe Rosa de. *Negotium fidei et pacis no Languedoc: a Igreja e as relações de poder na Cruzada Albigense (1209-1229).* Dissertação (mestrado em história social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

MAGGIONI, G. P. Introduzione. Iacopo da Varazze *Legenda Aurea*. Ed. G. P. Maggioni, Firenze: Galuzzo, 1998, p. XIII-XXXV.

_________, Giovanni Paolo. Prefácio: Ler, estudar, narrar a *Legenda aurea* em outro tempo, outro mundo, outra história. In: TEIXEIRA, Igora Salomão. *A Legenda Aurea de Jacopo de Varazze: temas, problemas, perspectivas.* São Leopoldo: Oikos, 2015. pp. 9-14.

MITRE, Emilio. GRANADA, Cristina. *Las grandes herejías de la Europa cristiana (380-1520)*. Madrid, Fundamentos, 1982.

MULA, Stefano. L'histoire de lombards, son rôle e son importance dans la *Legenda aurea.* In: FLEITH, Barbara e MORENZONI, Franco (dirs.) *De la Santeté e l'Hagiographie: Gènese et usage de la Legende doreé.* (Actes du colloque "lire, écouter et voir la Légende dorré au Moyen Âge", Genève, 12-13 mars, 1999). Genève: Droz, 2001. pp. 75-95

PEETERS, Paul. *L'œuvre des Bollandistes.* Bruxelles : Société des Bollandistes, 1961.

PHILIPPART, Guy. L'hagiographie comme littéruature: concept récent et nouveaux programmes? *Revue des Sciences Humaines*, nº 251, juillet-setembre. 1998. p. 11-39.

ROQUEBERT, Michel. *Le "déscontructionnisme" et les études cathares*. In: AURELL, Martin (org.) Les Cathares devant l'histoire. Cahons: Hydre Éditions, 2005, p. 105-133

SILVA, Patrícia Antunes Serieiro. Balanço historiográfico e novas perspectivas de pesquisa sobre os “cátaros”. *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*. V1, n°1, 2012, pp. 201-229

TEIXEIRA, Igor S. A *Ystoria sancti Thome de Aquino*: hagiografia ou história? In. TEIXEIRA, Igor S; BASSI, Rafael. *A escrita da história na Idade Média*. São Leopoldo: Oikos, 2015. pp. 144-157.

_________, Igor Salomão. A vida de São Pelágio ou a escrita da história na perspectiva hagiográfica de Jacopo de Varazze. In___________. *A Legenda Aurea de Jacopo de Varazze: temas, problemas, perspectivas.* São Leopoldo: Oikos. pp. 58-69

Recebido em: 06.06.2017
Aprovado em: 08.09.2017

Mas porque Heitor foi escolhido como secretário-geral? Porque era alfaiate, ou seja, era operário. E naquele contexto de perseguição aos intelectuais, só um operário poderia ocupar a posição de secretário.

Danilo Mendes de Oliveira